



**LILIA BELLUZZO**

**O LADO INTANGÍVEL DA POBREZA:  
UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DA BRASILÂNDIA**

**Campinas  
2014**





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LILIA BELLUZZO

**O LADO INTANGÍVEL DA POBREZA:  
UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DA BRASILÂNDIA**

**Orientadora: Profa. Dra. WALQUÍRIA GERTRUDES DOMINGUES LEÃO REGO**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas para obtenção  
do título de Doutor em Ciências Sociais.**

ERRATA:

Onde se Lê: Doutor

Leia-se: Doutora

Profa. Dra. Eliane Moura da Silva  
Coordenadora da Comissão de Pós-Graduação  
IFCH/UNICAMP  
Matrícula: 237752

**Campinas  
2014**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

B417L Belluzzo, Lilia, 1966-  
O lado intangível da pobreza : um estudo de caso na região da Brasilândia /  
Lilia Belluzzo. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas.

1. Pobreza - São Paulo (SP) - Estudo de casos . 2. Subjetividade. 3. Afeto. 4.  
Humilhação. I. Rego, Walquíria Gertrudes Domingues Leão, 1946-. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The intangible side of poverty : a case study in the region Brasilândia

**Palavras-chave em inglês:**

Poverty - Sao Paulo (SP) - Case studies

Subjectivity

Affection

Humiliation

**Área de concentração:** Ciências Sociais

**Titulação:** Doutora em Ciências Sociais

**Banca examinadora:**

Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego [Orientador]

Fernando Antonio Lourenço

Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Alcides Fernando Gussi

Renata Miranda Bichir

**Data de defesa:** 26-03-2014

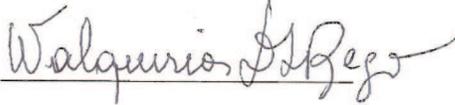
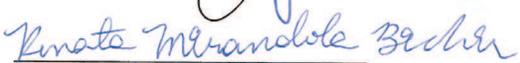
**Programa de Pós-Graduação:** Ciências Sociais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 26 de março de 2014, considerou a candidata LILIA BELLUZZO aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dra. Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego	
Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço	
Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz	
Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi	
Prof. Dra. Renata Mirandola Bichir	
Prof. Dr. Andrei Koerner	_____
Prof. Dra. Sylvia Maria da Penha Cioffi	_____
Prof. Dra. Bader Burihan Sawaia	_____



## **Resumo**

Entre as investigações destinadas à pobreza tem sido menos comum as que se ocupam de sua dimensão intangível, caracterizada pelos conteúdos – que compõem subjetividades forjadas em trajetórias de privações. Similar enquanto insatisfação das necessidades básicas e incompletude dos direitos sociais, a pobreza pode diferir quanto aos afetos e sentidos suscitados ao universo das subjetividades. Este trabalho considera que estar em situação de pobreza intensa é experimentar afetos e sentimentos que tendem a restringir as capacidades de atuação do sujeito. Nossas investigações sugerem que experiências de humilhação, rechaço social e abandono trazem consigo percepções associadas ao fracasso e à perda de controle sobre própria vida que participam nas funções cognitivas, limitando as percepções acerca de si mesmo e da realidade imediata. No entanto, observamos que essas experiências, afetos e percepções podem diferir diante de determinados contextos, sobretudo aqueles que incluem interações de teor comunitário e práticas de intersubjetividades.

**Palavras-chave:** Pobreza; Humilhação; Rechaço Social; Afeto, Subjetividade; Brasilândia.



## **Abstract**

Among the inquiries concerning poverty has been less common for dealing with its intangible dimension, characterized by content – make up subjectivities forged paths of deprivation. Similar dissatisfaction while basic needs and incompleteness of social rights, poverty may differ regarding the affections and senses raised to the universe of subjectivities. This paper considers to be in a situation of extreme poverty is experiencing emotions and feelings that tend to restrict the capabilities of action of the subject. Our investigations suggest that experiences of humiliation, social rejection and abandonment bring with them perceptions associated to failure and loss of control over their lives involved in cognitive functions, limiting perceptions about himself and the immediate reality. However, we observed that these experiences, feelings and perceptions may differ on certain contexts, especially those that include community interactions and practices intersubjectivities content.

**Keywords:** Poverty; Humiliation; Social Rejection; Affection; Subjectivities; Brasilândia.



<b>Agradecimentos</b>	<b>xv</b>
<b>Introdução</b>	<b>1</b>
Por uma ampliação dos marcos conceituais da pobreza	1
O objeto de estudo	6
A construção do objeto e a investigação empírica	7
Os recursos metodológicos	11
A análise das entrevistas em seu referencial teórico-metodológico	17
A organização da tese	20
<b>Capítulo 1 – Revendo o conceito de pobreza: diferentes dimensões de privação humana</b>	<b>23</b>
1.1 Pobreza em sua construção empírica: da insuficiência dos rendimentos à incompletude dos direitos	25
1.1.1 A insuficiência dos rendimentos	25
1.1.2 A incompletude dos direitos à cidadania	32
1.2 Por uma ampliação conceitual da pobreza: a busca pelo sujeito em seu contexto social	40
1.2.1 A dimensão da autonomia humana: elementos para investigação da pobreza	50
1.2.1.1 O âmbito coletivo: os deveres positivos e as obrigações universais imperfeitas	53
1.2.1.2 O âmbito do sujeito: o lugar da identidade no contexto social	54
<b>Capítulo 2 – As origens da ocupação de Vista Alegre no Distrito da Brasilândia e a expansão da metrópole</b>	<b>61</b>
2.1 Ocupação e expansão das periferias da metrópole: aspectos para a discussão da pobreza	64
2.2 Os sujeitos e a ocupação do território: sugerindo relações e dinâmicas próprias	72
2.3 As origens da ocupação de Vista Alegre: investigando seus sujeitos	78
<b>Capítulo 3 – A expansão das ocupações em Vista Alegre: ampliando e intensificando a pobreza</b>	<b>99</b>

3.1	A configuração social da extrema pobreza na região	101
3.2	O cenário de privações das famílias: conteúdos tangíveis e intangíveis	109
<b>Capítulo 4 – Reconhecendo as forças sociais e políticas na região: oportunidades e limitações</b>		<b>133</b>
4.1	A trajetória das forças locais no contexto da política municipal	135
4.2	A política institucional no território: limites e possibilidades às forças locais	140
4.3	A produção de alternativas locais: recurso ao fechamento do diálogo político	145
4.4	As mudanças nas organizações locais de origem	153
4.5	O cenário recente e as forças sociais identificadas	157
<b>Capítulo 5 – Trajetórias na pobreza: constituindo subjetividades e identidades</b>		<b>169</b>
5.1	Características dos entrevistados e suas relações no contexto da região	170
5.1.1	Atributos pessoais	171
5.1.2	Rendimentos monetários: trabalho e transferências públicas	172
5.1.3	Condições de moradia	173
5.1.4	Trajetória e trabalho infantil	174
5.1.5	Relações e vínculos familiares	174
5.1.6	As relações no contexto da região	175
5.2	Privações objetivas e vivências subjetivas da pobreza	177
5.2.1	Constituindo identidades	178
5.2.2	Privações materiais e de direitos	187
5.2.2.1	Acesso aos benefícios monetários e em espécie	187
5.2.2.2	Acesso aos serviços públicos	191
<b>Capítulo 6 – Intersubjetividades no cotidiano da pobreza: ampliando sentimentos e afetos</b>		<b>203</b>
6.1	Os sujeitos em seu cotidiano: isolamento e segregação social compondo os limites intangíveis da pobreza	205
6.2	A dimensão da intersubjetividade: por uma reconstituição do sujeito na pobreza	215
<b>Considerações finais</b>		<b>233</b>
<b>Referências bibliográficas</b>		<b>239</b>
<b>Anexo - Perfil dos entrevistados</b>		<b>251</b>

Às donas Zitas; Silvanias e Tatianas;  
Jocas e Luis de ontem e de hoje.



## AGRADECIMENTOS

---

Esta tese é o resultado de um percurso bem mais trabalhoso e intenso do que havia imaginado: as exigências do aprendizado e da produção teórica, a vida pessoal e profissional que não adormecem, mas, sobretudo, o ingresso e as vivências no campo de pesquisa. Do prazer das leituras iniciais ao susto das primeiras visitas: opressão e desencanto que “aquietaram” somente quando conceitos e noções ganharam vida. Olhares e histórias fizeram de minha caminhada semanal um daqueles caminhos a serem percorridos como para rever a quem nos afeiçoamos. Então, distâncias ficavam menores, faltas “se compensavam”, privações e tristeza sugeriam uma ou outra grandeza. Retornar a cada semana fazia enorme sentido.

Entre os sujeitos admiráveis encontrados nesse caminho, agradeço de coração à dona Zita Vidal da Silva Andrade, liderança local, que muito contribui para que eu transmutasse meus próprios sentimentos, compreendesse a passagem da história em nossa região de estudo, criando condições para essa pesquisa. Com o mesmo carinho, agradeço aos meus entrevistados que dos receios à coragem enfrentaram lembranças e desesperanças sem que disso nada tirassem a não ser, as próprias horas de “conversa”. Sou grata, ainda, às demais lideranças da região que me receberam com atenção e disponibilidade: dona Lourdes; Mazé; Olívia; Cida; Juçara Zottis. Igualmente, agradeço à entrevista concedida pelo editor chefe do jornal Freguesia News, Célio Pires.

Agradeço em especial à equipe profissional do CRAS-Vista Alegre, sua coordenadora Keuri; à Ana Carolina, Luciana e Elizangela e à equipe da limpeza, minhas queridas: dona Luzia e Cleuza, por me ensinarem a transitar pela região, por compartilharem seu conhecimento e por me receberem sempre com carinho e disponibilidade. Estendo meus agradecimentos às arquitetas: Tereza Herling e Eliane Costa e à assistente social Silvia Helena de Brito, da Sehab-SP pelas indicações de contatos na região e pelas informações técnicas disponibilizadas.

Com muita alegria, expresso meu reconhecimento e gratidão por minha orientadora, Walquíria G. D. Leão Rego, pelas horas enriquecedoras de convivência e de aprendizado, pela beleza das obras apresentadas, ideias e conceitos constituídos. Os caminhos percorridos por esta tese se ampliaram, assim como eu resulto um tanto mais, por sua presença firme e capaz. Walquíria querida: minha completa gratidão.

Com carinho e reconhecimento, agradeço ao meu tão caro co-orientador, Valeriano Mendes F. Costa, pelo diálogo e orientação precisa em momentos decisivos desta tese e, em especial, pelo apoio e segurança que me proporcionou no momento mais delicado deste meu percurso.

À professora Bader B. Sawaia eu agradeço a compreensão com que acolheu meus (quase) vislumbres iniciais e a generosidade com que atuou no meu processo de qualificação, oferecendo os fundamentos às decisões que eu tanto almejava. À Sylvia M. P. Cioffi, amiga querida, minha eterna gratidão, pelas longas horas dedicadas à leitura desta tese, pelo diálogo sempre construtivo e pelas preciosas contribuições que só fizeram valorizar este estudo. À querida amiga Icléia Alves Cury, com carinho, agradeço a disponibilidade e competência em proporcionar (em tempo recorde) adequação e beleza à diagramação e finalização desta tese – o que, bem sabemos, não foi nada simples!

Sou grata, ainda, à professora Dirce Koga pela receptividade com que ouviu minhas incertezas iniciais, reforçando escolhas e caminhos, à Denize Fidellis, pesquisadora da região da Brasilândia, pelo diálogo e pesquisa compartilhada; e à professora e amiga Carola Arregue pela solidariedade e dicas, extremamente oportunas.

Minha especial gratidão à amiga querida, Sônia Nahas de Carvalho, companheira profissional de longos anos, pelo aprendizado e incentivo, discussões e leituras desde os projetos iniciais desta tese. Agradeço ao Renato Sergio de Lima, pela leitura que me obrigou a pôr luz em noções e expectativas, tão escondidas quanto desejadas, constituindo importantes decisões desta tese; ao Vagner Bessa e ao Miguel Matteo pelo apoio em meu ingresso no programa de pós-graduação, na época “quase” colegas de orientação. Ao que aproveito para agradecer com todo sentimento, in memória, ao meu primeiro e querido orientador Jorge R. B. Tápia; convivência breve, mas intensa como só é possível com aqueles que caminham rente à vida, como ele tão bem caminhava. Jorge: minha infinita gratidão, saudades e admiração.

Agradeço ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Unicamp, ao apoio das atividades de secretaria e, especialmente, à solidariedade da minha querida Maria Rita em momentos decisivos. Aos amigos da Unicamp, em especial, à Regina Conrado e Leandro Ribeiro da Silva, agradeço a convivência, o diálogo e o carinho que deixaram saudades.

Sou grata à FSeade, em especial à direção técnica de Haroldo Gama Torres, pelo aprendizado que nos proporciona, pela confiança e reconhecimento com que orienta sua atuação. Muito obrigada, Haroldo! Agradeço com muito carinho aos meus companheiros de trabalho: Rafael Camelo; Irineu Barreto; Silvia Cioffi; Mariana Batich; Ligia Duarte; Nilcelene Mendes; Tiago Freitas e Eduardo Meyer – pela convivência produtiva e saudável – bem como aos meus colegas da Gease, em especial à Sarah M. Monteiro e Eliana Bordini. Minha gratidão àqueles que compartilharam momentos distintos dessa tese: à Nadia Dini – sempre solidária – e Mariza Tokie, pela disponibilidade com que acolheram minhas demandas “numéricas”; ao Donato Anselmo, pela troca de ideias e pelos contatos abertos em nossa região de estudo.

Aos meus amigos de diferentes momentos e histórias, antigos e recentes, mas todos sempre queridos: agradeço o estímulo, a solidariedade ou simplesmente por serem amigos: Vicky D’Orey; Roberto Carlos Leal; Marcia Guerra; Lúcia M. Yazaki; Elaine Minuci; Rubens Ferreira; Mariana Rudge; Terezinha; Miriam Vaz; Maria do Socorro; Ricardo Tamashiro; Claudia Esteves; Chico; Lafa, Lilla; Marcinha, Ines Magalhães; José Paulo e Margô; Anita Simis; Flávia Azevedo; Alcides Gussi e Verônica Machado.

Minha gratidão eterna aos meus pais queridos Maria Helena e Helládio, por tudo o que me permitiram ser, pela presença sempre carinhosa, sobretudo, nesses últimos (e difíceis) cinco anos e pelo “colo” de avós oferecidos cotidianamente aos meus filhos. À minha avó em seus 103 anos, quem sabe aumentando minha capacidade de lidar carinhosamente com os limites da vida.

Ao meu companheiro Renato, meu carinho e gratidão por seu incentivo e solidariedade, pelo apoio na criação de espaços de trabalho em um cotidiano doméstico tumultuado e, sobretudo, por se manter presente em todos os momentos difíceis desses últimos anos. Muito obrigada, Renato. Ao meu filho, por seus inúmeros e belíssimos gols que deixei de

admirar, por parte de sua infância que se foi entre as páginas que você, meu filho, insistia em contar como quem não podia esperar pelo fim. Saiba Pedro, que tudo isso não se fez por ser você pouco encantador, ao contrário, sua falta em meus finais de semana de trabalho o tornou ainda mais precioso e amado. À minha filha Fernanda, por sua imensa generosidade, pelo prazer das breves caminhadas dominicais, alimentadas por conversas intensas e profundas, quem sabe, suprimindo os longos finais de semana de pouca mãe. Fê querida saiba que seu incentivo e apoio a essa mãe estudante foram por várias vezes, decisivos: minha eterna gratidão e admiração à grandeza que é você! Sou grata, ainda, a minha prima querida, Cristiane, por colocar sua energia e boa vontade, assumindo comigo parte dos difíceis cuidados com nossa família estendida: pequena, mas profundamente complexa, como só nós sabemos!

Por fim, meu reconhecimento às companheiras quase diárias, Sueli e Vilma, pelo apoio doméstico e amorosos cuidados que dedicam a todas essas vidas que caminham junto à minha: minha eterna gratidão e carinho!

### **Por uma ampliação nos marcos conceituais da pobreza**

Esta tese trata da condição de pobreza, em especial da pobreza extrema. Parte de suas evidências objetivas e busca compreender sua dimensão intangível referida às vivências e experiências do sujeito com trajetória de privações intensas. Compreendida neste estudo como privação do *bem estar* humano, a experiência da pobreza inclui além da carência dos recursos materiais e monetários básicos, o constrangimento à realização das possibilidades humanas fundamentais, referenciadas ao contexto imediato. Propõe, assim, investigar como as experiências cotidianas de privações materiais e sociais acrescem carências intangíveis – sentimentos, e percepções – que afetam o bem estar e as possibilidades humanas. Considera, com base na interpretação da literatura que essas possibilidades incluem, primordialmente, o exercício das capacidades de reflexão, decisão e atuação, ou a relativa autonomia humana frente aos desafios do contexto imediato.

A abordagem proposta reconhece as contribuições de consagradas perspectivas de análise dedicadas à pobreza que associam o fenômeno às carências materiais e monetárias, bem como à incompletude dos direitos. Mas, considera que prossegue relevante aumentar o conhecimento do fenômeno levando em conta o sujeito em sua trajetória de privações e carências extremas. Essa possibilidade investigativa, sugerida por importantes autores, traz ao tema oportunidades diversas às representadas pelas abordagens prevalentes há décadas, sem prejuízo das mesmas. De fato, essas prosseguem pertinentes, sobretudo, às investigações voltadas às causas da pobreza.

Tomado como trajetória, o fenômeno da pobreza corresponde, em grande medida, à insatisfação das necessidades básicas, mas mesmo nesse parâmetro revela-se heterogêneo. Em parte, decorrente da multiplicidade e intensidade das carências e privações, associadas a processos sociais, culturais e políticos diversos. Em parte decorrente de suas significações adquiridas e subjetividades suscitadas àqueles em situação de privação. As percepções, sentimentos e afetos associados à experiência da pobreza diferem.

Dadas as razões acima, o fenômeno da pobreza não se permite representar integralmente por uma ou outra variável social ou econômica específica, ou por categorias analíticas exclusivas, nem mesmo aquelas estatisticamente produzidas. Embora essa forma de representação do fenômeno confirme sua relevância como problema social e oriente as políticas públicas, não esgota seu conhecimento como processo tampouco seus desafios. Sobretudo, no caso da pobreza, em grau intenso, caracterizada para além da baixa renda, pela multiplicidade e recorrência de privações e reiterados constrangimentos às possibilidades ou capacidades humanas primordiais.

Nesse sentido, esta investigação tem caráter exploratório, sem alcance frente a inferências causais. Tem por propósito explorar as possibilidades de abordagens que incluam na investigação da pobreza, seus sujeitos em seus afetos e percepções cotidianas acerca de seu contexto e de si mesmo, suas possibilidades e constrangimentos. Resulta de questionamentos por parte da pesquisadora decorrentes de mais de uma década de envolvimento com metodologias de identificação e mensuração das condições de vida e pobreza na região metropolitana de São Paulo. Experiências profissionais que permitiram alguma familiaridade com o tema, mas, sobretudo suscitaram a necessidade de aprofundar a compreensão acerca do sujeito estatisticamente representado em sua condição de pobreza. De modo a aumentar o conhecimento acerca de suas possibilidades como agente social, afetado em suas capacidades primordiais pelos constrangimentos e privações comuns em trajetórias de pobreza intensa.

Assim, tornava-se inevitável dar um passo atrás, anterior à produção das estatísticas classificatórias de pobreza. Tratava-se de buscar a perspectiva investigativa que permitisse além de identificar sujeitos em situação de múltiplas carências e privações social, tratá-los em seu contexto social, levando em conta suas condições de agente e de sujeito da própria

vida. Para tanto, um longo caminho de investigações conceituais e empíricas se impôs, indicando a necessidade de rever parcela recente das abordagens dedicadas à pobreza.

O esforço foi, inicialmente, de ampliar nosso marco conceitual de pobreza, tomando-o como processo e tendo por referencial analítico o sujeito em sua trajetória de pobreza intensa<sup>1</sup>. Não como indivíduo portador de uma história estritamente pessoal, mas como agente social cuja constituição das capacidades e possibilidades humanas fundamentais se faz por meio das relações cotidianas e das práticas de intersubjetividades<sup>2</sup> referenciadas por processos sociais concernentes à pobreza.

Dessa perspectiva analítica, resultou a hipótese desta tese de que as variadas privações da pobreza são mais do que riscos ou privações materiais, porque são vivenciadas subjetivamente impactando as possibilidades do sujeito. Trata-se de vivências morais, expressas por sentimentos de humilhação; vergonha; insegurança; rechaço social, entre outros afetos estreitamente referenciados às experiências cotidianas de insatisfação das necessidades básicas (alimentação, abrigo, higiene, segurança, oportunidades sociais, relacionamentos e afetos etc.). As contínuas privações, tal como decodificadas pelo sujeito, conformam suas percepções e sentimentos em relação a: a realidade social, as experiências em seu contexto imediato e finalmente, a si mesmo. Desse modo, compondo o conjunto de representações sociais da pobreza e do que seja o pobre, alcançam e participam de sua própria identidade.

No entanto, essa identidade, como aborda a literatura especializada (LIMA, 2010) não é fixa, tampouco finalizada, mas constituída e reconstituída como resultante das respostas possíveis por parte do sujeito aos papéis sociais que lhes são atribuídos. Portanto, a identidade é constituição própria, mas exclusivamente a partir das possibilidades presentes na ampla realidade social e disponíveis no contexto das relações imediatas. Trata-se de um mecanismo de decodificação dos conteúdos cotidianos, que por constituir-se por meio das

---

1 Essa abordagem encontra apoio em conceitos e autores diversos, igualmente variados quanto às dimensões investigadas, mas próximos quanto à ampliação conceitual realizada, entre os quais, destacam-se: Sen (2000); Dieterlen (2006); Salama e Destremau (1999); Salama e Valier (1996); Margalit (1997); Leão Rego (2010); Wanderley (2006); Sawaia (2009).

2 Entendemos por intersubjetividades a definição expressa por Houaiss (2010): “Intersubjetividade diz respeito à comunicação das consciências individuais, umas com as outras, com base na reciprocidade.”

intersubjetividades sugere a possibilidade de representações e percepções variadas, por parte dos sujeitos. Essa diversidade de decodificações destinadas ao contexto vivenciado e, sobretudo, a si mesmo ainda que guarde influências desconhecidas do âmbito da subjetividade revela-se na agência humana.

A condição de pobreza representa privações e ameaças tanto no campo objetivo (fome, frio, desabrigo) quanto no campo subjetivo (abandono, rechaço social, humilhação). Esses conteúdos pelo sofrimento que suscitam, afetam e tende a restringir o exercício das possibilidades primordiais do sujeito. Sentimentos de extrema vulnerabilidade por contínua exposição a carências, privações e riscos parecem “comunicar” ao mesmo tempo urgências e impossibilidades que tendem a constranger as condições de reflexão/discernimento, decisão e atuação por parte do sujeito. Há, no entanto, indícios de condições que podem resultar diversas a essa e que se definem no campo das intersubjetividades.

A abordagem acerca do exercício das possibilidades primordiais (reflexão, decisão e ação) encontra diferentes indicações na literatura especializada. Nessa direção, lembramos aqui a noção de “*conversação interior*” ou a denominada reflexividade humana<sup>3</sup>, além de referências de outras áreas da ciência que reforçam a atividade dos sentimentos e afetos no exercício do pensar e discernir. Sentimentos e emoções orientam ideias, decisões e atuações porque, ao contrário do que se supõe, têm lugar definido no organismo humano. Não são transitórios ou voláteis e participam na compreensão cognitiva, como qualquer outra percepção. Compõem e se transformam nas interações do sujeito e seu contexto social. Por essa razão, considerar sentimentos e emoções socialmente referenciados como valor cognitivo

---

3 O conceito de reflexividade, desenvolvido e aplicado metodologicamente por Margareth Archer (2003), refere-se ao que a autora denomina exercício humano da “conversa interior”. Trata-se do exercício (disponível a todos com condição mental) por meio do qual o sujeito formula suas reflexões acerca das questões que lhe são pertinentes; pondera e decide sobre as possibilidades de ação, que lhes pareçam mais adequadas e favoráveis. Archer destaca que, apesar de se tratar de um exercício de reflexão, as referências e os conteúdos envolvidos remetem, necessariamente, ao contexto, à realidade imediata, envolvem representações concebidas pelo sujeito que não se esgotam no exercício da racionalidade. As pesquisas desenvolvidas pela autora indicam que essas “conversas interiores” revelam condições e oportunidades distintas entre os sujeitos frente às necessidades de seu cotidiano. Sendo essas diferenças classificadas e analisadas pela autora, trazendo pistas acerca da percepção que esses sujeitos demonstram ter acerca de si mesmo e de sua realidade imediata. Vale destacar que, na base dos propósitos investigativos da autora está a preocupação com a relação entre: contexto social (estrutura) e agência humana (sujeito), para o que o conceito de *reflexividade* ou “*conversa interior*” torna-se um recurso. Sobre isso ver: Archer (2003).

para a compreensão do comportamento humano abre caminho à investigação de fenômenos sociais.<sup>4</sup> (DAMÁSIO, 1996).

Assim, esta tese propõe investigar a variedade dos conteúdos intangíveis da pobreza extrema<sup>5</sup>, como representações, percepções e sentimentos sugeridos por parte dos sujeitos em relação às próprias experiências e trajetórias de privações. Não de forma exaustiva, mas exploratória, em busca de indícios acerca da forma pela qual tais representações e sentimentos participam da identidade ou das condições de exercício das capacidades humanas fundamentais de: reflexão/discernimento, decisão e atuação frente às oportunidades e aos constrangimentos cotidianos.

Esta tese considera que os recursos da capacidade humana – acima citados – são componentes fundamentais ao exercício de relativa autonomia do sujeito frente aos desafios e limitações de seu contexto social. Nesse sentido, conhecer as condições de exercício cotidiano desses recursos por parte do sujeito pode melhorar o conhecimento acerca da trajetória de privações sociais como comprometimento do bem estar humano<sup>6</sup>. Esse conhecimento longe de ser suficiente na abordagem da pobreza nos faz lembrar que a mesma não é passível de redução a esta ou àquela evidência social.

Ademais, nossa pretensão não é investigar ou explicar a pobreza como situação que resulta de recursos ou capacidades não desenvolvidas pelos sujeitos, como supõe, normalmente, o senso comum. Ao contrário, trata-se de demonstrar o desafio no exercício dessas capacidades humanas – fundamentais ao exercício da vida – em decorrência da exposição prolongada, “solitária” e “sem saída” a condições sociais impróprias ao desenvolvimento da vida material e simbólica. Portanto, impondo constrangimentos ao desenvolvimento humano em suas amplas possibilidades, em suas subjetividades, portanto muito além da sobrevivência.

---

4 O autor dialoga com a área médica, em específico, a neurociência e defende uma concepção de homem integral, sem a primazia da razão. Sobre isso ver: Damásio (1996).

5 Consideramos pobreza extrema para além da restrição da renda, prevista nas medidas de linha de pobreza, concebendo-a como condição social dada pela sobreposição de privações dos direitos básicos (moradia segura; alimentação adequada; trabalho e renda; acesso à educação, cultura e saúde).

6 Essa abordagem está apoiada por noções identificadas ao longo dessa introdução, retomadas no primeiro capítulo. Com destaque as contribuições de Amartya Sen quanto às capacidades humanas, às reflexões de Castoriadis (1992) quanto ao conceito de autonomia da sociedade e do sujeito e a conceituação proposta por Paulette Dierterlen (2006) que relaciona bem estar primário às capacidades e autonomia humana, baseada em Len Doyan.

Para tanto, um conjunto de noções e conceitos interdisciplinares correlacionados mostraram-se fundamentais à perspectiva proposta. Esses conceitos se encontram organizados e discutidos ao longo do primeiro capítulo desta tese e convenientemente retomados nos demais capítulos, sobretudo nos dois últimos.

## **O objeto de estudo**

A hipótese que orienta esta tese teve sua elaboração a partir dos depoimentos obtidos entre famílias residentes em área de concentrada privação, situada no Distrito da Brasilândia, zona norte da periferia de São Paulo. Trata-se de sujeitos e famílias com acúmulo de carências e com trajetória de extrema pobreza, atual ou passada. As entrevistas realizadas sugerem forte associação entre pobreza material e expressão, em diferentes graus, de subjetividades aderentes aos sentimentos de: humilhação, insegurança, rechaço social e perda de controle sobre a própria vida. Esses conceitos desenvolvidos por Margalit (1997) ao lado de outras noções teóricas constituem parte das categorias analíticas fundamentais à investigação proposta nesta pesquisa. Permitem abordar parcela importante dos afetos expressos praticamente por todos os entrevistados nesta pesquisa<sup>7</sup>, conformando parte da noção de pobreza intangível.

No entanto, esses afetos aparecem com intensidade diversa nos depoimentos, mas, sobretudo, parecem suscitar reações e atitudes relativamente variadas, por parte dos sujeitos entrevistados. Ou seja, enquanto alguns reagem com extrema vulnerabilidade emocional e atitude de (auto) impedimento frente às privações cotidianas, outros entrevistados, de forma diversa, demonstram condições de reflexão, decisão e empenho de atuação sistemática.

Mas, sobretudo, parece haver, por parte de alguns entrevistados (uma minoria), condições de distinguir a si mesmo, em diferenciação (positiva) às próprias privações intangíveis experimentadas. Esses demonstraram menor identificação com os sentimentos de humilhação e rechaço social que, apesar de terem sido espontaneamente citados não o foram de forma exclusiva. Expressões de alguma capacidade de atuação frente aos constrangimentos impostos e, sobretudo, de percepção de oportunidades no cotidiano de impedimentos foi destaque nesses (poucos) depoimentos.

---

<sup>7</sup> Foram realizadas 20 entrevistas destinadas à abordagem da região de estudo e de seus sujeitos, essas incluem moradores e lideranças da região, bem como coordenadora técnica da Secretaria Municipal de Habitação.

É necessário lembrar que, a distinção proposta acima demanda variados campos investigativos em diferentes áreas do conhecimento científico. Essa tese, de perspectiva sociológica, tem por fundamento a busca pelas relações entre sujeito (agente) e seu contexto social e os conteúdos da intersubjetividade que orientam nossa proposta de pesquisa.

Esta premissa reconhece a conformação das subjetividades humanas a partir de possibilidades e de limitações da realidade imediata, portanto a partir da intersubjetividade. Ao mesmo tempo, considera relativa diversidade entre as formas de decodificação mobilizadas pelo sujeito na “compreensão” dessas informações. Ou seja, as possibilidades e os constrangimentos podem ser mais do que um ‘dado objetivo’ da realidade social na medida em que se realizam na intersubjetividade, mediadas pelo “motor” das percepções e atitudes constituídas pelo sujeito. Desse modo, integram, configuram e reconfiguram aspectos da identidade do sujeito, contribuindo na mobilização ou no bloqueio das capacidades fundamentais para as vivências e realizações humanas. Portanto, trata-se de pobreza humana expressa como fenômeno social, esse talvez mais imediato para as diferentes formas de verificação empírica, mas não exclusivo nas questões suscitadas.

A busca por outras formas de se interrogar as condições de pobreza será objeto dos dois últimos capítulos desta tese, por meio da análise das entrevistas realizadas na região de estudo, com sujeitos com trajetória de pobreza extrema, atual ou pretérita. Essa análise parte das proposições relativas ao papel dos afetos humanos desenvolvidas por Sawaia (2009) e apoia-se em conceitos fundamentais tratados no primeiro capítulo da tese.

Antecede a análise acima, a sistematização do conhecimento da trajetória de ocupação da região considerada nesta pesquisada; suas carências à época comuns às periferias da cidade, seus atores, organizações e demandas locais. A investigação voltada à dimensão local presta-se a aumentar a compreensão acerca do contexto, seus constrangimentos e oportunidades eventualmente relacionados aos afetos, sentimentos, percepções e noções reveladas pelos sujeitos aqui considerados.

### ***A construção do objeto e a investigação empírica***

A partir dos referenciais acima, partimos para a investigação proposta por meio de um estudo de caso com famílias residentes na zona norte da capital, no distrito da Brasilândia – subdis-

trito da Freguesia do Ó – no bairro de Vista Alegre<sup>8</sup>. A região selecionada, assim o foi, pela ampla presença de carências e privações sociais, pela precária e insuficiente urbanização e pouca efetividade dos direitos sociais e presença clara de situações de pobreza extrema. Essas condições se confirmam nos indicadores sociais apurados nas duas últimas décadas para a região e nos relatos acerca das origens e evolução das ocupações locais<sup>9</sup>. Contribuiu, ainda, para essa escolha, a relativa “facilidade” de acesso à região e de contatos com lideranças e técnicos atuantes no bairro.

De forma relevante, as primeiras investigações na região, no âmbito desta tese, sugeriram diferenças nas trajetórias de ocupação deste território e de suas formas de organização social e política. A sinalização de contextos sociais diversos, inicialmente associados a conquistas sociais e melhorias das condições de vida, em contraposição ao posterior aumento e agravamento da pobreza local confirmavam a relevância das investigações propostas. Ainda mais, indicaram aspectos fundamentais à investigação que nos propomos, constituindo essas diferenças na trajetória de ocupação da região e de sua dinâmica local, componentes que permeiam a problemática aqui investigada.

No passado, Vista Alegre e adjacências caracterizavam-se por generalizada vulnerabilidade social das famílias, sobretudo migrantes, recém-chegados ao bairro, pela constituição coletiva de movimentos sociais atuantes, entre o final dos anos 1960 até os anos 1980, e importantes conquistas sociais viabilizadas. A partir dos anos 1980, no entanto, a região mostrou-se marcada pela: atração acelerada de novas famílias em situação de pobreza extrema, intensificação de carências por serviços coletivos, pouca presença de equipamentos públicos, pelo declínio dos movimentos sociais de origem e pulverização das organizações locais.

Conforme sinalizado neste estudo, pelas observações de campo e pelos depoimentos coletados, as precárias condições de subsistência hoje na região, concentram-se, em

---

8 Vista Alegre está situada no extremo norte do município de São Paulo, no Distrito da Brasilândia rodeada por bairros como o Jardim Damasceno; Jardim Elisa Maria; Jardim Carumbé; Jardim Guarani entre outros; fazendo divisa com o Distrito de Vila Nova Cachoeirinha e o município de Caieiras.

9 Sobre isso ver: IPVS e PCV-2004/FSeade; Índice de Vulnerabilidade Social/CEM-Cebrap; Instituto Sou da Paz. Boletins. 2010.

grande parte, em moradias em situação precária<sup>10</sup> e irregular, aglomeradas ao redor e na própria Serra da Cantareira. Parcela expressiva desses barracos foi erguida a partir dos anos 1990, em áreas dominadas pela grilagem urbana de pequena proporção. Outra parte, ainda mais recente, ocupando as áreas restantes em razão do risco físico que representam, em geral, de desmoroamento, por erosão e desmatamento. No entanto, em ambas as situações sem condições de acesso aos serviços urbanos básicos de água encanada, esgotamento sanitário, iluminação e coleta de lixo. Nesse caso, configurando a multiplicidade das carências da pobreza, o acúmulo de privações comuns às situações denominadas de pobreza extrema, para além, portanto, da insuficiência monetária, também evidente.

Há um contexto social de estrangimentos e fragilidades que para além dos aspectos acima, inclui na perspectiva dos sujeitos entrevistados, o descrédito nas relações sociais e de vizinhança e a reduzida atuação da ação pública governamental. Mas, há ainda, o constatado declínio das mobilizações sociais – tal como caracterizadas nas décadas anteriores, tratadas no segundo capítulo da tese – a menor intensidade e sistemática das iniciativas de caráter reivindicativo e a pulverização das organizações locais.

Assim, a trajetória de ocupação da região pesquisada, sugere a evolução de contextos sociais com diferenças significativas. Essas diferenças são reconstituídas analiticamente por esta pesquisa em apoio à investigação da hipótese proposta e são demonstradas entre o segundo e quarto capítulos. Para tanto, tomamos uma série de depoimentos entre: antigos e novos moradores da região, lideranças locais e agentes sociais vinculados ao bairro, além dos levantamentos bibliográficos, estudos acadêmicos e pesquisas na mídia local dedicados à região.

Assim, a construção e verificação da hipótese formulada nesta tese envolveram o resgate da história da ocupação da região, as características da produção social do espaço e dos sujeitos em suas interações coletivas. Mas, de forma prioritária, as investigações destinam-se aos sujeitos hoje residentes em Vista Alegre e se voltam às suas experiências de

---

<sup>10</sup> Trata-se, basicamente, de barracos de madeira, zinco e outros materiais impróprios, ou mesmo alvenaria precariamente instalada. Há moradias em áreas de visível risco, algumas já retiradas pela defesa civil, outras levadas por desmoroamentos e erosão da terra enquanto outras seguem precariamente instaladas.

privação extrema, seus sentimentos e mecanismos de interação e de decodificação dos constrangimentos e das (escassas) oportunidades identificadas no contexto local.

As investigações indicam que as representações acerca da realidade e as atitudes sugeridas pelos entrevistados refletem a associação entre os conceitos, relativos à pobreza intangível – aqui propostos, e às experiências de privações e restrições da pobreza. Sugere impactos, em geral, negativos ao sujeito quanto à percepção de si mesmo, de seus atributos e recursos dificultando o exercício das capacidades de refletir, decidir e atuar frente à busca de alternativas à minoração das privações cotidianas. No entanto, ainda que esses conteúdos, normalmente, correspondam às noções desalentadoras atribuídas pelo senso comum à pobreza, há por parte do sujeito, em suas vivências sociais e subjetivas, percepções variadas.

Essas percepções sinalizam experiências (sentimentos) de reação e atuação apoiadas na interação do sujeito com as oportunidades e constrangimentos socialmente constituídos em seu contexto imediato. Constitui o conjunto desses conteúdos a matéria de discussão mais almejada por esta tese, desenvolvida nos dois últimos capítulos do texto. Essa discussão inscreve-se na variedade das representações subjetivas em relação às experiências de pobreza extrema e a forma pela qual tais representações participam na constituição ou obstrução das capacidades fundamentais à atuação frente às oportunidades e os constrangimentos cotidianos. Ou seja, capacidades que integram a constituição da relativa autonomia do sujeito e seu bem estar, frente aos desafios e limitações de seu contexto social<sup>11</sup>.

No entanto, esses afetos aparecem com intensidade diversa entre os sujeitos entrevistados, mas, sobretudo, parecem suscitar reações e atitudes relativamente variadas, por parte desses sujeitos. Ou seja, enquanto alguns reagem com extrema vulnerabilidade emocional e atitude de (auto) impedimento frente às demandas cotidianas, outros (poucos) entrevistados, de forma diversa, demonstram capacidade de reflexão, decisão e atuação sistemática.

A condição acima, segundo nossas investigações, se mostrou associada aos contextos de diálogo seja no âmbito das relações primárias seja em vivências no coletivo. Refe-

---

11 Essa abordagem está apoiada por diversas noções identificadas no primeiro capítulo, com destaque às contribuições de Sen quanto às capacidades humanas. E, de outro lado, as reflexões de Castoriadis (1992) quanto ao conceito de autonomia e suas possibilidades ao sujeito.

rências expressas, por poucos entrevistados, como por exemplo, às dirigidas às: lideranças locais, ideias, afetos e sentimentos parecem constituir o elo para a mobilização de suas (eventuais) capacidades de discernimento, decisão e formas de atuação. Nesse caso, reiterando o papel fundamental dos afetos nas intersubjetividades, para além das diferenças entre os sujeitos acerca das representações simbólicas da própria pobreza. Trajetórias que remetem a vivências em um coletivo atuante sugerem alguma oportunidade frente aqueles em condição de “isolamento” ou segregação social. Mas, ao que indica esta pesquisa, é essa última condição uma característica das ocupações mais recentes e mais precárias presentes na região de Vista Alegre<sup>12</sup>.

O esforço de tratar os conteúdos acima integra os dois últimos capítulos desta tese, sendo apoiado mais diretamente por noções teóricas destinadas ao sujeito, suas experiências e conteúdos da subjetividade, tais como os conceitos de identidade, discutidos por Lima (2010), de afetos (SAWAIA, 2007) e sentimentos (DAMÁSIO, 1996), além daqueles acima mencionados.

### ***Os recursos metodológicos***

O projeto de pesquisa foi desenvolvido por meio de visitas periódicas, contatos e entrevistas na região durante o ano de 2011 e meados de 2012. Nessas visitas, destacamos o apoio obtido por três instituições locais, quais sejam: o Centro de Referência da Assistência Social – Cras/ Vista Alegre; as Obras Sociais da Igreja Católica, atuantes desde os anos 1970, como Organização Socioeducativa ao Menor – Osem e a Creche Maria das Dores – fundada nos anos 1990. De fundamental importância, foi o acesso ao arquivo pessoal de liderança histórica da região, contendo matérias jornalísticas relativas às lutas e organizações locais, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

No decorrer do estudo, outras entidades foram contatadas como a Rádio Cantareira (rádio comunitária) e a Associação Cantareira, ambas na região da Brasilândia. Indica-

---

12 Essa análise não desconhece os avanços proporcionados pela discussão acerca das análises de Redes Sociais como padrões de relações de diferentes tipos acumuladas ao longo da vida e em constante transformação. Esses estudos reconhecem que a heterogeneidade nas redes de indivíduos se dá inclusive em situação de pobreza, embora essas sejam menos variadas e menores do que as observadas entre segmentos sociais favorecidos. E desse modo corrobora a importância do contexto social sem desprezar as escolhas e relações estabelecidas pelos sujeitos. Sobre isso ver: Marques (2010).

ções de novas entrevistas também decorreram desses contatos, permitindo a continuidade das investigações.

Como estratégia para a seleção e contato com os entrevistados, recorremos à coordenação e aos profissionais atuantes no Cras/Vista Alegre. Solicitamos orientações quanto ao acesso àquelas famílias em situação de extrema vulnerabilidade social, com sobreposição de carências (renda, moradia, trabalho, acesso a serviços públicos), que haviam demandado benefícios públicos de caráter social ou assistencial, tais como: cesta de alimentos, programas de transferência monetária ou auxílio moradia. Com base nesses critérios e nas indicações obtidas, foram selecionadas e realizadas parte das entrevistas que constam neste estudo.

De forma concomitante, solicitamos também à coordenação do Cras orientações para a identificação de eventuais lideranças locais e entidades organizadas na região. Considerou-se profícuo o contato com a Secretaria Municipal de Habitação - Sehab<sup>13</sup> e com um antigo militante (Partido dos Trabalhadores – PT) da região da Freguesia do Ó, indicado à pesquisadora a partir de contatos pessoais. A partir desses contatos, identificamos três lideranças históricas na região, duas delas ainda atuantes no bairro. Na oportunidade dessas investigações e entrevistas realizadas foi-nos indicado, ainda, o editor do Jornal Freguesia News, morador da região, há mais de 50 anos. Esse conjunto de entrevistados representou para esta tese a oportunidade do resgate de parte da “memória” e atualização do cenário político e social da região, além de sugerir a importância de duas forças sociais da região – a Osem, citada acima, e a Rádio Cantareira.

Proseguíamos as entrevistas com os segmentos residentes na região, selecionados por sua situação de pobreza extrema. Entre os relatos obtidos em parte desses depoimentos chamou atenção o reforço à entidade comunitária situada no bairro – a Osem – como referência às demandas por alimentos e orientações diversas (emprego, documento, creche para os filhos, entre outras).

A partir desses depoimentos entendemos ser a Osem (ou Obras Sociais de Vista Alegre) a entidade social do bairro, hoje atuante, de maior enraizamento na região. A partir

---

13 A Sehab foi considerada importante fonte para as informações solicitadas, em razão da evidência da ocupação de amplas áreas impróprias para moradia bem como a comprovação de situações de remoções referentes às áreas de risco.

de visitas e contatos com lideranças e coordenadores de entidades, solicitamos novas indicações para seleção de nossos entrevistados, reforçando os critérios relativos à sobreposição de carências sociais e privações de direitos mencionados. Mas, dado o papel histórico representado pela Osem e seu reconhecido enraizamento na região, passamos a investigar também aquelas famílias cujas carências extremas remetessem ao passado, confirmando a trajetória de privações, embora tenham sido hoje atenuadas. Desse modo, complementamos o conjunto das entrevistas realizadas na região, objeto deste estudo.

Realizamos, por fim, contato e uma entrevista com a coordenadora da Rádio Cantareira, militante católica e ativista cultural, residente na região desde a década 1990. A partir desse depoimento, concluímos nossas investigações com base em conteúdos que reforçavam o caráter das ocupações originárias, dos movimentos e organizações coletivas em sua trajetória e do reconhecimento acerca do papel da Osem, como a entidade de bairro herdeira das mobilizações passadas.

Vale destacar que todos os moradores entrevistados por sua condição de pobreza extrema atual ou progressiva não representavam casos de empobrecimento, mas de reprodução e agravamento da precária condição social que marca suas origens.

Os moradores entrevistados foram abordados em seu dia-a-dia, por meio de entrevistas, com roteiro semiestruturado que focalizou um conjunto de temas cuja referência esteve voltada às experiências associadas à pobreza e à privação de direitos sociais. Assim, os entrevistados eram abordados no início da entrevista de modo a deixar claro que nosso principal foco era conhecer sua trajetória de vida relacionada à sua condição social, levando em conta suas percepções e sentimentos acerca das experiências e dos desafios dessa vivência.

O roteiro de entrevista utilizado era explicado de forma resumida e simples no início da entrevista, levando o respondente a interar-se de nossos propósitos, como forma de diminuir a assimetria entre entrevistado e entrevistador, comum em pesquisas dessa natureza e assegurar maior conforto ao respondente. O roteiro contemplava um conjunto de informações básicas destinadas aos objetivos da entrevista, verificando as condições de vida do entrevistado e seu acesso aos direitos sociais. Mas, com base nas questões propostas no roteiro, solicitávamos ao entrevistado – não de forma antecipada, mas somente em momentos

oportunos da interação – que falasse sobre seus sentimentos e percepções frente às experiências que estavam sendo destacadas por ele como componentes de sua condição de pobreza.

Constavam do roteiro semiestruturado questões sobre:

- Trajetória de vida e condições sociais de origem: local de origem; composição familiar; condições e características da moradia; meios de sobrevivência da família; condições de vivência da própria infância; frequência escolar; eventuais buscas de acesso à ajuda de terceiros ou da assistência social; convivência social.
- Razões que levaram o entrevistado a se estabelecer na região de Vista Alegre; seus atuais meios de sobrevivência; suas experiências no acesso aos serviços de saúde, educação, assistência social e ajuda de terceiros; recursos e formas de garantia da moradia.
- Convívio familiar; contatos com vizinhos ou outras formas de convívio coletivo dentro ou fora da região (igreja, associações locais, amigos, parentes, entre outras formas): origem e frequência atual desses contatos.

Aos conteúdos, tratados em depoimento, que transpareciam afetar (emocionalmente) os entrevistados – insinuando constrangimentos, desafios ou oportunidades, dedicávamos maior espaço nas investigações, buscando observar o sentido que assumiam para o entrevistado, além do eventual significado para a percepção de si mesmo e de sua realidade. Essa opção investigativa decorre do entendimento, por parte deste estudo de que o fenômeno da pobreza representa experiências cotidianas de afetos<sup>14</sup> suscitados por privações, sobretu-

---

14 Esta tese está fortemente apoiada no conceito de afeto. Afeto não como manifestação de afetividade (carinho, amor, amizade etc), mas conforme proposto por Sawaia (2007), como tudo aquilo que nos toca, nos “modifica”. Afetos são: experiências da ordem física (frio, fome etc) ou das emoções (medo, humilhação, raiva, etc), como decorrência do que somos, ou seja, corpo e mente, mas sem que haja cisão. Porque assim somos, atribuímos sentido às experiências físicas e às emoções, somos subjetividade, e por essa razão, os sentidos não são abstratamente concebidos, decorrência do plano das ideias, ao contrário, são da experiência dos afetos. Assim, o que se vive no corpo e na mente necessariamente adquire sentido (interpretação) subjetivo, porque é experimentado na dimensão particular, mas radicado no contexto histórico e social. As experiências de ordem física não o são *stricto-sensu*, porque não são vivenciadas sem que adquiram sentido, sem que sejam interpretadas e integradas à subjetividade. Assim, o frio, a exposição ao relento, a fome eminente não são somente experiências que afetam o corpo. Ao adquirirem sentido, de impedimento e constrangimento, resultam em imposições limitadoras ao sujeito, compondo seu universo subjetivo, influenciando suas interpretações. As noções acerca do papel atribuído aos afetos estão apoiadas na concepção de sujeito como “potência de agir para manter a própria substância – que é de homem livre e alegre” segundo Sawaia, em referência à

do, dos direitos sociais. Por decorrência, as entrevistas foram conduzidas de modo a permitir que o entrevistado narrasse suas experiências relacionadas à pobreza, para somente então serem cuidadosamente levados a falar sobre os sentimentos que essas, eventualmente, lhes suscitassem, bem como o sentido que, por fim, atribuíam, às mesmas. Esse recurso, além de orientado conceitualmente, pode ser considerado profícuo entre as discussões metodológicas que reconhecem a importância dos conteúdos de ordem afetiva na configuração de comportamentos e atitudes. Para essas abordagens, os conteúdos formulados no âmbito da subjetividade podem revelar aquilo que escapa aos discursos propostos exclusivamente à esfera estritamente “mental” ou intelectual .

Assim, entendemos que considerações acerca da eventual particularidade ou do relativismo atribuído aos afetos tratados nas entrevistas são atenuadas diante do fato de que esses conteúdos remetem a experiências comuns, associadas não a eventos pessoais ou a preferências particulares, mas às vivências comuns relativas a privações das necessidades básicas. Trata-se de afetos investigados a partir da menção às experiências decorrentes de privações materiais e sociais da pobreza extrema, tal qual, expressos nos depoimentos.

A perspectiva da abordagem proposta consistiu em resgatar os sentimentos e as percepções do entrevistado, em relação às experiências por ele destacadas, em referência às: limitações e oportunidades de seu contexto atual, de suas relações e trajetória; suas expectativas e dificuldades frente a escolhas e projetos, dada realidade de privações vivenciadas.

Os moradores selecionados, conforme os critérios estabelecidos e as oportunidades reveladas no campo de pesquisa, são apresentados, de forma resumida, ao término da tese, assim como as lideranças contatadas (ver Anexo Perfil dos Entrevistados).

Em relação à situação ou ambiente das entrevistas com os moradores da região, a maior parte delas ocorreu na moradia do entrevistado. Em duas situações o espaço utilizado foi uma sala de atendimento do Cras por escolha dos entrevistados. Finalmente, em outra situação a entrevista aconteceu na Osem, por preferência por parte da entrevistada que perdera sua moradia recentemente.

Foram entrevistados:

---

Espinosa. Por essa razão, os afetos cujos sentidos funcionam restringindo as possibilidades e capacidades humanas, assim como o medo, a humilhação, o rechaço social, impedindo a conformação das identidades são aqui tratados como: afetos restritivos ao exercício do Ser.

- Entre as famílias residentes: três homens e nove mulheres<sup>15</sup>, com os seguintes perfis:
  - jovens entre 17 e 25 anos ou adultos entre 28 e 52 anos;
  - moradores que residem: há menos de 10 anos; há mais de 10 anos; e há mais de 20 anos;
  - desempregados, *biqueiros* (coleta de recicláveis, ajudantes em feiras livres); domésticas diaristas e ex-trabalhadores com vínculo formal (baixa qualificação). Em apenas um caso: ajudante e, atualmente, professora em creche local.
  - residentes em: barracos em área de risco; alvenaria precária na favela; alvenaria autoconstruída e, por fim, alvenaria de aluguel em lote com mais de uma residência (frente-fundo) em área urbanizada (infraestrutura básica).
  - predominância de escolaridade inferior a quatro anos de estudo; presença de analfabetos. Dois casos de graduação de nível médio completo; e um caso de frequência à educação superior.
- Duas lideranças locais atuantes nas décadas de 1970 e 1980; ambas atualmente dirigentes de creches e centros educativos conveniados com a Prefeitura de São Paulo.
- Uma Liderança local (igreja católica) atuante nas décadas de 1980 e 1990;
- Coordenadora da entidade social – Obras sociais de Vista Alegre/Osem – entidade oriunda das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, hoje conveniada com a prefeitura municipal, responsável pelo atendimento de cerca de 400 crianças, adolescentes e jovens carentes, residentes na região.
- Coordenadora da Rádio Cantareira – rádio comunitária atuante na região da Brasilândia, desde o final dos anos 1990, regulamentada pela Anatel, em 2010.

---

<sup>15</sup> Embora tenham sido entrevistadas dez mulheres, uma delas foi desconsiderada por perdas importantes na gravação, inviabilizando sua recuperação.

- O Editor e idealizador do jornal semanal Freguesia News, desde sua origem há cerca de 20 anos. Residente, desde a infância, na região, acompanha e atua na política local.
- Arquiteta da Secretaria Municipal de Habitação responsável pelos projetos de moradia e requalificação urbana na região de estudo.
- Conversas informais em campo com assistentes sociais atuantes na área; funcionárias das entidades sociais e demais residentes na comunidade.

### *A análise das entrevistas em seu referencial teórico-metodológico*

A análise das entrevistas está orientada pelos conceitos e referenciais identificados no primeiro capítulo da tese, com ênfase na verificação da pobreza intangível, por meio dos sentimentos de humilhação, rechaço social e perda de controle da própria vida (MARGALIT, 1997). Investigam componentes da subjetividade dos entrevistados e suas interações com o exercício das capacidades humanas primordiais de reflexão/discernimento, decisão e atuação. Tem por referência a investigação de seus afetos e sentimentos suscitados por vivências de privações e eventuais oportunidades, conforme Damásio (1997) e Sawaia (2007).

Como recurso analítico, inspirou-nos aquele proposto por Margareth Archer (2003)<sup>16</sup> e que se presta à identificação das atitudes de reflexão – ou de reflexividade, como denomina a autora – por parte do entrevistado. Essa atitude é, por orientação metodológica, investigada a partir da eleição de uma temática fundamental à vida do entrevistado voltada para o conhecimento de suas representações e sentimentos suscitados<sup>17</sup>.

---

16 As referências propostas e desenvolvidas em pesquisas realizadas por Archer (2003) atendem à percepção da autora de que as pessoas não respondem de forma uniforme nas mesmas circunstâncias estruturadas. Assim, seu propósito é rever a concepção dos processos de mediação entre estrutura e agência. Reações e comportamentos humanos podem, no máximo, serem tomados como tendência de padrões de ações que estejam em consonância com influências objetivas. Ou seja, há uma potência referida ao poder pessoal para refletir subjetivamente sobre as próprias circunstâncias e decidir o que fazer em relação a elas e a si mesmo. Sem que o poder causal dos constrangimentos e das possibilidades do contexto deixe de se fazer presente e atuante.

17 A investigação supõe, obviamente, um conjunto de pessoas que compartilham de trajetória social, cultural e econômica semelhante, ou seja, um universo com pouca variabilidade do ponto de vista das estruturas sociais propiciadas.

No caso de nosso estudo a temática refere-se às formas como o entrevistado lida com sua trajetória de privações extremas por condição de pobreza. Ao tema aplica-se a investigação das condições de reflexividade (ou de reflexão com intenção definida) do sujeito, demonstrada por meio dos conteúdos presentes em seu relato, segundo sua atitude em relação a esses.

Tal opção metodológica cria condições à investigação da interação entre o sujeito e o contexto em que se insere. É o aumento do conhecimento acerca dessas condições de deliberações internas (à pessoa) que nos permite esclarecer o que as pessoas fazem em relação às suas necessidades, preocupações e possibilidades verificadas.

Segundo Archer (2003), a condição de reflexividade é exercitada na conversação interna, sendo examinada, pela autora, como o processo em que o sujeito “negocia” os efeitos da estrutura social (oportunidades e constrangimentos) em cima de sua agência (ação com reflexão). É o exercício regular de todas as pessoas “normais”<sup>18</sup> ao se considerar em relação aos seus contextos e vice-versa. Resultam em deliberações internas que formam a base sobre a qual as pessoas elaboram o curso de suas ações, das mais básicas às mais complexas.

Assim a “conversa interna” ocorre em situações de planejamento e decisão de ações e objetivos, como ensaio mental de situações futuras ou re-vivências do passado que de fato afetam ao sujeito. Assim, esse recurso (e conceito) se aplica às preocupações e áreas da vida que tem maior importância para o sujeito, sua conversa interna é como uma estratégia para lidar e planejar essas áreas de maior urgência.

A atitude por parte do sujeito na forma como estabelece a conversa interna informa acerca de sua subjetividade em constituição. Trata-se, por exemplo, da satisfação com o sucesso alcançado (preparação) ou da decepção com a adversidade, atitudes que conduzem e qualificam a reflexão. Ou seja, refletir a partir de uma atitude de referência seria um recurso ou de esclarecimento – como esperado – ou de aprisionamento e medo diante resultados vislumbrados.

Portanto, a mediação (dada pelas devolutivas) depende dos agentes (sujeitos) exercerem seus poderes pessoais de formular projetos, monitorar a si mesmo e à sociedade,

---

18 Archer (2003) quer assim se referir ao domínio comum da capacidade mental, do raciocínio. Mas, reforça que as respostas da conversação interior (reflexividade) são construídas e carregadas emocionalmente e não são fruto de exercício da racionalidade instrumental. Essas respostas são chamadas pela autora de “comentários” às nossas preocupações.

referenciados pelos “poderes causais”<sup>19</sup> das propriedades estruturais e culturais prévias que são de natureza distinta, quais sejam de oportunidades ou de constrangimentos. Desse modo, os graus de liberdade do sujeito variam em relação àquilo com o qual ele está se confrontando. Mas, as possibilidades de tal exercício (de alguma liberdade) dependem do processo de reflexão (reflexividade) quanto a como deliberar em relação à interação entre as causas objetivas e suas eventuais possibilidades.

As considerações desenvolvidas por Archer (2003) parecem representar, no âmbito desta tese, oportunidades à identificação do exercício das capacidades de reflexão, decisão e atuação sugerindo ou não alguma autonomia por parte do sujeito, frente às condições objetivas de um cotidiano de privações das necessidades fundamentais à vida. Na medida em que nos permite reconhecer e compreender as reflexões e deliberações do sujeito, a partir de sua construção cognitiva como produto de sua trajetória. Essa trajetória, por sua vez, existe somente a partir das relações e condições sociais, que seguem como parte do processo de reflexividade.

A partir da investigação proposta espera-se iluminar aspectos acerca da interação entre as imposições sociais da pobreza e as possibilidades do sujeito. E, desse modo, aumentar o conhecimento acerca de como capacidades humanas primordiais dialogam com possibilidades e constrangimentos sociais comuns aos contextos de extrema pobreza.

Assim, a verificação da hipótese formulada nesta tese supõe, de um lado, o resgate da história da ocupação da região de Vista Alegre, as características da produção social do espaço e dos sujeitos em suas interações coletivas. Nesse caso, como recurso à reconstrução do contexto social e de suas oportunidades e desafios, apoiado em estudos e conceitos relativos à formação e evolução das periferias na Região Metropolitana de São Paulo. E, de outro lado, inclui a recuperação de aspectos da trajetória dos sujeitos expressos nos depoimentos acerca de suas experiências de privação extrema, bem como seus mecanismos de interação com o contexto socioterritorial no qual se inserem.

---

19 Archer (2003) designa poderes causais os potenciais previamente representados em situações objetivas.

## **A organização da tese**

A tese está organizada em seis capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo inicia revendo conceitos predominantes sobre pobreza, com destaque àqueles que a toma, exclusivamente, como insuficiência de renda. Segue destacando a associação das carências e privações da pobreza à insuficiência de direitos. Prossegue recuperando noções que propõem a ampliação do conceito de pobreza, a importância do sujeito para esta discussão, a atenção à pobreza intangível, de modo a fundamentar a perspectiva investigativa proposta nesta tese. Finalmente identifica conceitos fundamentais à investigação como as noções de identidade e autonomia humana. Este capítulo se faz exclusivamente a partir da revisão da literatura direta ou indiretamente dedicada ao tema.

O segundo capítulo destina-se a situar conceitos básicos indispensáveis à compreensão da formação e ocupação da região da Brasilândia aqui investigada. Esse capítulo considera os depoimentos de antigas lideranças comunitárias entrevistadas e levantamentos jornalísticos associados à ocupação da região de estudo.

O terceiro capítulo destaca e analisa as atuais características da região pesquisada, fruto de seu processo de expansão irregular e desordenada, sobretudo, a partir dos anos 1980, como substrato à investigação da subjetividade em situações de privação e carência extrema.

O quarto capítulo identifica e caracteriza as principais forças sociais e políticas hoje atuantes na região pesquisada. Busca situar o declínio dos movimentos locais, a presença e atuação de políticos regionais frente às demandas sociais; as formas de atuação do Estado e iniciativas de lideranças e forças locais frente às demandas sociais. As fontes de informações, além das bibliográficas, resultam de observações e contatos da pesquisadora em campo, entrevistas com moradores e lideranças comunitárias e agentes públicos.

O quinto e o sexto capítulos focalizam os sujeitos a partir das entrevistas, analisando vivências, afetos e percepções recentes e passadas, associadas às trajetórias de privações da pobreza à luz dos conceitos e interpretações propostas pelos autores de referência. Identifica e reflete, ainda, sobre suas relações com: as origens e trajetória da ocupação na

região; as forças sociais locais; os agentes públicos e as próprias representações sociais de pobreza. Busca indícios da influência dessas relações na composição do universo subjetivo dos entrevistados e de suas possibilidades.



Distrito da Freguesia do Ó - Subdistrito da Brasília  
Fonte: PMSP.



### **REVENDO O CONCEITO DE POBREZA: DIFERENTES DIMENSÕES DA PRIVAÇÃO HUMANA**

Este capítulo sistematiza alguns aspectos e conceitos da literatura especializada, visando contribuir para a ampliação conceitual de pobreza, segundo a perspectiva investigativa nesta tese. Não tem a pretensão de retomar as diversas matrizes conceituais que abarcam a temática<sup>20</sup>, mas destacar as oportunidades e limites das abordagens que têm predominado na base das investigações e mensurações dedicadas à pobreza. Essas abordagens tomam a pobreza, sobretudo como fenômeno social a ser identificado, classificado e mensurado. Contributivas e indispensáveis por sua capacidade de representar amplas realidades e contextos em situação de vulnerabilidade social incorrem, no entanto, na sugestão de certa homogeneidade entre os segmentos sociais em situação de privações ou pobreza. Essa perspectiva torna o sentido de investigar a pobreza, por suas eventuais diferenças, pouco problematizado o que pode emergir somente do contato e aproximação aos seus sujeitos.

Nesse sentido, o presente capítulo pretende trazer referências teóricas que justifiquem a relevância em tomar na investigação o próprio sujeito em condição de pobreza. Referências que sugerem que as carências básicas decorrentes da pobreza levam a constrangimentos para além da escassez de alimentos, abrigo, proteção à saúde, porque vivenciados subjetivamente pelos sujeitos. Trata-se de privações impostas aos afetos, sentimentos e per-

---

20 A literatura especializada é vasta e variada abarcando abordagens que: investigam os determinantes da pobreza, estrutural ou inscrita como empobrecimento; outras que privilegiam sua compreensão investigando suas relações com a assistência social; outras, ainda, ampliam o conceito ao remetê-lo aos parâmetros inscritos na cidadania e à insuficiência dos direitos, algumas dessas adotando o conceito de exclusão social. Sobre as diferentes abordagens acima ver: Samala e Detremeau (1999); Castell (1998); Simmel (1998), Pougan (2003), Sen (2000); Dieterlen (2006) e sistematizações em: Lavinias (2007); Rocha (2007); Cepal (2009), entre outros autores.

cepções do sujeito em razão das privações por insuficiência de recursos materiais, monetários e de direitos. De modo a compreender a pobreza, conforme diversos autores, como privação do bem estar básico que acresce às garantias fundamentais – moradia, renda, serviços fundamentais – a realização das possibilidades humanas fundamentais; ou o exercício da relativa autonomia humana, como se pode depreender de algumas noções a partir da literatura. Assim, refuta-se também a noção da relativa homogeneidade da pobreza.

O capítulo inicia revendo a tendência prevalente de sua associação conceitual restrita aos rendimentos monetários. Considera que essa correspondência a despeito da objetividade alcançada propiciando a identificação e mensuração do fenômeno, traz limitações, sobretudo, ao reconhecimento da dimensão humana afetada pelas privações da pobreza. Prossegue identificando a importância das discussões que relacionam a pobreza à insuficiência dos direitos à cidadania, sobretudo para a retomada do sujeito como dimensão analítica, condição fundamental ao nosso propósito.

Assim posto, o capítulo adentra no esforço proposto. Retoma a noção de pobreza como privação do bem estar básico e destaca a necessidade humana pela realização de suas possibilidades e capacidades. Subsidiar esse entendimento, as noções e os conceitos relativos ao sujeito e suas intersubjetividades, afetos, sentimentos e percepções, desenvolvidas por diferentes autores. Coube destaque à função cognitiva desses componentes, conforme Damásio (1997), e sua participação nas capacidades de reflexão/discernimento, decisão e atuação desempenhadas pelo sujeito. Mostrou-se, ainda, contributiva a recuperação da noção de identidade como lócus da conformação e transformação de sentimentos, ideias e percepções em partícipes aos exercícios do sujeito frente às demandas e desafios cotidianos. Lócus que não se constitui em razão exclusiva do sujeito, mas de suas interações de suas relações radicadas no contexto imediato. Os conteúdos identitários não são parte de uma entidade absoluta, mas são significados cujo sentido remete ao viver cotidiano, que adentram e nos afetam por meio das intersubjetividades. Chegamos assim, à explicitação da necessidade de considerar as referências externas ao sujeito: seu contexto de origem e o atual, suas relações primárias e sociais, as oportunidades e limitações históricas que, em maior ou menor grau, o cercam. Abordar o sujeito em seus afetos associados à trajetória da pobreza é conhecer aspectos de sua identidade por meio das intersubjetividades por ele sugeridas na expressão de sua tra-

jetória, experiências e vivências relatadas. Mas, sem dispensar algum conhecimento acerca do contexto, de seus aspectos sociais e políticos, a partir do qual o sujeito nos fala. Trata-se do fato de que se a pobreza como fenômeno é socialmente produzida, portanto no âmbito do coletivo, como experiência não dispensa o âmbito do sujeito, do subjetivo.

Espera-se, por meio desta discussão, criar condições conceituais à investigação do universo de possibilidades e constrangimentos que afetam os sujeitos com trajetória de privações por pobreza.

## **1.1 Pobreza em sua construção empírica: da insuficiência dos rendimentos à incompletude dos direitos**

### ***1.1.1 A insuficiência de rendimentos***

As abordagens destinadas ao fenômeno da pobreza abarcam variado leque de enfoques e possibilidades de investigações, seja discutindo suas causas e consequências, seja situando e mensurando sua incidência e intensidade. Nas últimas décadas tem predominado entre as concepções de pobreza, aquelas centradas em sua expressão como carências monetárias, proporcionando sua equivalência conceitual quase “imediata” aos indicadores de rendimento familiar. Essa orientação está associada, em parte, à necessidade da ação pública de implementar políticas sociais de combate à pobreza e, em parte, à desejada comparabilidade aos indicadores internacionais<sup>21</sup>. Mas, mais do que isso, sugerem orientação similar à tradição das abordagens europeias destinadas à classificação e identificação dos pobres, entre o conjunto da sociedade<sup>22</sup>. Além de “responderem” às orientações e representações acerca da pobreza promovidas por organismos internacionais, como o Banco Mundial no âmbito das políticas destinadas, sobretudo, à América Latina e países da África<sup>23</sup>.

No Brasil, metodologias baseadas em coletas primárias (domiciliares) destinadas à produção de estatísticas públicas ganham ênfase a partir dos anos 1980. Com a disponibi-

---

21 Sobre isso a literatura é vasta com estudos como os desenvolvidos pelo Ipea, FGV, além das produções de Sonia Rocha (2006).

22 As primeiras abordagens visando à classificação e à mensuração da pobreza se dão na Inglaterra no início do século XX, seguidas pelas produções norte-americanas. A perspectiva adotada baseava-se na definição de linhas de pobreza. Sobre isso ver: Rocha (2006).

23 Sobre isso ver: Marins (2013).

lidade dessas informações, a opção por indicadores de cunho quantitativo baseados na captação dos rendimentos da família passa a ter importante papel na identificação e publicidade do fenômeno da pobreza. Esses indicadores de teor socioeconômico constituíram, naquele momento, alternativa importante à utilização pouco adequada de indicadores econômicos clássicos, como PIB – adequados à mensuração da produção de riqueza – como variável *proxy* das condições sociais do país.

Assim, a opção por indicadores de rendimento familiar constituía a forma objetiva de identificar o quanto da riqueza economicamente gerada, de fato, retornava à sociedade, tornando-se “disponível” monetariamente para atender ao consumo das famílias. Demonstrava-se, empiricamente, a “distribuição” dessa riqueza, portanto, tomada menos como um resultado da econômica e mais como expressão de sua apropriação no âmbito das relações sociais, ou em específico as relações de mercado. A produção de resultados dessa natureza tem, a nosso ver, o mérito de trazer a abordagem da pobreza do campo estritamente econômico ao campo social e político. Tratada, segundo, referenciais presentes na sociedade, a pobreza deixa de ser apenas ausência de produção de riqueza, ou uma variável estritamente econômica.

Além disso, das investigações centradas na renda derivam oportunidades metodológicas importantes, destinadas à aferição da pobreza, com alguma variação de objetivos, supondo diferentes recursos à produção de indicadores e à análise de seus resultados. Entre essas opções destacam-se aquelas pautadas pela fixação das denominadas linhas de pobreza, com base em valores monetários, abaixo dos quais a sobrevivência humana estaria comprometida. Esses valores são fixados com referência em dados sobre a estrutura e padrão de consumo das famílias<sup>24</sup> e proporcionam dois patamares de análise ou tratamento acerca da pobreza.

O primeiro patamar, denominado linha de indigência, refere-se à garantia de sobrevivência concebida exclusivamente na forma de reposição nutricional<sup>25</sup>. O segundo define o limite a partir do qual haveria incapacidade de suprir o conjunto das necessidades básicas à reprodução humana (alimentação, vestuário, moradia, saúde, educação), compondo uma cesta de

---

24 A principal fonte de referência a essa produção têm origem em pesquisas de orçamento familiar. No Brasil, trata-se das Pesquisas de Orçamento Familiar – POFs, produzidas pelo IBGE.

25 Referenciado em parâmetros nutricionais que implicam a garantia das calorias mínimas à manutenção da sobrevivência humana, a definição da referida *linha* sugere a associação da pobreza extrema à ausência de alimentação básica.

bens e serviços básicos. Por conseguinte, permitem respectivamente a classificação e mensuração das famílias quanto às situações de indigência e de pobreza e, por exclusão, de não-pobreza.

Em ambas as noções, pobreza corresponde ao comprometimento da sobrevivência e reprodução humana, o que poderia vir a sugerir que a garantia ao atendimento dessas necessidades básicas representasse a superação da condição de pobreza. Como se o determinante em sua reprodução fosse carência de certo valor monetário, que uma vez garantido, viabiliza mudança desta condição social à outra. É importante mencionar que essa definição tem o reconhecido mérito da preocupação com a preservação da vida humana em contextos adversos, o que a torna indispensável. No entanto, o que determina seu mérito também revela seu limite, qual seja a prevalência da garantia da manutenção da reprodução básica como fator privilegiado para a identificação da pobreza. Aqui chegamos a um dos pontos críticos entre as abordagens destinadas à identificação da pobreza qual seja, os critérios baseados nos mínimos sociais, sugerindo parâmetro quase absoluto. Ou o que alguns autores chamam a atenção como o fato de ser a pobreza quase sempre definida como falta, carência, pelo que está ausente ou oculto ou impedido.

Prosseguindo aos recursos de classificação e mensuração da pobreza, é fato que, os “limites” inerentes à noção de *pobreza absoluta* – como o são denominadas medidas ou *linhas de pobreza* acima em questão – podem ser considerados “atenuados” pela concepção de *pobreza relativa*. Essa noção trata a insuficiência de renda mais na perspectiva da desigualdade do que da pobreza, ao referenciar o parâmetro (ou linha) de pobreza às condições específicas de cada sociedade e tomando-o de forma relacional à riqueza. Do ponto de vista metodológico, é comum, nesses casos, a adoção de um parâmetro ou patamar de renda que reflita o potencial de distribuição e apropriação social da riqueza social “disponível”. Este patamar se refere, normalmente, à renda média ou mediana local (país, região, etc.), a partir da qual são definidos os estratos de pobreza com base na parcela relativa apropriada de um segmento em relação à média local estimada<sup>26</sup>.

---

26 Ver Sonia Rocha (2006, p. 14), citando exemplo de aferição baseada na linha de pobreza relativa, utilizada pela União Europeia que define três segmentos de pobreza que reflete o montante apropriado em relação ao valor mediano de renda estimado para o país. Esses segmentos equivalem à apropriação de 40%, 50% e 60% do rendimento mediano de um país ou região. Assim, cada país conta com sua própria linha de pobreza, de modo que o não-pobre em Portugal poderia ser o pobre na França.

Enquanto na noção de *pobreza absoluta* há um padrão de vida mínimo para a sobrevivência humana, ainda que, em maior ou menor medida associado ao padrão de consumo local, na de *pobreza relativa* o padrão é o avanço socialmente gerado, portanto, não necessariamente, equivalente a um mínimo. Segundo essa abordagem, o fenômeno da pobreza não se restringe, exclusivamente, ao comprometimento da sobrevivência humana, tornando-se mais amplo, podendo haver pobreza, inclusive, onde a sobrevivência esteja assegurada. O patamar de riqueza alcançado por uma nação é, nesse caso, o parâmetro possível e entendido como válido, em lugar do exclusivo atendimento às necessidades básicas<sup>27</sup>. Trata-se de estabelecer um valor de corte que leve em conta o nível de vida preponderante na sociedade, sendo os patamares abaixo disso, classificados em graus diferentes de pobreza.<sup>28</sup>

A noção dos mínimos sociais presente na *linha de pobreza absoluta* é atenuada a partir do referencial de *pobreza relativa*, dada a possibilidade de relacionar pobreza à riqueza, efetivamente produzida na sociedade. Constitui esse um importante referencial às reflexões que se prestam a pensar a pobreza em estreita relação à desigualdade,<sup>29</sup> sem que isso represente, no entanto, a superação de sua equivalência exclusivamente referida à renda auferida pelas famílias. Essa tendência passa a ser revista no âmbito da União Europeia a partir dos anos 2000, contemplando desde então indicadores de inclusão social, destinados, evidentemente, às ações de enfrentamento ao empobrecimento de parcela dos segmentos sociais<sup>30</sup>.

Desde logo, a proposição de diferentes metodologias destinadas à mensuração de pobreza sugere a existência de premissas diversas, ao mesmo tempo em que indica a importante preocupação em orientar a intervenção pública que parcela das produções científicas carrega. Obviamente as discussões acerca dos critérios classificatórios e os itens associados à

---

27 Sobre isso: Crespo e Gurovitz (2002).

28 Os valores de referência são em geral o rendimento médio ou a mediana do rendimento no país. O que desde logo torna diverso o poder de compra entre os “pobres” de um ou de outro país.

29 De tradição europeia, o critério baseado na mensuração da pobreza relativa é normamente compreendido como menos adequado em países ou localidades que reconhecidamente a situação de privação é extrema, envolvendo não cumprimento de padrões mínimos.

30 Um exemplo é a adoção de um conjunto de indicadores de: distribuição de renda (razão da renda média dos 20% mais ricos sobre a renda média dos 20% mais pobres); proporção da população abaixo da linha de pobreza relativa – antes e após recebimento de benefícios sociais; proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza durante três anos consecutivos; desemprego de longo prazo; baixa escolaridade entre jovens e ausência de formação profissional. O Conselho de Lisboa foi um dos adeptos da formulação de objetivos a partir desse escopo de apurações. Sobre isso ver: Lavinias (2003).

garantia da sobrevivência humana variam no tempo, portanto, histórica e socialmente. Mas, desse modo, deixam pistas importantes acerca da evidente amplitude conceitual inerente ao fenômeno da pobreza não contemplada pelas citadas construções e opções metodológicas.

Nesse sentido, pode-se dizer que a opção hegemônica por indicadores de rendimento familiar como recurso à identificação da pobreza constitui expressão compreensiva por parte da ciência aplicada. No entanto, não esgota o amplo debate necessário ao aumento da compreensão acerca do fenômeno da pobreza. Vale lembrar que a possibilidade de classificação e mensuração das famílias, segundo faixas de rendimento sugere com suas escalas e proporções correlatas dois vieses de interpretação. Um relativo à “verdade” proporcionada pelo número ou oportunidade de contagem obtida, outro à associação da pobreza como fenômeno estanque resultante da classificação dos segmentos de mais baixa renda destacados do conjunto da sociedade. Em ambas as situações, o caráter de processo associado à pobreza tende a se obscurecer e junto a ele os sujeitos reconhecidamente distintos, quanto a diversos aspectos relevantes, mas necessariamente classificados como semelhantes. Distintos até mesmo quanto ao acesso ao consumo básico, portanto, à intensidade das privações vivenciadas no âmbito da família<sup>31</sup>.

Nessa direção, a opção por indicadores quantitativos, sobretudo associados à apuração dos rendimentos familiares, na orientação das políticas públicas, embora fundamental, não se mostra suficiente. Em especial quando as expectativas e objetivos se voltam à identificação de oportunidades de emancipação do sujeito, eventualmente incentivadas por ações públicas. São normalmente as denominadas “portas de saída”, por vezes, almejadas em programas sociais de atendimento focalizado, como os de transferência de renda monetária.

Ainda que as análises produzidas chamem a atenção para os fatores de influência para a reprodução da pobreza, a prevalência de abordagens que classificam o fenômeno a partir dos rendimentos familiares tende a confundir-se com sua própria definição. Essa perspectiva, de certo modo, pode ser atenuada por metodologias destinadas à identificação da desigualdade social. Mas, subjacentes a esses estratos de rendimentos (formulados) colocam-se as relações sociais e políticas, os aspectos socioculturais e suas influências no compor-

---

31 Quanto a esse aspecto há contribuições de suma importância por parte das investigações tratadas por Sen, que destacam, por exemplo, a desigualdade no consumo doméstico, extremamente desfavorável às meninas em comparação aos meninos (irmãos). Sobre isso ver: Sen (2000).

tamento, as atitudes e possibilidade de constituição do sujeito em situação de carência e privação social. Ou, dito de outro modo, a dimensão humana presente na condição de pobreza prossegue necessária ao debate, embora em perspectiva diversa dos parâmetros possíveis aos indicadores quantitativos, como no caso, os rendimentos monetários.

Além disso, vale lembrar que a despeito da factibilidade da produção de resultados numéricos há limitações importantes na utilização do critério de renda associadas à impossibilidade de expressar os conteúdos da pobreza, seus determinantes e características distintas. Mas, também ao próprio comportamento dos rendimentos auferidos, reconhecida-mente elásticos, pelos economistas e por especialistas no tema. Os rendimentos familiares, sobretudo na pobreza extrema, diante da irregularidade desses ganhos e precariedade das inserções no mercado de trabalho são de difícil captação em coletas primárias, além de associados às dinâmicas de conjuntura econômica e social<sup>32</sup>.

Nessa direção, preocupações importantes são sintetizadas por Dieterlen (2006) quanto à operacionalização do conceito de pobreza, pelos métodos de classificação de seus segmentos tal como:

(...) Si bien los métodos para medir La pobreza nos permiten implementar políticas públicas de combate, no hay que olvidar que La “elección” de un método o otro tendrá repercusiones prácticas que pueden ser peligrosas. Los métodos nos ayudan a decidir quiénes son pobres y quiénes no lo son. Esto puede dejar sin asistencia a personas que realmente lo necesiten. [A autora, ainda, nos lembra que]: Amartya Sen nos advierte del peligro de usar métodos meramente cuantitativos cuando afirma que la economía positiva no ha logrado describir los hechos objetivamente puesto que siempre se ven impregnados por juicios de valor. Nos dice Sen: La descripción no consiste solo en observar y reportar; implica El ejercicio – posiblemente difícil – de seleccionar (...). (DIETERLEN, 2006, p.41).

É bem verdade que diferentes aspectos são investigados na relação pobreza e baixos rendimentos, conforme mencionado. Entre esses são reiteradas as contribuições da variada gama de análises de mercado de trabalho, com ênfase nas investigações que relacionam a qualidade da inserção e a escolaridade da força de trabalho aliadas, ainda, às investigações

---

<sup>32</sup> Consideração semelhante vale para a coleta das informações sobre rendimento nos estratos de alta renda, normalmente por intenções associadas à omissão ou falseamento desses valores.

acerca do acesso aos direitos trabalhistas e de seus benefícios. Nesse último caso, permitindo transitar das explicações eminentemente econômicas, centradas no indivíduo – como força de trabalho – às relativas aos direitos à cidadania, embora restrita ao mundo do trabalho. O sujeito em situação de pobreza não é só portador de baixa escolaridade e de determinada inserção no mercado de trabalho, mas um cidadão cujo acesso a alguns direitos passava a ser considerado.

O foco no papel dos direitos à cidadania resulta, nesse caso, como reforço à observação e consideração aos sujeitos, em especial aqueles identificados entre os segmentos socialmente desfavorecidos, ampliando o escopo do debate em torno da reprodução da pobreza. Desse modo, sinalizam a relevância de se investigar diferentes aspectos acerca dos sujeitos envolvidos no processo da pobreza, não mais restritos a consumidores ou força de trabalho, mas como cidadãos ou aspirantes aos direitos da cidadania.

Assim, as abordagens que tomam pobreza como resultante da incompletude dos direitos à cidadania permitem sua relativa ampliação conceitual inscrita historicamente no processo político coletivo e observada no âmbito das relações Estado e sociedade. Dessas abordagens tem resultado, como equivalentes analíticos à noção de pobreza, um leque de carências e privações no acesso aos bens materiais, oportunidades sociais e benefícios públicos. Carências associadas não somente às restrições de acesso aos bens do mercado privado de consumo, mas às aquisições de benefícios públicos e oportunidades relativas ao exercício da cidadania.

De fato, o avanço das noções relativas aos direitos à cidadania abre possibilidades ímpares à concepção social de pobreza. Perspectivas históricas<sup>33</sup> fazem lembrar o quanto a origem das ações destinadas aos segmentos empobrecidos fazia-se em caráter moral e religioso, diante da ausência do reconhecimento a premissas relativas à igualdade de direitos sociais. Complementam essas contribuições, os estudos que identificam a “entrada” da questão pobreza no âmbito dos direitos regulados a partir do mundo do trabalho. Mas, no Brasil serão o avanço da noção de cidadania e de seu reconhecimento constitucional, a partir de 1988, que abrem a possibilidade de tratar a pobreza a partir de premissas menos restritivas, orientadas

---

33 Sobre isso ver: Schwartzman (2007).

pela noção da igualdade no acesso aos direitos sociais. No entanto, sem que a ampliação aos direitos à cidadania, sobretudo os direitos sociais viessem a garantir a diminuição das desigualdades sociais, da privação por bens e serviços públicos e coletivos, impactando sobre a pobreza. Nessa direção, vale lembrar que “(...) a extensão de vários direitos às classes baixas constitui um desenvolvimento característico de cada país” (BENDIX, 1996, p. 114) e que seu conhecimento requer variadas e reiteradas formas de investigação.

No caso brasileiro, os direitos sociais instituídos, além de relativamente recentes, não foram por várias razões, de imediato, amplamente estendidos, tardando a alcançar, sobretudo, os segmentos mais carentes. Para esses, os benefícios ofertados se mostram fundamentais, não só à sobrevivência, mas, sobretudo, ao desenvolvimento de potencialidades humanas necessárias ao aproveitamento de oportunidades diversas. Assim, sua disponibilidade insuficiente ou inadequada pode resultar mais perversa aos segmentos em situação de maiores privações. Não sem razão, a partir de produções estatísticas observa-se que o aumento médio no acesso aos benefícios sociais não elimina a existência de parcelas não contempladas por esses benefícios. Esse desempenho médio favorável não operara “processos que levassem à consolidação de uma condição do “*empowerment*” de grupos e categorias da sociedade civil.” (KOWARICK, 2004, p. 229).

Portanto, a instituição dos direitos sociais ainda não ultrapassou a barreira da condição social, sendo esses absorvidos de forma heterogênea entre os segmentos em condição de pobreza e os em extrema pobreza (MARQUES, 2001). Além disso, o aumento na cobertura de serviços públicos, como vem sendo destacado em diversos estudos, se dá segundo intensas diferenças quanto à qualidade dos benefícios ofertados (TORRES; BICHR; PAVEZ, 2006). De modo que a sobreposição e persistência de carências básicas, a despeito da ampliação de parcela dos direitos sociais, refletem a expansão limitada dos direitos à cidadania que, desse modo, participa dos mecanismos de reprodução da pobreza.

### ***1.1.2 A incompletude dos direitos à cidadania***

As abordagens destinadas à investigação do acesso aos bens e serviços públicos coletivos ampliam o entendimento da pobreza para além dos marcos conceituais da insuficiência de

renda. Marcam essa dimensão, desde um amplo e variado escopo de preocupações teóricas, relativas aos direitos à cidadania, bem como a verificação empírica do acesso aos mesmos,<sup>34</sup> ambas importantes para as reflexões aqui propostas e tratadas de forma breve.

As abordagens destinadas aos direitos, quando estatisticamente aplicadas tem permitido demonstrar, no nosso caso, o relativo avanço do acesso a esses direitos, ao lado da recorrente restrição acerca da qualidade e da quantidade dos bens ofertados. Se, por um lado, essas análises representam a oportunidade de constatar e mensurar as ações do Estado quanto a seu alcance social, por outro lado, incorrem no risco de, uma vez mais, ter seus resultados compreendidos como equivalentes conceituais da pobreza. Direitos universais, como o acesso aos serviços de saúde, educação básica, direitos à moradia, serviços urbanos e transporte entre outros são operacionalizados em pesquisas primárias junto à população. Desse modo permitem a geração de importantes indicadores relativos ao acesso a esses direitos e à sua efetiva contribuição para as condições de vida de diferentes grupos sociais. Assim, permitem revelar dimensão ampla dos conteúdos da pobreza, também tratada por conceitos como o de “exclusão social”, bastante comum nos anos 1990.

De fato, a ênfase nos conceitos relativos aos direitos sociais trazem oportunidades à investigação e identificação acerca das condições de vida, qualificando suas eventuais carências e privações. Em parte, de modo a fazer crer que, tal qual no caso dos rendimentos, também as privações no acesso aos serviços públicos fundamentais e seus benefícios possam ser tomados por equivalência à pobreza. Trata-se das constatações e mensurações relativas à (o): mortalidade infantil; analfabetismo; abandono escolar precoce; imprevisto e precariedade das moradias, ausência serviços urbanos, entre outros indicadores sociais. A essas evidências, acresce um conjunto de estatísticas que confirmam os baixos rendimentos auferidos entre essas famílias, as restrições no acesso a outros benefícios públicos, passíveis de serem obtidas em coletas primárias domiciliares censitárias ou por amostragem<sup>35</sup>.

---

34 Sob esse referencial encontram-se as abordagens que destacam a multidimensionalidade da pobreza e as investigações empíricas voltadas à identificação das chamadas “necessidades básicas”, comuns na América Latina.

35 Essas abordagens foram ao longo dos anos 1990 reafirmadas pelo Banco Mundial em suas produções e divulgações. Também no Brasil, há pelo menos três décadas contribuem na identificação de privações ou insuficiência dos direitos sociais e do acesso às políticas setoriais implementadas. Nesse sentido, destacando a necessidade da integração das políticas públicas e do acesso aos benefícios gerados, sobretudo, entre os segmentos sociais que acumulam privações diversas: moradia, renda, saúde, escolarização entre outros.

Nessas investigações embora possam variar o conjunto das carências relacionadas resulta reforçada a identificação da pobreza a partir de aspectos passíveis de categorizações abrangentes para efeito de mensuração. Mesmo quando tomada como fenômeno multi-dimensional, portanto, investigada segundo diferentes componentes, o tratamento analítico dado à pobreza apoia-se em sua equivalência às variáveis passíveis de serem mensuradas<sup>36</sup>.

A despeito das propriedades e da acuidade na utilização de recursos metodológicos e técnicos e de seus atributos para a classificação da realidade, é prudente lembrar que a produção de estatísticas públicas implica limites. Como pondera Schwartzman (2004, p. 75), as estatísticas trazem consigo o paradoxo da abordagem empírica “dominadas por controvérsias e descobertas provisórias, experimentais, probabilísticas e mesmo contraditórias, em vez de serem por uma lógica sólida, evidências e demonstrações, como muitas vezes se propala.”

Ainda que atrás de cada descoberta provisória, exista um aporte conceitual que oriente a leitura e compreensão da realidade, sua apresentação na forma de indicadores resulta uma representação parcial do fenômeno e não o próprio fenômeno. Mesmo indicadores sintéticos, que reúnem diferentes dimensões associadas a um problema resultam da seleção e posterior combinação de algumas variáveis disponíveis, capazes de expressar parcialmente os aspectos a que se referem.

Vale dizer que o reconhecimento social da pobreza tem se dado, em grande parte, mediado pelos resultados estatísticos produzidos e pelo teor normativo de seus indicadores. Desse modo, algumas categorias analíticas têm prevalecido na conformação e compreensão da pobreza, categorias essas de forte orientação empírica e quantitativa, por vezes, representadas territorialmente. Como tal, esses resultados consistem recurso indispensável e eficaz à ação pública, operacionalizando critérios de acesso aos benefícios públicos, divulgando e atestando resultados das políticas implementadas. Sem, no entanto, perder seu caráter originário comum a todos os indicadores estatísticos de refletir aspectos importantes, mas parciais, recortes bem representados da realidade investigada.

---

36 Os exemplos variam e se estendem desde os anos 1980 ao período atual. Trata-se de indicadores voltados às necessidades básicas combinadas ou não às características sociodemográficas familiares e individuais. São exemplos dessa abordagem, além do próprio Índice de Desenvolvimento Humano - IDH/PNUD; o Mapa da Exclusão e Inclusão social – PMSP (2002); o Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF/Ipea; o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS/FSede; entre outros.

É importante lembrar que, a percepção gerada pela amplitude e relativa “precisão” das estatísticas tende a nos instigar a colocá-los como (quase) equivalentes aos fenômenos aos quais se destinam. Quase equivalentes ao próprio conhecimento temático ou suficientes à definição da ação pública. Nesse caso, sobretudo, porque os segmentos alvo estão identificados. Trata-se da noção segundo a qual, o conhecimento do fenômeno e de seus segmentos se faz, fundamentalmente, com base nos critérios que levaram à relativa precisão em sua identificação empírica. Ou seja, a pobreza seria conceituada a partir das variáveis mensuradas diretamente da realidade, sendo essas, por decorrência, consideradas suficientes ao reconhecimento público da pobreza e à proposição dos recursos e meios voltados ao seu enfrentamento.

De forma bastante apropriada à ampliação investigativa aqui proposta, Lavinas (2007, p. 9) considera que:

A pobreza nasce como uma categoria do campo da ação, da intervenção, pois sendo uma categoria identitária, visa designar e caracterizar o status social dos indivíduos que se situam na parte inferior da hierarquia social.

Na produção aplicada das estatísticas, a equivalência conceitual da pobreza a um leque de carências amplia as oportunidades do debate acerca da identificação dos segmentos em situação de privação. Permite apurar a diversidade e intensidade dessas privações, sugerindo o comprometimento das funções cotidianas relacionadas ao abrigo seguro; o repouso; a privacidade; a higiene entre outras dimensões da vida humana. Nesse sentido, muito acrescenta à possibilidade de tomar a pobreza como privação ao bem estar humano. Sem negar que em sociedades monetizadas quase tudo dependerá do recurso dinheiro, a constituição dos direitos, sobretudo dos direitos sociais faz a mediação ou o acesso não monetário a bens e serviços fundamentais. Nesse sentido, não disponibilizar os benefícios assegurados pelos direitos fundamentais é reproduzir pobreza humana. De fato, se o consumo monetário é indispensável ao bem estar, a efetividade dos direitos, por meio de serviços e bens adequados, também o são. Trata-se, portanto, do reverso da pobreza, ou seja, a não carência ou privação humana no conjunto de suas necessidades a serem satisfeitas não apenas pelo conforto material gerado, mas pelos valores e desenvolvimento humano agregado. A abordagem dos

direitos pode representar o meio pelos quais possibilidades humanas são exercitadas e desenvolvidas, sustentando a noção do bem estar diretamente referida ao sujeito, como reverso à pobreza.

Assim, a despeito dos limites por parte das abordagens estatísticas destinadas à investigação do acesso aos direitos seguem fundamentais suas contribuições à verificação da pobreza como impedimento aos benefícios públicos. Mas, acreditamos que serão as reflexões acerca de aspectos de caráter teórico, não disponíveis nessas abordagens que mais instigam mudança de patamar à compreensão do tema da pobreza.

Nessa direção inscreve-se a consagrada reflexão acerca da distinção e, sobretudo, do suposto, conflito entre os direitos civis e políticos, de um lado, e direitos sociais, de outro, recuperada oportunamente ao longo dessa tese. E, fortemente apoiada nas considerações formuladas por Alvaro Vita (1999), acerca da atribuição de valores fundamentais aos direitos civis, em contraposição, à associação que restringe os direitos sociais a uma plataforma de direitos. Essa desvantagem atribuída aos direitos sociais seria, segundo o autor, em parte, decorrência da impossibilidade de identificar a qual sujeito se atribui o dever de efetivar esses direitos. E, em parte, à necessidade da aplicação de recursos monetários sob a forma de transferência de benefícios tangíveis e intangíveis àqueles segmentos sociais que não lograram as conquistas sociais em questão. Nesse enfoque analítico, os direitos civis e políticos seriam tomados como não onerosos, posto que, se realizariam tão somente por meio da proibição de ações e condutas de ameaça ou lesão ao indivíduo<sup>37</sup>.

Ao argumento acima, se contrapõe, de forma muito pertinente, as importantes formulações de Alvaro Vita (1999) ao destacar os custos e recursos empenhados nas ações de segurança pública e de funcionamento do poder judiciário. De modo a capacitá-los às funções especializadas indispensáveis a efetivação dos direitos civis e políticos.<sup>38</sup> Mas é,

---

37 Trata-se da discussão teórica acerca dos direitos negativos – direitos individuais – baseados ou realizados pela limitação do uso do poder e pelas garantias ao indivíduo e dos direitos positivos que implicam em efetivar benefícios sociais. Sobre isso ver: Vita (1999).

38 Importante contribuição é trazida por Alvaro Vita contrapondo argumentos acerca dos impedimentos representados pela exigência de aportes elevados de recursos monetários para a garantia de direitos sociais. O autor pondera que a institucionalização dos direitos civis, representado pela garantia das liberdades individuais por meio da justiça e segurança pública também implicam a reunião de montantes financeiros, capacitação de pessoal e demais aportes materiais (VITA, 1999).

sobretudo, ao voltar-se à dimensão moral que fundamenta as distinções valorativas da discussão acima que Alvaro Vita mais nos interessa<sup>39</sup>. O autor pondera que as teorias *liberal-conservadoras* (ou *libertarianas*) suscitam uma “preocupação moral problemática” (...) sintetizada por Vita do seguinte modo: “entre abster-se de ser autor de determinados atos danosos a outros e contribuir pra evitar que eventos similares ocorram no mundo. Uma moralidade libertariana só exige a primeira dessas duas coisas” (VITA, 1999, p. 32).<sup>40</sup> Essa noção, como salienta o autor, contribui para uma oposição rígida entre os objetos dos dois tipos de direitos [negativos e positivos] a qual “ (...) não serve à tarefa de construir a prática e uma cultura de cidadania igual.” (VITA, 1999, p.35) O autor atribui fundamental importância à implementação de políticas sociais como recurso à constituição de oportunidades a todos os cidadão, indicando que por detrás da possibilidade do exercício das liberdades fundamentais do indivíduo antecede a plena existência desse sujeito. Essa condição, por sua vez, deve ser viabilizada coletivamente, representada pela implementação e equalização dos direitos sociais. Diante da urgência representada por necessidades básicas do sujeito ainda não satisfeitas, as oportunidades sugeridas pelos direitos individuais podem resultar limitadas, relativizadas. As ponderações propiciadas pelo autor são assim finalizadas:

Aqueles que, como nós, acreditam que uma ética política liberal pode constituir o fundamento normativo de um Estado de indivíduos livres, deveriam reconhecer que uma ética política que interprete a prioridade das liberdades fundamentais somente em termos de não-interferência na autonomia pessoal não é capaz de captar aquilo que realmente prezamos. (VITA, 1999, p.35).

---

39 As proposições de Alvaro Vita remetem, de um lado, à reflexão crítica acerca das concepções de justiça denominadas por ele “*libertariana*” – representadas, segundo o autor, por Hayek e Nozick – e, de outro, ao reconhecimento das oportunidades teóricas do “*liberalismo igualitário*”. (VITA, 1999, p. 32).

40 Essa reflexão apóia as discussões propostas nessa tese e deve ser recuperada no âmbito do segundo capítulo da obra de Dieterlen (2006) e dos conceitos recuperados pela autora, acerca das obrigações universais perfeitas e imperfeitas, elucidadas à frente.

A pouca centralidade socialmente atribuída ao sujeito em condição de pobreza, senão sob a forma estigmatizada, talvez seja influenciada por noções restritas à constituição ampla dos direitos à cidadania, como chama atenção as reflexões acima. Haveria nesse sentido, uma prevalência na forma de considerar o fenômeno da pobreza, que resulta pouco comprometida com a revisão ou mudança dos aspectos que engendram e reproduzem o próprio fenômeno. Mas, sobretudo, como considera esta tese, pouca importância vem sendo dada para a constituição das experiências do sujeito, em seus afetos decorrentes de situação de pobreza extrema e privação dos direitos sociais. Nesse sentido, essa pouca importância pode refletir noções segundo as quais caberia “ao outro” a inteira responsabilidade sobre sua própria condição. Nesse sentido, há por detrás da relativa complacência por parte da sociedade brasileira frente às mazelas humanas, por decorrência das restrições da pobreza, senão a provável culpa imputada ao “pobre”, provavelmente nossa isenção, como sociedade, em relação à problemática da pobreza.

Assim, as abordagens focadas nos direitos da cidadania como meio à compreensão do processo da pobreza são destacadas nessa tese pela centralidade atribuída ao sujeito, nesse caso pelo reconhecimento a sua condição de cidadão. Supondo que dessa condição, observada mais atenta e aprofundadamente, venha a derivar outra que a antecede, qual seja: a de sujeito potencial ao desenvolvimento de suas capacidades humanas fundamentais.

Pode-se dizer que, essas abordagens representam a relativa ampliação da noção de *pobre* – então subjacente – que transita da condição daquele com baixa capacidade de consumo para aquele que têm seus direitos de cidadão historicamente desrespeitados. Desrespeito, atestado pelo conjunto de carências acumuladas, mas, sobretudo pelo amplo e diversificado leque de possibilidades e capacidades – ou *capabilities*, de acordo com Sen – não desenvolvidas<sup>41</sup>.

Por outro lado, os dois enfoques relativos à pobreza, acima citados – sejam os baseados na escassez de rendimentos sejam os centrados na incompletude da cidadania – re-

---

41 Vale lembrar que aqui falamos não só de educação formal, mas das capacidades sensitivas, dos recursos amplos cognitivos, emocionais, afetivos desenvolvidos no contato com culturas materiais e imateriais relevantes ao desenvolvimento humano.

sultam na equivalência do sujeito a duas dimensões. São elas, a de *cidadão* – com direitos não efetivados – e a de *força de trabalho* – mal capacitada ou sem inserção no mercado. Sem negar a relevância de ambas, sobretudo nos estudos destinados à pobreza, essas são representações parciais do sujeito. Não podem revelar mais do que os citados papéis pelos quais o tomam e o representam. Prossegue importante ampliar a noção de sujeito, visando aumentar o conhecimento acerca do “lugar” ocupado pela pobreza no cotidiano e conformação da identidade e, portanto, das possibilidades desse sujeito<sup>42</sup>. Ou como sugere Salama e Destremau (1999, p. 19) em referência à incompletude das medidas de pobreza apoiadas, para além dos rendimentos, nas necessidades básicas não satisfeitas:

(...) embora esta medida esteja provavelmente mais próxima da vivência objetiva da pobreza (...) tal definição continua sendo materialista. Certamente útil, ela deve ser complementada com pesquisas sobre as carências sentidas pela população supostamente pobre, ou seja, uma perspectiva subjetiva da pobreza.

É nessa perspectiva que esta tese se inscreve, supondo a busca por um marco conceitual ampliado que tenha por referencial o sujeito em situação de pobreza<sup>43</sup>. Não como indivíduo portador de uma história estritamente pessoal (se é que há alguma assim considerada), mas como sujeito na sociedade. Dito de outro modo: “estamos interessados no que as experiências de vida desses indivíduos podem revelar a respeito de determinado objeto de pesquisa...” (RAMOS; KOGA, 2011, p. 342). Nesse caso, embora as condições objetivas da pobreza possam ser comuns e reconhecidamente perversas, implicariam experiências e subjetividades com alguma variação? Se assim for, apenas as características tangíveis da pobreza seriam suficientes ao seu entendimento ou seria a pobreza fenômeno social que integra a experiência e subjetividades daqueles em privação social?

---

42 Essa tese não desconsidera abordagens dedicadas à pobreza como as propostas por Marques (2010), com estudos sobre as redes sociais nas metrópoles; Katzman (2000), com os estudos de vulnerabilidade social na América Latina; Souza (2006), e a teoria social com base na Gramática Social da desigualdade brasileira; entre outras abordagens.

43 Essa abordagem encontra apoio em conceitos e autores diversos, igualmente variados quanto às dimensões investigadas, mas próximos quanto à ampliação conceitual realizada, entre os quais, destacam-se: Sen (2000); Dieterlen (2006); Salama e Destremau (1999); Salama e Valier (1996); Margalit (1997); Leão Rego (2010); Sawaia (2009); Wanderley (2006).

Assim, esta tese concebe pobreza em seu caráter multidimensional, portanto heterogêneo, mas, sobretudo inscrito na dimensão da intersubjetividade. De modo a buscar apoio em uma ampliação conceitual capaz de incorporar para além das carências monetárias e incompletude dos direitos, as limitações ao bem estar e ao desenvolvimento das capacidades humanas fundamentais, socialmente referidas. Portanto às limitações ao desenvolvimento das possibilidades e identidades humanas e sua condição de relativa autonomia em suas capacidades de reflexão/discernimento, decisão e atuação.

## **1.2 Por uma ampliação conceitual da pobreza: a busca pelo sujeito em seu contexto social**

Os fundamentos à proposta desta tese encontram apoio em diferentes autores, que contribuem para a ampliação do conceito de pobreza e, em especial, de pobreza extrema, tomando-a como processo. Mas, autores que, sobretudo, permitem restituir o sujeito para o campo das investigações propostas.

Assim, trata-se aqui de tomar a pobreza extrema como processo social influente na constituição humana, na dimensão das subjetividades, gerando afetos<sup>44</sup>, em especial, negativos tais como: humilhação, rechaço social e ameaça da perda de controle sobre a própria vida (MARGALIT, 1977). São esses afetos, resultantes subjetivos das experiências de privação material, social e de direitos, expressos nas representações identificadas nos depoimentos desses sujeitos. Representações que, além do sofrimento causado, na maioria das vezes, levam ao descrédito acerca de si mesmo, sobretudo pelo sentimento de fracasso (MARGALIT,

---

44 Conforme introdução desta tese, entendemos por *afeto*, tal qual propõe Sawaia (2007), tudo o que nos toca: experiências da ordem física (frio, fome etc) ou das emoções (medo, humilhação, raiva, etc), dado que somos corpo e mente, mas sem que haja cisão. Atribuímos sentido às experiências físicas e das emoções, porque somos subjetividade, e por essa razão, os sentidos não são decorrência do plano das ideias, mas da experiência dos afetos. Assim, o que se vive no corpo e na mente necessariamente adquire sentido (interpretação) subjetivo, porque é experimentando na dimensão particular, mas radicado no contexto histórico e social. As experiências de ordem física não o são *stricto-sensu*, porque não são vivenciadas sem que adquiram sentido, sem que sejam interpretadas e integradas à subjetividade. Assim, o frio, a exposição ao relento, a fome eminente não são somente experiências que afetam ao corpo, mas adquirem sentidos, tal como de impedimentos, constrangimentos, imposições limitadoras ao sujeito. Essas noções concebem o sujeito como “potencia de agir para manter a própria substância – que é de homem livre e alegre” segundo Sawaia, em referência à Espinosa. Por essa razão, os afetos cujos sentidos funcionam restringindo as possibilidades e capacidades humanas, assim como o medo, a humilhação, o rechaço social, impedindo a conformação das identidades são aqui tratados como: *afetos restritivos* ao exercício do Ser.

1997), colocam em questão a percepção acerca da própria dignidade da parte do sujeito. Tornando vulnerável ou hipersensível, segundo Margalit, todo grupo com histórico de humilhações tende a interpretar desatenção como insulto e tudo isso pertence à amarga psicologia dos subgrupos que foram maltratados no passado e se tornam hipersensíveis (MARGALIT, 1977, p. 145). Esses afetos colocam o sujeito em dúvida aos seus próprios olhos e contribuem para a fragilização das capacidades fundamentais relativas à reflexão, decisão e atuação. Dado que os afetos e sentimentos funcionam para o sujeito como fontes de informações fundamentais acerca de suas próprias possibilidades e riscos frente aos desafios cotidianos, como nos informa Damásio (1996), posteriormente retomado neste capítulo.

Não sem razão, recentemente em apresentação dedicada ao tema, Lena Lavinas retomando Nancy Fraser, reforça a necessidade de:

Avanços em duas frentes de luta, a do Reconhecimento e a da Redistribuição<sup>45</sup>, sendo que reconhecimento – ser visto e reconhecido, portanto, contemplado de forma equânime. O não-reconhecimento é um status subordinado que constitui uma forma de opressão, que retira liberdades e fere o princípio de justiça. A inexistência social é fruto do não-reconhecimento.<sup>46</sup>

Nesse sentido, entende-se que embora as discussões acerca da pobreza possam adquirir expressão diversa, uma vez associadas à afirmação dos direitos da cidadania supõem o reconhecimento do sujeito. Trata-se de direitos atribuídos ao sujeito (ZINCONE, 1992)<sup>47</sup>. Nessa direção, o direito à igualdade de oportunidades, por exemplo, supõe, para além da indispensável garantia jurídica, sua interiorização por parte do sujeito, como um valor social, com estatuto próprio, mas antes referenciado e percebido a partir de um contexto comum. O que equivale a dizer, tal qual Bobbio, que:

---

45 Redistribuição: diz respeito ao acesso a bens e serviços e a fardos ou restrições, como condições de vida adversas (mortalidade infantil, por exemplo). Trata-se da dimensão socioeconômica, do direito a uma boa vida e à superação da privação, da marginalização econômica, da exploração, da falta de oportunidades.

46 Sobre isso ver apresentação da autora em Seminário: Lavinas (2011).

47 Para a autora, os direitos são viabilizados a partir de seu reconhecimento como direitos civis, políticos e sociais. Mas, como um *mosaico*, não cumulativo, decorrente do contexto e da cultura. E, sobretudo, trata-se de direitos em atribuição ao sujeito – ao indivíduo.

Não se trata de encontrar o fundamento absoluto – empreendimento sublime, porém desesperado –, mas de buscar, em cada caso concreto, os vários fundamentos possíveis. Mas também essa busca dos fundamentos possíveis – empreendimento legítimo e não destinado, como o outro, ao fracasso – não terá nenhuma importância histórica se não for acompanhada pelos estudos das condições, dos meios e das situações nas quais este ou aquele direito pode ser realizado. Esse estudo é tarefa das ciências históricas e sociais. (BOBBIO, 2004, p.43).

Mas, ainda mais próxima aos propósitos desta tese, o papel da interiorização dos direitos pelo sujeito, encontra lugar nas reflexões de Bobbio (2004) em referência ao fato de que os direitos são instituídos a partir da capacidade humana de conceber ideias e valores, visando o sentido da norma jurídica, aplicada e compartilhada<sup>48</sup>. Essa capacidade se desenvolve por necessidades impostas por demandas e conflitos no âmbito da sociedade e de suas relações com o Estado. Mas, como tal, acreditamos que essa capacidade de conceber ideias e valores supõe condições de intersubjetividades capazes de influir na conformação e nas possibilidades da atuação humana na esfera do coletivo e em seu cotidiano. É nesse sentido que as agruras e privações materiais passam à dimensão intangível, tornando a pobreza uma dura experiência humana.

Historicamente, direitos que compõem a noção de cidadania resultam de exigências de regulação, normas e leis<sup>49</sup>. Desse percurso criou-se ou confirmou-se:

(...) reivindicações individuais ou coletivas ao Estado, direitos individuais ou coletivos frente ao Estado e obrigações do Estado para com os seus cidadãos. Criou também direitos – exigências exequíveis reconhecidas – dos Estados em relação aos seus cidadãos. O núcleo do que hoje denominamos ‘cidadania’, na verdade, consiste de múltiplas negociações (...) (TILLY, 1996, p. 164).

Se o enfrentamento à pobreza deve se dar em grande medida pela efetividade dos direitos instituídos, a experiência demonstra que o exercício dos direitos não se faz sem a

---

48 Trata-se da abordagem proposta por Bobbio que imputa a formulação e instituição dos direitos à capacidade humana da razão e da interação política. Os direitos decorrem da capacidade do homem de dar forma intelectual aos eventos da realidade, identificando-os e atribuindo-lhes sentido. E ainda da capacidade da argumentação destinada à proposição e negociação de procedimentos que visem dar forma de ação a condutas e valores intelectualmente defendidos. Sobre isso ver: Bobbio (2004).

49 Conforme sistematizado por Charles Tilly (1996, p. 157-193).

presença de sujeitos em condições de evocá-los. No entanto, essas condições parecem supor a construção de algum grau de autonomia humana – socialmente referenciada – propícia ao exercício de alguma reflexão, decisão e atuação frente aos constrangimentos decorrentes das restrições materiais e imateriais da pobreza. Para tanto, o sujeito precisa ao consultar a si mesmo, encontrar sinais de respeito próprio e a suas condições de pensar e agir. Esse respeito próprio supõe atitude de afirmação positiva de si mesmo, constituindo o que Margalit (1997) identifica como dignidade. Como demonstra o autor:

(...) una persona digna demuestra su respeto hacia si misma mediante acciones positivas que no responden a ninguna provocación. De esta forma, da a entender que se defenderá con uñas y dientes si alguien trata de arrebatarle su respeto hacia si misma. (MARGALIT, 1997, p. 52).

Assim, podemos pensar que identificar-se como ‘infra-humano’, em razão das privações materiais e sociais de toda uma trajetória de vida – provocações silenciosas – é receber informações externas acerca de si mesmo que não contribuem para a constituição da dignidade. “(...) la pobreza impide acceder a las formas de vida que las personas consideran dignas. Además, existe el sentimiento de que ser pobre es el fruto de un fracaso total.” (MARGALIT, 1997, p. 180).

Entre esses constrangimentos estreitamente relacionados ao intangível da pobreza, destacamos nesta tese as experiências de humilhação, rechaço social e sentimento de perda de controle da própria vida decorrentes da identificação profunda por parte do próprio sujeito à sua condição de pobreza extrema. Obviamente, não por escolha, ao contrário. Essa identificação – como demonstra Margalit (1997) – conta com a participação dos conteúdos promovidos pelas diversas instituições sociais, em suas práticas, valores e discursos veiculados. E, sobretudo, afeta às pessoas em condição de vulnerabilidade social, em intensidade variada e, a priori, imponderável. Há no trecho que segue referências aos efeitos devastadores da humilhação, sobretudo, se pensada como parte da trajetória de vida de alguns segmentos sociais. Para o autor:

La humillación es crueldad mental. Una sociedad decente no solo debe comprometerse a erradicar de sus instituciones la crueldad física, sino también a eliminar la crueldad mental causada por dichas instituciones. (...) No todos los seres humanos

tienen la misma capacidad de tolerar la crueldad mental ni de sobrellevar el dolor física. Algunas personas son extraordinariamente sensibles a la humillación, y todo su ser espiritual se conmueve ante sus manifestaciones. (MARGALIT, 1997, p. 77).

A relevância conceitual aqui atribuída às experiências de humilhação e rechaço social para as investigações propostas decorre do entendimento, com base nas formulações do autor acerca dos danos à subjetividade decorrentes da experiência de humilhação com ênfase no comprometimento da confiança em si mesmo. Essa condição, ampla e difusa da confiança em si mesmo, é aqui compreendida como alicerce ao desenvolvimento das capacidades humanas, que são tão solicitadas socialmente. Talvez porque trata de sentimentos cujo teor informativo seja, tal qual afirma Margalit:

Pero considerar que la pobreza es un fracaso incluye implícitamente un juicio global de la persona como alguien indigno, que no puede siquiera asegurar las necesidades mínimas de la existencia. Ver la pobreza como algo que cierra toda posibilidad de vivir una vida digna a los ojos de los mismos pobres hace que éstos a su vez se sientan indignos, como si efectivamente creyeran que son incapaces de vivir una vida digna. Es altamente probable que el fracaso total se entienda como haber fracasado como ser humano, y no simplemente en un trabajo concreto. Cuando la acusación de fracaso es infundada resulta especialmente cruel y perversa, puesto que tal acusación es también humillante. (MARGALIT, 1997, p. 181).

Lembrando que, segundo Alvaro Vita, a moral libertariana concebe que:

(...) entre abster-se de ser autor de determinados atos danosos a outros e contribuir pra evitar que eventos similares ocorram no mundo. Uma moralidade libertariana só exige a primeira dessas duas coisas (VITA, 1999, p. 32).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que há significativa distância entre as possibilidades representadas pelas subjetividades forjadas em trajetórias de pobreza e as eventuais oportunidades socialmente constituídas. Também as experiências de intersubjetividades tendem a permanecer restritas.

Nesse sentido, ver-se recorrentemente em situação de humilhação, associada à penúria material como “evidência da própria incapacidade” de manter a si e aos seus dependentes, suprimindo as necessidades básicas, é uma experiência marcante ao afeto humano.

Capaz de gerar dor (imobilizadora) diante da autorrevelação (velada) da perda de confiança em si mesmo, de forma semelhante às vivências dos estigmas<sup>50</sup>. Nessa direção, as relações e interações sociais voltadas à minoração das privações da pobreza que por ventura desconheçam a vivência da dor do outro e de sua dignidade solapada – na condição de *sofrimento ético-político*<sup>51</sup> (SAWAIA, 2009, p. 105) – talvez resultem insuficientes ao resgate das necessidades intangíveis associadas aos constrangimentos da pobreza.

Assim, a premissa é que se o processo da pobreza inicialmente associa-se aos impedimentos do consumo básico e às limitações no acesso aos direitos à cidadania, seu caráter de trajetória o leva a lançar impedimentos ao exercício das potencialidades primordiais do sujeito. Nesse sentido, haveria uma conexão conceitual entre o processo de pobreza e o comprometimento das condições de relativa autonomia do sujeito humano, por meio de reiteradas experiências e sentimentos restritivos.

É por essa razão que tomar pobreza para além das carências materiais se torna uma oportunidade à identificação de parte de seus mecanismos de reprodução. Avançando um pouco nessa direção, Dieterlen (2006), para além da noção de pobreza como carência material, recorre à definição de bem estar primário – quanto ao aspecto dos valores morais que entram em jogo com a pobreza:

Las bases sociales del respeto de si mismo son aquellos aspectos de las instituciones básicas que normalmente son esenciales para que los ciudadanos tengan un sentido vivo de su propio valor como personas morales y sean capaces de realizar sus intereses de orden supremo y promover sus fines con confianza en sí mismos. (DIETERLEN, 2006, p. 42).

---

50 A referência para o entendimento do estigma nesta tese é dada por Goffman (1992).

51 O conceito de sofrimento ético-político é assim formulado por Sawaia: “abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.” (SAWAIA, 2009, p. 10-105). O contraponto a essa noção, segundo a autoria, seria a felicidade pública, associada à conquista da cidadania e emancipação, sentida somente quando se ultrapassa a prática do individualismo.

Na mesma direção, atenta à busca de critérios que embasem a distribuição de benefícios aos menos favorecidos, Dieterlen, apoiada em diferentes autores, converge para a relevância das noções que reforçam o papel da distribuição de benefícios para que as pessoas possam *Ser* e não só *Ter* ou *Fazer*. Sem que se abandone o compromisso com o atendimento às necessidades básicas, como no caso da extrema pobreza, segue indispensável à condição humana cultivar as oportunidades do *Fazer* para constituir o *Ser* – ou o sujeito relativamente autônomo, partícipe, em diferentes dimensões da realidade.

Se, de um lado, amplos processos sociais, econômicos e políticos perpetuam a reprodução das desigualdades e da pobreza extrema, de outro os conteúdos das intersubjetividades e suas condições para a ação humana não perdem relevância. São esses conteúdos – afetos, sentimentos, ideias e percepções – que parecem constituir formas de resistência ao empobrecimento da dimensão humana que pesa diretamente aos segmentos desfavorecidos de diferentes formas.

Assim, sem desconsiderar o debate acerca das causas da pobreza<sup>52</sup>, como fenômeno social e econômico, no qual a literatura é vasta, trata-se aqui da relevância das percepções e sentimentos humanos frente às privações e carências diversas. Nessa direção, a concepção de sujeito aqui considerada e a preocupação com suas condições de relativa autonomia estão próximas às proposições de Sen (2000), portanto distante das noções de indivíduo decorrentes do liberalismo econômico e político. Como reforça Estensoro (2003, p. 129-132), o sujeito concebido por Sen não responde ao mercado na medida em que sua noção de *capability* não é restrita, tampouco aplicada ou utilitária. Ao contrário, trata-se de habilidades fundamentais ao desenvolvimento do sujeito, em sua ampla dimensão humana.

Assim, apoiado em Sen, pode-se dizer que estar na condição de pobreza é ainda mais do que enfrentar carências, tais como: a fome; a falta de cuidados com a saúde; a moradia precária e insegura; o analfabetismo; a escassez monetária; e seus rebatimentos nas diferentes fases da vida humana. É ter a multiplicidade dos recursos humanos (capacidades) bloqueados em seu desenvolvimento, é, portanto, aleijar a vasta e diversificada condição de desenvolvimento humano, é afetar a percepção de si mesmo.

---

52 Sobre isso ver: Bielschowsky (2009); Salama e Valier (1996); Schwartzman (2004); Lavinias (2007), entre outros.

Para o autor, o processo da pobreza marca de forma específica a constituição da subjetividade de cada agente humano, definindo sentimentos que comprometem a capacidade de decisão e atuação, comprometendo as condições possíveis ao *Ser*. Tal qual abordagens propostas por Sen:

Embora valha a pena ressaltar, essas relações entre pobreza de renda e pobreza de capacidades também é importante não perder de vista o fato fundamental de que a redução da pobreza de renda não pode, em si, ser motivação suprema de políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos educação, serviços de saúde, etc. com argumentos de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios. As questões básicas de fundamentação obrigam-nos, por razões já expostas, a entender a pobreza e a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. (...) As relações instrumentais, por mais importantes que sejam não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza. (SEN, 2000, p. 114).

As proposições de Sen se voltam, em grande medida, à discussão da expansão das “capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam” e da pertinência das políticas públicas nesse processo.

Relevante às nossas reflexões, a dimensão analítica proposta por Sen enfatiza as oportunidades decorrentes do exercício das capacidades humanas nas relações de cidadania, mas, desde logo, supõe o cultivo e a “disponibilidade” dessas capacidades pelos sujeitos humanos, para além das restrições da pobreza. E, sobretudo, as ‘capacidades’ como componentes fundamentais para o exercício da *liberdade global* dos sujeitos (SEN, 2000, p. 27-29), na medida em que a liberdade para o autor é “determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo (...)” (SEN, 2000, p. 33). Para Sen, trata-se da:

(...) condição de agente (...) em sua concepção mais antiga – e ‘mais grandiosa’ – de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo. (SEN, 2000, p. 33).

Trata-se de compreender a pobreza “como privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas considerações básicas” (SEN, 2000, p. 114).

O entendimento proposto por Sen abre as possibilidades de ampliação dos marcos conceituais oferecidos ao tema pobreza, transita da dimensão instrumental dos recursos para a realização humana. E desse modo, abre um leque de possibilidades investigativas ao tema, associadas à relação entre os sujeitos e seu contexto social, mas igualmente exige algumas considerações quanto a essa dinâmica – sujeito e contexto social. De fato, as reflexões produzidas por Amartya Sen têm por mérito tomar a pobreza, em aspectos até então descon- siderados, como na expressão do próprio autor:

O que a perspectiva da capacidade (capability) faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para fins que as pessoas têm razão para buscar e correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins. (...) As privações são vistas em um nível mais fundamental – mais próximo das demandas informacionais da justiça social. Daí a relevância da perspectiva da pobreza baseada na capacidade”. (SEN, 2000, p. 112).

Motivada por perspectiva semelhante Leão Rego chama a atenção para

(...) a preocupação com o desenvolvimento das funções humanas, e, neste caso, com a capacitação e habilitação para viver os vários sentidos da vida e, particularmente, sua humanização. Ou seja, a humanidade das pessoas não é um simples dado biológico, mas sim uma construção social e política. (LEÃO REGO, 2010, p. 5)

Refletindo sobre noções acerca da construção social dos sentidos humanos em Marx, a autora pondera que:

(...) a vivência de carências rudes e tacanhas impede as pessoas de desenvolver suas funções humanas, tolhendo suas capacidades de demandar e fruir direitos e não apenas isto, o que não é pouco, mas reduz suas capacidades de humanização. A expansão dos direitos e a experiência deles na constituição da personalidade e da vida em geral fazem das pessoas seres humanos mais capacitados para se expressar e agir no mundo. A pobreza, não é somente privação de dinheiro e recursos

materiais, é também privação de capacidades, de não desenvolvimento de funções humanas importantes, o que torna os pobres ainda mais pobres. (LEÃO REGO, 2010, p. 6)

De forma complementar, às noções acima, Esping-Andersen (2000, p. 62) considera que “pobreza se herda com facilidade” bem como, *pobreza gera pobreza*. É evidente a clareza formulada pelo autor acerca da dimensão coletiva e social da pobreza expressa inexoravelmente por sua condição de processo no curso das relações sociais. E desse modo é lembrada a participação do sujeito nesse processo seja, em suas interações, atuações, intersubjetividades e decorrente constituição de si mesmo, de sua identidade, como agente social.

Atenta a preocupações similares e ao impacto social das políticas públicas, Wanderley (2006) sugere a necessidade de que as “medidas” (indicadores) destinadas à verificação da efetividade dos programas sociais se façam com base na investigação do quanto essas ações promovem de autonomia humana. Essa autonomia por parte do sujeito concebida “como a capacidade de eleger opções informadas sobre o que tem que fazer e de como levá-lo a cabo” (WANDERLEY, 2006, p. 56) ocupa lugar central nesta tese. Assim, compreendida como partícipe à constituição das *capacidades* e conformação de subjetividades a noção de *relativa autonomia* é aqui tomada como recurso humano importante ao enfrentamento da *pobreza humana*<sup>53</sup>. E será discutida com base em algumas formulações da literatura.

Compartilhando de referências similares, as concepções acima reforçam o caminho da existência de associação entre privações materiais e constrangimentos morais. Desse modo, afirmam a importância do lugar reservado às percepções manifestas pelos sujeitos em relação às privações da pobreza. Mais do que isso, abrem possibilidades interessantes às investigações referentes às condições de *autonomia humana* em contexto e trajetória de restrições da pobreza. Considerado fundamental a esta tese, essa discussão segue sistematizada no item subsequente, não de forma exaustiva, mas suficiente ao presente propósito.

---

53 Coloca-se aqui o conceito de pobreza humana em contraposição ao de pobreza econômica, como recurso à ampliação da compreensão do processo da pobreza. Há referências ao conceito nas discussões de Sen, resultando inclusive em propostas de indicadores quantitativos em apoio à sua verificação empírica.

### ***1.2.1 A dimensão da autonomia humana: elementos para a investigação da pobreza***

Retomado por diferentes autores, o conceito de autonomia humana ora tratado sugere similaridades importantes em diferentes abordagens. Iniciando pelas preocupações de Dieterlen quanto aos critérios que possam contribuir para a definição dos itens que compõem as necessidades básicas do homem, destaca-se sua revisão acerca da noção de autonomia formulada por Doyal<sup>54</sup>.

Segundo essas noções, integram as necessidades básicas do homem, ao lado da saúde assegurada, as condições por parte do sujeito de:

- compreender a si mesmo;
- compreender a própria cultura e o que se espera dele (sujeito);
- ter capacidade psicoemocional para criar suas próprias opções;
- desfrutar de oportunidades objetivas que permitam à pessoa atuar ou ter desejo de atuar por si mesma.

Noções similares, resgatadas por Dieterlen em referência a Nussbaum, reforçam as acima, com destaque para o sentido atribuído à realização ampla de dimensões humanas em complementação ao atendimento às necessidades associadas à sobrevivência. Entre as dez orientações propostas<sup>55</sup> pela autora como referenciais de bem estar humano destacamos:

(...) Poder usar los cinco sentidos, imaginar, pensar y razonar; (...) Poder formase una concepción de bien y comprometerse a una reflexión crítica acerca de la planificación de la propia vida. (...) Poder vivir con y para otros, reconocer y mostrar preocupación por otros seres humanos, comprometerse en varias formas de interacción familiar e social. (DIETERLEN, 2006, p. 66-67).

Em ambos os autores, as necessidades fundamentais referem-se à realização do sujeito como tal, como agente, e remetem a condições adequadas ao desenvolvimento de

---

54 Sobre isso ver: Dieterlen (2006, p. 68-69); Doyal e Gough (1990, p. 49-90).

55 As demais possibilidades propostas pela Nussbaum e destacadas por Dieterlen, de forma sintética, referem-se à: dispor de uma vida completa; ter acesso aos recursos da saúde, alimentação, educação e moradia; usar dos cinco sentidos, da imaginação e da cognição; poder evitar sofrimentos e ter experiências que tragam prazer, poder vincular-se às pessoas, amar e ser amado, sentir gratidão por quem nos ama; poder refletir e planejar a própria vida; comprometer-se com a convivência familiar e com todas as formas de vida; viver a própria vida em seu próprio contexto. (DIETERLEND, 1996, p. 66-67).

capacidades primordiais de reflexão, decisão e atuação segundo critérios e conteúdos construídos pelo sujeito, a partir de suas vivências, experiências e relações estabelecidas, ou de suas intersubjetividades. Não se trata, portanto, de recursos possíveis no plano estritamente do indivíduo – que nesse sentido, seria apenas uma equivocada formulação teórica. Mas, se trata sim das oportunidades de participação do sujeito, de suas interações com aspectos da realidade que lhe dizem respeito, que lhe façam algum sentido, que o afetem de algum modo. Portanto, aspectos da realidade que dialoguem com o universo subjetivo constituído nas privações da pobreza.

Nessa direção, poder constituir-se com relativa autonomia é aumentar as chances de ser sujeito nas diferentes esferas da vida, de ser aquele que interroga, reflete e delibera com alguma liberdade e responsabilidade, ou, como diz Castoriadis (1992), “é capaz de uma atividade refletida própria e não de uma atividade que foi pensada por outro sem a sua participação”.

Importante dizer que autônomo, para Castoriadis (1992, p. 139) é aquele que reconhece, nas leis e no poder da sociedade, suas próprias leis e seu próprio poder.<sup>56</sup> Se para o autor, a condição de autonomia resulta da oportunidade do sujeito reconhecer na sociedade suas próprias leis, então essa autonomia passa por um projeto coletivo de sociedade. Seria uma condição criada e constituída coletivamente, ficando reservada ao sujeito a “tarefa” de reconhecer-se nessa possibilidade. A autonomia para Castoriadis é então um atributo possível ao sujeito porque lhe é assim propiciado pelo coletivo, pelas instituições sociais formais e informais e pela cultura.

Se a concepção acima procede, a constituição do sujeito em situação de pobreza extrema enfrenta limites para muito além da nutrição inadequada, da insegurança da moradia, da insuficiência da educação formal ou das carências de atendimento à saúde. Limites que se estendem sobre os projetos de vida humana, limites à constituição da (relativa) autonomia do sujeito, como condição ao desenvolvimento humano.

De todas essas considerações, pode-se dizer que a capacidade de refletir, decidir e constituir projetos/atuções não é apenas instrumental ao leque das relações em sociedade, mas recursos fundamentais ao bem estar do sujeito em relação à percepção que constitui

---

<sup>56</sup> Nesse caso, à semelhança do suposto da interiorização de noções, ideias e dos direitos, conforme destacado anteriormente em referência a Bobbio.

acerca de si mesmo e em suas relações sociais, de convivência e de afetos. Por seu turno, considera-se, como Castoriadis (1992), que as oportunidades de autonomia do sujeito inscrevem-se no âmbito das criações sociais, culturais e políticas e, são, portanto, definidas coletivamente, mas em um plano acessível – ou que diga respeito primordialmente – ao sujeito.

Diante das noções acima, procede então examinar os conteúdos das representações sociais acerca da pobreza sugeridas por esses sujeitos na identificação de aspectos de sua trajetória. Nesse sentido, supõe um olhar criterioso aos conteúdos de sua intersubjetividade, tomados em referência a sua trajetória social e sua realidade atual e imediata. Entende-se aqui, portanto, ser essa dimensão – do contexto ou da realidade imediata – o meio a partir do qual os amplos processos sociais alcançam e se apresentam aos sujeitos, constituindo a interface entre o poder efetivo das representações e estruturas da sociedade e o sujeito agente. Na intersubjetividade conformam-se noções e sentimentos que tocam à percepção de si mesmo, dos desafios e limites do contexto e das próprias possibilidades de enfrentá-los.

Conforme proposto, os aspectos e conteúdos que envolvem a condição de relativa autonomia do sujeito adquirem conformação possível somente em suas relações com o meio social. Desse modo, as condições de reflexão, decisão e atuação resultam do contato e da vivência profunda e estreita dos conteúdos suscitados no cotidiano. Trata-se de conteúdos que digam respeito ao sujeito e sua condição, identificados, no caso da pobreza, por diferentes fontes da literatura e pesquisas, como: o sofrimento diante das privações materiais, o sentimento de abandono e rechaço por parte da sociedade, as oportunidades restritas, os preconceitos, o descrédito, a humilhação, o estigma, a perda das aspirações e a carência dos afetos, entre outros.

Há no âmbito da vivência da pobreza – ou seja, para quem nela constitui seu universo restrito de possibilidades – conteúdos subliminares que se constituem no conjunto da sociedade. Esses conteúdos dizem respeito aos “acordos” com função explicativa, implícitos, não registrados, mas firmados e, sobretudo, interiorizados pelo sujeito em situação de privações sociais. Portanto, nem sempre em condição de clara expressão, mas operantes nas mais diversas formas de contato e relações sociais, comunitárias e pessoais. Operantes na capacidade de informar sobre si mesmo e o contexto imediato, como função cognitiva, nesse caso como *estigma*.

De forma breve, para esta tese, a noção referente aos *acordos* na pobreza extrema merece dois aportes reflexivos distintos e complementares, um no campo das questões produzidas no âmbito do coletivo, em específico os componentes dos direitos sociais; o outro no campo dedicado às referências atribuídas ou tomadas a partir do sujeito, representadas na investigação das possibilidades que marcam a identidade humana.

#### 1.2.1.1 O âmbito coletivo: os deveres positivos e as obrigações universais imperfeitas

Entre as reflexões teóricas que contribuem para a investigação da noção acima, destaca-se uma em especial no campo dos direitos sociais, segundo a qual os *acordos* acerca das ideias, valores ou das “verdades” não se inscrevem entre as obrigações denominadas perfeitas. Mas sim entre aquelas chamadas *obrigações imperfeitas* ou dos *deveres não genuínos*. Auxiliam a compreensão dessa noção as proposições de Dieterlen e de Vitta.

Vejamos, as *obrigações universais imperfeitas* discutidas por Dieterlen – com base em O’Neill – são aquelas que – em contraposição às *obrigações universais perfeitas* – não permitem associar diretamente portadores de direitos a instâncias promotoras<sup>57</sup>. Isso se dá em razão dos conteúdos, dessas obrigações (*imperfeitas*), serem constituídos pelo exercício das virtudes humanas, como atitudes. Entre as obrigações imperfeitas estão os valores relacionadas ao respeito e consideração, presentes no exercício da escuta atenta e comprometida como recurso à proteção das subjetividades frente aos danos impostos pelas limitações da pobreza.

De forma similar, Vita (1999) ponderando criticamente acerca das proposições da teoria liberal-conservadora, citadas anteriormente e segundo a qual: “não somos responsáveis pelos danos ou privações que outros sofrem porque deixamos de fazer o que estava ao nosso alcance para evitar esse dano ou diminuir esse sofrimento” (Vita, 1999, p. 32), acrescenta que os “deveres positivos” – isto é de prestar auxílio a quem se encontra em situação de risco – na perspectiva liberal são moralmente opcionais, portanto não seriam deveres

---

<sup>57</sup> De acordo com a autora, as *obrigações universais perfeitas* referem-se àquelas que contam com a correspondência direta entre a existência de portadores de direitos, de um lado, e as instituições ou agentes responsáveis pela promoção desses direitos, de outro. Entre esses: o Estado, a família, o mercado. Portanto, resulta da identificação de ambos os *lados* e da forte definição e até de certa institucionalização das relações estabelecidas. Sobre isso ver: Dieterlen (2006, p. 109).

genuínos. Diante do que, Vita (1999) propõe “podemos aceitar a distinção moral já mencionada, entre o dever de não causar danos diretamente a outros e o dever positivo de prestar auxílio, mas restringir sua aplicação ao domínio da moralidade individual.” E complementa que apesar dessa prerrogativa:

(...) é nosso dever não contribuir para a vigência de um arranjo institucional que constitui a causa primeira dos danos e privações que muitos sofrem. Se for possível argumentar que essas privações resultam, não de escolhas individuais dos que as elas estão sujeitos, e sim de fatores naturais, sociais e/ou institucionais, então é preciso admitir que um dever desse tipo exista.” (VITA, 1999, p. 32).

Assim decorre que, se a responsabilidade pela provisão de benefícios (materiais) básicos à mitigação da pobreza pode ser atribuída a instituições públicas, a efetivação dos benefícios intangíveis associados aos “*deveres positivos*” não encontram lugar definido. No entanto, afirmam-se como condição a priori comum a toda e qualquer ação, mas, fundamentalmente, são do âmbito da virtude humana, portanto imponderável. É do âmbito das relações humanas, do exercício na intersubjetividade, a experiência dos conteúdos associados aos *deveres positivos* – praticados ou não, seja pela presença ou ausência, esses conteúdos alcançam e se inscrevem na dimensão das emoções ou dos afetos<sup>58</sup>, na forma de sentimentos. Desse modo, cristalizam-se como: faltas, carências, rechaço social, humilhação e participam do mosaico que é a identidade humana.

#### *1.2.1.2 O âmbito do sujeito: o lugar da identidade no contexto social*

A importância acima atribuída à dimensão das intersubjetividades requer algumas considerações acerca do sujeito, mais especificamente, do papel da identidade. A noção de identidade surge, aqui, indispensável à investigação proposta – qual seja: as condições de exercício das

---

58 Conforme discussão proposta por Bader Sawaia (2009, p. 100-111) com base em Heller, Espinosa e Vigotsky quanto a conceber emoção positivamente, em contraposição aos “vícios clássicos” presentes na análise psicossocial da afetividade quais sejam: os de concebê-la negativamente, como antagônicas à razão e à ordem (...). Emoção como “constitutiva do pensamento e da ação, coletivos ou individuais, com os ingredientes fornecidos pelas diferentes manifestações históricas. Portanto, um fenômeno objetivo e subjetivo, que constitui a matéria-prima básica à condição humana” (SAWAIA, 2009:100).

capacidades fundamentais de reflexão, decisão e atuação e de relativa autonomia por parte do sujeito em condição de extrema pobreza. E resulta fundamental ao esforço de compreensão acerca das respostas, por parte dos sujeitos frente aos impedimentos e às possíveis oportunidades que identificam.

De forma breve, identidade constitui-se na junção entre objetividade e subjetividade. Expressa e contem a *liga* entre estrutura (social) e agente social que se dá pela intersubjetividade para, o que, concorrem papéis sociais – mãe/pai, filho, esposa/marido, trabalhador, patrão, etc – por meio dos quais nos percebemos e nos apresentamos. Por meio dos quais o *outro* nos reconhece e, espera que atuemos. Portanto, identidade se constrói referenciada nas relações primárias e sociais em geral.

Assim, compõe a identidade o que os autores denominam identidade pressuposta, sendo essa a dimensão que permite o primeiro contato entre os sujeitos. A essa dimensão acresce outra, relativa às buscas por parte do sujeito por formas de emancipação. Trata-se, nesse caso, da dimensão afeita ao desejo da ampliação dos limites representados pelos papéis que integram a identidade pressuposta. Os papéis, por sua vez, compõem e orientam o sujeito que responde à necessidade de reafirmá-los em suas relações intersubjetivas, como recurso à estabilidade e às demandas da sociedade. Mas, não se perde o desejo de ultrapassá-los, motivado pelo propósito de ampliar experiências, conhecimentos, vivências do âmbito do *Self* e de desfrutar do bem estar dessas conquistas. O que revela a presença do domínio da *vontade*, que quando segue limitada ao âmbito estrito da subjetividade, torna-se impossível de realização (LIMA, 2010, p. 141). Assim, a busca por emancipação inscreve-se na identidade – nas formas do pensar, conceber a realidade e a si mesmo, vivenciar valores éticos – e supõem a possibilidade de escolhas identificáveis no contexto social, nas relações sociais em seu caráter intersubjetivo. Por essa razão, as condições da dinâmica social são determinantes às possibilidades de desenvolvimento da identidade humana. Para o autor o desejo de ultrapassar os próprios papéis pode aparecer ao sujeito tanto como *meta proposta* quanto como *falta sentida*. Depreende-se aqui que, identidade, para além das pré-noções socialmente compartilhadas, inclui oportunidades de mudança e desejo de ampliação das próprias percepções. Não em caráter cumulativo, pois não prescinde do conflito, ao contrário, o que supõe atitude reflexiva, capaz de críticas a si mesmo e ao outro. Desse modo, identidade, para Lima (2010)

é construção, desconstrução e reconstrução constante na dimensão do cotidiano, no convívio social, na multiplicidade das experiências vividas. “Identidade é a articulação que o indivíduo faz com o que fazem/fizeram dele em todos os momentos” (LIMA, 2010, p. 148) e, como tal, ajuda a entender problemas sociais em sua dimensão de processo. Sugere como os sujeitos resistem, modificando ou não, aos processos de massificação sinalizados e apontam suas buscas de emancipação.

Reforça e acrescenta a essa noção outras evidências científicas (como na neuro-medicina) que nos falam sobre a existência de conexões ou do “*lugar*” ocupado pelos sentimentos e emoções e de seu papel cognitivo em relação aos “estados do corpo” e do que nos chega por meio das experiências vividas. Sentimentos são os “qualificadores” do que chega até nós, do que nos afeta e como tal são informativos, participam de nosso processo cognitivo. “Os sentimentos, justamente com as emoções que os originam, não são um luxo. Servem de guias internos e ajudam-nos a comunicar aos outros sinais que também os podem guiar.” (DAMÁSIO, 1996, p. 15). De forma ainda mais marcante, destacada pelo autor, “parte dessa rede de circuitos do cérebro, em qualquer momento da vida adulta, é individual e única, refletindo fielmente a história e as circunstâncias daquele organismo em particular.” Mas, sua compreensão dependerá ainda, como reforça o próprio autor, do contexto social e cultural desse sujeito, o que torna tudo “tão espantosamente difícil” (DAMÁSIO, 1996, p. 292). Dito ainda de outro modo pelo autor: “Nessa perspectiva, emoções e sentimentos são os sensores para o encontro, ou falta dele, entre natureza e circunstâncias.” (DAMÁSIO, 1996, p. 15) Lembrando que por natureza Damásio entende tanto heranças genéticas quanto o “adquirido por desenvolvimento individual através de interações com o ambiente social, quer de forma consciente e voluntária, quer de forma inconsciente e involuntária.”(DAMÁSIO, 1996, p. 15). Nessa direção, emoções e sentimentos integra o elo entre sujeito e contexto, merecendo lugar em nossas investigações.

Conforme dito anteriormente, serão as relações e retornos propiciados na dinâmica da intersubjetividade que poderão contribuir, por meio de sentimentos, percepções e afetos, aos propósitos da identidade humana. Como as relações de intersubjetividade estão fundadas também na expectativa de comportamentos (portanto nos papéis) próprios aos padrões e hábitos vigentes, esses passam por uma moralização dos motivos da ação (LIMA, 2010, p.

153-154). Ou seja, se as trocas humanas seguem restritas a finalidades percebidas como externas ao sujeito – exigências legais, burocráticas, morais, sociais, obrigações cujos sentidos não são compartilhados pelo sujeito – resultam esvaziadas de possibilidades propícias aos sentidos da emancipação humana. Esse desejo de emancipação humana, por sua vez, tomaria forma somente se relativo a uma espécie de *jogo* (de fato, *interativo*) entre as circunstâncias do contexto e os sentimentos e percepções do sujeito. Por essa razão, o fundamento do real no contexto imediato é a base onde identidades se constituem e reconstituem, em referência aos autores diversos, sendo as oportunidades do ambiente social decisivas à contínua construção da identidade e (re)conformação das percepções acerca de si mesmo. Nesse sentido, essas noções aproximam-se das colocações de Sen acerca da pobreza representar impedimentos às liberdades e à vida que as pessoas poderiam ter. Noções que seguem igualmente próximas ao entendimento da busca por autonomia como componente do bem estar humano, conforme tratado por Dieterlen em referência à Doyal.

No entanto, no âmbito da subjetividade, como abordado anteriormente com Margalit (1997), falar em pobreza é falar de um cotidiano ocupado por humilhação, rechaço social, perda de controle sobre as próprias decisões e vulnerabilidade emocional. Portanto, é falar de planos frustrados, perdas irreversíveis, riscos e ameaças contínuas, afetividades familiares abafadas frente às impossibilidades.<sup>59</sup> No entanto, sem que a necessidade de afetos deixe de existir e de se manifestar, na forma de carências, impedimentos, negações que, por vezes, põem em dúvida ao próprio sujeito seu valor como pessoa humana, suas possibilidades e dignidade. Não há como evitar os afetos, sentimentos e percepções, como conclui Damásio, tampouco prescindir de sua função de informar e orientar o sujeito sobre sua realidade vivida (constrangimentos e oportunidades) e sobre si mesmo. Nesse sentido, há que se perguntar: como ampliar ou transformar conteúdos cujo teor informativo constrange ou impedindo-lhes sentido contributivo ao desenvolvimento do sujeito? Ou, de forma mais modesta e possível a essa tese, de que modo, com que sentido informativo, os afetos, sentimentos, ideias e percepções parecem afetar os sujeitos aqui pesquisados. De que modo, tolhem ou

---

59 Sobre isso ver: Acosta e Vitale (2007). Para as discussões teóricas ver: Dieterlen (2006, p. 110), sobre o valor da afetividade e das virtudes abordadas na distinção dos conceitos de *obrigações perfeitas* e de *obrigações imperfeitas*.

contribuem para o exercício de suas capacidades (dos sujeitos) associadas às condições de autonomia frente aos desafios do contexto vivido. Em que medida os sentidos e conteúdos das reflexões, decisões e capacidade de atuação se mostram relacionados aos sentimentos e percepções associados às privações e carências da pobreza?

Há nesse ponto uma ressalva importante a fazer. Pode-se pensar que aos graves e contínuos impedimentos da pobreza à constituição de *afetos* positivos e ao desenvolvimento das capacidades humanas aqui tratadas, alia-se a própria característica restritiva do pensamento humano forjado nas funcionalidades típicas da estrutura do cotidiano. Como demonstra Heller, o cotidiano em sua heterogeneidade de funções<sup>60</sup> leva a definição de formas de pensar baseadas em juízos provisórios, analogias destinadas à *ultrageneralização*, como meio pragmático a orientar ações e decisões do dia-a-dia. As contribuições de Agnes Heller (1970, p. 17-41), a despeito da perspectiva analítica na qual se inscrevem nos permite refletir acerca do comprometimento da relativa autonomia humana, dadas as privações da pobreza. Preocupações extremas e contínuas quanto a como se defender das agruras de uma moradia improvisada e das demais ameaças da pobreza extrema, ocupam o universo interior do sujeito na medida em que definem os temas do pensar e do sentir, sobretudo, porque entram pelos sentidos, não são abstratos. E como tal, vão definindo conteúdos e possibilidades do sujeito, tornando-o ainda mais afeito às funções básicas do cotidiano, como define Heller.

A autora permite-nos refletir acerca da objetividade, mecanicidade das tarefas e dos desafios do cotidiano, pouco afeitas ao desenvolvimento do raciocínio abstrato, esse, nos parece, fundamental à constituição de alguma autonomia. E, por consequência, poderiam limitar não só as percepções humanas, pelo reduzido escopo que traz o cotidiano, mas, sobretudo, afastar o sujeito de sua dimensão de “homem genérico”, tal qual define Heller (1970).

No entanto, podemos arriscar que a dimensão de “homem genérico”, tal como considerada pela autora, supõe trocas humanizadas, que ultrapassem o “automatismo” do cotidiano e se dêem na dimensão das relações de intersubjetividade. Tomado em referência ao conceito de identidade, já abordado aqui, o sentido do “homem genérico” da autora revela-se próximo ao conteúdo da *emancipação* em lugar da manutenção dos papéis identitários. Nessa

---

60 Alimentar-se, locomover-se, buscar informações, proteger a si e aos seus, entre outras funções.

direção, tal qual Lima, se o sentido da emancipação tende a se fazer presente, menos por sua efetivação e mais pela carência de sua realização, nesse contexto também a possibilidade da vivência da dimensão de “homem genérico” deve encontrar limitações.

A partir das discussões abordadas, esta tese considera dois aspectos associados à reprodução da pobreza quais sejam a ausência de satisfação de necessidades básicas (com força *desumanizadora*) e as decorrentes restrições ao exercício das capacidades fundamentais à busca de alguma autonomia por parte do sujeito. De modo a orientar suas já restritas escolhas, e de como realizá-las, reforçar ou abolir seus objetivos e crenças e de valorá-los com o discernimento condizente às suas reais condições de vida e de experiências.

Reconhecemos que essa dupla condição remete à relativa contradição que reside no fato de que, de um lado, segue indispensável às famílias em pobreza extrema, medidas emergenciais de provisão de benefícios básicos – como cestas de alimentos, abrigo e recursos monetários mínimos – e de outro a instituição de práticas e abordagens propícias ao exercício das capacidades humanas, resgatando-as dos efeitos da privação visando devolver alguma possibilidade de autonomia ao sujeito. Para o que, considera-se aqui ser indispensável partir da identificação e descrição das restrições e oportunidades inscritas na subjetividade e constitutivas da identidade de parcela dos segmentos aqui investigados.

Pelas razões discutidas, entende-se que examinar a pobreza a partir dos sujeitos a ela submetidos levando em conta a imagem que adquirem de si mesmo – com base nos referenciais decorrentes de suas vivências – pode avançar na compreensão dos mecanismos de reprodução da pobreza no que essa concerne à dimensão humana. Como reforça Leão Rego, em citação anteriormente transcrita, a humanidade não é apenas um dado biológico, mas fruto de construções sociais e políticas.

Para tanto, as conexões entre as carências e privações monetárias, materiais e de acesso a benefícios públicos – e as experiências de sentimentos de humilhação, rechaço social e perda de controle sobre a própria vida – destacadas pelos sujeitos são nosso ponto de partida. Além das oportunidades e restrições, observadas no contexto e nas relações estabelecidas em âmbito local à constituição da relativa autonomia do sujeito, conforme manifestas pelo próprio sujeito. Mas, nesse caso, não como atitudes geradas de forma pura e exclusiva pelo sujeito, ao contrário, como resultantes das intersubjetividades, portanto das relações

com o contexto. Tal como, nos lembra, Sawaia (2009), em resgate a noções propostas por Vigotsky (1993):

(...) a emoção e o sentimento não são entidades absolutas ou lógicas do nosso psiquismo, mas significados radicados no viver cotidiano, a afetam nosso sistema psicológico pela mediação das intersubjetividades. (...) O significado penetra na comunicação neurobiológica levando o homem a agir, não em resposta a uma estrutura e organização biológica, mas a uma ideia. (SAWAIA, 2009, p. 103).

Nessa perspectiva, essa resposta aos conteúdos da estrutura social – quais sejam oportunidades e constrangimentos – constitui resposta às percepções (ou ideias) que esses conteúdos suscitam ao sujeito quanto a sua “realidade objetiva”. Nesse sentido, esse processo só é possível mediado pelas percepções e ideias acerca de si mesmo – nossas possibilidades e limitações – na interação/discernimento com essa “realidade objetiva”. Por essa razão investigar o sujeito/ agente social é buscar conhecer parcela importante do fenômeno proposto, talvez por essa mediação um tanto incompleta, mas ainda insubstituível.

Ainda assim, a busca pela compreensão dos conteúdos da estrutura social, quais sejam, as oportunidades e os constrangimentos não são dispensáveis a esta tese. Vale lembrar que pobreza é produção coletiva – social, política, e econômica – que transcende gerações e momentos históricos. Para além de todo aspecto “estrutural” presente na geração da pobreza, há que considerar as dinâmicas locais e o contexto imediato que influenciam a forma pelas quais as privações se reproduzem e se comportam “fincando” ou não sua “morada”. Essa “paisagem” e história que dão expressão à pobreza, que envolvem os sujeitos desta investigação serão “igualmente” investigadas e reconstituída na medida das possibilidades desta tese nos capítulos que seguem.

### **AS ORIGENS DA OCUPAÇÃO DE VISTA ALEGRE NO DISTRITO DA BRASILÂNDIA E A EXPANSÃO DA METRÓPOLE**

O presente capítulo, assim como os dois subsequentes, tem por intenção compreender características e dinâmica da região, de Vista Alegre, bairro no qual residem os sujeitos abordados neste estudo. Trata-se do esforço abordar as referências ao contexto social mais amplo e local, conhecer as origens da região, suas formas de ocupação e expansão até os dias atuais. Suas mudanças sociais, dinâmica no contexto da política local, suas formas de organização e atuação coletiva, de modo a tentar identificar as possibilidades e limitações que possam representar aos sujeitos em situação de pobreza extrema, que ali residem. Limitações e possibilidades, em parte, objetivas, em parte, constituídas no âmbito das intersubjetividades, capazes de suscitar percepções, sentimentos e afetos, influenciando decisões frente aos constrangimentos da pobreza.

Situado na periferia da zona norte da capital, no distrito da Brasilândia, Vista Alegre e os bairros vizinhos têm por divisa os distritos de Vila Nova Cachoeirinha a leste e o município de Caieiras ao norte. Destacam-se as características precárias dessa ocupação, as demandas sociais organizadas e as respostas da ação pública na época, tendo por base os depoimentos coletados entre moradores e lideranças comunitárias instalados na região entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960. Constrói-se analiticamente a existência de dois processos, ou momentos específicos quanto a essa ocupação, como contextos que fundamentam à investigação de aspectos da subjetividade de seus atuais moradores, conforme interpretação dos conteúdos das entrevistadas realizadas.

As origens da ocupação de Vista Alegre, aqui resgatadas, têm por referência relatos de moradores locais interpretados à luz de conceitos dedicados à formação e expansão

das periferias na metrópole paulistana. Apóia-se em noções e estudos que discutem as relações entre a pobreza metropolitana e a dinâmica urbana como expressão e consolidação das desigualdades socioterritoriais. Nesse caso, assumindo o contexto socioterritorial, para além da evidência objetiva da pobreza, como o *lugar* a partir do qual a subjetividade desses segmentos sociais em situação de privação se constitui e se revela.

Entende-se aqui que a concentração da pobreza na metrópole paulistana, para além de explicações estritamente econômicas, relaciona-se intimamente ao processo de urbanização, em sua distribuição desigual de recursos tangíveis e intangíveis gerados na capital.<sup>61</sup> Mas, sem que essa perspectiva dispense referências às dimensões culturais e político-ideológicas que fundamentam decisões e opções diversas quanto aos: modelos econômicos; conteúdos das políticas públicas e investimentos governamentais, além de comportamentos e valores socialmente prevalentes (BIELSCHOWSKY, 2009; SALAMA; VALIER, 1996).

Como forma de ilustrar (parcialmente) a noção acima, lembramos Salama e Valier (1996) que, em discussões relativas à pobreza e desigualdades na América Latina, embora centrados na perspectiva econômica da pobreza na América Latina, baseiam seus argumentos fundamentais em aspectos da cultura de dominação e poder constituída desde a colonização. E lembram que esse padrão esteve baseado não somente na máxima exploração da força de trabalho – dos índios, escravos e imigrantes – mas, sobretudo, em sua combinação à manutenção de padrões de vida entre os segmentos dominantes equivalentes aos das elites europeias. E descrevem esse padrão em seus aspectos de reconhecida desigualdade como promotora de extremas privações humanas. Relatos documentais transcritos pelos autores relembram, de um lado, o absoluto descaso das elites em relação à fome, a doença, o frio e os sofrimentos da força de trabalho, e de outro, os cuidados e sensibilidade, por parte dessas elites, na preservação de suas obras de arte adquiridas na Europa. (SALAMA; VALIER, 1996, p. 20-21).

Muito embora, o objetivo dos autores esteja relacionado aos fatores econômicos e seus efeitos sobre a pobreza, a referência ao aspecto histórico e cultural das relações sociais reproduzidas nas colônias é destacada como premissa à definição do padrão econômico de

---

61 Sobre isso ver entre outros: Kowarick (1994) e Santos (2008, p. 15-25).

extrema desigualdade então assumido. E, posteriormente, resgatada por ambos, como expressão segundo a qual pobreza também se produz como resultado de acessos desiguais a um conjunto de oportunidades sociais, econômicas, culturais e políticas<sup>62</sup>. E, não necessariamente como ausência ou insuficiência na produção de riquezas, como algumas abordagens analíticas, muitas vezes pretenderam fazer crer<sup>63</sup>.

Mas, essa tese não se destina à discussão de explicações ou de conceitos econômicos. Por essa razão, o destaque aos autores citados (Salama e Valier) tem por propósito lembrar a importância dos padrões de cultura reconhecidos e legitimados e de seus rebatimentos nas condições sociais de desigualdade. No sentido em que, esses padrões referendam e dão “permissão” a referenciais e atuações que contribuem para a permanência das privações humanas.

Uma forma de expressão da noção acima, referida à configuração do espaço urbano contemporâneo, pode ser depreendida do destaque proposto por Marques (2003). O autor nos fala da influência perversa dos paradigmas prevalentes na formação dos engenheiros, assim formulado:

(...) a prioridade estatal deve seguir a estrutura social, oferecendo os serviços primeiros – e com melhor qualidade – para os grupos sociais mais ricos e escolarizados (...) essa visão está na base da formação da corporação dos engenheiros, cuja presença na produção e gestão da cidade se faz tanto no ambiente técnico-burocrático, com poder de proposição e decisória, quanto na própria classe política dirigente. (MARQUES, 2003, p. 100).

Se essas noções reforçam o perfil restritivo por parte dos valores e concepções características do comportamento das elites, de forma complementar, elas lançam as necessidades humanas não atendidas à suposta condição de ilegítimas frente ao direito de atendi-

---

62 Ilustra essa noção comparação como as promovidas por: Salama e Valier (1996) quanto à evidência de que no Brasil a apropriação dos rendimentos entre os segmentos sociais é mais desigual do que, por exemplo, na Indonésia. Enquanto nesse país, os 20% mais pobres apropriavam 8% da renda nacional, no Brasil, ao segmento social equivalente correspondia somente 2,4% da renda nacional. Situação similar é observada na RMSF: enquanto os 10% mais ricos apropriavam 38,7% da massa de rendimentos, os 10% mais pobres apropriavam apenas 1,3%, segundo dados da Pesquisa de Condições de Vida - PCV/2006.

63 Ilustra esse debate as relações entre o crescimento econômico e ampliação da distribuição desigual dos rendimentos no Brasil dos anos 1970, que demonstram a insuficiência de medidas destinadas ao crescimento, quando ao foco é a diminuição de desigualdade. Sobre isso ver: Dedecca (2009).

mento básico. Por meio desse processo de *introjeção* da condição de ausência de prioridade, a situação de perversa desigualdade pode ser assimilada como vergonha e humilhação, suscitando sentimentos de culpa pelo próprio fracasso, ao mesmo tempo, em que impõe experiências de abandono, desesperança e desorientação. Constitui esse o meio político, quase “silencioso” pelo qual a extrema pobreza se reproduz no âmbito da subjetividade e ao qual essa tese se dedica a investigar.

Assim, as investigações acerca da reprodução da pobreza extrema tomando por referência as desigualdades expressas nas relações sociais e políticas reafirmam-se relevantes na contemporaneidade. Mas, adquirem especificidades e mecanismos próprios nas grandes metrópoles, de um lado, por suas amplas e diversas oportunidades na geração de riquezas tangíveis e intangíveis e, de outro, pela extrema concentração socioterritorial de carências e privações. Desse processo resulta importante investigar o processo de subjetivação dessas relações e privações humanas como recurso à compreensão do sujeito em condição de pobreza extrema, em metrópoles tão adversas e desiguais.

É a partir dessa perspectiva que a análise da origem e expansão de Vista Alegre adquire sentido, ao tornar explícita a presença de conquistas sociais fundamentais ao resgate das condições de vida na região. Mas, ao mesmo tempo, evidenciando a concentração e ampliação da pobreza extrema, sem acesso, inclusive, às mencionadas conquistas sociais. Retomada em seu processo de origem e evolução no segundo item desse capítulo, a história da ocupação de Vista Alegre, na nossa percepção, torna-se melhor compreendida se antecedida pela breve leitura do contexto social mais amplo da metrópole paulistana, nos aspectos destacados no item que segue.

## **2.1 Ocupação e expansão das periferias da metrópole: aspectos para a discussão da pobreza**

Historicamente, a formação da cidade de São Paulo, se fez sob a marca da desigualdade e opressão nas relações entre os segmentos sociais favorecidos, com suas posses e recursos e os amplos setores desfavorecidos. A própria ocupação e produção do espaço urbano, com seus bens, serviços e ambientes construídos, refletiu e consolidou posições e relações sociais; reiterando carências de um lado e propiciando desenvolvimento humano e bem estar

de outro. A história da ocupação e regulação dos centros urbanos e das periferias, sobretudo ao longo dos anos 1930-1970, reflete esse padrão<sup>64</sup> e contribui para a compreensão do comportamento demográfico resultante nas regiões centrais e periféricas. Enquanto regiões nobres<sup>65</sup> cresciam a taxas de no máximo 3% entre os anos 1960-80, bairros da periferia distante situavam-se em patamares mais elevados, alguns superando os 10%<sup>66</sup>, sobretudo na primeira década. E, de forma inversa e, sugestivamente complementar, bairros do centro histórico – como o Brás, Santa Efigênea, Pari, Cambuci, Mooca, entre outros – registravam taxas negativas<sup>67</sup>, confirmando o chamado “esvaziamento” das áreas centrais, dado a redefinição de suas atividades. Crescem os estabelecimentos comerciais e os serviços bancários e financeiros, assim como a circulação de transporte coletivo, terminais urbanos e consequentemente o afluxo de maior número de pessoas. Condições, portanto, menos propícias aos investimentos imobiliários destinados à moradia e, consequentemente, à perda do valor de mercado de parcela dos imóveis com essa forma de uso e, em muitos casos, o início de sua degradação física.

Assim, além do crescimento pouco acelerado, aquelas áreas do centro expandido, então, destinadas às classes, média e alta eram atendidas com prioridade, em diferentes gestões municipais, com investimentos públicos em obras viárias, de infraestrutura e serviços urbanos<sup>68</sup>. A esse padrão associava-se a expulsão dos segmentos populares e trabalhadores das áreas do centro histórico para a periferia da cidade<sup>69</sup>. E, como destacavam estudos à época:

---

64 Sobre isso ver: Kowarick e Brandt (1976); Bógus e Vêras (2000); Bógus (1992, p. 29-51).

65 Tais como: Jardim Paulista, Cerqueira Cesar, Perdizes, Jardim América, Pinheiros, entre outras.

66 Eram os casos, sobretudo, Santo Amaro, Capela do Socorro; Itaquera, São Miguel Pta e Guaianazes. No caso da Brasilândia e Freguesia do Ó, taxas que giram em torno de 9%, portanto bastante acima da média do município 4,79%. E que na década seguinte, se mantém elevada no distrito da Brasilândia (5,9%), a maior da Zona Norte 2 no período.

67 Fonte: IBGE. Censos demográficos 1970 e 1980.

68 Sobre isso pesquisa realizada por Marques (2003).

69 Lembrando que no final do séc. XIX e nas duas primeiras décadas do séc. XX os bairros centrais ainda eram ocupados em parte de suas áreas (Bela Vista, Brás, Barra Funda, entre outros) pelos trabalhadores das indústrias paulistanas. E que a partir dos anos 1930, com o Plano de Avenidas, a urbanização e valorização das áreas centrais provocam a expulsão dos trabalhadores para áreas mais distantes.

(...) como a acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora seguia os fluxos dos interesses imobiliários. No contexto explosivo do crescimento metropolitano, o poder público só se muniu tardiamente de instrumentos legais para tentar dar um mínimo de ordenação ao uso do solo” (CAMARGO et al., 1976, p. 26)<sup>70</sup>.

Como também (o poder público) realizou investimentos urbanos parciais, incentivados por motivações diversas, sejam aquelas destinadas à viabilidade da expansão urbana, ou à pressão das demandas organizadas ou, ainda, às condições técnicas-políticas promovidas pelo processo eleitoral, conforme destacado por Marques (2003).

Assim, na origem, a ocupação das periferias por segmentos oriundos de diferentes regiões do país fez-se sob a reduzida presença de investimentos públicos em infraestrutura básica, serviços urbanos e sociais. À capacidade de gerar riquezas, sabidamente, não correspondia sua efetiva redistribuição de modo a alcançar os segmentos populares ocupantes da periferia da capital. Como lembra Marques (2003), não havia na literatura dúvida quanto à constatação das carências sociais e precárias condições de vida nessas regiões. Mas, havia distinção às explicações quanto às suas causas, sobretudo as representadas pelas abordagens comuns à década de 1970 e aquelas propostas ao longo dos anos 1980.

De forma sintética, o autor lembra que, a década de 1970 foi marcada por análises:

(...) que mobilizavam mecanismos estruturais e/ou de natureza econômica para explicar a conformação da cidade e as políticas estatais, seja ligando-as ao modo de produção, (...) seja associando-as ao comportamento econômico de agentes sociais. (MARQUES, 2003, p. 120).

De modo que, o processo da política pública, ou as ações do Estado, resultava quase irrelevante do ponto de vista das investigações empíricas formuladas à época. Uma possível expressão dessa noção pode ser observada na seguinte proposição de Kowarick em referência às causas da profunda desigualdade social:

---

70 Ainda assim de forma restritiva, demonstrada ainda nos dias atuais conforme destaca o próprio autor quanto a não aplicação de legislação específica como *Lei de usucapião urbano* (Lei Federal 10.257/01, artigos 9º ao 14º) e *Lei do IPTU progressivo* (Lei Federal 10.257/01, art. 7º.), ambas reconhecidas tecnicamente em seu potencial de efetivação do direito social à cidade, dirimindo efeitos perversos da especulação e do conflito entre a cidade legal e a produção da cidade real em seus assentamentos precárias.

(...) é a ordem política que condiciona a participação dos indivíduos e das classes nas decisões sobre o seu próprio destino. (...) não se trataria (portanto) de uma peculiaridade da vida urbana moderna, mas de um contexto mais amplo. (CAMARGO et al., 1976, p. 19).

Conforme pondera Marques ainda que se reconheça a prática de relações estreitas e frequentes entre os setores econômicos e a classe política ou os gestores do Estado, por si só essa explicação não esgota a compreensão acerca do comportamento da ação pública. Há, conforme demonstra Marques, variação entre as gestões quanto às suas relações com os segmentos do setor privado (com atuação direta na produção da cidade) e os investimentos realizados no território urbano. O autor demonstra que o comportamento do Estado não é homogêneo, tampouco contínuo em relação à direção das decisões e ações realizadas. As influências se mostraram associadas, em grande medida, à orientação política-ideológica do governante eleito, suas relações estabelecidas com outros atores e, ainda, ao perfil dos gestores influentes na burocracia técnica do Estado.

Entre as reações às concepções de teor estruturalista, da década de 1970, inscreveram-se, como destaca Marques (2003), as abordagens dos anos 1980 que sugeriam lacunas deixadas pelos conceitos anteriores, quanto ao papel dos atores coletivos. Essas interpretações voltavam-se à investigação do papel dos atores e sujeitos sociais em seu cotidiano e suas experiências na construção de identidades com base nas ações coletivas. Segundo Marques (2003, p. 121), representando uma “(...) reação ao determinismo analítico pautado em argumentos macroestruturais.” E trazendo à luz a existência de sujeitos em diferentes condições de atuação política, indicando a possibilidade de desdobramentos e resultados diversos a despeito da desvantagem social por parte desses atores. Portanto, no caso dessas abordagens, sobrepondo a ação dos sujeitos aos constrangimentos das estruturas econômicas e de classe social. Nessa direção, a dinâmica social resultaria menos das determinações identificadas e mais diretamente das oportunidades constituídas pelos movimentos e atores sociais.

Entre as principais considerações propiciadas por essas abordagens destaca-se a formulada por Sader (1988) em síntese à descrição sobre a comemoração e a resistência à repressão da polícia militar ocorrida no 1º de maio de 1980, em São Bernardo do Campo. O evento político mobilizara cerca de 120 mil pessoas tendo sido identificado pelas organiza-

ções políticas como “a maior manifestação desde a implantação do regime militar”(SADER, 1988, p. 28) e assim descrita pelo autor:

A imagem viva da emergência de um sujeito coletivo, como um ato de afirmação de setores sociais até então excluídos do cenário oficial, foi logo elaborado por testemunhas, que chamaram a atenção para novos personagens que alteravam os roteiros preestabelecidos. A partir de abordagens e interesses diversos, o que as diferentes interpretações mostravam era o fato de o conflito fabril ter extravasado o contexto sindical e, exprimindo uma disposição coletiva de auto-afirmação, aberto um novo espaço para a expressão política dos trabalhadores. (SADER, 1988, p. 29-30).

Na percepção dessa tese, um dos principais méritos dessas abordagens foi a identificação de sujeitos, identidades e formas de organização e atuação identificadas com necessidades reais pungentes. Necessidades reconhecidas como do âmbito da cidadania, sugerindo formas à constituição de sujeitos cujas oportunidades do pensar e compreender a realidade imediata passava por mediações críticas e reflexivas. Desses estudos resulta o reconhecimento de identidades constituídas no contexto das lutas populares, portanto mediadas por formas próprias de compreensão da realidade. Dessas leituras sugere-se a possibilidade de sujeitos não determinados pelas vulnerabilidades e constrangimentos oriundos de carências e privações materiais e simbólicas, mas com possibilidades de agência no coletivo que integram. Identidades menos fraturadas porque atuantes na capacidade reflexiva e de proposição frente às próprias carências e privações que podem surgir aos próprios olhos de quem as vivencia não mais como demonstração de incapacidade, mas possivelmente de um conjunto de injustiças sociais.

Retomando Marques (2003), cujo foco da investigação é a ação do Estado, ambas as abordagens destacadas acima resultam insuficientes, o que é demonstrado, na perspectiva do autor, pela observação e inventário da ação pública nas diferentes gestões municipais. A diferença no comportamento das gestões municipais no período de estudo (proposto pelo autor)<sup>71</sup>, em seus mecanismos e estratégias de atuação, contribuiria para a heterogeneidade

---

71 As gestões investigadas pelo autor referem-se a: Olavo Setubal (1975-1979); Reynaldo de Barros (1979-1982); Salim Curiati (1982-1983); Mario Covas (1983-1985); Jânio Quadros (1986-1988); Luiza Erundina (1989-1992); Paulo Maluf (1993-1996); Celso Pitta (1997-2000). Sobre isso ver: Marques (2003, p. 76-77).

socioterritorial na capital e na própria periferia. O autor pondera que a partir dos anos 1990 estudos e pesquisas demonstraram a presença do Estado em regiões da periferia, desde o final dos anos 1970 – inclusive, de forma a antecipar as demandas da ação coletiva. Muito embora de forma evidente:

Esses investimentos não foram suficientes para inverter o perfil tradicional dos investimentos públicos na direção das periferias, mas indicaram que os espaços periféricos não foram totalmente desprovidos de intervenções públicas, como se considerava anteriormente. (MARQUES, 2003, p. 122).

Além disso, coube a ressalva do próprio autor (em nota de rodapé) de que:

Aparentemente a maior parte desses espaços vivenciou nos últimos dez anos uma melhora generalizada dos indicadores sociais médios [grifo nosso], com a manutenção de patamares muito ruins de condições de vida e acesso a serviços públicos em espaços muito localizados, mas bastante distribuídos no território. Embora a comparação seja difícil, as condições de vida nestes últimos parecem ser muito piores que as das “periferias da espoliação” dos anos 1970, talvez indicando a existência de ‘hiperperiferias’ em nossas metrópoles<sup>72</sup>. (MARQUES, 2003, p. 122).

A percepção do autor destacada acima é compartilhada nesta tese, e sugerida de forma similar, na nossa percepção, por outras investigações empíricas, tal como em Telles (2005) em análise a bairros do distrito do Jardim São Luís, Zona Sul da capital. Segundo entrevistas realizadas pela autora, a região em suas origens:

Era mesmo um fim de mundo. Não tinha nada – asfalto, luz, água. O ponto de ônibus mais próximo era longe (...) e ainda por cima, era tudo loteamento clandestino. (...) de lá para cá muita coisa mudou. O ‘progresso’ chegou. Mas as grandes fábricas não existem mais e o desemprego é grande. No correr dos anos, (...) muita gente chegou, a carência de moradia é enorme e as famílias vão se instalando como podem da forma mais precária possível. (...) Foi no correr desses últimos dez anos que tudo piorou. (TELLES, 2005, p. 6).

---

72 O autor considera hiperperiferia aquelas áreas da periferia “que implicam a condensação e acúmulo num espaço menor de riscos sociais, residências e ambientes de diversas origens, genericamente atribuídas ao contexto periférico mais abrangente.” (Marques, 2001, p. 21) Em grande medida, as hiperperiferias resultam, no limite, conforme os autores, da disparidade do valor monetário adquirido pelas terras urbanas, caracterizando-se como áreas de baixíssimo valor monetário ou, ainda, fora das possibilidades de mercado, seja pela alta degradação dessas áreas, seja pela ilegalidade das ocupações, no caso, de áreas de proteção ambiental.

A entrevistada – conforme Telles (2005) – destaca os efeitos perversos dos oito anos de gestão municipal (Maluf e Pitta), a desestabilização dos movimentos de moradia e de suas conquistas dos anos anteriores. A saída dos padres progressistas “mandados para longe” e a chegada das igrejas evangélicas e da ala conservadora da própria Igreja Católica. De outro lado a crescente presença do tráfico, dos crimes e da violência, tal quais as situações apuradas no campo de pesquisa desta tese e descritas nos capítulos iniciais.

De qualquer modo, trata-se de análises que reconhecem distintos processos entre as origens da ocupação, de um lado, e sua expansão de outro. Na origem destaca-se a trajetória de mobilização política da população local, propiciada em grande medida por setores da igreja católica, partidos de esquerda, sindicatos e movimentos reivindicatórios organizados. Já no processo de expansão, verifica-se, de um lado, a precarização das ocupações, cuja visível desvantagem quanto aos locais geográficos ocupados chega à situação de risco físico, além da evidente insalubridade das moradias. E, de outro lado, indícios de maiores dificuldades na capacidade de organização em comparação às do passado, além de práticas de mercantilização das terras ocupadas entre sujeitos de condição social, aparentemente, similar.

A essas características acrescem outras, tais como as consideradas por Kowarick (2010) e apoiadas pelas observações dessa tese. Trata-se de que as áreas hoje ocupadas por famílias em extrema pobreza, não raramente, são as piores áreas – em risco de desmoronamento – cujas famílias residentes tem possibilidades de escolha restritas e trajetória de mobilidade descendente. Nesse sentido, sugere, mais uma vez, dinâmica social diversa da situação de origem das ocupações em que as promessas de trabalho, moradia, serviços urbanos e sociais faziam parte do imaginário e do discurso das famílias. Hoje predomina o medo da quase irremediável perda da moradia, a desesperança, o esquecimento, a vergonha e humilhação.

Assim, pode-se dizer que as carências por serviços urbanos na periferia da capital foram parcialmente atendidas, sobretudo, ao longo da década de 1980 e 1990. Em boa medida, sob a pressão popular organizada entre os anos 1970-80, ainda que não se desconsidere a existência de atuações pontuais por parte das ações do Estado, por vezes, segundo a literatura, sugerindo a antecipação às demandas organizadas<sup>73</sup>. E, posteriormente, constituindo atendimentos amparados pelos direitos constitucionais, viabilizados por meio da implementação

---

73 Sobre isso ver: Marques (2003).

de políticas públicas. Tratava-se, nesse caso, do aumento da urbanização na periferia, com a chegada do asfalto, a extensão da rede de água, esgoto, iluminação pública, coleta de lixo; e posteriormente, dos primeiros equipamentos sociais.

No entanto, a despeito dos ganhos representados pela melhoria das condições de vida das famílias fixadas nessas regiões e seu importante significado na definição de padrões de bem estar, segurança e dignidade, seu alcance não foi pleno, tampouco deixaram de surgir novas moradias ainda mais precárias. Nesse caso, associada a um conjunto de extrema carência e instabilidade social expressa na própria forma de “fixação” dessas famílias no território. A continuidade da ocupação em áreas da periferia adquiria caráter ainda mais crítico, já que alijado dos benefícios já alcançados pela urbanização parcial das décadas passadas.

Assim as investigações acerca da pobreza persistente e intensa na metrópole paulista, não dispensam o referencial proporcionado pelas abordagens macro e os conceitos que destacam as influências das estruturas sociais. Da mesma forma que não desconsidera abordagens de viés econômico que, ao longo dos anos 1980 e 1990 destacavam: a diminuição do ritmo do crescimento econômico, as medidas recessivas, os efeitos do processo de reestruturação produtiva e a desqualificação da força de trabalho (MATOSO, 1995). Esses efeitos sobre a inserção no mercado de trabalho, com desemprego e redução dos níveis salariais, e seus impactos especialmente comprometedores sobre os segmentos socialmente vulneráveis compõem, entre outros, parcela das explicações relativas à ampliação e intensificação da pobreza nessas décadas.<sup>74</sup>

Se as razões acima remetem aos aspectos de caráter estrutural relacionados à pobreza, a essas acrescem especificidades relativas à configuração das desigualdades socioterritoriais na metrópole, como agravantes da pobreza. Trata-se das ocupações desordenadas do território e precariedades geradas; às restrições da legislação urbana ao amplo direito à cidade; à política restritiva de provisão habitacional e ausência de regulamentação fundiária ao longo das décadas passadas<sup>75</sup>.

---

74 Vale lembrar que a década de 1990 foi fortemente marcada por políticas econômicas voltadas às metas de estabilização monetária, em particular o controle da inflação levando à contenção dos investimentos com impactos na dinâmica econômica e diminuição das contratações no mercado de trabalho e aumento das ocupações informais. Além do decréscimo dos rendimentos médios familiares. Sobre isso ver: Dedecca (2009); Rocha (2005); Cepal (2006).

75 Sobre isso acrescentar: Caldeira (2000, p. 220).

De modo que, entre os argumentos sustentados por Marques (2003) esta tese destaca:

(...) não se trata de abandonar os constrangimentos sistêmicos para a explicação da realidade urbana, mas gostaríamos de destacar, ao contrário, a necessidade de integrar de forma analiticamente coerente a estrutura com a ação, tomando por base as características que constituem o Estado e a sociedade brasileiros. (MARQUES, 2003, p. 122).

Para Marques a ação do Estado constitui importante diferencial para aumentar a compreensão acerca do comportamento das carências sociais no território metropolitano. E representa a oportunidade de agregar valor explicativo aos estudos consagrados, assumindo a perspectiva de integrar estrutura à *ação*. Para esta tese, de forma equivalente, a investigação acerca de aspectos da subjetividade constituída em condições de extrema pobreza, cumpre semelhante propósito. Trata-se de ampliar a compreensão acerca do universo de possibilidades e de restrições conforme vivenciadas por parte dos sujeitos em situação de pobreza extrema.

## **2.2. Os sujeitos e a ocupação do território: sugerindo relações e dinâmicas próprias**

Pelo papel estruturante que a ocupação do território representa à organização social e ao cotidiano de amplos grupos sociais, buscam-se aqui noções que, embora tomem o sujeito como dimensão fundamental à compreensão do processo da pobreza, não dispensam a identificação política do contexto desigual da metrópole. Ao contrário, a forte influência das vivências suscitadas pela extrema desigualdade que caracteriza as metrópoles, como no caso de São Paulo, acrescenta especificidade a suas formas de pobreza. No dizer de Lavinias:

A pobreza é também urbana porque desafia a governabilidade urbana exige dos governos locais soluções rápidas e efetivas inscreve no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. Ela é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. (LAVINAS, 2007, p. 2).

Se, de algum modo, na origem, a pobreza nas periferias encontrava expressão política nas lutas por serviços e infraestrutura urbana, sua atual concentração na metrópole de áreas de extrema pobreza e privação sugere comportamento social e político a serem mais

bem compreendidos. Esse quadro surge desafiador, em comparação, àquele característico das periferias em formação que, a despeito das carências por serviços básicos, contava com a participação de diferentes atores, conforme demonstra a história da ocupação e mobilização em Vista Alegre, tratada oportunamente.

Hoje, a presente concentração da pobreza extrema na metrópole associa-se, além das restrições econômicas, à segregação espacial e social, decorrente de amplos processos sociais e políticos, mas, sobretudo da trajetória de ocupação da região. A segregação, por sua vez, constitui novas restrições às oportunidades, além da concentração de diferentes formas de carência e privação humanas, afetando, sobremaneira e de forma muito específica os sujeitos a ela submetidos.

Nessa direção, consoante à análise de Marques (2001, p. 49-70), esse capítulo se faz a partir da noção segundo a qual a reprodução da extrema pobreza na RMSP impõe a necessidade de ampliação dos marcos conceituais dos anos 1970 relativos ao aspecto da ocupação urbana. Mas, ao mesmo tempo, encontra indícios de sua validade para a compreensão do processo de ocupação de Vista Alegre desde suas origens e expansão inicial. Nesse sentido, essa tese caminha na proposição segundo a qual há, pelo menos, dois grandes processos sociais, um relativo à ocupação inicial da região de Vista Alegre e outro a uma ampliação acelerada das moradias o que equivale à extrema precarização das condições de vida. Especificados ao longo desse capítulo e do próximo capítulo esses processos contribuem para a compreensão de aspectos da subjetividade dos sujeitos pesquisados nesse estudo.

Retomando o propósito deste capítulo, as abordagens dedicadas à extrema pobreza nas metrópoles supõem a reflexão acerca das questões da ocupação do território, as quais expressam a extrema desigualdade social há muito instituída e por essa razão revelam sua dimensão política. Condizente a um plano analítico macro, apoiado na noção da desigualdade social e na análise aplicada com foco nos componentes da categoria de *hiperperiferia*, destacam-se as considerações relativas à persistência da pobreza metropolitana propostas por Queiroz Ribeiro (2011, p. 2). O autor orienta seus argumentos em referência à produção das cidades brasileiras, cuja dinâmica de formação, crescimento e transformação, segundo o mesmo, sintetiza duas questões nacionais cruciais: a questão democrática e a questão distributiva.

À questão democrática o autor assim se refere:

À capacidade da cidadania ativa substituir a coalização de interesses que sustentou o processo de acumulação urbana recente, por um regime republicano capaz de assegurar a todos o direito à cidade, isto é, o direito à participação nos processos deliberativos que dizem respeito à cidade, à coletividade urbana e seus destinos. [...] E à questão distributiva refere-se à quebra do controle excludente do acesso à riqueza e às oportunidades geradas no (e pelo) uso e ocupação do solo urbano, assegurando a todos o direito à cidade como riqueza social em contraposição a sua mercantilização. (QUEIROZ RIBEIRO, 2011, p. 2).

O autor propõe que os conhecidos problemas de nossas cidades sejam interpretados como partes da questão nacional, qual seja a submissão à lógica do crescimento mercantil, apontada por Celso Furtado como responsável pela manutenção do Brasil como nação inacabada. E complementa: “poderíamos também dizer que temos cidades inacabadas, pois estas são incapazes de mediar os conflitos e integrar, mesmo que parcialmente, as distintas classes e grupos sociais”. (QUEIROZ RIBEIRO, 2011, p. 2).

Nesse sentido, podemos então dizer que a vivência cotidiana em cidades inacabadas, representa o cerceamento do exercício dos direitos à cidadania, ainda que previstos nos marcos legais. Mas nem por isso passível de realização mediante sujeitos persistentemente impedidos no desenvolvimento de seus recursos subjetivos e de sua relativa condição de autonomia humana, indispensável à percepção acerca dos próprios direitos e “melhor” alcançados na prática coletiva. A relação com o outro é dimensão partícipe tanto à constituição dos conteúdos da subjetividade, quanto de sua condição de vigor e de enfrentamento aos desafios cotidianos.

Além disso, parece haver a dificuldade em identificar esferas públicas de gestão das políticas públicas que possibilitem a integração e expressão dos conflitos e da negociação profícua entre os agentes sociais e entre esses e o poder público.<sup>76</sup> Talvez em parte associada à

---

76 Sobre isso a literatura produzida pela Cepal, como balanço das décadas de 1990 e 2000 trazem importante referência à mudança de um marco conceitual explicitamente do “conflito de classes” ao das “dificuldades para exercer plenamente os direitos à cidadania”. De fato, a noção da impossibilidade do exercício amplo e igualitário dos direitos à cidadania parece permear implícita ou explicitamente amplo leque de abordagens teóricas, investigações empíricas e produções analíticas voltadas à condição da pobreza. Nesse sentido, inscritas ou não no âmbito das metrópoles as considerações em torno das pobrezas atuais têm por trás noções de direitos à justiça, à igualdade e à liberdade.

própria visão ideológica de Estado “vendida” pelos segmentos favorecidos que ao reconhecimento da capacidade da metrópole gerar riqueza, insinuam certa “inutilidade” do Estado em prover demandas sociais.<sup>77</sup> Essa visão contribui, em parte, para o processo de “esvaziamento” das questões políticas relacionadas à reprodução da pobreza e da riqueza.

A possibilidade de interpretação acima acresce, no caso específico da Brasilândia, inclusive Vista Alegre, a prática da política regional abordada em momento oportuno, mas desde já identificada com a personalização clientelista da ação política. Esse perfil político, além de apagar os caminhos do acesso à esfera pública parece contribuir para o “esvaziamento” da ação coletiva organizada, em comparação ao seu perfil desfrutado na década de 1980, conforme descrito no item que segue. Acresce-se a esse comportamento, a coerção cotidiana e o isolamento social impostos por poderes paralelos como o tráfico, conforme identificado neste estudo. Trata-se de um conjunto de componentes característico da hiperperiferia, que se associam à pobreza extrema em condição metropolitana, sugerindo sua especificidade sem que por isso deixe de remeter em última instância às desigualdades sociais que tomam forma no território.

Mas por outro lado, o território, a despeito de sua condição como categoria analítica nas abordagens sobre a cidade, não esgota a relação entre o urbano e o social. As cidades

(...) surgem como cenários de representações específicas (...) uma das formas dessas representações tem sido a utilização de indicadores sociais e urbanos que buscam expressar determinadas características dos territórios analisados nas suas diferentes escalas. (RAMOS; KOGA; 2011, p. 336).

Mas, ponderam os autores que o papel de construção da leitura da realidade propiciada pelos indicadores não alcança a representação dessa realidade quanto à dinâmica de seu cotidiano “repleto de variações que tendem a ser homogeneizadas sob a forma de índices sintéticos, por exemplo.” (RAMOS; KOGA; 2011, p. 336).

São em meio às variações da dinâmica de seu cotidiano que os sujeitos em situação de pobreza se tornam possíveis de serem vistos e como tal tomados como sujeitos, a despeito de suas carências sociais. Sendo essa condição fundamental, entre as demais categorias analíticas representativas da realidade social da pobreza para aumentar sua compreensão. O

---

77 Sobre isso ver: Pougam (2003, p. 24).

território não resulta vazio, a *hiperperiferia* apesar de produzida por amplo processo social, econômico e político tem nas trajetórias de vida, no comportamento e na dinâmica local de seus sujeitos, fatores relevantes à compreensão de sua dimensão na sociedade e suas influências perversas na reprodução da pobreza extrema<sup>78</sup>.

Nessa perspectiva o contexto e o cotidiano urbano, em suas relações econômicas dominantes, nos padrões de sociabilidade existente em cada localidade configurariam “o campo das possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer a pobreza” (LAVINAS, 2007, p. 2). Mas, compõe o campo dessas possibilidades o exame cuidadoso dos sujeitos que resultam desse processo social, com suas angústias, impossibilidades de atuação formas de percepção de si mesmo dadas pelo “círculo vicioso da pobreza”, alimentado pela metrópole de economia dinâmica e especializada, mas expresso e vivenciado no cotidiano empobrecedor. De modo que, os sujeitos são a resultante da condição de extrema pobreza ou de exclusão e, como tal, centrais à investigação, o que demanda ir além das categorias analíticas de mensuração da pobreza ou de identificação geográfica.

De fato, prosseguem relevantes as explicações que destacam os mecanismos relacionais na produção da pobreza, ou seja, a redistribuição desigual de bens tangíveis e intangíveis, por meio de dinâmicas de mercado, relações sociais, e processo políticos, protegidos pela lei, pelo Estado e pela opinião pública dominante. Sem, no entanto, que possam por si informar acerca das trajetórias assumidas pela pobreza extrema, na perspectiva daqueles que nela constituem sua identidade e por meio dela são socialmente identificados.

Entende-se aqui que, a pobreza não é só gerada na relação com a riqueza, mas é também compreendida dentro dessa relação. Ou seja, é sob a lógica do reconhecimento legal e legítimo da acumulação de riquezas, inclusive como sinal de sucesso pessoal, que a pobreza adquire expressão social. Portanto, tornando-se, quando “aceita”, objeto de políticas públicas, mas mantida em dúvida quanto ao seu direito reivindicatório, como se lhe faltasse legitimidade enquanto questão de direito a ser reivindicada. Historicamente a pobreza entrou na política por meio indireto, compondo as agendas das políticas públicas setoriais, inclusive

---

78 Nessa direção, vale lembrar os componentes da segregação socioterritorial, tomados por Katzman que são: a fragilidade ou força dos laços com o mercado de trabalho e o isolamento social resultante. Em entrevista ao Neppo/Unicamp (Katzman, 2000).

como resultado de pressões organizadas na sociedade civil, constituindo esse o sinal de seu transbordamento social para além das abordagens estritas à assistência social.

A própria instituição de um programa nos moldes do Bolsa-Família, se fez sob árduo percurso político, agregando avanços ao desenho e implementação do programa na mesma medida em que enfrentando argumentos e críticas de forte viés ideológico.<sup>79</sup> Historicamente o tratamento dispensado à pobreza se fez por ações assistenciais ou filantrópicas tal como sugere a interpretação de Simmel ao definir pobreza por associação à assistência social. O autor observava que o estado assume a obrigação de oferecer assistência aos pobres, mas “essa obrigação não se traduz em verdadeiros direitos para os pobres, tanto que no final das contas os pobres não têm nenhum recurso possível, quando a assistência não lhes chega. Eles podem receber a assistência, mas não reivindicá-la”.<sup>80</sup> (SIMMEL, 1998, p. 25). Desse modo, o tratamento à pobreza estaria limitado à perspectiva de não afetar ainda mais a sociedade. O foco seria menos o sujeito da pobreza e mais a manutenção das relações e mecanismos sociais.

Na base da premissa sugerida acima, provavelmente persiste a antiga questão quanto a quem atribuir a responsabilidade pela pobreza, ao próprio indivíduo ou a processos sociais ou efeitos econômicos “perversos”.<sup>81</sup> Talvez também por esse conflito, tomar o sujeito em situação de pobreza como sujeito (em amplo sentido e significado) seja considerado um “excesso” dispensável, posto que dar-lhe o básico – alimentos já seria uma concessão por parte da sociedade.

De certo modo, a forma pela qual o campo da ação pública assistencial identifica e classifica o público atendido, segundo categorias como: público alvo ou, como beneficiários, sugerem limites à concepção de sujeito, pobreza e conseqüentemente ao escopo e formulação das ações. Embora essas categorias respondam a uma reconhecida necessidade da gestão pública, deixam de fora a complexidade do cotidiano desses sujeitos. Complexidades

---

79 Trata-se de matérias jornalísticas que sugeriam um conjunto de efeitos perversos do programa tais como: o abandono do emprego, por parte, sobretudo, das mulheres; a intenção das famílias em continuar tendo filhos; a destinação dos recursos da bolsa para consumo de bebida alcoólica, guloseimas e etc. em atitudes e argumentos, distantes dos resultados sistematizados nas avaliações do programa.

80 Traduzido pela própria pesquisadora.

81 Sobre isso ver: Swartzman (2004) e Conh (2004).

que se referem tanto a aspectos objetivos quanto subjetivos, mas passíveis de identificação somente na investigação que toma esse sujeito na diversidade de seus papéis e relações cotidianas, inscritas em contexto socioterritorial específico.

De modo que, às especificidades relacionadas à vida na periferia da metrópole decorre a definição de um cotidiano de relativo “isolamento” social e político e de relações restritas<sup>82</sup> a que se encontram submetidas famílias em situação de pobreza extrema. Essa dinâmica interpessoal não pode ser alcançada por categorias analíticas macro-sociais aplicadas ao território sem que, em algum momento, reconsiderem os sujeitos que “emprestam” características a essas ocupações. Mas, esses sujeitos tampouco podem ser compreendidos sem que características históricas relativas ao contexto socioterritorial que ocupam sejam resgatadas.

### **2.3. As origens da ocupação de Vista Alegre: investigando seus sujeitos**

A ocupação da região de Vista Alegre no distrito da Brasilândia reflete tanto as características envolvidas na origem das periferias da metrópole quanto, posteriormente, sua forma de reprodução, gerando áreas de forte segregação urbana e social, aliada às dificuldades de mobilização social.

No entanto, na origem a presença de lideranças locais, assessoradas por partido político e setores da igreja marcou a consolidação da ocupação e urbanização da região. Essas lutas tinham por característica o esforço da organização de segmentos da população, a orientação e formação de lideranças locais com participação de setores da igreja católica, de partidos políticos e de lideranças estudantis.

O Jardim Vista Alegre integra, ao lado de um conjunto de bairros<sup>83</sup>, a extrema periferia da Brasilândia, sub-distrito do distrito da Freguesia do Ó, fazendo divisa com o distrito de Vila Nova Cachoeirinha. Distante cerca de 30 km do centro da cidade – marco da Sé – Vista Alegre encontra-se limitada pela Serra da Cantareira, que vem sendo ocupada, de forma mais intensa, nos últimos trinta anos por barracos e alvenarias precárias, conformando áreas de risco de extrema pobreza do bairro.

---

82 É importante a referência às redes sociais decorrentes de estudos realizados por Marques (2010).

83 Jardins Princesa, Guarani, Carombé, Damasceno, Ladeira Rosa, Cecy, Recanto, Santa Terezinha, Parque Belém, Sítio Morro Grande e Vilas Izabel e Icaraí.

As origens da ocupação de Vista Alegre estiveram relacionadas à produção de loteamentos urbanos pela iniciativa privada, em meio às antigas chácaras e sítios, comuns na formação das periferias da capital. De características rurais, a oferta dos lotes para moradia fazia-se pela ausência de infraestrutura básica e, evidentemente, de serviços urbanos. A principal iniciativa identificada data de meados dos anos 1960, como o loteamento promovido pela Plavem (Sociedade Civil Planejamento e Vendas Ltda), sendo a região de antiga propriedade da família Prado, “batizada” de Jardim Vista Alegre por ser uma encosta com uma bela vista para a Serra da Cantareira (JORNAL DA CANTAREIRA, 2003)<sup>84</sup>.

Além de famílias recém-chegadas de outras regiões do país em busca de trabalho e providas de poucos recursos, outras tantas, migrantes, já residentes nas imediações – em casa de parentes e amigos (compadres/comadres), em cômodos de aluguel – deslocavam-se para a região, fixando moradia. Além dessas, a região atraía também aquelas famílias “expulsas” de cortiços dos bairros centrais da cidade. Nesse contexto, os estímulos aos empreendimentos proliferavam na forma de propagandas em folhetos impressos, além do “boca a boca” e, de forma surpreendente, no transporte coletivo contratado e oferecido gratuitamente nas avenidas centrais do distrito – Itaberaba, Henry Potter, Parapuã – com a finalidade de apresentar os loteamentos aos interessados. Diante da oportunidade de valores reduzidos, parcelados ao longo de alguns anos, os terrenos representavam a oportunidade da segurança futura da moradia, ainda que, de início, identificada a um pequeno lote não urbanizado, quase inserido em lugar nenhum e sem direito à escritura definitiva. Evidencia-se, desde a origem, a fragilidade e extrema necessidade das famílias associadas às origens da região, mas que, no entanto, transpuseram sua condição e privação inicial.

Conforme matéria jornalística, os primeiros loteamentos tiveram sucesso imediato atribuído, em parte, às desapropriações do prefeito de então, Prestes Maia (1938-1945), que vinha “revolucionando” o Centro de São Paulo. Ele desapropriou velhos casarões e cortiços para ampliar as avenidas São João, Ipiranga, Duque de Caxias, entre outras. Parcelas dessas famílias “expulsas” vieram para a Zona Norte da cidade, motivadas pelos baixos preços dos lotes e pelo acesso aos materiais de construção – telhas e tijolos para os primeiro

---

84 Jornal Cantareira. Matéria de Nov. 2003, dedicada à história de Vista Alegre. Disponível em: <[www.cantareira.org.br](http://www.cantareira.org.br)>. Acesso em: 10 set. 2012.

cômodos – viabilizados pela prefeitura. A facilidade de pagamento nas compras de terrenos oferecida pela empresa imobiliária atraía muita gente para a região. “Vendiam um pedaço de terra quase sem entrada e para pagar em 12 meses sem juros, além de fornecerem parte do material para construção”<sup>85</sup>. De fato os incentivos eram assim apresentados, conforme depoimento abaixo:

Aqui era um descampado, cercado pela mata, dava medo. Tinha algumas ruas, moravam três ou quatro famílias, tinha uma olaria que fabricava telhas. Cada família que comprava terreno ganhava da loteadora Plavem (Sociedade Civil Planejamento e Vendas Ltda) um milheiro de telhas (moradora da região há 45 anos).<sup>86</sup>

Esse conteúdo se repete nos depoimentos de antigos moradores, hoje articuladores e executores de ações sociais na região. Os incentivos à moradia podem ser atribuídos também à época, a principal empregadora da região, presente desde o início dos anos 1940 – a pedreira Veja Sopave. Por oferecer moradia aos seus funcionários, muitas famílias passam a residir na região. Essa tendência se amplia com a crescente atividade produtiva da empresa, que fornecia pedras para o calçamento de São Paulo.<sup>87</sup>

As origens do distrito da Brasilândia refletem a expansão urbana denominada centro-periferia, conforme mencionado anteriormente, segundo a qual, segmentos socialmente vulneráveis permaneciam em clara desvantagem quanto à condição de vida e as distâncias de suas moradias em relação ao centro da capital. Aos mais pobres, a periferia pouco ou nada urbanizada e às classes medias e alta, os bairros menos distantes, melhor situados e dotados de infraestrutura e serviços urbanos. Mas, de fato, isso não significa que a Brasilândia permanecia em privação de serviços urbanos básicos em sua integralidade. Ao contrário, o acesso diverso aos serviços e em especial aos de transportes é evidenciado em matéria abaixo, em contraposição à existência de um núcleo com características urbanas cercado de sítios que se tornavam bairros:

---

85 Depoimento de José Munhoz Bonilha (já falecido) ao jornal local, Freguesia News. 1980. Disponível em: <[www.freguesianews.org.br](http://www.freguesianews.org.br)>

86 Jornal da Cantareira. Historia do bairro de Vista Alegre – novembro de 2003, produzida por Juçara Terezinha Zottis e José Eduardo Souza. Disponível em: <[www.cantareira.org.br](http://www.cantareira.org.br)>

87 A Veja Sopave era uma multinacional francesa que foi desativada apenas na década de 1980. Sobre isso ver: Jornal Cantareira. Série de olho na história. Edição 55, novembro de 2003. Disponível em: <[www.cantareira.org](http://www.cantareira.org)> Acesso em: jan. 2012

A primeira linha de ônibus que serviu oficialmente a Vila Brasilândia foi da CMTC – Companhia Municipal de Transportes Coletivos - a partir de 3 de março de 1958. Com destino a região central, o ponto de ônibus era em frente à Paróquia de Santo Antônio de Vila Brasilândia. Nos anos de 1960, a região, que era um núcleo com características urbanas, mas ainda cercado de várias grandes propriedades como sítios e áreas de vegetação intensa, tornou-se um conglomerado de bairros. Na década de 1960 surgiram as vilas: Santa Terezinha, Jardins Carumbé, Damasceno e Vista Alegre. *Jornal Freguesia News*, 16/05/2012.<sup>88</sup>

No caso de Vista Alegre, o processo de ocupação de origem, marcado pelos loteamentos privados transcorre até os anos 1970. A partir da aí começava a sofrer ocupações precárias de forma isolada em áreas inapropriadas à moradia, como a beira do rio – hoje, reconhecido como “*córrego Bananal*”, próximo a Serra da Cantareira<sup>89</sup>. Nos anos 1960 até 1970, segundo depoimentos coletados, a região se formava por famílias migrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida e com reduzida capacidade de compra do lote para sua moradia, de forma equivalente ao processo de formação das periferias urbanas constatado em diferentes estudos.

Ilustra a colocação acima, o depoimento de nossa entrevistada, dona Lourdes (60 anos), acerca do início das ocupações em Vista Alegre. Residente há mais de 40 anos no bairro, a entrevistada é responsável pela direção de uma creche conveniada com a prefeitura de São Paulo e de trabalhos sociais de apoio à comunidade. Sua vinda para a região se deu na época, pelo desejo da casa própria em um lugar considerado por ela uma “promessa” de vida saudável, com a Cantareira e fontes de água natural. A entrevistada morava de aluguel na região de Santana, mas com recursos de poupança, ela e o marido, adquiriram um terreno e construíram sua própria casa em Vista Alegre. Segundo nossa entrevistada, no início das ocupações:

---

88 Sob o título da matéria: A história da Tusa marcou a Vila Brasilândia. [www.freguesianews.org.br](http://www.freguesianews.org.br). Acesso em: ago. 2012.

89 Segundo depoimentos, o rio na origem da ocupação encontrava-se em condições adequadas, com peixes. Hoje, segundo observamos, é apenas um córrego fétido, com recorrentes transbordamentos, repleto de esgoto doméstico e de descarte de todo tipo, jogados pelos próprios moradores ou recebidos por decorrência de enchentes e desmoronamento dos barracos, são: tapetes, restos de alvenaria, restos de móveis, parte da carcaça de carros entre outros objetos. Ao longo do rio, cortado por duas pinguelas improvisadas, há algumas dezenas de barracos. Em seu conjunto essa ocupação denominada, pela Sehab/PMSP, *Favela Bananal Direito* e *Favela Bananal Esquerdo*, totaliza, segundo dados oficiais, cerca de 120 barracos, estimando cerca de 500 pessoas.

Eram famílias muito simples que vinham em busca de uma vida melhor, vinham de Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e outros estados do nordeste. Mas que com muito esforço acabavam conseguindo um trabalho, poupando um dinheirinho e iam construindo sua casinha e saiam do barraco. E com os anos iam melhorando [a casa]. (Lourdes, moradora e dirigente de creche)

Confirmando a literatura especializada<sup>90</sup>, o processo de ocupação constituía-se, em parte, por famílias que desejosas de deixar o aluguel, adquiriam lote da iniciativa privada, e em parte por migrantes de áreas rurais desejosos de “tentar a vida na cidade grande”. Seriam esses segmentos consolidados na região que, na percepção dos entrevistados, representam a parcela das famílias em situação social relativamente estável e que acumulou e desenvolveu recursos (inclusive humanos) importantes. São famílias que, apesar das dificuldades dos períodos iniciais, hoje vivem em moradia própria e adequada, formaram seus filhos na educação de nível médio ou superior; mantiveram rede de contato de vizinhança e seguem sobrevivendo com seus próprios rendimentos, oriundos do trabalho ou da aposentadoria, sem recorrer às ações da assistência social. Parte dessas famílias migrantes entre os anos 1950-60 contava com o apoio de parentes e “conhecidos” que já haviam migrado e se estabelecido, em geral, na própria região ou bairros vizinhos, consubstanciando o que é conhecido na literatura como redes de apoio. O depoimento de uma das mais antigas lideranças, aqui entrevistada, dona Zita Vital, reforça essa tendência. Ela atribui seu sucesso, em ter permanecido na cidade grande, ao apoio material e à solidariedade recebidos de parentes e amigos:

(...) a solidariedade era muito grande. Encontrei gente muito boa. Eu fui muito bem recebida, acolhida’ e exemplifica: ‘o compadre<sup>91</sup> falou, o que a gente comer em casa, vocês comem também. (Dona Zita, liderança de origem).

O marido da entrevistada, sem alfabetização, trabalhador rural, teve muita dificuldade em se colocar no mercado de trabalho, não tendo se adaptado à construção civil, permaneceu meses no desemprego. Com a orientação também de um vizinho ele se empregou,

---

90 As análises são várias com destaque para: Kowarick (2009).

91 O compadre a que se refere era um vizinho que prestava solidariedade a sua família como decorrência da proximidade, que já mantinha com parentes da entrevistada que também residiam na região.

inicialmente na indústria, mais tarde no setor público, ambos em postos pouco qualificados e mal remunerados. Mas, situação que, dada a previsibilidade da remuneração, lhes permitiu, na época, seguindo sugestão dos amigos, vir a adquirir um lote em um dos loteamentos disponíveis na região. As condições destacadas nesse depoimento, relativas tanto à solidariedade da vizinhança quanto a evidência da existência de terras em loteamentos, parecem ser específicas da época citada.<sup>92</sup>

Os depoimentos confirmam ainda a presença de famílias, ex-residentes dos antigos cortiços situados nas áreas centrais da capital, que na época adquiriam seus lotes, normalmente, acompanhados de uma ‘cesta de material de construção’ disponível por meio da ação pública. Nesse caso, em clara evidência à política de planejamento urbano de atenção às áreas centrais da cidade, concomitante à produção das periferias. Segundo depoimento e observação em campo<sup>93</sup> houve loteamentos cuja metragem dos lotes resultou claramente aquém dos padrões estabelecidos. Esse procedimento teria tido como agravante o apoio do poder público, à época, no fornecimento dos materiais de construção às famílias, como meio de fixá-las na periferia, desocupando as áreas centrais por elas ocupadas.

Assim, nas origens da ocupação da região, a mercantilização da cidade e a ausência de instrumentos de regularização nas periferias e o discurso descomprometido por parte do poder público local foram recorrentes.

O levantamento de matérias jornalísticas referidas à época às quais pudemos dispor em contatos com antigas lideranças da região traziam evidências do comportamento sinalizado, tal como os destaques que seguem:

As imobiliárias começam a vender os terrenos sem oficializar o bairro. Tem problema pra tirar alvará na prefeitura, pra receber escritura do terreno, nós aqui não temos melhoramentos, (água, esgoto) lá no centro tem coisa de sobra. Porque não dividir um pouco com a gente? Uns com tanto, outros com nada, reclama uma moradora. (DIÁRIO POPULAR, 14/02/1978).

---

92 Essa temática será retomada em momento apropriado.

93 As moradias à margem da Rua General Penha Brasil/Vista Alegre, ao término da Av. Inajá de Souza e as situadas à Rua Firminópolis (áreas lindeiras de Vista Alegre, segundo registros da Secretaria Municipal de Habitação – Sehab/PMSP) sugerem essa forma de ocupação. São alvenarias geminadas, sem precariedade construtiva evidente, erguidas em lotes diminutos e, a maior parte, deterioradas pelo tempo. O acesso é direto à rua ou às vielas e becos.

Por outro lado, de modo a justificar as privações por infraestrutura e serviços urbanos, ausência das garantias legais quanto ao direito à cidade, o então assessor do prefeito Olavo Setúbal, na época, ponderava: “é por que o loteamento não tá regularizado, por isso não podemos fazer os benefícios.” (Diário Popular – 1978<sup>94</sup>). De fato, há depoimentos na época que sinalizavam irregularidades no parcelamento dos lotes, em evidente desvantagem para quem os adquiria:

A regularização dos terrenos foi um problema sério. “A Plavem agiu de má-fé com os moradores. Para lucrar mais, dividiu um terreno em dois e isso complicou a vida dos moradores na hora da regularização. A Lei de Zoneamento Urbano falava em 10 metros de frente e nossos terrenos só tinham cinco.”<sup>95</sup>

Para além das justificativas que priorizaram os chamados *argumentos técnicos* ao reconhecimento de necessidades fundamentais, conforme declarações, à época à imprensa, por parte do chefe regional da Sabesp, Armando Mirandez:

Outra dificuldade está na precariedade do acesso ao bairro, que causa estragos nos caminhões novos da Sabesp, [complementadas pelo argumento de que] já mandamos os engenheiros lá pra ver como fazer a ligação da água, mas eles ficaram com medo das pessoas. (FOLHA DE S. PAULO, mar/1978).

Trata-se de colocações que, desde logo, demonstram a influência de marcos conservadores por parte das instituições públicas. Tal como sugere Marques (2003): “a hegemonia de direita (...) embora venha de resultados eleitorais se desdobra em um poder muito mais amplo pelo controle da máquina pública exercida pela rede de gestores de direita.” (MARQUES, 2003, p. 93).

Os efeitos decorrentes dessa forma de poder se impõe tanto na manutenção das carências e privações materiais, quanto na sugestão de rechaço social aos segmentos submetidos às situações de carência social. Nesse sentido, conforme Margalit (1997) constituindo

---

94 Não foi preservada a data na cópia da matéria jornalística, disponível na atual Creche Maria das Dores II sob os cuidados da diretora da instituição - liderança comunitária atuante nas décadas passadas.

95 Moradora no bairro em depoimento ao Jornal Cantareira. Disponível em: <[www.cantareira.org.br](http://www.cantareira.org.br)> Nov. 2003. Acesso em: dez. 2012.

forte expressão da condição de humilhação que caracteriza o comportamento de sociedades cujas instituições não tratam a pobreza segundo parâmetro sequer da decência<sup>96</sup>. E como tal imprimem à reprodução da pobreza aspectos muito além daqueles identificados por análises macro estruturais, inscritos e visíveis somente no âmbito das relações de caráter cotidiano e, sobretudo, nas relações de assimetria de poder.

A constituição de mecanismos de mediação de conflitos nas origens da ocupação de Vista Alegre, como alternativa política, foi gerada na própria comunidade, mas fortemente apoiada por diferentes atores sociais. A denúncia organizada acerca da ausência do poder público e da extrema carência da região constitui-se por mais de uma década. Essas lutas, que se iniciaram lentamente na segunda metade dos anos 1960, conquistaram capacidade de organização e mobilização conjunta com bairros vizinhos ao longo dos anos 1970, intensificando-se e tornando-se públicas no final da mesma década. Em grande medida, pelos momentos de expressão conjunta ao movimento sindical em sua face integrada às lutas urbanas comuns aos bairros operário-populares, com presença de atores políticos como partidos políticos e as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Como sugere Kowarick “Esta foi uma experiência limitada no tempo e no espaço, espécie de luz que iluminava as ações políticas nos seus esforços de ampliar os direitos que permaneciam restritos a um pálido e atrofiado Estado de Bem-Estar.” (KOWARICK, 2009, p. 78).

A origem das lutas em Vista Alegre é atribuída, por uma das lideranças entrevistadas, aos trabalhos sociais das missionárias católicas, irmãs Natalina, Teresa e Ornela de origem italiana que passaram a residir na região entre final dos 1950 e início de 1960. A atuação das irmãs católicas, com apoio da Cúria Metropolitana de São Paulo, iniciou-se com visitas assistenciais às famílias, forma pela qual a entrevistada no final dos anos 1960<sup>97</sup> conheceu o trabalho das missionárias. E de forma muito significativa assim narrada pela entrevistada:

---

96 A sociedade desce título da obra de Margalit (1997), além de discutir parâmetros possíveis à análise do comportamento das instituições frente a questões de conflito social e carências diversas sugere no conceito de desce a alternativa socialmente possível em referência à impossibilidade, na visão do autor, de uma sociedade justa.

97 A entrevistada migrante mineira havia residido em outra região da zona norte, na casa de parentes. Sua ida para Vista Alegre foi motivada pela compra de um lote para moradia, o qual ocupava à época apenas com um barraco de dois cômodos, tendo construído a casa, mais tarde, por autoconstrução.

Eu tinha acabado de ter meu segundo filho e ainda cuidava de mais dois de uma vizinha, eu estava numa carência, num ‘barraquinho’ precário, não tinha nada. Quando a irmã bateu e pediu pra entrar pra conhecer minha situação. Eu não sabia onde enfiar a cara, quase ‘morri de vergonha’, queria esconder as crianças de tão pobrezinha que elas eram. Tudo era pobrezinho demais... Mas foi ali que tudo começou. (Dona Zita, liderança local).

Do convite das irmãs católicas às mulheres da região para participar de atividades de artesanato e costura inicia-se o clube de mães da entidade Obras Sociais de Vista Alegre. Da presença de mães reunidas fortalece-se a percepção da necessidade de dotar a região com certos serviços e cuidados em geral e o processo de discussão acerca de como fazer isso. Utilizando os recursos da própria paróquia monta-se o primeiro atendimento de saúde da região, com a presença de especialistas da área da saúde trazidos por contatos da própria paróquia. E a primeira creche, em um galpão de madeira, “era a forma de chamar a atenção do Estado para as necessidades da região”, reforça nossa entrevistada acima.

Por iniciativa das irmãs de caridade, segundo a entrevistada, apoios diversos foram buscados, como recursos financeiros oriundos da igreja católica, mobilizados pela Cúria Metropolitana de São Paulo e, destacadamente por D. Paulo Evaristo Arns. Conforme matérias jornalísticas havia na região a presença articulada por parte da igreja, representada pelos trabalhos do pároco Alberto Morini, da Congregação dos Servos de Maria e seu empenho em atividades sociorreligiosas em Jardim Vista Alegre.<sup>98</sup>

Padre Alberto tinha a sua luta focada na classe operária, na defesa dos pobres. Ele tinha um sonho de construir no Morro das Rendeiras um projeto chamado CERVAL (Centro de Estudos e Recreação do Vista Alegre) para oferecer atendimento às famílias dos operários que moravam na região”. Para implementar o projeto CERVAL e proporcionar moradia digna para os operários, padre Alberto “com auxílio da sua congregação, comprou uma gleba de terra com cerca de 44 mil metros quadrados. O sonho do Centro ficou durante muitos anos no papel, não havia recursos para a obra”<sup>99</sup>.

---

98 Sobre isso ver: <<http://www.cantareira.org/destaques/periferia-brasilandia-historia-morro-das-rendeiras-março-de-2013>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

99 Sobre isso ver: depoimento de Carmem Miriam Kreamer, moradora na Brasilândia há mais de 30 anos. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/destaques/periferia-brasilandia-historia-morro-das-rendeiras-set/2002>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

Outras iniciativas fundamentais incentivadas pelas lideranças religiosas locais eram, no entanto, efetivadas por moradores – agentes locais – com declarado empenho e compromisso motivado por senso de pertencimento coletivo, conforme matéria jornalística destacada abaixo:

Em 1975, com a ajuda do padre Alberto, foi construído um poço artesiano na Rua Nortelândia e as pessoas faziam fila para pegar água. Cada um com seu balde na mão para abastecer sua casa”, conta Mariquinha, moradora há 30 anos no bairro. Os homens tomavam conta do poço, um deles, Oswaldo Sartori, relatou que “muitas vezes eu ia abrir a torneira para o povo às 5h da manhã, fazia sol ou chuva a gente estava lá, distribuindo água”. Com o tempo as famílias começaram a sofrer com as doenças chamadas ‘oportunistas’, como verminoses que atacam crianças e idosos. Diante deste contexto, as lideranças das comunidades realizaram um levantamento e constataram que as crianças eram as que mais apresentavam sintomas provocados pela água e o esgoto que corria a céu aberto. Assim iniciam a luta pela implantação de um ambulatório comunitário e saneamento básico.”<sup>100</sup>

Além da presença ativa de lideranças religiosas, havia, ainda, apoio político, de embrionárias lideranças (externas à região), que fixavam moradia entre a Freguesia do Ó e a Brasilândia, apresentando-se inicialmente como novos moradores e que passam a militar nos espaços coletivos locais como a paróquia e as associações comunitárias. Esse comportamento, segundo conversa pessoal,<sup>101</sup> partia de lideranças do PC do B, na época, fora da legalidade e “abrigado” no antigo Movimento Democrático Brasileiro – MDB. A presença de militantes políticos na região ampliava-se com a formação do Partido dos Trabalhadores na década de 1980 e a forte participação na região de candidatos a representantes políticos.<sup>102</sup> E que, com o tempo, passaram a frequentar a região, formando politicamente as lideranças locais. Em depoimento, nossa entrevistada complementa:

---

100 Jornal Cantareira. História do bairro de Vista Alegre. 2003.

101 Narrado por Marcia Barral, ex-subprefeita da Regional de Freguesia do Ó/Brasilândia, Gestão Marta Suplicy, e militante nos anos 1980 na região.

102 As lideranças políticas destacadas pela participação nos movimentos que reunião Brasilândia e Freguesia do Ó foram: Benedito Cintra, Henrique Pacheco, José Laurindo, Sergio dos Santos e posteriormente Roberto Lajolo e Tereza Lajolo. Além de estudantes e assistência social da PUC/SP. Citados nominalmente em depoimentos entre lideranças locais.

(...) foram eles (lideranças políticas) que me ensinaram o que eu podia falar numa comissão para uma autoridade... e como eu podia falar. Eu dizia... ‘não vou conseguir falar isso’... e eles (os militantes) diziam ‘mas é assim que você tem que falar... acreditando, no que fala, mas chamando o outro de vossa excelência, essas coisas. (Dona Zita, liderança local).

A entrevistada, em referência as dificuldades de sua trajetória como liderança comunitária, reflete durante nossa conversa:

Mas, sabe, pra fazer tudo isso, que eu fiz, eu tive mesmo foi que mudar por dentro. Não foi só aprender a ler e escrever, que eu não sabia mesmo, eu tive que aceitar que eu tinha que sair do meu cantinho e conviver com um monte de gente, todo dia, isso era o mais difícil de fazer. (Dona Zita, liderança local).

Evidentemente, a percepção da entrevista confirma a necessidade do domínio de ‘códigos de negociação’ e de comunicação, não disponíveis entre os segmentos populares, indicando mais uma importante forma de segregação que acompanha a vida precária e de carências sociais. Mas, para além dessa evidência e de fundamental importância a esta tese, é a expressão da entrevistada sobre a necessidade de “*mudar por dentro*”. Essa constatação sinaliza o papel fundamental representado pelo coletivo para a constituição da identidade do sujeito, por meio da geração de apoio objetivo, aliado à afirmação de referências de convivência, valores e formas de expressão e atuação. E, obviamente, indica a necessidade de adesão e condições de ‘aceitação’, por parte do sujeito, desses referenciais, o que implica em esforço de mudança, cuja chance de acontecer, supõe-se, com base na experiência narrada pela entrevistada, relaciona-se à confiança e ao apoio encontrado nas relações estabelecidas. Mas também à percepção de que ao apoio correspondente permanece a necessidade de várias atitudes, esforços e possibilidades por parte do sujeito em sua “conversa interior”. E cujo grau de efetividade desses esforços parece depender da mobilização de recursos (da subjetividade) associados à constituição de uma identidade positiva, ou do senso de dignidade, o que não seria, de imediato, característica propiciada pelos sofrimentos comuns à extrema pobreza. Mas, essas questões, embora desde já sinalizadas, serão devidamente retomadas nos capítulos que seguem<sup>103</sup>.

---

103 O depoimento da entrevistada sugere a fundamental importância das redes de apoio e solidariedade de vizinhança, além de instituições organizadas com trabalhos sistemáticos. A própria entrevistada fora alfabetizada depois de adulta por iniciativa dos trabalhos sociais das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e das missionárias italianas citadas.

A organização propiciada no âmbito da entidade religiosa pelas irmãs italianas residentes na região constituía o espaço cotidiano das relações políticas, representando a principal forma de organização e mobilização na região<sup>104</sup>. Por meio de encontros, discussões temáticas, além de eventos em geral como bingos, rifas e bazares, a proximidade e a identificação com coletivo faziam-se possíveis, em resposta ao isolamento comum diante de situações de carência social e sofrimentos aliados às privações da pobreza. Como reforça a nossa entrevistada acima: “a gente fazia tudo junto, era um que arrumava uma doação e pronto virava uma rifa, um bingo e reunia todo mundo.” (Dona Zita, liderança local)

Mas, o marco de visibilidade pública e da pressão política reconhecida pelo poder local, na época gestão do prefeito Olavo Setubal, foi propiciado apenas no final de 1977, pela presença do então cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que ao término da missa de natal celebrada no Centro Comunitário de Obras Sociais de Vista Alegre afirma, na presença da imprensa:

Eu gostaria que o prefeito fizesse uma visita a este bairro, não agora nas festas, quando sua excelência deve ficar junto com seus familiares, mas logo no início do próximo ano, para ele ver como a vida por aqui é difícil. É preciso que a municipalidade faça alguma coisa por este povo, eles são gente como nós e com seu trabalho ajudam a construir nosso Estado e nosso país, e merecem, portanto, um pouco de atenção das autoridades. (FOLHA DA TARDE, dez./1977).

A postura de denúncia comum à época<sup>105</sup> parecia transformar à equivalente inicial da pobreza, qual seja a vergonha de si mesmo, ou sinal de “fracasso individual<sup>106</sup>” em evidência objetiva de injustiça social. Era a fala de uma autoridade reconhecida e respeitada, como do cardeal, que oferecia à imagem feia da pobreza uma forma de reversão. Tra-

---

104 Havia ainda no período, segundo depoimentos coletados e matérias da imprensa, a “Associação de Amigos de Vista Alegre” cuja atuação priorizava a troca de favores, aliada à ausência de participação popular nas reuniões e audiências públicas obtidas com facilidade e sem testemunhas na regional da Freguesia do Ó, visando à negociação de recursos para a região mas, efetivamente comprometidas com a obtenção de votos e troca de favores pessoais. Sobre isso: Jardim Vista Alegre: asfalto será decidido pelos moradores. Folha de São Paulo. 17/03/1978.

105 Referências similares sobre a origem dos Movimentos de Vila Marinalva e Vila Remo, zona Sul da capital são encontradas em Telles (2005, p. 1-29)

106 Tal qual noção proposta por Margalit (1997), como recurso à compreensão da vulnerabilidade moral, subjetiva, provocada pela pobreza ao sujeito a ela exposto.

tava-se, de forma evidente, de um recurso *ético-político*<sup>107</sup> por meio do qual podem então emergir sujeitos com oportunidades de construção de relativa individualidade positiva,<sup>108</sup> propícia a alguma forma de exercício de autonomia humana. Há nessa passagem a demarcação de importante referência que não se repete no processo de expansão da ocupação até os dias atuais e se mostra associada a um processo gestado naquele momento social e político, tal qual destacado nos parágrafos anteriores em referência à colocação de Kowarick (2009, p. 78).

A pressão promovida pelo arcebispo vinha cerca de 10 anos após as primeiras mobilizações na região e, ainda assim, as negociações com a prefeitura demoram a se iniciar. Conforme matéria da Folha da Tarde de 06/03/1978, na afirmação de uma das lideranças locais, na época: “nosso problema não é falar com ele (Setubal) o que nós precisamos. Isso ele já sabe de sobra. Queremos que ele veja e resolva os problemas”.

A matéria jornalística destacava ainda os 11 anos de tentativas por parte da comunidade junto à prefeitura para obtenção dos serviços básicos como: água, esgoto e asfalto. E a denúncia de uma liderança local:

(...) os moradores passam boa parte do dia carregando baldes com água de minas, em sua maioria contaminada. (...) A coleta de lixo passa de 20 em 20 dias, apesar do secretário das administrações regionais, Celso Hahme, ter afirmado aos próprios moradores que a coleta é feita dia sim, dia não. Afinal, quem sabe, o dia da coleta, ele ou nós? (FOLHA DA TARDE, 06/03/1978).

Além disso, a matéria jornalística chamava à atenção à crescente existência de mortes de crianças por infecções causadas pela água contaminada pela falta de infraestrutura em sua captação<sup>109</sup>. Doenças causadas por verminoses, acidentes por picada de cobras comuns nas áreas locais, além das tristes imagens em fotos na imprensa da época no registro de crianças em estado de desnutrição. Em matéria da imprensa na época uma moradora narra: “além do suplício da condução, não podemos oferecer para nossos filhos mais do que arroz

---

107 Destaca-se aqui a relevância do conceito proposto em abordagem desenvolvida por Bader Sawaia (2009), conforme primeiro capítulo deste estudo.

108 Referências em Margalit (1997, p. 47).

109 A água utilizada procedia de uma mina oriunda da Serra da Cantareira.

e verduras, chá de folhas de abacateiro pela manhã, e quando tem, café preto com pão duro.” (FOLHA DE S. PAULO, dez./1977).

As carências eram múltiplas e, conforme os registros da imprensa, facilmente identificadas, mas distantes dos centros urbanizados, da cidade formalmente instituída, reconhecida e ‘orgulhosa’ de sua capacidade de crescimento econômico. Essa visão carrega valores fortemente associados ao sucesso e à realização, portanto, depositários de uma moralidade positiva de fácil aprovação na opinião pública. Por consequência, no raciocínio típico da estrutura superficial e generalizante (HELLER, 1970), a ausência do sucesso, característico da pobreza só poderia se associar às incapacidades individuais, portanto, resultando em reprovação moral ou, no máximo, em benevolência ou caridade. Em análise similar, em referência à identidade possível resultante da pobreza a partir da perspectiva das sociedades que ‘transformam o sucesso em valor supremo’, Paugam, em citação a Robert Castell considera: “a pobreza não pode jamais ser representada, senão como o avesso, a sombra, o bloqueio da riqueza. É um artefato, um acidente – uma ‘sobrevivência’, uma ‘anomalia’, qualquer coisa de exótico” (PAUGAM, 2006, p. 46)<sup>110</sup>.

Assim, constroem-se as identidades ou subjetividades baseadas fundamentalmente em referências negativas de si mesmo e dos seus pares na pobreza. Talvez explicando, um conjunto de sentimentos e atitudes entre os quais, a do crescente isolamento social. Nesse sentido, a presença dos movimentos sociais na origem da ocupação de Vista Alegre, constituía uma forma inversa à visão negativa atribuída aos sujeitos da pobreza, sinalizando a exemplo das análises de Sawaia (2009) que a contraposição ou a reação à dor imobilizadora da pobreza depende do espaço coletivo, das relações que transcendem ao sentimento de indivíduo, ao permitirem à identificação do ser humano como também ‘ser genérico’, próximo a um ser coletivo e político.

As mobilizações coletivas na região de Vista Alegre sugerem, à época, atitudes concernentes à colocação acima, talvez impulsionadas pela participação mais ampla em outros movimentos, como o ‘Movimento contra a carestia e custo de vida e o Movimento

---

110 O trecho refere-se à citação de Castell (1978, p. 48).

panela vazia'. As lutas inicialmente por asfalto, saneamento básico – rede de água e esgoto, iluminação pública; transporte – contribuíam tanto para a introjeção das noções de direitos quanto para a formação de agentes e lideranças comunitárias. Desse modo, contribuindo com condições propícias à constituição de identidades menos afetadas por estigmas no exercício do pensar, decidir e agir e, provavelmente, de conceber a si mesmo.

Nessa direção é relevante citar a declaração à imprensa, na época – 1978, de uma das moradoras, diante da ausência repentina do então prefeito Olavo Setubal à audiência agendada pelos movimentos da zona norte: “Ele (o prefeito) sabia que a gente vinha pra cá hoje. Por que então não avisou que não iria nos receber. Nós todos somos trabalhadores e perdemos um dia de trabalho, que não podíamos perder.” (FOLHA DE S. PAULO, 14/02/1978).

Cabe destacar também a atitude entre a satisfação e o orgulho demonstrada pelo depoimento acima tanto ao narrar as conquistas, quanto as dificuldades e repressão política e policial enfrentadas. Segundo nossa entrevistada, hoje: “a população que aí está não conhece nada dessa história. Não tem ideia do esforço e luta que foi para trazer tudo o que tem no bairro, porque no início não tinha nada” (Dona Zita, liderança).

A consolidação da ocupação de Vista Alegre se fez concomitante às pressões e tentativas de acesso ao poder público. Essas prosseguiram meses após a denúncia de D. Paulo, na forma de audiências com o então prefeito Olavo Setubal que eram marcadas e desmarcadas. Em maio de 1978, os representantes dos 14 bairros da zona norte foram recebidos e informados do compromisso na liberação de 14 milhões (moeda corrente à época) para colocação de asfalto nas vias principais de acesso à região. Dada à extensão dos bairros os recursos não foram suficientes para asfaltar nem as ruas principais, além do que parte desse asfalto era cascalho de péssima qualidade, refeito anos mais tarde, conforme relembram entrevistados atuantes à época. Isso espelhava o comportamento comumente assumido pelo poder público frente às demandas da periferia, a baixa efetividade dos serviços e pouca qualidade dos benefícios implementados, ilustrando uma entre as razões pelas quais apesar das ações do Estado, a periferia segue heterogênea quanto à cobertura e disponibilidade de acesso aos serviços básicos.

Mas, da trajetória organizada culminaram mobilizações que levaram no início dos anos 1980 a conquistas fundamentais para a definição de condições de vida apropriadas

ao cotidiano familiar e comunitário. Foram os serviços e infraestrutura urbana de asfalto, saneamento básico, iluminação pública e transporte público, seguidos, ao longo da década, com muita luta organizada, pela implantação de equipamentos sociais como o posto de saúde, escolas e creches. Além dos hospitais de: Vila Nova Cachoeirinha, situado no distrito vizinho, mas fruto de reivindicações conjuntas dos movimentos da região norte e do Hospital D. Paulo, em Vila Penteado.

Esse último benefício público tendo sido fruto de luta popular, reprimida com violência, por parte da Regional da Freguesia do Ó/Brasilândia, na gestão Paulo Maluf, foi, posteriormente, reinaugurado pela comunidade com o nome Hospital 24 de junho, em referência a data da “pancadaria” (sic/depoimento entrevista). A capacidade de mobilização da população para as reivindicações daquela época é, assim, descrita pela entrevistada: “Era tudo uma coisa só, nós aqui, o pessoal do Elisa Maria, Jd. Carumbé, Cachoeirinha, a gente atuava junto, sempre no coletivo. Eu sempre trabalhei no coletivo, não sei fazer de outro jeito” (Dona Zita, liderança local).

Além da atuação política reivindicativa, baseada em amplas mobilizações, acrescia às relações e dinâmica do contexto a proximidade entre lideranças locais e as famílias residentes. Esse contato, segundo os entrevistados permitiam identificar situações de maior atenção e buscar, coletivamente, soluções ou definir novas reivindicações. É nessa perspectiva que a luta por creches tomou impulso, quando se começava a perceber que famílias que cuidavam das crianças de outras famílias não o faziam, eventualmente, tampouco apenas por relações de solidariedade, embora, assim se iniciassem como “trocas de favores”.

Mas, com o passar o tempo, esse favores foram se transformando em um “negócio” que, na leitura de nossa entrevistada, representava um risco muito grande para a comunidade, naquele momento: “eram famílias muito pobrezinhas, que não tinham nem para si e que iam cuidar das crianças dos outros, em troca de dinheiro (...) não tinham condição, o ambiente não era bom. A gente entendeu que isso não podia dar boa coisa! (Dona Zita, liderança local)”

Nesse contexto, começava a luta por creche, a qual enfrentava um conjunto de restrições, desde a disponibilidade de áreas adequadas e seguras à instalação física do equipamento ou a recuperação de imóveis já existentes. Nesse momento, as características topo-

gráficas – acidentadas e impróprias à edificação – aliadas à ocupação crescente e desordenada do bairro acrescenta dificuldades à luta política pelo benefício reivindicado. As mesmas dificuldades se deram em relação ao posto de saúde, que acabou sendo instalado em cima de uma área de brejo que alaga com facilidade, e mais recentemente, ao Cras.

As lutas ao longo dos anos 1980 e 1990 destinavam-se, portanto, aos benefícios de apropriação coletiva, como a água, rede de esgoto e iluminação pública e aos equipamentos sociais, creches, escolas, posto de saúde e hospitais. E embora, parte da infraestrutura e dos serviços urbanos fosse, por vezes, direcionada a moradias em lotes sem escrituras confiavam situação urbana menos complexa que a encontrada atualmente na região. Além disso, a própria questão da moradia à época, definida pela existência do lote, encontrava melhores condições de ser “equacionada” e legalmente reconhecida. Assim, diferindo bastante da atual configuração das ocupações à margem das condições exigidas à regulamentação do uso da terra para moradia, situadas em área de risco e com péssimas condições de habitabilidade.

O final dos anos 1980 com a gestão Erundina (PT) representou a oportunidade de consolidação de algumas conquistas sociais, sobretudo, nas áreas de saúde e educação, além da abertura dos processos de regularização das ocupações por concessão de uso da terra com a posse das moradias. Desse modo, iniciava-se o processo jurídico de regularização de parcela das ocupações precárias, hoje alvenarias autoconstruídas, em área urbanizada, com vias públicas asfaltadas, iluminação e redes de abastecimento. Muito embora, sejam moradias, ainda hoje, com claras deficiências construtivas, mas distantes de representarem situações de riscos ou impedimentos à habitabilidade.

Conforme mencionado nos parágrafos anteriores, a percepção, à época, quanto à necessidade de creches, além das demandas por saúde, se fez a partir de experiências coletivas. A observação, por parte da própria comunidade e de lideranças locais, acerca das situações de ajuda mútua entre vizinhos no cuidado com as crianças, foi fundamental. Sobre tudo, porque esses cuidados eram muito precários, dadas as condições sociais e materiais das famílias que trocavam favores.

No caso do cuidado com as crianças, obviamente, esses favores começaram a ter um custo financeiramente e, com isso, a aumentar sua incidência. Representava na época, segundo nossa entrevistada, o início de um *negócio* destinado à complementação do orçamento

familiar, portanto percebido como um perigo à segurança das crianças. Assim, iniciaram as lutas por creches públicas e, ao mesmo tempo, as diferentes formas de mobilização de recursos oriundos da própria comunidade<sup>111</sup>. Vale destacar, que parte dessas alternativas, existentes até hoje, indicam os esforços fruto de atuação coletiva em identificar e dispor das (poucas) oportunidades locais.

No entanto, segundo percepção da entrevistada após mais de duas décadas de intensa mobilização, as conquistas sociais encerraram-se em si mesmas, ou seja, em maior medida, como acesso a benefícios públicos e não como condição de mobilização política. Questionada quanto às razões desse comportamento, a entrevistada chama a atenção para os efeitos do próprio sucesso das reivindicações, com a chegada dos serviços urbanos e a satisfação gerada entre a população.

Por outro lado, embora nossa entrevistada reconheça que muitas demandas persistissem, acredita que o movimento não teve capacidade de formar politicamente os mais jovens. E complementa que a presença até então dos atores sociais e políticos envolvidos nas origens da organização comunitária foi decrescendo, até se fazer ausente: “Eles foram deixando a gente – hoje os padres só querem rezar a missa e pronto; as lideranças dos partidos, os assessores, foram fazer outras coisas. (Dona Zita, liderança local)”

De fato, nenhum dos entrevistados nesta tese trouxe qualquer referência à caracterização da região que não fosse associada às carências e privações, exceção feita apenas aos moradores com mais de 30 anos na região e com atuação social na área. Se na origem da ocupação de Vista Alegre a presença de movimentos reivindicatórios ocupa páginas dos jornais, hoje resultam desconhecidos entre os entrevistados. Provavelmente, sugerindo mais uma característica das ocupações situadas nas hiperperiferias da metrópole.

As atuais lideranças comunitárias, identificadas em campo (não pelas famílias entrevistadas, mas por agentes sociais atuantes na área) parece comportarem-se de maneira menos articulada a outros movimentos. Quanto às lideranças locais formadas nos movimentos sociais originários, a exemplo de nossas entrevistadas, parecem, sobretudo, ter passado

---

111 Esse tema será retomado no próximo capítulo como forma de identificação das forças sociais, do contexto local, suas oportunidades e constrangimentos, assim como o posicionamento do Estado em relação às demandas formuladas.

da articulação política às responsabilidades sociais e institucionais, como agentes parceiros do Estado e executoras nas áreas de assistência e educação. São evidências desse comportamento, as parcerias em convênios com a prefeitura na manutenção das creches locais, predominantemente geridas por pessoas da comunidade e não pela prefeitura. Na reflexão dessa antiga liderança, ora entrevistada:

(...) eles (a prefeitura) foram muito espertos, passaram tudo pra nós. Se a gente queria creche, tinha que arrumar o prédio, atender às exigências, assinar convênio e ‘fazer’ funcionar (administrar integralmente). Não podia mesmo sobrar tempo pra mais nada” [no caso, a entrevistada falava sobre continuar a fazer política, organizar, mobilizar e reivindicar de forma articulada]. (Dona Zita, liderança local).

Essa situação vem sendo confirmada por essa tese, a partir de visitas rotineiras a essas creches, alguma convivência com seus gestores, contato com suas responsabilidades e demandas, tanto por parte do Estado quanto por parte da comunidade.

Por outro lado, os Conselhos, conforme regulamentação das políticas setoriais e constituição de 1988 configuram o espaço possível para a participação política local. No entanto, com características além de específicas, supondo envolvimento com os temas em questão, resulta, sem dúvida distante dos segmentos de maior carência social. Os conselhos não foram identificados por nenhum dos entrevistados<sup>112</sup>, embora com alguma tradição na região, sobretudo no caso do Conselho Tutelar<sup>113</sup> e, em alguma medida, do Conselho de Saúde.

Depoimentos de segmentos específicos<sup>114</sup> consideram que a participação política local acabou institucionalizada, perdendo sua condição de mobilizar a população. Na percepção do entrevistado, a presença de candidatos (à vereança) com forte apelo regional em suas campanhas resumiu a participação popular ao processo eleitoral.<sup>115</sup>

---

112 Apenas uma das entrevistadas referiu-se ao Conselho Tutelar, mas vivenciado como grande ameaça diante de sua experiência de perda da guarda de uma filha.

113 A eleição para o Conselho Tutelar ocorrera no mês de outubro de 2011, não tendo sido citada por nenhum dos entrevistados.

114 Depoimento do atual editor e idealizador do Jornal da Freguesia do Ó/Brasilândia, em circulação há cerca de 30 anos. Nascido na Brasilândia e com atuação profissional contínua na região, desde sua formação.

115 Esse tema será recuperado, com base no depoimento coletado, no quarto capítulo, de modo a identificar mudanças entre essas representações locais.

De forma similar a outras pesquisas realizadas<sup>116</sup>, um conjunto de características marca as diferenças entre as origens da ocupação de Vista Alegre e sua expansão até os dias de hoje. Se as conquistas por serviços urbanos básicos, por meio de lutas da comunidade com forte apoio da igreja e dos partidos políticos à esquerda, foram efetivas, hoje carências profundas associadas à insuficiência desses serviços não parecem dispor dos mesmos mecanismos de organização e pressão. De outro lado, as alternativas disponíveis pela ação pública, sobretudo, frente à ameaça da perda da moradia não resultam efetivas, também o acesso à terra permanece sob impasse, seja pelo acúmulo de desigualdades sociais, seja como reflexo da política urbana praticada. Hoje, mais do que a ausência de serviços urbanos básicos, como no passado, trata-se de sua improvável viabilização física e legal diante da proibição das terras para moradia. Se, antes, essa ‘proibição’ decorria da dificuldade financeira a sua aquisição, como propriedade, hoje acrescenta a chamada “inexistência” de terras adequadas e disponíveis à ação pública no setor.

Desse modo, os sujeitos hoje precariamente instalados nessas áreas resultam tão frágeis em sua subjetividade, quanto na expressão da materialização de suas condições de vida, cuja maior representação parece ser o imprevisto e insegurança de suas moradias. O sentimento de falta de proteção, desconforto e abandono a partir dos quais a ausência de recursos materiais básicos é descrita pelos entrevistados confirmam seu lugar na subjetividade. Esses sentimentos sugerem sua participação na constituição da identidade, como “impedimentos” que diante da constatada ausência de formas de interpretação da realidade social e de suas privações, constroem e limitam o desenvolvimento da relativa autonomia dos sujeitos. Esses conteúdos serão abordados nos capítulos subsequentes.

No âmbito desta investigação, entendemos que as oportunidades à realização de *deveres positivos* e de seus efeitos no sujeito, conforme sugerem depoimentos coletados nesta tese, teriam encontrado contexto relativamente favorável nas origens da ocupação da região. De um lado, representado pela presença de organizações e movimentos políticos, gestados no cotidiano local, com apoio de partidos políticos, igreja e movimento estudantil. E de outro, pela dinâmica da própria ocupação do território, dada pela presença de áreas propícias

---

116 Sobre isso ver a análise dos depoimentos com moradores da zona Sul da capital em publicação de Telles (2005) e Telles e Cabanes (2006, p. 139-176)

à moradia e à instalação de benefícios da urbanização. Nesse sentido, sugerindo contexto sociopolítico relativamente capaz de reunir formas menos restritivas (ao sujeito) de lidar com as privações da pobreza e indicando condições que mesclam às carências extremas oportunidades de expressões coletivas.

A prática reivindicatória e a presença de movimentos sociais articulados à luta pela democracia e por amplos direitos sociais apareciam, conforme depoimentos abordados, como recursos à constituição dos sujeitos. Nessa direção, trata-se de experiências que se colocam opostas à vivência da condição de rechaço social (MARGALIT, 1977), e que figuram promotoras do senso de atuação com direção definida e previamente formulada, aspecto que compõe a possibilidade de atuação com alguma autonomia, segundo Castoriadis (1992). Ou ainda, como propõe Sawaia (2009), a oportunidade da participação política como recurso à superação do sofrimento causado pela exclusão social. Trata-se de vivências relativas à subjetividade humana que vão além das privações materiais, sendo referenciadas no coletivo e que sugerem oportunidades a alguma condição de autonomia do sujeito, mas constitutivas entre as práticas de intersubjetividades.

### **A EXPANSÃO DAS OCUPAÇÕES EM VISTA ALEGRE: AMPLIANDO E INTENSIFICANDO A POBREZA**

A região de Vista Alegre, assim como as adjacentes – Jardim Damasceno, Jardim Elisa Maria, Jardim Princesa, Jardim Gurarani, Vila Carumbé, Vila Icarai – mais do que fisicamente distantes das áreas centrais da cidade, corresponde a territórios situados “fora” das referências comuns aos centros urbanos e possui acentuadas carências.

Embora Vista Alegre conte com ruas asfaltadas, ocupadas por casas – grande parte delas autoconstruídas – com padrões de conservação variados, alguns exemplares, outras com algumas melhorias e ampliações por autoconstrução, há áreas com carências urbanas e extremamente adensadas. Em parcela desses casos, tratando-se de habitações em lotes muito pequenos em local precipitado, por vezes, ao longo de vielas tortuosas e, das escadarias de acesso e interligação a vias públicas, que caracterizam a topografia irregular da Vila Brasilândia. Em outra parte, correspondendo às ocupações em áreas não indicadas à moradia, como beira de córrego e encostas da Serra da Cantareira. A região reflete desse modo, a mescla entre o processo de ocupação originário da região, com seus loteamentos iniciais, lutas e conquistas coletivas no acesso aos serviços urbanos e a expansão desordenada em áreas não urbanizadas.

De forma característica à sua “distância” das áreas urbanas de maior circulação, o bairro de Vista Alegre conta com pequenos serviços de cabeleireiro, lojinhas de armarinhos, roupas, mercadinhos/padaria, avícolas e bares (muitos bares). Há vários galpões – em geral, mal conservados, sem condições de higiene, destinados a uma das principais atividades do local qual seja, a de coleta e depósito de papelão, latinhas de alumínio, móveis, utensílios

em geral e materiais para reciclagem. Em lotes vizinhos, há casas reformadas e adaptadas que abrigam creches conveniadas com a prefeitura; pequenos varejões, bazares, *lan-house*, clubes de mães, entre outros pequenos comércios.

A chegada à Vista Alegre se faz pelo acesso à Avenida General Penha Brasil, que representa a transição, ao longo de dois ou três quilômetros, do centro urbanizado da Brasilândia à nossa região pesquisada. Essa transição é representada pela predominância de lotes abaixo do padrão mínimo, situados à beira da avenida, com habitações autoconstruídas cuja entrada é de proporção equivalente a um corredor. Acrescem a esses, terrenos maiores com usos diversos, tais como: garagens de ônibus fretados, várias oficinas mecânicas, depósitos de ferro velho e carcaças de automóveis, pontos de consertos de equipamentos elétricos, por vezes, ao lado de pequenas áreas livres. Essas poucas áreas permanecem abandonadas e tomadas por lixo e mato, quando não são utilizadas como várzea de futebol improvisada. Não há parque público, sequer praças ou áreas de lazer. Seguem ainda à beira da avenida duas escolas do ensino básico; a Emef – João Amos Comenius (19 salas de aula) e Prof. Domingos Fávares e uma Emei – educação infantil, além de casas, capelas (igreja católica) e congregações evangélicas.

De forma bastante diversa à descrita acima, a porção central da Vila Brasilândia, em divisa com o bairro da Freguesia do Ó, ao longo da Avenida Itaberaba conta com pontos de comércio e serviços – bancos (Itaú, Banco do Brasil); escolas de idiomas (Fisk, CNA), redes de drogarias, lojas e mercados além de marcas como Cacau Show e Boticário. Essas referências cessam de repente ao longo das Avenidas Parapuã, Henri Charles Poter e Cantídio Sampaio, sendo substituídas por poucos equipamentos sociais de natureza específica, como a Casa de Atendimento à Mulher (vítima de violência) e a 72ª Delegacia de Polícia Civil<sup>117</sup>. Além dos pontos de comércios e sacolões bastante modestos, bares e mais bares até a entrada na mencionada Avenida General Penha Brasil, rumo à Vista Alegre e adjacências.

Assim, menos do que a distância física, Vista Alegre e adjacências remetem à distância socialmente constituída e expressa por padrões urbanos diversos. Contribui para isso a trajetória de ausência de ações integradas por parte do poder público local a despeito das carências de recursos urbanos, agravadas pelas condições geográficas do lugar.

---

117 Ambas situadas à Rua Silvio Bueno Peruche, Vila Brasilândia.

A paisagem da Vila Brasilândia como um todo é peculiar, compondo a paisagem da Serra da Catarreira, com topografia irregular, sobretudo por bruscas elevações de altitude. Em razão das elevadas altitudes – entre 750 e 1000 metros – ao longo da Serra, o escoamento das águas contribui para formar córregos entre os vales, entre esses morros e colinas, formando canais de pequenas extensões. Essa paisagem quando desprovida de arruamento e vias asfaltadas, como no passado, explica, em parte, as dificuldades relativas à conquista de transporte coletivo, citadas no capítulo anterior.

Mais do que uma referência geográfica, a topografia irregular adquire conotação social ao ser ampla e densamente ocupada por moradias bastante improvisadas. Compõe o cenário da Serra, a fixação precária de moradias por serem localizadas à meia encosta e nos fundos de vales, segundo levantamentos técnicos sistematizados pela literatura especializada, conforme abaixo:

(...) [a fixação das moradias] ocorreu em locais geotecnicamente problemáticos. De fato, constata-se por toda a região, afloramentos graníticos que são muitas vezes, utilizados pela própria população como escora de suas casas, e ainda, o registro de cortes que deram lugar às inúmeras vielas cruzam as vertentes no sentido longitudinal provocando o escoamento concentrado da água e induzindo sua instabilidade. Os córregos, alguns a céu aberto, não comportam o volume da água nos períodos de chuva, o transbordamento e inundação das margens ocupadas geram uma série de problemas que afetam a população local. (SILVA; CAVALHEIRO, 2000, p. 4).

### **3.1 A configuração social da extrema pobreza na região**

As condições descritas acima são facilmente observadas e compreendidas não como parte do processo que deu origem à ocupação na região, conforme narrado anteriormente, mas como produto de sua expansão, sobretudo, a partir dos anos 1980, intensificada nos anos 1990. De modo a indicar sua maior precariedade representada pela fixação das moradias nas áreas que “restaram”, conforme anunciado em relatos destacados no capítulo anterior.

As características geográficas aliadas ao processo de expansão da ocupação em situação de extrema precariedade colocam a região entre as de maiores riscos à permanência segura dessas moradias, conforme matéria recente veiculada pela internet:

A Vila Brasilândia, na zona norte da capital, está entre as principais áreas de risco da capital paulista que foram mapeadas por técnicos do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Hoje, 18 jan 2011 voltou a chover forte na região e os moradores temem novos deslizamentos. O CEU (Centro de Educação Unificado) e um posto de saúde também correm risco.<sup>118</sup>

De fato, no período pesquisado, a região da Freguesia/Brasilândia, segundo a Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP, contava com 25 áreas de risco, dividindo com Perus a maior incidência da Zona Norte e colocando-se entre as cinco regiões da cidade com maior número de situações dessa natureza<sup>119</sup>. Para além da presença elevada de áreas de risco, conforme levantamentos realizados no âmbito do Plano Municipal de Habitação (Secretaria Municipal de Habitação – Sehab) havia, em 2009, na Zona Norte aproximadamente 140 mil domicílios distribuídos em: 65 mil situados em favela (4 mil com exigência de remoção); 23 mil em loteamentos irregulares (não urbanizados); 37 mil em loteamentos urbanizados (desses 23 mil, sem regularização fundiária) regularizados) e aproximadamente de 8 mil em conjuntos habitacionais<sup>120</sup>. Embora as grandezas acima sejam menos elevadas que as observadas nas Zonas Sul e Leste – que totalizam respectivamente 169 mil e 227 mil moradias distribuídas entre as situações acima – sua gravidade não é menor. Em parte, sinalizada pelo próprio diagnóstico da Sehab-SP que situa a necessidade de substituição<sup>121</sup> de cerca de 20 mil moradias na zona norte; 30 mil na sul; 20 mil na Leste e quase 30 mil na Sudeste.

Complementam os dados acima a própria análise diagnóstica:

As regiões sul e leste seguem com os piores indicadores, em situações ambientais bastante frágeis (...). Em seguida as situações mais precárias encontram-se na região Norte, em áreas frágeis de escorregamento e solapamento dos rebordos da Serra da Cantareira. São todas regiões que demandam ações integradas por suas características ambientais específicas. (PMSP, 2012, p. 223).

---

118 Ambos os equipamentos CEU e Posto de Saúde situados na região de Vista Alegre. Matéria de reportagem de Fernanda Azevedo. Temas: Cidades. Youtoob. Extraída em set de 2012.

119 As demais são Capela do Socorro, MBoi Mirim, Campo Limpo.

120 Sobre isso ver: PMSP/Habi: Plano Municipal de Habitação: a experiência de São Paulo. São Paulo, 2012, 206-221.

121 Trata-se de substituição em razão da precariedade da moradia, configurando parte do déficit habitacional.

Dados do Censo 2010 também destacam o predomínio nas zonas sul e norte da capital dos denominados aglomerados subnormais de pequeno porte, enfatizando aqueles que se estendem pela Serra da Cantareira.<sup>122</sup>

Estimamos, a partir dos dados publicados pela prefeitura municipal, durante a gestão Gilberto Kassab, que as regiões da Brasilândia e Freguesia do Ó juntas agregam cerca de 100 favelas e 35 loteamentos, a serem regularizados. Ao perímetro de ação integrada identificado como ‘Cabuçu de Baixo 5’ ao qual pertence a região de Vista Alegre, corresponde aproximadamente 15 favelas e quatro loteamentos, o que totalizaria, na época, cerca de sete mil domicílios.<sup>123</sup> Desse montante, segundo diagnóstico do Plano Municipal de Habitação, aproximadamente 2,5 mil seriam domicílios a serem reassentados, por estarem nas encostas da Serra e beira de córrego (córrego Bananal),<sup>124</sup> mas a programação de atuação imediata que consta do documento refere-se apenas a 108 domicílios com remoções, já em andamento<sup>125</sup>.

Conforme sinalizado no capítulo anterior, entre as décadas de 1980 e 1990<sup>126</sup> intensificou-se a chegada à região de Vista Alegre de famílias oriundas de outros bairros do município, movimento que prossegue, embora em menor escala nos dias atuais. Conforme matéria jornalística destinada à região:

A partir dos anos de 1980 acontecem no bairro inúmeras ocupações irregulares. Gente pobre, desempregada e abandonada busca de maneira desorganizada um

---

122 Há destaque também para os ‘aglomerados subnormais’ situados nos limites com os municípios de Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos e Mauá, na zona Leste da capital. Sobre isso: Aglomerados subnormais no Censo Demográfico 2010. Site do IBGE.

123 O citado perímetro é definido, segundo a PMS/Sehab, a partir de microbacias, no caso referente ao rio Cabuçu e inclui além de Vista Alegre, parte dos bairros vizinhos: Jardim Damasceno, Guarani e Princesa. As estimativas foram realizadas a partir dos dados publicados no Plano Municipal de Habitação. A maior parte das ações de intervenção previstas para essas áreas ocorreriam entre o período 2013 e 2020, segundo o Plano Municipal de Habitação (2012:424-425).

124 Sobre isso ver: PMSP-SMH. Plano Municipal de Habitação - a experiência de São Paulo. Sehab/SP. 2012. V 1.

125 Esses domicílios integram, segundo o Plano Municipal de Habitação, a favela do Jardim Guarani que totaliza cerca de 1.000 mil domicílios, não se referem, portanto à nossa área de pesquisa.

126 Sobre isso ver estudos e dados que demonstram o declínio da renda familiar média entre os anos 1980 e 1990 e sua posterior estabilização em baixos patamares, além do aumento relativo de famílias situadas nas faixas de menor rendimento. Essa realidade é evidenciada, sobretudo, na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Sobre isso ver: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED; PCV/FSeade (2006). Dedecca (2009).

cantinho para morar. Essa situação tem produzido inúmeros problemas na qualidade de vida do bairro. (Associação Cantareira<sup>127</sup>).

O comportamento destacado no trecho acima, embora não se restrinja à Vista Alegre, estendendo-se às ocupações nos bairros contíguos é destaque tanto em depoimentos coletados, como na literatura especializada.

Hoje as áreas “disponíveis” para moradia são parte integrante da Serra da Cantareira, indicando a extrema precariedade e insegurança das formas de ocupação que possam prosseguir. Parte daquelas famílias, expulsas de moradias e cômodos de aluguel ergueram seus barracos e alvenarias precárias em áreas visivelmente impróprias à moradia. Essa fragilidade, em evidências observáveis demonstra a extrema precariedade dessas famílias em comparação às demais moradias, antigas na região. Nesse caso, alvenarias que ocupam loteamentos regularizados ou em processo de regularização, com serviços urbanos instalados, asfalto e redes de abastecimento.

Enquanto as famílias que ingressavam na região entre os anos 1950-1970, o faziam pela aquisição de lotes não urbanizados, mas “prontos” para receber tais melhorias, aquelas que passam a ingressar no bairro a partir dos anos 1980 e mais intensamente dos anos 1990, o fazem em condições mais desfavoráveis. As famílias das primeiras ocupações dispunham da oportunidade de fixarem-se na terra, além, de referências locais normalmente, parentes e amigos – compondo redes de apoio à busca de um trabalho, de assistência ou mesmo de convivência, conforme capítulo anterior. Já as famílias de ocupações recentes, em áreas restantes, inserem-se de maneira mais frágil, acumulam privações e ausência de referências, aprofundando dificuldades e constrangimentos. Em geral, essas famílias vêm de outras ocupações igualmente precárias ou expulsas de moradias muito modestas, mas onerosas pelo aluguel exigido. Vindas de outros bairros da periferia da capital, inclusive da própria Zona Norte, mas sem referências ou vínculos na região atual, passando a ocupar áreas que “sobram”, ou que são negociadas. São áreas visivelmente impróprias à segurança da moradia, como as chamadas áreas de risco de deslizamento situadas na pré-Serra. Essas ocupações

---

127 Associação Cantareira será tratada com algum detalhe no capítulo subsequente. Trata-se de entidade local que a partir da segunda metade dos anos 1990 buscou agregar as principais associações dos bairros que compõem a periferia da Brasilândia.

já avançaram para a própria Serra da Cantareira (ANGILELI, 2007), indicando ser essa uma das formas de moradia urbana “possível” em regiões da periferia já densamente ocupada<sup>128</sup>. Segundo depoimentos, essas áreas por serem inabitáveis estavam na época “disponíveis”, sinalizando, desde logo, ser essa condição bastante diversa das origens da ocupação na região<sup>129</sup>.

Marcada por trajetórias bastante desfavoráveis, parcela dessas famílias assim permanece até os dias atuais em um cotidiano de constrangimentos, sobretudo pela insegurança e precariedade de suas moradias. Um conjunto de precariedades que reitera o risco de perdas fundamentais, amplificando o sentimento de desamparo e reiterando a condição da perda de controle quanto aos rumos imediatos da própria vida. Trata-se de condições que representam muito mais do que se costuma mensurar, são as relações familiares que são postas a duras provas sob o extremo desconforto físico, insegurança do abrigo e da impossibilidade do amparo, conforme destacado no quinto e último capítulo. Nessas situações, as necessidades e alternativas de solução colocam-se bastante além das possibilidades dessas famílias e de suas relações primárias e interações sociais. O contexto social é marcado predominantemente por carências, privações, poucas oportunidades de superação da pobreza, sequer de sua minoração.

A afirmação de um padrão diverso de expansão da ocupação, em comparação à originária, identifica-se no seguinte depoimento de uma das lideranças locais, entrevistada:

Se no início [origem da ocupação] eram famílias muito humildes, migrantes de todo canto do país, em busca de trabalho, depois ficou tudo diferente (...) vinha gente de todo canto [em referência a outros bairros da capital]. As famílias que faziam seu barraco na beira do rio já não conseguiam mais sair de lá. Aí a prefeitura queria que a gente [a associação comunitária] não deixasse construir. No começo a gente até conseguia, ia lá conversava, mas foi aumentando, ficando muito difícil e a gente foi perdendo o controle.” (Dona Lourdes, dirigente de creche local).

---

128 Segundo o Censo 2010, no ano de apuração a Brasilândia contava com aproximadamente 265mil habitantes, indicando crescimento em relação ao ano de 1996, na época, 226 mil hab, o que a torna um dos subdistritos mais populosos da capital, superando os de Itaquera e Itaim Paulista, entre outros. Já o distrito da Freguesia do Ó registrava em 2010 cerca de 140 mil habitantes, em decréscimo aos 148 mil, de 1996. A densidade demográfica apurada para a região da Brasilândia é de 12,6 (hab/Km<sup>2</sup>), contra, 1,5 hab/km<sup>2</sup>, da vizinha, Freguesia do Ó.

129 São exemplos as ocupações às margens do córrego Bananal, totalizando cerca de 120 barracos, conforme estimativa da PMSP, 2010. Além de cerca de 300 barracos nas encostas da Serra abaixo do equipamento CEU Paz.

De modo que, a entrevistada considera que atualmente as situações de ocupação das áreas de proteção constituem um mercado e em referência ao Jd. Paraná<sup>130</sup>, uma ampla e adensada ocupação que se estende pela serra da Cantareira, ao redor do CEU-PAZ, assim ela conclui:

(...) ali, tem de tudo, sem contar a exploração. Ali corre dinheiro, quem consegue aquele pedacinho ali, faz o barraco e vende pra outro. Ele tem o barraco dele, constrói e vende pra outro. Virou um mercado. A prefeitura queria que nós, comunidade, impedisse isso, a gente até tentou... mas fazer isso é colocar a cabeça a prêmio. Quem somos nós? Quem tem mecanismos pra isso é a prefeitura. A falta de moradia não fui eu que provoquei. Quem tem que fazer isso é o Estado. Nessas ocupações vem quem não tem condição e junto vêm também os exploradores. (Dona Zita, liderança)

A percepção acima é compartilhada por outra liderança local, ligada à igreja católica, atuante desde a segunda metade dos anos 1980 até um ano atrás.

Foi assim: vinha um, montava um barraco e marcava mais quatro ou cinco lotes, ocupava e depois vendia para quem chegava. Teve gente que se dizia dono das terras, loteava mais ou menos e saía vendendo. Aqui tem uns três donos. (Mazé, liderança católica)

Esse depoimento é confirmado por duas outras fontes de pesquisa, a Secretaria Municipal de Habitação e por pesquisa acadêmica realizada na área (FIDELIS, 2008). Bairros vizinhos, como o Jardim Icarai compartilham de situações similares, divulgada pela Associação Cantareira<sup>131</sup>:

(...) existem pessoas mal intencionadas que se aproveitam da situação para ganhar dinheiro à custa dos trabalhadores, pois tem casas próprias em outros bairros e comprar casas na favela para alugar, como é o caso de M. S. P., que paga aluguel há dois anos e não quis se identificar. (Associação Cantareira).

---

130 Denominação dada à ocupação irregular na própria Serra da Cantareira. Situada ao redor do equipamento CEU contava em 2010 com cerca de 1000 barracos, além de 1.400 domicílios em área de loteamento irregular não urbanizado, segundo levantamento e registros do Hapisp/PMSP. Sobre isso: PMSP. Sehab. Plano Municipal de Habitação: a experiência de São Paulo. 2012. V.1 p.424.

131 Sobre isso ver: <<http://www.cantareira.org/noticias/periferia-brasilandia-historia-vila-icarai.2002>>. Acesso em: maio 2013.

Nesse sentido, essas ocupações representam processo bastante diverso daquele de origem da região, na medida em que resultam inseguras e agregam potencial de dificuldades para muito além das carências da pobreza. Há clara ameaça de remoção das moradias para além dos constrangimentos de sua acentuada precariedade e imprevisto, o que é identificado pelos sujeitos que residem nessas áreas, conforme sugerem os depoimentos tratados nos capítulos posteriores. Essa condição de instabilidade exerce forte pressão no universo subjetivo, reiterando impedimentos e restringindo oportunidades.

A extrema precariedade de parcela das moradias em Vista Alegre, associada a variadas carências sociais tiveram trajetória crescente na região, como afirmado anteriormente, diferindo daquelas ocupações que deram origem à Vista Alegre. Se no padrão de ocupação anterior as carências sociais ou privações de direitos e serviços básicos estavam associadas ao “atraso” na chegada do Estado, no padrão recente esse comportamento assume característica diversa. Esse comportamento indica que essa parcela encontra-se alijada das conquistas sociais alcançadas no passado, sobretudo relativas à urbanização. De um lado, as moradias em extrema precariedade se multiplicaram, de outro as alternativas do Estado ao déficit de moradias e de serviços urbanização não avançaram na região, como tampouco os equipamentos e serviços sociais teriam sido suficientes. As investigações realizadas no âmbito desse estudo, com visitas sistemáticas à área, contato com moradores e agentes sociais e públicos, confirmam a sobreposição de riscos estruturais e carências extremas entre as famílias residentes em Vista Alegre. Assim como conteúdo da matéria abaixo, do jornal local de início dos anos 2000:

Na contracapa da edição anterior [jornal], foi retratada a situação do crescimento da quantidade de favelas na cidade de São Paulo, em decorrência da falta de políticas públicas de moradia para as camadas mais pobres da sociedade, agravado pela existência de um mercado de terras e de aluguéis especulativos. A única saída que restou para milhares de famílias é a ocupação dos espaços livres, seja nos morros ou nas margens dos córregos, daí a formação das favelas ou mesmo a expansão das que já existem, (apontou a reportagem) (Associação Cantareira)<sup>132</sup>.

---

132 A matéria foi veiculada pelo extinto Jornal Cantareira em maio de 2003. Disponível no site: <[http://www.cantareira.org/noticias/Jornal Cantareira estimula a realização de mobilizações populares](http://www.cantareira.org/noticias/Jornal_Cantareira_estimula_a_realiza%C3%A7%C3%A3o_de_mobiliza%C3%A7%C3%B5es_populares). Acesso em: nov. 2012.

É visível a insalubridade das moradias que se estendem por amplas áreas da pré-serra e da própria serra, com ausência de rede de água e esgoto, o improvisado das ocupações, à beira do rio, ou nas encostas deslizantes da serra. A reconhecida irregularidade dessas ocupações, a característica topográfica do local, seus impedimentos técnicos e jurídicos à ocupação humana não são impedimentos ao avanço e aos desdobramentos perversos que decorrem da situação. As longas mangueiras pretas (emendadas) utilizadas na captação e de água das minas que brotam da serra são a “alternativa” para o abastecimento dos barracos e alvenarias precariamente instaladas. Estendidas de alto a baixo da serra, as inúmeras mangueiras misturam-se a terra e aos filetes de esgoto que correm em volta dos barracos e constituem a forma de abastecimento utilizada por diversas famílias.

A constatada insalubridade que caracteriza as formas de ocupação acima, para além de um dado objetivo, representa a contínua vivência do desconforto e da falta de proteção, configurando estados subjetivos de abatimento moral, entre outros sofrimentos. As moradias precárias e aquelas em situação de risco, sem acesso às redes de abastecimento e de esgoto, muitas delas sem banheiro ou sequer vaso sanitário, representam forte impacto às condições de vida objetivas e subjetivas, ou à imagem feita pelo sujeito acerca de si mesmo, conforme manifestado abaixo:

Eu tenho vontade de vender essa casa (trata-se de uma alvenaria precária) só por causa desse esgoto que passa na frente” [grita o homem ao me ver passando. Eu, claramente: “alguém de fora]” e prossegue: “acho que ‘eles’ pensam que a gente gosta de viver aqui, que a gente tá acostumado e não liga mais. Mas a gente liga sim, viu! A gente liga e muito!” (morador, cerca de 60 anos).

À explícita referência ao mal estar causado pelas privações da pobreza extrema, em especial, representada pela intensa precariedade das condições de moradia, somam-se os constrangimentos causados pelo domínio dos chamados “atravessadores” – também moradores na área. Segundo conversas com moradores locais, além dos depoimentos obtidos, há aqueles que cobram a instalação e a permanência das citadas mangueiras ou, por vezes, pelo direito de ocupar a área. Mais uma vez, sinalizando a complexidade e diversidade do cotidiano que compõe a extrema pobreza nas metrópoles, cujos constrangimentos ultrapassam as graves restrições materiais, ocupam e configuram o dia a dia das relações locais.

Também comum, segundo relatos obtidos em campo, são as moradias condenadas pela defesa civil e reconstruídas pelas próprias famílias em áreas próximas, portanto igualmente em situação de risco. Em alguns casos, conforme demonstra um de nossos entrevistados, essas condições se tornam tão ou mais precárias do que as anteriores, dadas as perdas resultantes da retirada do barraco. As carências materiais, que se acentuam afetam e “disparam” sentimentos de desespero, diante de uma ação (remoção) que confirma a ausência de alternativas de moradia, podendo ainda agravar determinadas necessidades. São os móveis que se quebram, as madeiras conseguidas e trazidas para cima da Serra com esforço que se inutilizam, deixando claro que novos esforços para manter-se na mesma precariedade deverão ser feitos. Nesses casos, da impotência diante da situação resulta ao sujeito a diminuição da confiança em sua própria capacidade de recuperação, a vergonha e, normalmente, a busca pelo isolamento social.

### **3.2 O cenário de privações das famílias: conteúdos tangíveis e intangíveis**

Entre os entrevistados no âmbito desta pesquisa quatro deles encontravam-se residindo com família em área considerada de risco – encosta ou pé da Serra. Em uma breve descrição, retomada posteriormente, destacamos que: a família de dona Josina (44 anos - nome fictício), havia sido removida pela Defesa Civil e, com recursos da prefeitura, reinstalada em uma alvenaria precária, sem serviços urbanos, na própria região. A segunda família, do senhor Joca (46 anos - nome fictício) havia buscado a partir dos recursos monetários transferidos pela prefeitura municipal outro barraco na região. A terceira delas (de Tatiana, 28 anos - nome fictício) perdera o barraco em um deslizamento de terra, com soterramento e riscos à vida dos filhos. Finalmente, a quarta família, de dona Nena (44 anos - nome fictício) fora alertada pela ação pública e, por esforços da família, transferida para uma área próxima, situada poucos metros acima do antigo barraco. Nesse último caso, esses esforços não levaram à superação dos riscos à moradia, além de terem agravado as dificuldades de acesso ao barraco, diante da íngreme e arriscada escalada morro acima. Esse difícil trajeto é enfrentado todos os dias pela família, pelo menos duas vezes ao dia para ida e volta das filhas à escola.

A família citada acima é composta por cinco pessoas – casal e três filhos: dona Nena (44 anos - nome fictício) o marido (José, 62 anos), filho (14 anos) e duas filhas entre

nove e sete anos de idade. A família vive em apenas um cômodo em uma das áreas da Serra, ainda com mata. Ao improvisado dos materiais utilizados que incluíam divisórias de papelão, acrescentava-se sua insuficiência, evidenciada pela ausência de parte da cobertura – que seria o telhado – e da “parede” anexa à encosta da serra, então coberta por um saco preto. Piso de terra batida, sem mobiliário exceto pela existência de uma cama e alguns colchões; uma pequena mesa e duas cadeiras. Utensílios domésticos restritos a duas ou três bacias e panelas, uma delas contendo angu cozido diretamente sobre a lenha posta no chão do cômodo “cozinha”. Fizemos a entrevista do lado de fora do barraco, sentadas em um banco de madeira, enquanto as duas filhas da entrevista (sete e nove anos de idade) faziam as tarefas escolares sentadas no chão, sobre a terra.

Nossa entrevistada, Dona Nena (44 anos - nome fictício), primário incompleto, vive há menos de dois anos na região, sobrevivendo da coleta de recicláveis realizada pelo atual companheiro.<sup>133</sup> Bastante sofrida pela sobreposição de privações material e de afetos, detalhadamente ilustrados por ela em sua narrativa acerca do primeiro casamento, com o envolvimento do ex-marido com crime organizado e sua extrema violência com ela e os filhos<sup>134</sup>. Dona Nena (nome fictício) lamenta com muita amargura a falta que faz um banheiro, um chuveiro para tomar um banho, um lugar para lavar roupa, coisas que a família já teve na antiga moradia – um cômodo de aluguel no bairro de Taipas – zona norte, de onde vieram. Além da tristeza que expressa ao descrever essas privações, a cabeça baixa e a fala titubeante, sugere um sentimento entre a vergonha e a dor pela própria situação. A essa narrativa ela acrescenta a informação de que recentemente um técnico da habitação passou por ali e olhou para cima, para o seu barraco, ela estava à porta, mas ele não lhe falou nada, segundo a entrevistada:

---

133 O companheiro é ex- trabalhador da construção civil. Após um atropelamento sofrido há mais de dez anos vive de trabalhos esporádicos, sem nenhuma qualificação, sem aposentadoria ou qualquer benefício. A entrevistada diz ter recorrido há mais de seis meses ao bolsa família e diz ter dúvidas se vai conseguir receber.

134 Os dois filhos apresentam problemas psiquiátricos, que ela não sabe designar. O mais velho com 15 anos encontra-se internado em uma unidade psiquiátrica de Franco da Rocha, o mais novo (14 anos) mora com ela e o atual marido um senhor de 62 anos. Esse tem limitações físicas decorrente de um atropelamento, por essa razão não tem trabalho fixo, vive de coleta de material reciclável e nunca buscou benefícios do INSS, a ser retomado no capítulo quatro. O filho de 14 anos não frequenta escola, usa fralda e tem ataques similares à epilepsia.

(...) era como se não tivesse me vendo. Como se não visse minha situação, ou será que eles acham que a gente tá acostumado, que não liga de morar assim?!” [Eu, então, lhe pergunto: e a senhora não o chamou? ao que ela responde:] “mas ele não tá vendo minha situação. Ele viu! Eu ainda vou ter que chamar?! Ai não dá! (dona Nena, 44 anos - nome fictício).

A ‘presença’ de uma instituição pública, representada pelo ‘técnico da habitação’, que nada tinha a dizer, se transforma na evidência para a entrevistada, de que, apesar da gravidade de sua situação, ela “não está sendo vista”, como lembra Margalit (1997, p. 89). Ou como aprofunda o próprio autor em referência às condições degradantes da pobreza extrema, que resulta na constatação de: “ser tratado como se não fosse humano” (Margalit, 1997, p. 93). Trata-se de experiências de privação de direitos, como vivências subjetivas de afetos que se mostram associados aos sentimentos de humilhação e rechaço social. Nesse caso, a forma pela qual a entrevistada vivencia a chamada experiência de “não ser vista” parece estar muito próxima ao sentimento do julgamento externo ou a conhecida culpa pela própria pobreza. Sendo assim, como citado nesta tese, cabe lembrar Margalit:

(...) considerar que la pobreza es un fracaso incluye implícitamente un juicio global de la persona como alguien indigno, que no puede siquiera asegurar las necesidades mínimas de la existencia. (...) Cuando la acusación de fracaso es infundada resulta especialmente cruel y perversa, puesto que tal acusación es también humillante. (MARGALIT, 1997, p. 181).

Assim, pode-se dizer que a exposição humana à extrema e permanente precariedade material constitui uma forma de sugerir ao sujeito sua condição de certo *rechaço social*, como se não houvesse pertencimento à ‘família humana’. Não sem razão, Margalit complementa que há entre aqueles que têm o sofrimento como uma constante, o aumento dos sentimentos de vulnerabilidade. De modo que a atitude de “indiferença”, assim tomada, da parte do ‘outro’ é sentida como deliberada desatenção. “Todo esto pertenece a la amarga psicología de los subgrupos (...) que fueron maltratados en el pasado y que ahora son hipersensibles” (MARGALIT, 1997, p. 145).

Desse modo, não é difícil supor que sujeitos em estado de vulnerabilidade material desenvolvem subjetividades “hipersensíveis” que lhes confere, por sua vez, dificuldades

que antecedem o desenvolvimento de capacidades necessárias à realização de exigências sociais – como às relacionadas ao mundo do trabalho, da educação formal. Trata-se de dificuldades decorrentes do contínuo e inconsciente esforço da subjetividade em proteger a própria dignidade. Já que a dignidade estaria em jogo permanentemente, seja pela experiência subjetiva das agruras e ameaças vindas da pobreza material à existência e ao conforto humano, como lembra nossa entrevistada, dona Nena (nome fictício), ao lamentar a falta de condições básicas à higiene pessoal diária, seja pela experiência dos “olhares” da sociedade entre os sentimentos de *pena* ou de rechaço (GOFFMAN, 1992), ou, ainda, pela própria reprovação a si mesmo, por sentimentos de fracasso (MARGALIT, 1977). Estar socialmente vulnerável e, por vezes, emocionalmente ocupado com a dúvida acerca da legitimidade de suas necessidades (não atendidas) pode constituir conflito (ao sujeito) capaz de desafiar a própria busca de alternativas frente aos desafios básicos do cotidiano. Nesse sentido, parece tratar-se de sentimentos que expõem o sujeito a certa “desproteção” da parte de si mesmo, ao mesmo tempo em que reiteram percepções de ameaças à existência, intensificam os receios, mágoas e desejos alijados, afetos assim constituídos em razão das vivências decorrentes das privações materiais.

Pode-se dizer que os sujeitos partícipes da expansão das ocupações precárias na região de Vista Alegre, em comparação aos das origens do bairro, têm suas trajetórias de carências agravadas em formas de privações tangíveis e intangíveis. Às constatadas insuficiências de rendimento, pouca instrução e experiência de trabalho, acrescem sua inserção frágil no território, seu relativo isolamento social e a perda de importantes atores políticos e sociais. Essas são as bases sobre as quais assentam, segundo os contatos e depoimentos obtidos nesta pesquisa, as vulneráveis subjetividades da parte desses sujeitos; as frágeis e até questionáveis oportunidades e os múltiplos constrangimentos presentes no contexto local, compondo a complexidade conceitual da pobreza na metrópole.

O próprio caráter da irregularidade das ocupações descritas acima, parte delas em áreas de proteção ambiental, justificando a ausência de amparo legal imprime às atuais privações da região de Vista Alegre maior gravidade em relação às características identificadas como pobreza material ou de renda. É fato a menção a iniciativas organizadas, destinadas a negociações de parcela dessas moradias, mas também há referências que tomam essas ações como fruto dos estímulos promovidos pelos próprios proprietários das áreas ocupadas. Além

disso, os representantes dos moradores teriam desaparecido da região, montado negócios em bairros vizinhos, enquanto os moradores permanecem na condição de ocupantes e os proprietários seguem reivindicando judicialmente o direito sobre a área.

As alternativas da política municipal de habitação, identificadas na região, referiam-se exclusivamente às ações emergenciais que como tal não prevêm mudança das condições de moradia. Havia duas alternativas de ação pública emergencial, descritas pelas famílias entrevistadas<sup>135</sup>: o acesso a cerca de 400 reais mensais para o aluguel ou a indenização de cinco mil reais pela retirada do barraco por parte da defesa civil, para a compra de outra “moradia”. Por outro lado, apuramos que a região de estudo consta no atual Plano Municipal de Habitação<sup>136</sup>, recém-formulado, em HAB/Secretaria Municipal de Habitação-SP, aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação<sup>137</sup>, como uma das prioridades da zona norte. No entanto, até o término da gestão Kassab nenhuma ação efetiva entrara na programação da Secretaria da Habitação para a região destacada. Sua prioridade permaneceu amparada tecnicamente, um recurso comum na ação pública, mas insuficiente, reiterando a conhecida distância entre as orientações técnicas e a atuação política.

Entre as quatro famílias em situação de riscos à moradia, anteriormente citadas, excetuando a família de dona Nena (nome fictício), tratada acima, as três demais tiveram acesso às ações emergências. Duas delas, uma representada pela dona Josina (44 anos - nome fictício) e a outra pelo senhor Joca (46 anos - nome fictício), receberam cinco mil reais

---

135 Essas alternativas são confirmadas pela área da Secretaria Municipal de habitação, responsável pelas ações na zona norte do município, no âmbito restrito da atuação de emergência, não tendo ocorrido nas duas últimas gestões Serra-Kassab, programas destinados à região de estudo. O auxílio aluguel varia, na época, entre 300 ou 400 reais mensais, previsto para até 12 meses, com direito a renovação. O repasse só ocorre mediante o contrato de aluguel. O apoio à remoção varia entre cinco e oito mil reais destinados à compra de um barraco. Esses valores segundo informações de técnicos da Sehab não são reajustados desde a Gestão Marta Suplicy.

136 O Plano Municipal de Habitação é um instrumento de diagnóstico e planejamento da ação no município. Prevê recursos para a execução das ações e resulta de exigência legal, definida no âmbito da recente política nacional de habitação, a partir de 2001, com o Estatuto das Cidades. Sobre isso ver: <[www.habitacao-sp.gov.br](http://www.habitacao-sp.gov.br)> ou <[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)>

137 O Conselho Municipal instituído em 2003, sendo composto por 48 membros que agregam igualmente a presença de: 16 agentes da administração pública, 16 agentes da sociedade civil, sindicatos patronais e dos trabalhadores, universidades, associações profissionais, ONGs e 16 membros eleitos por voto direto, indicados pelos movimentos por moradia. As funções do Conselho referem-se aos procedimentos no âmbito da política habitacional no município e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação. Sobre isso ver: Constantino (2007).

destinados à compra de outra moradia. A terceira delas, representada por Tatiana (28 anos - nome fictício) recebeu o adiantamento de três meses de aluguel de 400 reais/mês, mas após o soterramento do barraco. Essas situações resultaram pouco efetivas quanto às chances de melhorias, conforme observação dos relatos dos entrevistados.

A situação representada por dona Josina (nome fictício), moradora na região há mais de 20 anos<sup>138</sup>, resultou na compra de uma alvenaria de grande precariedade, sem ligações à rede de luz, água e esgoto, situada em um beco. Esse beco, cuja entrada, durante nossa visita, parecia estar sendo “guardado” pela presença de três homens, segundo a moradora é de domínio do tráfico na região.<sup>139</sup> Há poucos metros à frente da moradia há um lixão, próximo ao pé da Serra – com ratos e baratas que entram na casa pelas frestas resultantes entre os blocos, como pude presenciar. Dona Josina explica tratar-se de “uma *área de descarte*” Pergunto: descarte de que? “De corpos, ela complementa, coisa aí do tráfico. Mas, ninguém vem procurar, não!”<sup>140</sup>

Conforme mencionado anteriormente, ausência de infraestrutura básica e de ligações às redes de abastecimento são “sanadas” em parte, por meio de atravessadores ou do mercado local. Dona Josina (nome fictício) e seu filho compram água da vizinha (por cinco reais mensais) e armazenam em grandes tambores dentro de casa. A casa está situada no patamar de baixo, tendo no andar de cima outra moradia de condição similar, cujo padrão precário da construção e total ausência de cuidado acústico causam desentendimentos constantes entre as famílias, conforme queixas da entrevistada. Essa condição, no curto espaço de

---

138 Outras características relativas à vida de Josina (nome fictício) serão destacadas no quinto capítulo.

139 Minha entrada (e saída) do beco ocorreu sem qualquer questionamento, segundo a entrevistada, eu podia ficar tranquila porque estava com ela e o filho. Eu os encontrei e os contatei no Cras, na saída de um atendimento. Eles haviam ido solicitar uma cesta de alimentos. Foram receptivos, fizemos o trajeto até a moradia e, na volta, me acompanharam até um ponto considerado seguro.

140 Embora não seja objeto de nossa pesquisa, vale mencionar que a presença do tráfico na região é forte e “respeitada” pelos moradores. Seus integrantes são conhecidos desde criança por alguns moradores. Citado por alguns entrevistados e, de forma interessante, assim considerado por um deles: “você pode não saber onde eles estão, mas eles, com certeza, estão te vendo e sabem o que você está fazendo na região.” Há, ainda, relatos locais acerca da existência de mansões subterrâneas em áreas da Serra de propriedade e moradia dos grandes traficantes. Também fui orientada a não fazer fotos na região e a transitar em algumas áreas somente na companhia de moradores locais, bem como, a não portar bolsas, mochilas nada que não pudesse ser plenamente visto à distância. No caso da entrevista com dona Josina (nome fictício), antes de iniciarmos, as janelas foram cuidadosamente fechadas e até o final, ela quis falar sempre baixo. Os rapazes que fumavam maconha embaixo da janela lá permaneceram até minha saída. Segundo a entrevistada, eles ficam “guardando” quando há “estranhos” na região.

tempo transcorrido, quase um ano, transformou-se em grande frustração e arrependimento para a moradora entrevistada.

A entrevistada relata que havia a promessa de ajuda de uma assistente social na orientação da compra, o que, de fato, não aconteceu. Bastante fragilizada a entrevistada considera que:

Eles (poder municipal) são assim dá os cinco mil e diz ‘se vira’. Ai a gente vai procurar casa e não acha nada. O preço hoje aqui é de 10 mil para cima, só consegui porque a igreja que eu vou colocou cinco mil para completar. Mas também não pude escolher a casa, foram eles que escolheram. (Dona Josina - nome fictício).

Para a entrevistada a situação acima constitui mais uma tristeza e inconformismo frente às condições em que a moradia se encontra, o que a faz sentir “saudades” do antigo barraco.<sup>141</sup>

A terceira situação representada pela família do senhor Joca (46 anos, sem alfabetização, coletor de papelão, residente na região com esposa e três filhos há mais de cinco anos na região) resultou em sua saída do antigo barraco e compra de um novo, a partir dos recursos oriundos da mesma ação emergencial citada. Mas, o acesso aos cinco mil reais, segundo o entrevistado, se transformou em apenas três, porque sua companheira, conforme expressão do entrevistado: “andou fazendo umas bobagens com o dinheiro. Ela pensava que era muito... sabe? Que dava pra muita coisa! E saiu gastando (...) quando viu tinha sobrado isso e foi o que deu pra comprar.” (Sr. Joca - nome fictício).

O atual barraco da família conta com dois cômodos está instalado sobre a terra úmida, decorrente da passagem de água que mina ao longo da serra que se infiltra embaixo de um dos cômodos do barraco. Situação que é “resolvida” pela colocação de madeiras sobre o chão, e sobre essas, o colchão onde dormem a companheira e os filhos do entrevistado, uma adolescente de 15 anos e um menino de seis anos.

Finalmente, a quarta família oriunda de áreas de risco à moradia, representada por Tatiana (28 anos; ajudante em feira livre; ex-interna da Febem, abandonada na infância e há quase 15 anos na região; três filhos), teve o antigo barraco soterrado por desmorona-

---

141 Esta entrevista será retomada e tratada no quinto capítulo desta tese.

mento, acarretando além das perdas materiais, a geração de novos traumas, aprofundando as dificuldades afetivas que caracterizam a vida da entrevistada. O desmoronamento do barraco e o quase soterramento de sua filha de oito anos, resgatada com vida pelo bombeiro, ampliaram as carências e inseguranças de ambas. Essa situação, segundo a entrevistada, vem sendo enfrentada com apoio da associação de moradores – a Orientação Socioeducativa ao Menor - Osem<sup>142</sup>. Por meio dos recursos das ações de aluguel social (Sehab) a entrevistada ocupa um cômodo de madeira com os dois filhos.<sup>143</sup>

O acesso ao auxílio moradia concede recurso monetário para aluguel, prevê prazo de cerca de duas semanas (com prorrogação) para o beneficiário encontrar uma moradia no valor estimulado (até 400 reais mensais). Essa situação é bastante complexa na região, seja pelo reduzido valor monetário, seja pela desconfiança por parte de quem aluga. Há, ainda, o constrangimento decorrente do fato dos proprietários não se prontificarem a alugar para família com crianças, embora a presença de crianças seja quase uma regra na região.<sup>144</sup> Nesse sentido, sinalizando diferenças em relação às origens da região, dado que eventuais redes de apoio local, de vizinhança, não respondem como tal; ao contrário, comportam-se de forma similar a relações de mercado. Outros exemplos como aqueles referentes às negociações em torno do acesso à água ou, ainda, às condições de fixação, até mesmo, de um barraco em determinadas áreas corroboram a noção acima. Em nossa região de estudo, pode-se dizer que a pobreza extrema assim permanece, porque acumula um conjunto de desvantagens sociais que são reforçadas como tal pelas regras de mercado. Essas se reproduzem no contexto local e contribuem para aprofundar as privações de necessidades fundamentais.

A implementação das ações emergenciais para moradia, segundo apurado entre os próprios entrevistados, se dá exclusivamente a partir das relações entre a família a ser atendida e a Secretaria Municipal de Habitação. Obviamente, a incompletude dessas ações

---

142 Constituída em janeiro de 1978, fruto das lutas iniciadas no final dos anos 1960, segue funcionando em um salão de propriedade da igreja, ao lado de uma pequena capela. Hoje, representa a associação comunitária de Vista Alegre e atende crianças e adolescentes do bairro, como principal atividade. A Osem será apresentada no capítulo subsequente.

143 Essa entrevista será retomada entre as discussões dos dois últimos capítulos.

144 As casas disponíveis para aluguel, em geral, são pequenos cômodos anexos (mesmo lote) ao domicílio do proprietário em questão. Trata-se de casas ao fundo ou em patamar de baixo, normalmente, com apenas três cômodos (sala/quarto; cozinha e banheiro), mas em áreas urbanizadas.

reflete-se, para além do exíguo valor dos aportes, à ausência de qualquer mecanismo destinado à regulação do mercado local ou de apoio a quem busca esses recursos. Segundo depoimento de Cida, coordenadora pedagógica da Osem-Vista Alegre, e residente na região há mais de 30 anos, não há confiança por parte de quem aluga dado que o provável inquilino é visivelmente alguém em situação de extrema carência:

Uma coisa é vir um técnico, ou um “grandão” da Secretaria de Habitação com um documento, comprovar o recurso, a outra coisa é o coitado lá, que já perdeu tudo, que não sabe falar direito, com seu português errado, se sentindo sozinho, sem apoio, ir lá com seu desespero dizer que tem um dinheiro que vai sair da habitação pra ele alugar a casa. O proprietário acredita se quiser, e se compadece se quiser! (Cida, 38 anos, Osem).

A partir do depoimento acima, pode-se dizer que, há a prevalência do mercado, portanto a não efetividade do compromisso do Estado com os segmentos aos quais se destinam as ações mencionadas. É nítida, também, a falta de confiança associada à extrema pobreza, a despeito, inclusive da sinalização da existência de recurso financeiro. Embora, nesse caso, não é demais lembrar que essa desconfiança pode estender-se ao próprio Estado e não apenas ao potencial inquilino. Trata-se de mecanismos socioculturais de difícil reversão e que contribuem para o agravamento de carências e privações e, portanto, para a reprodução da extrema pobreza. E, sobretudo, a evidência de comportamentos e ‘leituras’ comuns ao contexto local e, em específico, entre aqueles com moradia própria para aluguel.

Do contínuo estado de privação com imposição de perdas materiais e afetivas, resultam sujeitos, que aos “olhos do outro” são “pouco confiáveis”, porque se revelam à sociedade, incapazes de garantir cuidados a si mesmo e aos seus. Esses sujeitos ao receberem de volta essa imagem, não raramente a tomam como comprovação da própria culpa diante de “tanto” fracasso. Esse sentimento, aliado às ameaças materiais e insegurança é obviamente vivenciado com muito sofrimento e angústia. A essas percepções acrescem, de forma igualmente conflituosa, sentimentos de “abandono” e “esquecimento”, além de revolta contra o governo e “*os que podem*” [em referência às classes média e alta]. Resulta um olhar para si mesmo estritamente limitador, opressor e impotente conforme discutido e resgatado posteriormente.

Assim, além da fragilidade da moradia e a provável impossibilidade de urbanização de parcela das áreas ocupadas com seus evidentes constrangimentos e insegurança para a circulação local há, ainda, as ameaças de invasão das moradias já ocupadas. De modo que há quem (nos depoimentos coletados) diz evitar deixar o barroco vazio, mantendo um ou outro membro da família: “alguém pode querer tomar né? Isso já aconteceu aqui, tem gente que toma e põe pra alugar. Outro dia um cara ali pôs pra fora o outro que ocupou o barraco dele. Não deu outra, botaram fogo quando ele não tava...(sic).” (Moradora da região)<sup>145</sup>

Além das disputas violentas pela posse da terra há, como é sabido, a forte presença do tráfico que em alguns depoimentos aparece como proteção, enquanto em outro, como ameaça. De qualquer modo, essa presença está longe de contribuir para as relações de vizinhança e a livre circulação entre as áreas, problema comum entre as percepções expressas. Visível à luz do dia, presenciado ao longo de nossas visitas a campo, o tráfico é citado de diferentes formas pelos entrevistados como marca de poder na região. Sendo essa talvez, mais uma, entre as mencionadas, possibilidades que caracterizam áreas reconhecidas como de *hiperperiferias*. Pelo poder representado, o tráfico parece ser vivenciado, por vezes, como fator de fragilização das condições de decisão e de atuação de diferentes formas. As entrevistas realizadas nesse estudo indicam que se perde emprego, se diminui renda, se circula e se convive menos em razão do poder local do tráfico<sup>146</sup>. Um dos exemplos do tema acima é trazido por uma de nossas entrevistadas (Andreia, 24 anos, moradora há menos de cinco anos - nome fictício) que narra que, a despeito da falta de rendimento fixo na família, das dificuldades em manter inclusive alimentação básica, ela e a mãe “tiraram” o irmão do emprego por ele ter se tornado “funcionário” do tráfico. O emprego, de forma surpreendente, era como cobrador de uma das linhas de ônibus conveniada pela prefeitura e, segundo ela, funciona como um dos domínios do tráfico na região. Ao jovem de 17 anos passava a ser mais

---

145 Essa conversa informal com moradora da região foi confirmada em outro depoimento com uma antiga liderança da igreja atuante na região.

146 As investigações científicas destinadas a essa matéria são amplas, entre as quais vale citar: Vera Telles por sua interpretação acerca da “disputa pela gestão da ordem” em regiões da periferia, nas quais a “lei é como que desativada”. A autora reflete acerca das possibilidades “permitidas” à ação policial, “complementadas” por ações paralelas, fora da institucionalidade. Sobre isso ver: *Le Mond Diplomatique*. Brasil. São Paulo. Jul/2011; p.4-5.

seguro ficar em casa, em três cômodos compartilhados com mais três crianças e três adultos, enquanto não conseguisse outro trabalho. Evidentemente, desocupado, e na pobreza diária, o jovem tornava-se cada vez mais tenso e problemático para a família, segundo a entrevistada.

Às limitações relacionadas ao avanço das ocupações precárias, ao adensamento de famílias com baixíssimo poder aquisitivo; aumento da insalubridade em amplas extensões; atuações ilícitas e de risco à segurança pública, aliam-se as perdas na organização e mobilização coletiva, participação comunitária e relações de solidariedade. O “desaparecimento” das lutas originárias da região e a crescente pulverização das organizações populares no bairro é uma evidência, tal qual sinalizada em atitude de autocrítica de uma das antigas lideranças entrevistadas:

Não sei onde foi que falhamos, mas o povo da região não conhece essa história. Não sabem como foi difícil trazer água pra cá, a luz, o asfalto, o transporte, escolas... tudo foi fruto de uma luta conjunta com os outros bairros, que não existe mais. (Dona Zita, liderança).

Se a organização e mobilização coletivas nos moldes originários não são realidade em Vista Alegre<sup>147</sup> as manifestações espontâneas da população podem ser ‘observadas, como ilustra o depoimento da coordenadora da Osem:

(...) com as chuvas do início do ano, eles (famílias) perderam muitas coisas, então se manifestaram virando as latas de lixo, as caçambas que só encheram tudo mais de lixo. Além do que já tem espalhado normalmente pelas ruas<sup>148</sup>. Aí vem a regional (prefeitura) pra recolher e eles querem ficar bravos. Não tá certo espalhar lixo, mas eles também não têm que ficar bravo. (Cida, 38 anos, coordenadora da Osem).

De fato, não houve entre os entrevistados nenhuma referência às lutas ou conquistas na região. Em parte, porque sequer compartilham desses benefícios, sobretudo os relacionados à urbanização e seus serviços, mas porque de fato não participaram dessas lutas.

---

147 As formas de organização e política local serão abordadas no capítulo subsequente.

148 De fato, toda a área de circulação, atrás do Cras e de frente para uma escola pública de educação infantil, prevista como área de lazer, conta com, além dos brinquedos quebrados e uma caçamba com algum lixo, muitos objetos descartados pelo chão, desde roupas rasgadas, sapatos e tênis arrebatados, partes de brinquedos, pneus, latas, garrafas e, restos de comida. Em alguns cantos detritos humanos. Parte desta área, situada na lateral do Cras e abaixo do nível da rua, é recorrentemente procurada pelos adolescentes para o consumo de drogas, inclusive durante o dia, conforme pude observar em minhas visitas à região.

A maioria dos entrevistados pertence às ocupações posteriores àquelas que originaram as primeiras moradias na região. Quanto ao questionamento acerca da existência de lideranças atuais, essas são citadas, sem muita convicção, sugerindo se tratar mais de representações individuais de pouca aderência à comunidade.<sup>149</sup> Além do que há suspeitas, sugeridas em conversas informais, acerca da ligação de uma dessas prováveis lideranças locais ao tráfico. As lideranças reconhecidas por pequena parcela dos entrevistados neste estudo são aquelas com sistemática de trabalho comunitário. Essas são reconhecidas, mas não como liderança política, nos moldes das antigas lideranças da região, com representação de interesses coletivos, mas muito mais como lideranças com atuação social. Essas lideranças e associação local representam formas de apoio e atendimento à parcela desses segmentos aqui descritos.<sup>150</sup> Em certa medida, significa que os segmentos em condições menos desfavoráveis residentes na periferia urbanizada e estruturada nas lutas do passado arcam, ativa ou passivamente, e convivem cotidianamente com o empobrecimento e adensamento brutal de suas áreas restantes.

A extensão de áreas ocupadas irregularmente seja na Serra da Cantareira ou em suas encostas, portanto sem os benefícios da urbanização, resultam em prejuízos de bem estar e segurança bastante conhecidos. Mesmo conquistas anteriores se tornam de difícil alcance pela circulação inviabilizada, tanto pelas áreas recorrentemente alagadas quanto pelos interditos da violência local. Segundo depoimentos, o simples acesso a uma das Escolas Fundamental da região (João Amos), apesar da proximidade física (raio de 2km) nem sempre é viável após as chuvas.

Além da ausência ou insuficiência de serviços urbanos básicos não houve criação de áreas verdes e de lazer. Quanto aos equipamentos sociais fundamentais são percebidos pelas lideranças locais e moradores como insuficientes. Não há centros de cultura nem áreas de convivência que possam ser acessadas facilmente. Além disso, os atendimentos

---

149 Esse comportamento é corroborado pela informação de que as demandas por moradia oriundas da região, segundo área técnica da Sehab, chegam à Secretaria Municipal de Habitação, normalmente pela Sub-prefeitura ou por vereadores que trazem demandas quase individualizadas, não se identificando movimentos organizados na região, como fora no passado.

150 Essa questão será objeto do último capítulo desta tese, por representar a possibilidade de investigação proposta neste estudo. Trata-se de relações destacadamente significativas, narradas por uma reduzida parcela dos entrevistados.

realizados no posto de saúde, importante conquista do passado de mobilizações, foram descritos pelos entrevistados como insuficientes e, em alguns casos, considerados bastante inadequados.

As creches são as carências mais mencionadas pelos entrevistados, depois do atendimento de saúde. Em conversas informais com uma dirigente de creche local conveniada com a prefeitura, apuramos que haveria no conjunto da região – Vista Alegre e demais bairros vizinhos – cerca de 100 creches, com pouco mais de oito mil crianças atendidas. A demanda expressa estaria em torno de 15 mil crianças, o que faz do atendimento realizado menos da metade do total das necessidades existentes.

Além disso, no caso das creches, as dificuldades são grandes demais, segundo diretora de creche conveniada, tanto no processo para abertura quanto na manutenção. A primeira exigência colocada pelo poder municipal à comunidade e suas antigas lideranças é a necessidade de encontrar um local minimamente adequado para posterior aprovação da prefeitura. Há poucas casas disponíveis na região e que possam vir a abrigar uma creche. Encontrado o local, são necessárias reforças e adaptações aos serviços pedagógicos, de recreação, convivência e de cuidado com as crianças, além do cumprimento de regras de segurança, circulação etc. Todo esse conjunto demanda esforços variados e recursos que são escassos tanto os financeiros quanto os de contatos e conhecimentos para a contratação de especialistas, elaboração de projeto físico de reforma e procedimentos legais. As etapas posteriores de aprovação pela prefeitura e vistoria do corpo de bombeiros são consideradas uma conquista imensa, ao lado de um passivo financeiro a ser recomposto ao longo de muito tempo.

A própria responsável por gerir a creche futuramente, arca financeiramente com a reforma, além de administrar as obras. A gestão que segue é então assumida pela direção da creche que executa os recursos passados pela prefeitura. Obviamente, a quantidade de crianças cobertas financeiramente pelos recursos públicos não é suficiente para atender a demanda local. Assim, há complementação por meio de doações e projetos com entidades variadas, mas a quantidade de crianças aguardando por uma vaga na região segue crescendo.

Por todas as razões consideradas acima, tal como sintetiza Lavinias (2007), há na pobreza um forte componente urbano, que leva a autora a dizer:

(...) a pobreza é urbana não apenas porque a maioria dos pobres vive nas cidades e zonas metropolitanas, ou porque a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida (...) que estrutura o conjunto das relações e interações entre sociedade civil, o Estado e o mercado. Ela também é urbana porque desafia a governabilidade urbana, exige dos governos locais soluções rápidas e efetivas, inscreve no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. Ela é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. (LAVINAS, 2007, p. 2).

A insuficiente urbanização da região e sua conotação excludente foram destacadas por diferentes iniciativas na região nos anos 2000, como as do Fórum de Debates Pró-Desenvolvimento de Brasília:<sup>151</sup>

(...) a ausência de agência bancária, cartórios fora da área central, Correios etc. deve-se à falta de acesso fácil, ou seja, nenhuma avenida de fundo de vale chegou ao centro do bairro, o que dificulta o acesso, afastando ou impedindo a instalação destes serviços essenciais. Dentre as prioridades, a número um do distrito Brasília é falta de avenida de fundo de vale, para tanto é preciso lutar pela conclusão das vias paralisadas na entrada do distrito, como as avenidas João Paulo 1º, Fuad Lutfalla e Petrônio Portella. Paralela a esta reivindicação e não menos importante é a falta de maiores opções ao jovem local, já que não há quadras, praças e parques disponíveis, além de poucos programas de apoio ao jovem sejam culturais, sociais ou voltados ao trabalho, além da ausência de uma escola técnica.<sup>152</sup>

Mas, mais do que isso, a representação das citadas regiões como afastadas, conforme trecho abaixo corrobora a distância social acentuada nas últimas décadas:

O distrito Brasília foi excluído em termos de obras na última década por total desmobilização da sua população e por desinteresse dos políticos locais no poder municipal. A única obra concluída nos últimos dez anos foi o CEU Paz, mesmo as-

---

151 Os registros e atuações do Fórum remetem ao período entre 2006-2007, tendo sido proposto e liderado por Célio Pires (editor do jornal local, Freguesia News), com o objetivo criar uma pauta comum e se chegar a um plano de desenvolvimento local. A partir da definição deste plano buscar, através de encontros e debates com políticos e autoridades, respaldo para que as reivindicações levantadas sejam priorizadas na ação governamental. A iniciativa política do Fórum será tratada no capítulo subsequente.

152 Registros de reunião do Fórum realizada em 5/03/2007 na Rua Parapuã, 2035, sobreloja; Brasília.

sim construído em vila afastada e muito mais próximo da Vila Nova Cachoeirinha e Taipas que da Vila Brasilândia.<sup>153</sup>

Desse modo, Vista Alegre ao lado dos bairros vizinhos responde por parcela das carências extremas e múltiplas apuradas pelas estatísticas em referência ao distrito da Brasilândia.<sup>154</sup> No início da década passada, o distrito da Brasilândia e o vizinho, Vila Nova Cachoeirinha, eram reconhecidos pela vulnerabilidade social e por elevados índices de criminalidade entre jovens e gravidez na adolescência. Esse perfil foi descrito, em 2004, em pesquisas primárias realizadas na época da implementação do programa estadual Fábricas de Cultura.<sup>155</sup> A presença de necessidades básicas não atendidas em áreas da Brasilândia, se estende à atual década, tornando o distrito e especificamente Vista Alegre, alvo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – o Pronasci do Ministério da Justiça, demandando ações previstas no âmbito dos Territórios da Paz/Pronasci.<sup>156</sup>

Essa carência é, em grande medida, expressa pelos problemas habitacionais que incluem além da precariedade e imprevisto das moradias erguidas a inacessibilidade formal da terra. Essa condição resulta da combinação perversa entre características topográficas, como áreas acidentadas e íngremes, próximas a Serra da Cantareira e a demanda por moradia popular não solucionada. Desse modo, a ocupação de áreas não indicadas à moradia “perpetua” a ausência de serviços urbanos essenciais, comprometendo o desenvolvimento humano, as oportunidades de convivência e impondo a insegurança em diferentes aspectos<sup>157</sup>. Nesse

---

153 Registros de reunião do Fórum realizada em 5/03/2007 na Rua Parapuã, 2035, sobreloja; Brasilândia.

154 Entre essas carências constam os indicadores sintéticos produzidos pelo CEM/Cebrap, denominado Índice de Vulnerabilidade e pela FSeade com destaque para: o IPVS; o IVJ e a análises no âmbito do projeto de linha de base da avaliação do Programa Fábricas de Cultura, em 2004.

155 O programa com financiamento do BID, sob gestão da Secretaria estadual de cultura, previu a construção de nove equipamentos de arte, cultura, esporte e lazer nos distritos mais vulneráveis do município de São Paulo. O distrito da Brasilândia contemplado pelo projeto por seus indicadores sociais extremamente críticos (homicídio juvenil; gravidez na adolescência, entre outros) conta em 2011, conforme observação da própria pesquisadora em visitas à área, com uma construção em fase inicial e com rotina das obras aparentemente descontínua.

156 Programa Federal executado por meio de convênios de cooperação com os municípios e prevê um conjunto de ações sociais e de segurança pública integradas no território. A própria implantação do Cras em Vista Alegre em final de 2009, integra as recomendações do programa.

157 A urgência por solução nessas áreas ocupadas é reconhecida por parte da gestão pública e integra as prioridades formuladas no Plano Municipal de Habitação – São Paulo.

sentido, intensificando e ampliando as privações da pobreza para além de sua reconhecida forma de identificação, a partir dos indicadores de rendimento monetário.

Morar mal e, sobretudo, registrando diferentes formas de insegurança ou ameaça é ver diminuídas as possibilidades humanas diante das funções básicas do dia a dia, agravando os constrangimentos da pobreza monetária. Nesse caso, representando constrangimentos para além da insuficiência de renda básica para consumo, já que essa, apesar de indispensável tem alcance restrito frente ao caráter das privações relativas à moradia. Essas privações são resultado de decisões do âmbito da sociedade, do mercado, da legislação urbana e do Estado e funcionam como “sobras” às famílias que as ocupam. Trata-se de uma produção coletiva da pobreza, inscrita para além da insuficiência dos rendimentos, mas nos marcos da fragilidade dos direitos sociais, sobretudo o direito à moradia. Fragilidade não só na implementação de ações e políticas públicas, mas na “imperfeição” do caráter desse direito frente à indefinição quanto a quem (qual segmento da sociedade) responde por sua realização, conforme reflete Alvaro Vita, citado no primeiro capítulo. No caso da moradia, por seu custo monetário, valor de mercado e garantia de acesso à cidade, essa evidência é ainda maior.

O atual quadro de carências elevadas, aliado às conquistas do passado, por serviços públicos fundamentais, descritas no capítulo anterior, sugere dois momentos diversos de ocupação urbana na região de Vista Alegre. A interpretação de relatos obtidos em entrevistas com os moradores da região, as matérias jornalísticas de décadas atrás e o resgate dos referenciais teóricos apoiam essa noção.

A crescente expansão de Vista Alegre associada à concentração da pobreza extrema de suas famílias condiz com a relativa heterogeneidade das periferias identificadas por Torres e Marques (2001). Em razão dessa condição, sugerem a necessidade da revisão do marco conceitual relativo à noção de centro-periferia e da ausência do Estado nas periferias das grandes metrópoles, essas capazes de contribuir para explicar as origens da expansão urbana do município de São Paulo, entre os anos 1940 e 1970<sup>158</sup>.

---

158 Conforme tratado no primeiro capítulo dessa tese, a noção centro-periferia explica a expansão da cidade em direção às periferias formadas em suas origens, a partir de loteamentos privados, sem garantias legais, com ausência de infraestrutura básica e serviços urbanos, portanto sem presença do Estado, obtida por meio da pressão dos movimentos sociais organizados. Sobre o padrão de urbanização denominado, centro-periferia ver: Caldeira (2000, p. 218-224).

Esse padrão explicou a ocupação das periferias do município e, aliado ao projeto técnico e político excludente da época, destinado aos interesses das elites paulistanas, manteve as famílias fixadas nessas regiões com reduzido ou ausente acesso aos benefícios da urbanização, em condições de extrema precariedade, expostas a riscos e privações. De modo que, a pressão política dos movimentos sociais na periferia, apoiada por atores sociais importantes, constituíram o principal meio de reivindicação de serviços básicos e infraestrutura urbana. Essas evidências são observadas nas origens de nossa região de estudo – Vista Alegre, conforme apresentado no capítulo anterior. E contribuíram para a fixação das famílias em moradias, em geral, autoconstruídas e em loteamentos irregulares, mas dotadas desde o início dos anos 1980, de infraestrutura e serviços básicos.

As conquistas do período anterior quanto à extensão de infraestrutura e serviços básicos, aliadas ao término dos anos 1980 na regulamentação de políticas públicas universais, que tiveram sua cobertura em certa medida ampliada, não resultam na equalização das condições do acesso aos benefícios ofertados. Seja pelas decisões e ações governamentais relativas ao grau de cobertura, seja por restrições diversas na qualidade da oferta, comprometendo a efetividade dos resultados almejados, tal como sugere Marques e Bichir (2003)<sup>159</sup>. As explicações resultam de um conjunto de aspectos, conforme Marques (2003), contam os paradigmas que predominam na orientação da política urbana, por meio da forte presença de comunidades específicas e setores construtivos e seus interesses, por exemplo, em grandes obras de intervenção urbana. A presença histórica dessas formas de atuação junto à burocracia pública e à classe política conservadora tem contribuído para opções de políticas públicas urbanas restritivas aos segmentos populares. Até mesmo gestões políticas alinhadas ideologicamente à esquerda, como no caso da gestão Erundina (PT), com ações efetivas na região, não puderam garantir a solução do conjunto das demandas fundamentais. Ações destinadas à: regularização fundiária de parcela dos loteamentos, expansão e manutenção de creches públicas, melhoria da qualidade da merenda infantil, não tiveram o alcance necessário. Nesse

---

159 Diferentes estudos apontam para a permanência da barreira social identificadas às periferias como restrição ao acesso aos direitos sociais instituídos, como educação, serviços urbanos, entre outros. Entre os estudos pioneiros destaca-se: Sposati, A. Mapa da Exclusão e Inclusão na cidade de São Paulo. Educ. 1996 e mais recentemente análises do CEM/Cebrap. Como as de: Marques (2010, p. 62); Torres; Bichir; Pavez (2006).

caso, às demandas expressivas, a insuficiência de um único mandato político frente à gestão municipal somam-se as dificuldades deixadas pela gestão anterior (Jânio Quadros) e ausência de compromissos com as necessidades da periferia. Nesse sentido, corroborando percepções, por parte das lideranças entrevistadas, destacada no capítulo anterior.

A edição do jornal local e de mídia eletrônica<sup>160</sup> em referência comparativa entre os bairros da Freguesia do Ó e Brasilândia, reforça o percurso percorrido pela região e bairros vizinhos:

A partir da década de 60 surgiram bairros adjacentes, como vila Santa Teresinha, os Jardins Carumbé, Damasceno, Vista Alegre, etc - todos clandestinos e destinados às famílias de baixa renda. Com terrenos minúsculos e ruas estreitas não contemplaram praças públicas. Os espaços livres, públicos e particulares, remanescentes, foram quase que totalmente ocupados por favelas - deixando a Brasilândia sem áreas livres até mesmo para se construir novas escolas e outros prédios públicos.

De fato, se a cobertura de políticas públicas de cunho universal (saúde, educação) alcançou grande parte da periferia, não se mostra suficiente ao enfrentamento da pobreza. Seu caráter multidimensional é refletido também no território, gerando áreas denominadas na literatura como “hiperperiferia”. “Essas áreas de hiperperiferia implicam a condensação e acúmulo num espaço menor de riscos sociais, residências e ambientes de diversas origens, genericamente atribuídas ao contexto periférico mais abrangente.” (Marques, 2001:21) Em grande medida, as *hiperperiferias* resultam, no limite, conforme os autores, da disparidade do valor monetário adquirido pelas terras urbanas, caracterizando-se como áreas de baixíssimo valor monetário ou, ainda, fora das possibilidades de mercado, seja pela alta degradação dessas áreas, seja pela ilegalidade das ocupações, no caso, de áreas de proteção ambiental.

Ou ainda, na nossa percepção, as *hiperperiferias* e sua extrema pobreza resultam das decisões deixadas prioritariamente às regras do mercado formal e informal de terras urbanas. Não implicando, nesse sentido, em apenas ausência do poder local, mas na sua presença e empenho em outras questões associadas aos interesses do centro da cidade, ou à produção

---

160 Sobre isso ver: <[www.malukospelabrasilândia.org.br](http://www.malukospelabrasilândia.org.br)> Acesso em: maio 2011.

de espaços urbanos destinados a outros segmentos sociais<sup>161</sup>. Esse comportamento é historicamente identificado por Marques (2003), que destaca a presença, sobretudo do grande capital da construção civil e produção de obras viárias em gestões alinhadas ideologicamente à direita, cujos maiores exemplos foram as gestões locais de Maluf e de Pitta (MARQUES, 2003, p. 113). E nesse sentido, confirmando a carência de investimentos públicos em áreas fundamentais, como a educação e saúde, durante as citadas gestões, conforme explicitado em depoimentos tratados no capítulo anterior.

As características atribuídas à noção de *hiperperiferia* estão, conforme sugere as investigações desse trabalho, fortemente associadas à reprodução da extrema pobreza urbana em áreas distantes da periferia da capital, inviáveis ao mercado imobiliário. Por essa razão, conforma um padrão de ocupação do território altamente precário, instável e, sobretudo, com pouca perspectiva de melhoria das condições de vida. Contribuem para isso, conforme sinalizado, a impropriedade das terras ocupadas para a função moradia, mas também a baixa aderência por parte da legislação urbanística na solução de conflitos e definição do uso social da terra. Muito embora, a legislação federal (Lei Federal 10.257/01) disponha sobre a *concessão de uso especial*, para ocupação de terras públicas, e *usucapião para terras privadas*, a partir do Estatuto das Cidades, ambos dependem de decisões políticas. Mas, podemos supor que parcela dos sujeitos mais interessados e beneficiados por essa legislação tem em suas condições de extrema fragilidade e relativo “isolamento”, um forte impedimento à busca desse direito. A percepção de si mesmo, preponderantemente por meio dos sofrimentos do dia a dia, do impedimento ao repouso sequer, fragiliza o sujeito, sendo essa condição pouco propícia à interiorização e evocação dos direitos. Nesse sentido, a pobreza é humana, tal qual nos fala Amartya Sen, conforme capítulo inicial.

Outras situações, impensáveis em determinadas localidades da cidade, são regra na região. Há na região de Vista Alegre, assim como nos bairros vizinhos<sup>162</sup>, expressão do comportamento descrito nos parágrafos acima, cujas ocupações de extrema precariedade

---

161 São exemplos dessas decisões às recentes desapropriações com recursos públicos da ordem de 14 milhões de reais, por parte da prefeitura de São Paulo, na região da luz-centro para execução de obras da iniciativa privada. Sem previsão de retorno aos cofres público. Sobre isso matéria jornalística. Liminar da justiça manda suspender projeto Nova Luz. O Estado de São Paulo, 27/04/2011. Cidade/Metrópole.C4.

162 Jd. Icaraí, Carumbé, Damasceno, Princesa entre outros.

intensificam-se e estendem-se a partir dos anos 1980 até os dias atuais. Estudos acadêmicos e levantamentos recentes identificam áreas de extrema privação, associadas à “invisibilidade” adquirida diante da irregularidade da ocupação. São áreas na pré-Serra da Cantareira, utilizadas clandestinamente como aterros de lixo, entulhos e que se misturam às atividades do tráfico na região (ANGILELI 2007, p. 157-160). Quanto às atividades de aterro clandestino a maior delas no bairro vizinho, Jardim Damasceno, representou no passado a entrada na área de cerca de 200 caminhões por dia, segundo percepção da coordenadora do projeto local destinado à Rádio Comunitária Cantareira, tendo suscitado inúmeros denúncias e mobilizações na região, como a destacada abaixo:

A menos de 15 quilômetros do centro da cidade há um aterro irregular que compromete a saúde dos moradores pela poluição e destrói o meio ambiente no entorno da Serra da Cantareira. O medo por causa das ameaças de perseguição dificulta a articulação da comunidade para pôr fim a esta situação. Por outro lado, é urgente que a prefeitura encontre um caminho eficiente para intermediar definitivamente o referido aterro e punir os responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente”. (Jornal da Associação Cantareira, agosto, 2005)<sup>163</sup>

As ameaças ao meio-ambiente e à vida humana são óbvias de qualquer ponto de vista. Trata-se de atividades fortemente organizadas que expõem os moradores e as forças locais, constringem atuações coletivas na medida em que demarcam e impedem a livre circulação em parcela do território.

Apesar da pouca presença de projetos públicos na área em destaque, esta entra na agenda governamental não pela preocupação com os segmentos ali instalados, mas como parte de outras propostas. Trata-se da presença da área nas discussões e projetos destinados às obras viárias do Sistema Rodoanel, conforme ilustrado abaixo, por jornal da região:

Moradores que estão na possível rota de passagem do trecho norte do Rodoanel ainda não sabem se serão desalojados. O ano de 2012 termina sem que a Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa) tenha definido o traçado da via de 44 quilômetros que ligará os trechos oeste e leste, ligando as conexões da BR 116 e da Rodovia

---

163 A denúncia acima foi relatada na edição nº 71 do Jornal Cantareira, de agosto de 2005, e reportava uma situação recorrente no Jardim Damasceno, na periferia da zona noroeste. O aterro irregular teria começado a operar em 1989.

Fernão Dias, passando por São Paulo, Guarulhos e Arujá, com ligação com o aeroporto de Guarulhos. (...) “Há incertezas também sobre quantas famílias serão desalojadas. O governo do Estado estima 2.500, lideranças de movimentos contrários à obra afirmam que até 10 mil famílias poderão ser retiradas de seus lares. “A Dersa tem um cálculo menor porque suas estimativas são feitas a partir de fotos aéreas que não permitem ver os vários pavimentos de cada imóvel”, alertou, em nota à imprensa, o vereador reeleito José Américo (PT). (Associação Cantareira, dez. 2012).

Há especificidades na pobreza das grandes metrópoles. Nessa direção, há na Região Metropolitana de São Paulo relativa heterogeneidade social inclusive nas áreas da periferia, de modo que às conquistas propiciadas pela urbanização sobrepõem-se novas áreas de ocupações precárias com concentração de extrema pobreza.

Abordar essa heterogeneidade socioterritorial, como avalia Marques (2003) demanda novo marco conceitual em substituição às interpretações dos anos 1970 e 1980 dedicadas à investigação do avanço das periferias. Historicamente, o conjunto da periferia configurava o espaço destinado aos trabalhadores de renda baixa, que ocupavam com suas moradias precárias, sobretudo, loteamentos clandestinos, sem acesso a infraestrutura urbana e serviços públicos (TORRES; MARQUES, 2001, p. 3). Essas ocupações por suas características e necessidades gestaram organizações comunitárias, intensamente apoiadas por diferentes atores sociais e políticos. Desse modo, permitiam surgir o significado político das privações e carências por serviços e bens diversos, constituindo laços de vizinhança que muito contribuíram para as mobilizações e lutas locais.

Em relação às ocupações originárias, é comum a constatação de um cenário da periferia metropolitana com obtenção de melhorias, evidenciando o aumento da presença do Estado, na provisão de serviços e infraestrutura urbana. Conforme os resultados dos últimos dois Censos realizados, os investimentos públicos elevaram as médias de atendimento. No entanto, sem que essas medidas alcançassem os segmentos sociais residentes em determinadas áreas da periferia urbana, como os destacados neste capítulo. Na perspectiva de Torres e Marques (2001) essa condição reitera a necessidade de compreensão do fenômeno da segregação espacial, que se mostra menos em razão da ausência de serviços públicos e equipamentos e mais à qualidade (precária) e à frequência aos padrões de atendimento diferenciais entre as regiões.

Esse comportamento, segundo os autores, representa uma mudança importante em relação às constatações das décadas passadas, demandando novo quadro conceitual para a análise das condições de vida na metrópole e dos segmentos sociais diretamente envolvidos. Esse quadro, para além das mudanças relativas ao perfil da ocupação do território e dos segmentos sociais em questão, sugere mudança quanto às oportunidades de organização social e política presente nesse cenário. Nesse sentido, seriam mudanças quanto à dinâmica das relações coletivas que se tornam influentes no cotidiano das pessoas.

Preocupações semelhantes são destacadas por KOGA (2003) em reflexões sobre territórios da cidade de São Paulo tomados como “mal visto” por suas privações, reforça a autora:

(...) raramente são citados em outras páginas de jornais ou estatísticas. A imagem construída e reconstruída sobre tais territórios frente à cidade faz-se pelo viés da violência, do perigo, da pobreza, da tragédia. Afinal, como podem milhões de pessoas moradoras destes lugares sobreviver a tamanha exclusão? (KOGA, 2003, p. 191).

Na proposição da autora:

(...) a homogeneização desses territórios impede que se descubram valores, símbolos, mecanismos, que regem o cotidiano das pessoas que ali vivem e, surpreendentemente, sobrevivem, constroem, destroem, reconstróem. A trama do cotidiano desses moradores abre um novo olhar que permite ir além do que o senso comum tem insistido em mostrar. (KOGA, 2003, p. 191).

Em perspectiva aproximada à nossa investigação, a autora trata ainda do fato de que “a dimensão subjetiva raramente é considerada na ação pública...” (KOGA, 2003, p. 193). Parece tratar-se da prevalência das informações consideradas de caráter técnico, capazes de classificar, mensurar e divulgar informações que orientam as ações públicas. Assim, preocupações acerca dos sujeitos envolvidos, suas percepções e possibilidades dificilmente compõem os conhecimentos que embasam as decisões e ações públicas. Mas, os próprios espaços de acúmulo de carências constituem, conforme destacado em diferentes análises,

além da expressão da desigualdade no território, a manutenção de espaços que reiteram, por exemplo, a estigmatização. Dito de outro modo, as necessidades de reconhecimento, justiça, tranquilidade e de satisfação consigo mesmo não desaparecem do universo de desejos do sujeito em situação de pobreza, ainda que em recorrente conflito com sentimentos de fracasso e culpa. O sentimento de indignação pela submissão às condições de vida abaixo do razoável reaparece, se encobre e volta a reaparecer nos depoimentos obtidos entre a pobreza extrema. A expressão indignada pelo esgoto que jorra em frente à entrada do barraco, pela dura subida do morro que desliza embaixo dos pés, são queixas comuns entre os entrevistados nesta tese. A essas queixas se combinam a vazão de desejos de acolhimento de sentir-se ouvido e visto pelos agentes do Estado e pelos “outros” que não compartilham da mesma condição de privação social. A investigação desses aspectos demanda o olhar para o mais simples cotidiano dessas pessoas, como propõe Koga (2003): “a dimensão dessa ação cotidiana remete às referências das pessoas, suas relações com os outros, a identidade, o lugar onde se constroem e se reconstróem suas expectativas de vida, suas próprias vidas. “ (KOGA, 2003, p. 194). Assim, conceitos como o de afeto humano – humilhação, desejo, frustração, vergonha, entre outros – serão discutidos ao longo desta tese, restritos à perspectiva sociológica dessa investigação. Mas, isso supõe, antes, algum conhecimento acerca das forças locais atuantes ou presentes na região, manifestações coletivas com as quais os sujeitos possam dialogar ou, ao menos, identificar em suas buscas e possibilidades cotidianas.

Nessa direção, parece pertinente à análise identificar os desdobramentos da política local, o declínio dos movimentos organizados coletivos, as eventuais forças sociais emergentes e lideranças locais, de modo a identificar suas eventuais atuações e contatos com os segmentos alvo dessa pesquisa. Trata-se de aumentar o conhecimento acerca das relações entre as estruturas locais – ou oportunidades e constrangimentos apreendidos por meio dos agentes e forças sociais mencionados – e os sujeitos alvo desta tese. Mas, desde logo, lembrando Lavinias (2007):

(...) os atores são aqueles presentes nas arenas do cotidiano urbano, onde se define, com base na história, na cultura, nas relações econômicas dominantes e na forma de inserção no mundo global, nos padrões de sociabilidade existentes em cada

localidade, o campo de possibilidades para estabelecer convenções capazes de vencer a pobreza. (LAVINAS, 2007, p.2).

Entre os campos de possibilidades de enfrentamento da pobreza, como indica a autora acima buscamos, no próximo capítulo, reconstituir algumas evidências acerca do papel fundamental das esferas governamentais a ser exercitado em contextos como o destacado neste estudo. Buscamos também aumentar a compreensão acerca de parcela das forças sociais presentes na região nas décadas mais recentes.



Vista parcial do *Córrego Bananal*  
Fonte: Cedida por entrevistado.

---

### **RECONHECENDO AS FORÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA REGIÃO: OPORTUNIDADES E LIMITAÇÕES**

Este capítulo trata das forças sociais e políticas encontradas na região da Brasilândia, em específico em Vista Alegre. Menos como um balanço exaustivo e mais como recurso à investigação de suas características e possibilidades frente às carências sociais da pobreza extrema. Trata-se de situar trajetórias e explorar possíveis influências nas atuais relações comunitárias e, sobretudo, na definição de oportunidades aos segmentos sociais em situação de extrema carência.

Por meio desta análise espera-se, ainda, distinguir as mudanças relacionadas às organizações e mobilizações coletivas na reivindicação por direitos sociais. E situar alguns aspectos relativos ao declínio das lutas sociais de origem na região ao identificar forças políticas concorrentes na época e as, posteriores, coalizões de poder pouco oportunas às propostas e demandas dos movimentos (de origem) na região.

Este capítulo identifica, ainda, outras formas de atuação comunitária cujas articulações e apoios constituíram-se em paralelo ao movimento social de origem, tratado no segundo capítulo. Essas formas menos coletivas, a nosso ver, foram motivadas pela combinação de diferentes fatores, tais como: a compreensão diversa acerca do papel da atuação política frente às urgências das privações da comunidade; o descompasso entre o aumento e intensificação das privações sociais e a declarada insensibilidade de parcela das gestões municipais na capital. Além disso, observou-se a aparente dificuldade, por parte das organizações locais em estreitar sua articulação aos movimentos coletivos maiores, como no caso

do movimento por moradia e manter atuação sistemática nas esferas de participação institucionais, como os Conselhos Municipais.

O comportamento destacado acima parece ter contribuído para dificultar o papel político das organizações locais. Esse papel, de fato, não se forja sozinho, mas na cena pública, no diálogo com outros atores, em interações necessárias à conformação dos denominados *campos políticos* (Feltran, 2005) assim considerados pelo autor:

(...) campos políticos em que se projetam as demandas populares, que as demandas provenientes das camadas que reivindicam dialoguem com o senso comum, interfiram nele. [e que, segundo o autor] (possam alterar) “as normas que pautam a sociabilidade e os julgamentos sobre o mundo” visando aprofundar as aspirações democráticas. (FELTRAN, 2005, p. 312).

As noções destacadas por Feltran (2005) lançam luz à compreensão acerca das diferenças entre os movimentos sociais de origem relatados em capítulo inicial e as denominadas micro-organizações comunitárias hoje encontradas na região. Além de sugerirem explicações às crescentes dificuldades em projetar as demandas sociais relativas à pobreza extrema, dificuldades que nos falam da *cena pública assistemática* e da pouca projeção no espaço coletivo dos conteúdos da pobreza intangível. Esses conteúdos resultariam assim pulverizados, conformando intersubjetividades diversas, mas pouco propícias à transformação das necessidades e privações em demandas sociais e políticas.

Os conteúdos aqui abordados resultam de entrevistas com lideranças e representantes de entidades locais selecionadas; matérias dos jornais de bairro, conteúdos retirados de *sites* de organizações presentes no bairro como a Associação Cantareira e a Rádio Cantareira<sup>164</sup> – rádio comunitária – além de estudos acadêmicos e pesquisas destinadas ao tema<sup>165</sup> e, em específico, à região.

---

164 A Rádio Cantareira FM, segundo entrevista realizada foi uma iniciativa da Associação Cantareira atuante no distrito da Brasilândia e encontra-se em atividade, na faixa 87,5FM, desde setembro de 1995, como veículo de comunicação alternativa aos convencionais. Com programação orientada para temas variados e específicos à região, conta com cerca de 40 voluntários. Sua pauta está orientada por projetos desenvolvidos pela Associação Cantareira e pelos comunicadores da rádio, moradores da região. Há espaço à participação da comunidade por meio de telefonemas, cartas ou ao vivo. Esses conteúdos serão mencionados ao longo deste capítulo. Sobre isso ver: Rosembach (2006).

165 Sobre a temática dos movimentos sociais e as possibilidades de construção democrática, nos anos 1990, ver: Feltran (2005).

Espera-se, por meio desta análise, aumentar o conhecimento acerca das iniciativas locais e da dinâmica que possam conferir às escassas oportunidades e aos inúmeros constrangimentos sociais comuns à região. De modo a investigar sua capacidade de responder às necessidades humanas fundamentais dos sujeitos em extrema pobreza, incluindo às intangíveis ou das subjetividades.

#### **4.1 A trajetória das forças locais no contexto da política municipal**

Conforme formulado nos capítulos anteriores, dois processos sociais distintos caracterizam a ocupação da região de Vista Alegre. O primeiro associado às origens da ocupação, com intensa organização e mobilização política na luta por serviços e benefícios públicos coletivos. O segundo característico da expansão desordenada das ocupações, com a crescente precarização das moradias, diversificação das formas de atuação e de busca por benfeitorias básicas, sugerindo menor capacidade e regularidade da mobilização coletiva.

Integradas ao processo social de origem, as lutas coletivas e conquistas sociais em Vista Alegre e adjacências constituíram-se com apoios da igreja católica, lideranças partidárias e estudantis de orientação política de esquerda. Mas, desde sempre enfrentaram restrições por parte das gestões administrativas à época, de seus representantes na prestação de serviços básicos, bem como na câmara municipal, conforme mencionado no capítulo inicial.

Assim, a polarização entre posições ideológicas ou interesses políticos denominados comumente de *direita* e de *esquerda* constituiu-se, desde o início, como parte da história da região. No entanto, a despeito dos esforços e conquistas sociais – obtidos do poder público, por pressão popular – entre os anos 1970 e 1980<sup>166</sup> e ampliados e aprimorados, particularmente, no início dos anos 1990 (gestão Erundina, 1989-1992), a referida polarização política não se superara. Ao contrário, nas gestões Maluf (1993-1996) e Pitta (1997-2000) os conflitos por interesses diversos tornaram-se intensos tendo resultado no recuo do aten-

---

166 As gestões municipais à época referem-se a Olavo Setubal (1975-1978) e Reynaldo de Barros (1979-1982), ambos indicados pelo governo estadual, respectivamente ocupado à época por Paulo Egídio e Paulo Maluf. De forma diversa das anteriores, a gestão Covas (1983-1985) reconhecendo necessidades da região contemplou-a com algumas obras – como o Centro de Cultura da Brasilândia – Rua do Sabão, que não prosseguem na gestão seguinte, Janio Quadros (1986-1988), conforme retomado, de forma breve, ainda neste capítulo.

dimento às necessidades sociais da região, fechando as possibilidades do diálogo político e, conseqüentemente, impondo perdas para a capacidade de mobilização coletiva.

A referida polarização destacada acima, a nosso ver, alcançou seu ápice na região, no início dos anos 2000, sob a gestão Marta Suplicy (2001-2004). Nesse caso, quando, a despeito da similaridade ideológica entre lideranças petistas e comunitárias, os movimentos locais tiveram suas dificuldades de representação popular e de mobilização coletivas intensificadas.

Conforme sugerem matérias jornalísticas à época e entrevista obtida para esta tese, o executivo municipal, imbuído do esforço de aprovar projetos de interesse da gestão na Câmara Municipal, praticou a política de coalizão. Nessa perspectiva, a Administração Regional da Freguesia do Ó (inclui Brasilândia) fora destinada aos representantes históricos do malufismo na região. Assim, esvaziaram-se os esforços e restringiram-se as oportunidades de conquistas esperadas pelos movimentos coletivos de origem. Sem retirar sua importância, esse processo, no entanto, não explica integralmente a situação, fortemente marcada, à época, pelas dificuldades de implementação de mecanismos de participação democrática, como por exemplo, os Conselhos Municipais e de Representantes<sup>167</sup>.

Pesquisa acadêmica destinada à região (GRIN, 2011) corrobora parcela da leitura acima, e associa as dificuldades em manter a atuação dos movimentos organizados na região à perda do controle político – por parte dos vereadores do PT e PC do B – da Subprefeitura da Freguesia do Ó<sup>168</sup>.

Durante a prolongada polarização na região entre representações de *esquerda* e de *direita*, conforme informações reunidas por esta pesquisa, ambas as forças políticas acumulavam desgaste e descrédito. Nesse relativo vácuo de hegemonia da política local iniciava escalada uma terceira força representada na época por candidatos trabalhistas (PTB ou PST),

---

167 Os Conselhos de Representantes, previstos na Lei Orgânica de São Paulo de 1990, como forma de controle social instalado nas subprefeituras, só foram aprovados na Câmara em 2004. Assim como a própria Lei de implantação das subprefeituras, em substituição às Administrações Regionais, só havia sido aprovada em 2002. Entre as discussões sobre o tema destacam-se: Teixeira e Tabagiba (2005).

168 Vale lembrar a importância dessa instância institucional nas decisões e execuções de obras e serviços urbanos de infraestrutura e melhorias locais, desde sua criação e implantação como Administrações Regionais entre os anos 1965 e 1966, conforme Lei 6236/65 e Lei 6882/66, mas, ainda mais, importante nas propostas de participação democrática. Sobre isso ver: Marques (2003, p. 60).

como o deputado estadual Celino<sup>169</sup> e o vereador Claudinho de Souza – atualmente ambos no PSDB. Em apoio mútuo, ambos atuavam na região desde a metade dos anos 1980, vindo a viabilizar o pleito ao legislativo estadual, no caso do deputado Celino, a partir da segunda metade dos anos 1990, e na década seguinte, no caso do vereador Claudinho.

Apoiado desde o final dos anos 1990 pelo então deputado estadual Celino (PSDB),<sup>170</sup> Claudinho viabiliza sua campanha na região, sendo eleito em seu primeiro mandato em 2004, com cerca de 20 mil votos. Em 2012, ao término do segundo mandato e eleito para o terceiro, o vereador representa a principal força política reconhecida nas áreas centrais da Brasilândia e Freguesia do Ó, reforçando a característica de voto distrital. Aparentemente sem “concorrência” expressiva<sup>171</sup>, a não ser pela candidatura também eleita do vereador coronel Telhada (PSDB), que oriundo da região da Freguesia do Ó, além de colega de partido, tem característica de voto menos regionalizado e menor presença entre moradores da região, segundo nossa análise.<sup>172</sup>

A característica de voto distrital na candidatura do vereador Claudinho está expressa na distribuição apurada para o vereador: de seus 37 mil votos, 15 mil, – aproximadamente – se deve ao distrito da Brasilândia e pouco mais de nove mil ao da Freguesia do Ó. O restante distribui-se entre os bairros do Limão, Pirituba e Nova Cachoeirinha, todos na região. Nesse caso, segundo conversas informais, durante as visitas à região, muito mais como decorrência da identificação da pessoa do candidato, há anos em campanha na região, do que de uma atuação partidária de base.

Esse comportamento quanto ao voto associado à pessoa do candidato evidencia a relativa “vitória” do modo personalista de fazer política em relação aos movimentos sociais

---

169 Juscelino Cardoso de Sá (PSDB), tratado por Celino, nasceu em Terra Rica (PR), em 02/12/55. Aos quatro anos de idade mudou-se com sua família para o Bairro de Vila Brasilândia, no Município de São Paulo, onde cresceu e se estabilizou como comerciante, empresário e político.

170 O deputado inicia carreira política na região, eleito em 1988 para a Câmara Municipal pelo PTB, migrando mais tarde para o PST (Partido Social Trabalhista) e posteriormente para o PSDB, sob essa legenda foi eleito em 1994 para Assembleia Legislativa.

171 Embora o Partido dos Trabalhadores – PT tenha elegido no último pleito municipal (2012) o vereador José Américo, com forte representação na Zona Norte, ele não foi citado por nenhum dos entrevistados para esta tese.

172 O coronel Telhada obteve mais de 87 mil votos, desses cerca de 30 mil se distribuem na zona Norte, como um todo, o restante deve-se às demais áreas da capital. Sobre isso: <[www.freguesianews.org.br](http://www.freguesianews.org.br)> .

de origem. E nesse sentido, corrobora a citada ausência de atuação por parte do PSDB, partido do citado vereador, na comunidade. Mas, são determinadas práticas associadas à campanha eleitoral que melhor expressam essa ausência. Trata-se da contratação de cabo eleitoral residente no próprio território, remunerado pelo candidato, com o objetivo de manter seu nome e presença vivos no local. Esse comportamento, comum em outras regiões da periferia da capital, é igualmente identificado na Brasilândia, segundo matéria jornalística.

Eles não escolhem partido político [em referência aos atuais cabos eleitorais da periferia]. Podem ser filiados ou não. A cada dois anos, aproveitam a campanha para ganhar um dinheiro extra como cabos eleitorais.” (...) ‘todo vereador vai atrás de uma liderança, porque senão ele não entra na comunidade’, diz Chico Loco. ‘Contrato aquelas mulheres que fazem bandeirada. Se não é uma pessoa como eu, que não tem medo de entrar na comunidade, não teria isso na rua hoje.’ (O ESTADO DE S. PAULO, 09/09/2012)<sup>173</sup>.

Diverso vem se tornando o modo de fazer política na região, sem a expressão de ideais e princípios políticos-ideológicos, e suas evidentes perdas acarretadas à organização e mobilização comunitária. Além disso, práticas como as destacadas no parágrafo anterior devem contribuir para explicar a ausência na agenda política das demandas relacionadas às carências extremas referidas a áreas específicas, como é o caso do Jardim Paraná, ocupação irregular, de extrema precariedade na Serra da Cantareira, contígua à Vista Alegre.

Do mesmo modo, em análise breve acerca do perfil de atuação do vereador Claudinho, para esta tese, pode-se dizer que este não desconsidera as questões coletivas, relacionadas às melhorias urbanas na região. Mas essas questões, não chegam a responder, em específico, às urgências dos mais vulneráveis, muito distantes socialmente desse contexto. Essas carências extremas, narradas no capítulo anterior, apesar de comprovadas pela realidade local parecem não encontrar expressão significativa na agenda formulada pela política

---

173 O despachante Geraldo Barreto, conhecido como Chico Loco na Associação de moradores do Jardim Paraná, na Serra da Cantareira, segundo matéria jornalística cobra entre 3 e 5 mil mensais para coordenar as equipes locais. Filiou-se ao PSC, por influência do ex-vereador Hanna Garib – acusado de envolvimento com a “máfia dos fiscais”, em 1998. Nas eleições passadas Chico Loco trabalhou para o vereador do Juscelino Gadelha (PSB); Naomi Nonato (PSB) e Nelo Rodolfo (PMDB). Sobre isso ver: Cabos eleitorais cobram R\$ 200 mil para abrir as portas de comunidades. Jornal O Estado de São Paulo. Caderno Eleições 2012. 09/09/2012;p. 2.

institucional<sup>174</sup>. Essa agenda se volta às áreas centrais da região ou a suas demandas coletivas mais gerais, como a extensão da Linha 6 do Metrô; a ampliação de linhas de transporte coletivo, a abertura de avenidas de fundo de vale entre outras<sup>175</sup>. Essas reivindicações são fundamentais às necessidades do conjunto da Brasilândia, mas em nenhum momento constaram das demandas e necessidade expressas pelas famílias entrevistadas, como provável efeito da segregação característica dessa área hiperperiférica e de sua relação com a pobreza extrema.

Desse modo, as necessidades associadas à extrema pobreza parecem ser tratadas menos como demandas formuladas, sendo colocadas, ora na expressão de denúncias, ora como ações públicas emergenciais. No caso das denúncias isso fica demonstrado pelas matérias e depoimentos da rádio comunitária do local – Rádio Cantareira, das publicações da Associação Cantareira<sup>176</sup> e, em menor medida, nos conteúdos do jornal de bairro, Freguesia News. No caso das ações de emergência, essas ficam restritas às ações da Defesa Civil, com forte atuação de moradores da região, e aos setores municipais da habitação e da assistência social. E, de forma praticamente pontual aparecem algumas ações por parte da Subprefeitura da Freguesia do Ó, relacionadas às situações de risco.

As ações emergenciais não conformam necessariamente oportunidades para os segmentos em extrema carência, embora sejam indispensáveis diante da gravidade das situações. Essas oportunidades aparecem, em alguma medida, sugeridas por ações locais promovidas por antigas entidades de caráter comunitário oriundas dos movimentos sociais das décadas passadas.

Essas entidades, por meio de um trabalho sistemático e integrado ao cotidiano da comunidade, são buscadas por parcela desses segmentos. Seu alcance não corresponde, evidentemente, à magnitude das privações, que são diversas e sobrepostas, mas há indícios

---

174 Entre os projetos de lei votados pelo vereador Claudinho, no último mandato concluído, além de mudanças em nomes de ruas e praças, merecem destaque as lutas pela extensão do metrô Linha 6 à Brasilândia. Ao lado, ainda, da especificação no Plano Diretor do município de área urbana, próxima à Serra da Cantareira, na extrema periferia da Brasilândia, como Zona especial de interesse social – ZEIS. Sobre isso ver: <[www.camara.sp.gov.br/atividade-legislativa/projetos](http://www.camara.sp.gov.br/atividade-legislativa/projetos)>

175 Sobre isso ver: <[www.freguesianews.org.br](http://www.freguesianews.org.br)>.

176 Essas organizações serão abordadas ainda nesse capítulo. Trata-se de denúncias como áreas em risco de desmoroamento; descarte de lixo por parte de empresas de coleta em áreas da serra da Cantareira; falta de vagas em creches, ausência de coleta de lixo urbano; entre outros.

nesta tese de que as entidades de origem local, constituídas coletivamente e geridas por lideranças comunitárias, viabilizam respostas substantivas às demandas intangíveis e – de forma compreensível – modestamente, à parcela das tangíveis. Na forma de relacionamentos e atendimentos materialmente insuficientes, mas que não desconhecem as condições intangíveis do sujeito em privação, bem como suas possibilidades e limitações, conforme tratado ao término deste capítulo e retomado no próximo.

Assim, o detalhamento que segue refere-se ao esforço deste capítulo, na reconstituição da trajetória das forças políticas e sociais e na apuração das atuais formas de organização e expressão coletiva. As experiências e conteúdos encontrados sugerem pouca aderência às demandas características da pobreza extrema, levando a crer que a periferia da Brasilândia conta com algumas forças sociais com relativa organização, voltadas aos interesses coletivos, mas fragmentadas. E, sobretudo, com poucas possibilidades de atuação sistemática e profícua diante da intensidade das carências e privações, típicas da hiperperiferia.

Nesse sentido, essas necessidades extremas parecem não ter representação no campo da política institucional, que vem sendo praticada no território. Assim, restariam as organizações gestadas na própria comunidade e seus atendimentos de caráter quase emergencial, praticados como assistência básica, mas sugerindo o apoio e estímulo aos eventuais esforços por alguma emancipação aos sujeitos atendidos.

#### **4.2 A política institucional no território: limites e possibilidades às forças locais**

Desde a origem do bairro, tinha-se, de um lado, a militância partidária de esquerda, orientando sua atuação pela relação de proximidade com as lideranças locais, inserindo-se no cotidiano do bairro e dialogando com as possibilidades de seus sujeitos. De outro, a presença de forças políticas institucionais, tradicionalmente à direita, hegemônicas na Câmara Municipal e no governo, identificadas como tal por parcela das lideranças locais atuantes na época e, facilmente distinguidas da militância partidária atuante na região.

Dos vereadores nunca tivemos ajuda! [em referência ao conjunto da Câmara Municipal] Os que ajudaram – e foi na organização dos trabalhos, lá atrás, no início... – foram: o Nivaldo Santana (PC do B) José Laurindo (PC do B), Henrique Pacheco (PC do B), a Tereza Lajolo, a Aldaíza Sposate (PT). Foi no apoio [trazendo] com

advogado para legalizar terrenos, as obras [moradias autoconstruídas] ...e no acesso à prefeitura. Eram apoios políticos, mas, era mais do que isso [reforça a entrevistada]: a “Tereza (Lajolo) era uma amiga, não era uma política, tinha proximidade e confiança nas relações” (Dona Zita, liderança).

O sentimento de confiança no apoio político recebido, destacado pela entrevistada, contribuía definindo condições à formação pessoal e política das lideranças locais. De modo a que se tornassem os principais responsáveis pelas negociações com o poder público, conforme o resgate do diálogo abaixo, lembrado por nossa entrevistada.

Ele [em referência ao vereador Henrique Pacheco] falava para mim: você, é que vai apresentar as reivindicações ao prefeito (na época, Reinaldo de Barros). Eu falava pra ele – eu não sei falar. E ele falava: sabe sim, você tá falando! Vamos treinar, fala para mim. E eu falava. E ele: espera aí, você vai falar tudo o que precisar, mas chamando o prefeito de ‘vossa excelência’. [nossa entrevistada]: E pra eu conseguir?! Foi um esforço muito grande, no começo, mas eu fui! (Dona Zita, liderança)

Além da formação política, associada à forma de atuação, a qual as lideranças eram levadas a desenvolver, ocorria que as necessidades e privações eram formuladas e apresentadas coletivamente como demandas. A importância em constituir demandas sociais evidentemente varia segundo a força política alcançada, portanto sem garantias de sucesso. Mas há nesse mecanismo certa capacidade em conferir reconhecimento/relevância às tais carências explicitadas. Mas há, sobretudo, a oportunidade de exercício da condição de sujeito para aqueles que as formulam e as apresentam. Nesse sentido, talvez criando condições propícias à chamada *internalização* [do conceito] de direitos por parte desses sujeitos, conforme tratado no primeiro capítulo, em referência a Bobbio (2000).

Por outro lado, a despeito da organização e mobilização popular, as regras da política institucional nacional e municipal, na época, impunham-se limitando as representações alinhadas às demandas populares. Prefeitos indicados durante todo o período militar estendiam sua influência política aos diferentes distritos da cidade, garantindo aliados locais, em especial por meio das representações na Câmara dos Vereadores. No caso, da Brasilândia – região contígua ao distrito periférico da Freguesia do Ó, essas representações, ao que sugerem as informações, seguiam as conveniências da administração pública, seus pactos de

interesse, definindo o caráter da expansão desordenada das periferias, destacadas no primeiro capítulo.

Vale lembrar que o Partido da Arena mantinha a hegemonia na Câmara Municipal entre os anos 1960 e 1970 e que não havia pauta política favorável aos interesses populares<sup>177</sup>. Em novembro de 1979, o Congresso Nacional sanciona medida institucional consoante ao movimento de distensão autoritária nacional, pondo fim ao bipartidarismo. Os vereadores da Arena migram para o PDS e os do MDP ao PMDB, mas a composição da Câmara para os eleitos em novembro de 1982 segue, como tal, até dezembro de 1988, configurando um único mandato.

A prevalência das forças à direita impõe-se também nos resultados do primeiro pleito eleitoral – em novembro 1985 – tendo sido eleito prefeito Jânio Quadros. Sua gestão acentuaria a política de privilégios contraposta ao abandono das periferias. De um lado, prevaleciam as grandes obras de engenharia, com gastos excessivos, questionados posteriormente e, de outro lado acentuava-se a paralisação de serviços e obras sociais na periferia. Como fora o caso das creches, escolas e hospitais, pronto socorro e postos de saúde, totalizando 76 obras sociais interrompidas, conforme balanço da gestão posteriormente eleita<sup>178</sup>.

Ao executivo municipal, refratário às demandas sociais, somava-se a representação na Câmara não identificada com mandatos populares democraticamente constituídos, mas nem por isso, composta por vereadores ausentes na periferia. Ao contrário, esses vereadores parecem ter sido bastante atuantes, sob a forma da conhecida política clientelista, como o exemplo abaixo:

A Freguesia sempre foi reduto da direita, principalmente malufista. (...) O Viviani [vereador José Viviani Ferraz] já era conhecido na região. Ele tinha um escritório por aqui (entre a Freguesia e a Brasilândia) e funcionava assim: fazia fila lá fora e as pessoas vinham pedir coisas – Sr. Viviane, eu to com meu aluguel atrasado, ... eu to sem comprar meus remédios; eu to precisando de uma dentadura”. E ele mandava atender. Ele foi o cara que entrou com a promessa de moradia na região. Era gestão Quércia [governo estadual], em 1987. Mas ele não trouxe nenhuma uma casa sequer. (Celio Pires, editor do jornal Freguesia News e morador da região).

---

177 No período entre os anos de 1969 a 1973, incluindo os suplentes que assumiram o cargo, 20 deles pertenceram à Arena e 16 ao MDB.

178 Sobre isso ver: Patarra (1996, p. 46).

A antiga política clientelista de fácil visibilidade, com resultados imediatos no plano individual foi garantia de projeção e popularidade do vereador acima citado. Fortemente apoiado pelo voto de característica distrital, o vereador manteve sua influência se reelegendo, em 1994, com cerca de 10 mil votos na região. As práticas clientelistas acima citadas eram, ainda, facilitadas pelo controle do então vereador sobre a Administração Regional – AR da Freguesia do Ó, antes mesmo de sua eleição à Câmara<sup>179</sup>. E suficientes para manter sua presença na câmara no início dos anos 2000, com novamente cerca de 10 mil votos, predominantemente obtidos na região. Em matéria à época no jornal Folha de São Paulo, quanto às prioridades de mandato dos recém-eleitos, não havia nenhuma destacada pelo vereador Viviane Ferraz<sup>180</sup>. Mas, há herança política repassada a seu filho, José Viviane Ferraz Jr, em campanha na região.

Nesse sentido nota-se que, mesmo diante das condições favoráveis à participação coletiva e, em específico, à região, constituídas na gestão anterior – Luiza Erundina (1989-1992) – essas não teriam sido suficientes para desacreditar as práticas clientelistas. Nesse caso, sugerindo ser a política institucional, no plano regional, fortemente marcada pela atuação dos vereadores no território, entre outras possibilidades.

A gestão Erundina fora citada espontaneamente pela liderança histórica entrevistada: “Quando ela assumiu, dois dias depois, ela estava aqui para definir junto com a gente as prioridades da comunidade. (...) Foi a única gestão que decidia as coisas com a comunidade, que ouvia a comunidade, que tinha prática democrática.” (Dona Zita, liderança)

Embora haja evidências de que, durante a gestão Erundina, a Zona Norte tenha recebido menos ações e benefícios sociais do que a Zona Sul e Leste,<sup>181</sup> as formas de atuação política do executivo municipal parecem ter compensado tais resultados. Além das relações de diálogo e entendimento com as organizações locais<sup>182</sup>, obras tanto de construção como de reformas ou melhorias, tais como as das escolas e, principalmente de creches foram retomadas e ou concluídas à época. A Escola Municipal de Primeiro Grau João Amos

---

179 Sobre isso ver: Couto (1995).

180 Saiba quem são os novos vereadores de São Paulo. *Folha de S. Paulo*. Cotidiano. 20/10/2000.

181 Sobre isso ver: Patarra (1996).

182 Sobre as relações entre a participação popular na gestão Erundina ver: Cavalcanti, G.CV. Uma concessão ao passado: trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo – UMM. FFLCH/USP, 2006.

Comenuis<sup>183</sup>, em Vista Alegre e equipamentos sociais como o Centro de Cultura Popular, estão entre essas obras. Também, os itens que compunham a merenda escolar foram ampliados (incluindo além do café da manhã, o almoço) e, sobretudo, garantidos como rotina, representando enorme ganho à região pela presença elevada de crianças, perfil que segue até os dias atuais.

Além disso, conquistas como as do Hospital e Pronto Atendimento de Vila Nova Cachoeirinha (1991), Hospital Geral de Vila Penteado (1990) Governo Quércia, Hospital de Taipas (1991) foram viabilizadas no âmbito da gestão municipal em diálogos junto à instância estadual, na época governo Quércia (1987-1990), e posteriormente, Fleury (1991-1994).

As conquistas haviam representado avanços na região, incluindo a recuperação e inauguração do equipamento social destinado ao Centro Comunitário de Vista Alegre – hoje ocupado pelo Centro de Referência da Assistência Social – Cras e as melhorias nos serviços urbanos, além de algumas obras de habitação por mutirão e regularização fundiária. Mas, sua continuidade nas gestões seguintes voltaria a representar enorme desafio.

Elegia-se em 1992, para prefeito do município, Paulo Maluf configurando momentos críticos para a região da Brasilândia, mas em especial para sua periferia extrema. Maluf, quando governador do Estado, em 1982 havia reprimido com força policial uma mobilização coletiva promovida na região em demanda à construção de um Pronto Socorro no bairro, até então inexistente. Esse episódio ficou conhecido na Brasilândia como a “*Pancadaria da Freguesia*” já que a violência sobre os manifestantes se deu em frente à Administração Regional da Freguesia do Ó, local onde a reivindicação estava sendo encaminhada.

É sob essa memória da década de 1980, que ambos os lados – movimento comunitário e prefeitura municipal – retomam a relação, ou melhor, prosseguem a ausência de relação existente. Essa condição representou a atribuição de novas e onerosas tarefas ao movimento organizado além dos esforços em manter ideais de luta a despeito da ausência de interlocução com o poder público. A qualidade das relações políticas não se definia em

---

183 Situada na Rua Ibiraiaras prossegue como um das escolas de ensino fundamental da região. Sobre isso ver: Patarra (1996, p. 75;102;139).

patamar razoável ao amadurecimento da participação democrática, afetando negativamente os movimentos locais e, sobretudo, seu caráter e estatuto político<sup>184</sup>.

### **4.3 A produção de alternativas locais: recurso ao fechamento do diálogo político**

As restrições locais impostas pelas gestões consecutivas de Maluf e Pitta afetaram de forma contundente a comunidade e sua capacidade de mobilização coletiva, assim, como a outras organizações e movimentos sociais na periferia da capital<sup>185</sup>.

O comportamento autoritário, por parte de ambas as gestões, frente às organizações coletivas, cerceia as ações em curso nas periferias da capital. As evidências de desmonte das ações e representações coletivas durante as gestões Maluf e Pitta são observadas na relação estabelecida com os conselhos populares. Um dos exemplos foi o Conselho de Educação, cuja estrutura colegiada que organizava a gestão da Secretaria foi, nessa época, abandonada (SILVA, 2002, p. 40), outro foram as interrupções das obras de mutirões de moradia.

Em nossa região de estudo além da ausência de diálogo com as lideranças locais que sequer eram recebidas, segundo nossos entrevistados, o desmonte fazia-se sentir na área social. O destaque, obtido em nossas entrevistas, referia-se aos atrasos e à diminuição no repasse dos recursos destinados às creches e a manutenção de serviços urbanos básicos a cargo da Administração Regional.

O Governo Pitta quase acabou com a gente. A entidade sobreviveu pela estrutura que já tinha, com os apoios que já tinha. Nós éramos massacrados. Os fornecedores [mercadinhos da região], porque conheciam a gente, aceitavam entregar e a gente pagava depois [em referência a mercadinhos locais que abasteciam parte da merenda nas creches]. A gente fazia bazar, bingo, rifa, para complementar o que não vinha do governo. Era trabalho e mais trabalho, não sobrava tempo para mais nada. (Dona Zita, liderança).

---

184 Sobre o tema ver: Feltran (2005) que discute o esvaziamento do estatuto político dos movimentos sociais associado ao recuo da conflitividade social no final dos anos 1990, como insuficiência dos espaços participativos abertos “no interior da poliarquia.” E que configuraram o encolhimento da política na sociedade como um todo. O conceito de poliarquia atende ao propósito do autor em demonstrar a prevalência de parte dos interesses de alguns segmentos sociais em relação aos interesses populares, a despeito dos espaços de participação constituídos.

185 Sobre isso ver: Cavalcante (2006).

O abandono por parte do poder público às funções básicas relativas à viabilização dos direitos sociais na periferia, aliado à ausência de diálogo com os movimentos, gerava entre as lideranças locais a certeza da necessidade de promover as soluções por conta própria, mas na esfera da sociedade. Essas soluções dirigiam-se à promoção de novas vagas em locais a serem adaptados como creches, à manutenção e ampliação dos serviços médicos da rede hospitalar implantada na região, sinalizando a existência de esforços próprios empenhados na criação e ampliação de pequenas estruturas de oportunidades locais e realização dos direitos sociais. Assim, como na narrativa abaixo, obtida nas entrevistas realizadas com dona Zita Vidal:

A gente viu o português que vendia batata para creche, e falamos: ‘seu’ Manuel e aquele prédio do senhor que está abandonado? Tá juntando marginal ali, o senhor não vai fazer nada? Ele então falou: vocês estão muito incomodadas, então compra. Eu vendo. (...) A gente não podia perder essa chance... a gente negociou, negociou. Foram 2 anos pagando: fazendo rifa, bingo, bazar, buscando doações, levantando dinheiro de todo lado. Hoje é onde funciona a creche Maria das Dores I, tudo feito com recurso da comunidade (Dona Zita, liderança).

A criação de estruturas de atendimento, por esforços da própria comunidade, que percebe as oportunidades existentes, de um lado, parece decorrer do sentimento por parte de suas lideranças quanto à capacidade em fazê-lo. Conforme pontua nossa entrevista no contexto dessas realizações, situadas após duas décadas de formação política e de lutas na região: “não tinha o que eu não pudesse dar conta. Eu achava que podia dar conta de tudo...(...) mas sempre no coletivo, nunca trabalhei sozinha.”(Dona Zita).

Lembrando, no entanto, que esse sentimento de “ser capaz” fora desenvolvido pela entrevista em seu percurso no contexto das relações coletiva. Já que nossa entrevistada deixara claro em seus depoimentos (tratados no primeiro capítulo) que era uma jovem analfabeta, muito pobre, e com muita vergonha de sua situação, quando abordada pela primeira vez no final dos anos 1960 pelas freiras que atuavam na região. E que precisou se esforçar muito, que seu maior esforço foi o de *mudar por dentro [sic]*, mas, somente porque estimulada por interações e situações do coletivo. De modo a levá-la a aceitar que tinha que conviver com muita gente e ainda assim se posicionar, se relacionar e agir, ou seja, ser sujeito e agente social. Para além dos sentimentos de vergonha – lembrando que nossa entrevistada “se fe-

chava” em seu barraco e se “escondia com os filhos”, conforme depoimento – mostrar-se no coletivo e, a partir dessas relações, ou da intersubjetividade, desenvolver e agregar capacidades fundamentais à própria identidade.

Assim, o sentimento do qual nos fala nossa entrevistada: de que não havia nada de que não pudesse dar conta – só fora “encontrado”, dentro de si mesma, a partir de sua relação ativa e intencional com seu contexto. Isso sugere a necessidade de certas condições tanto no contexto social quanto à condição do sujeito, o que será retomado no próximo capítulo.

O esforço por empreender iniciativas locais no enfrentamento das necessidades sociais ou de constituir oportunidades foi reiterado por outra entrevistada com características um pouco diversas. Essas forças sociais tomavam forma nas relações e contatos mobilizados por iniciativas individuais, por parte de lideranças locais, motivadas por carências e urgência da região, sobretudo nos cuidados com as crianças. Conforme já citado, era necessário responder às situações limites em que mães trabalhadoras deixavam seus filhos durante todo o dia sozinhos nos barracos ou com vizinhos em situações de extrema carência e risco. Assim, nas palavras de dona Lourdes (dirigente de creche conveniada, identificada anteriormente):

Coisas começavam a acontecer: a mãe saía pra trabalhar (porque não tinha jeito) e os menores ficavam com o maiorzinho [em referência a crianças cuidada por irmãos de sete ou oito anos de idade]. Um dia, um pôs fogo no barraco, que estava trancado, com cadeado e o de sete anos que tirou os menores pela janela.” Não podia continuar assim. Eu já cuidava de cinco ou seis crianças de vizinhos. Então, decidi que precisava de um espaço para isso e de condições. (Dona Lourdes).

A entrevistada segue narrando seus esforços pessoais para construir cômodos acima da sua casa, trazer vizinhas como voluntárias e buscar instituições de apoio. Nesse caso, por perfil político dessa liderança – ligada a deputados de partidos trabalhistas – de forma independente das organizações e reivindicações políticas existentes na época na região. De modo que, desde os anos 1980, a entrevistada buscara por apoios diversos, fora da política local.

‘Eu tinha uma amiga que tinha uns conhecidos no Rotary Clube e que me apresentou. Do mesmo jeito consegui um contato com a Maçonaria, juntando tudo isso, mais os Bingos e bazares que a gente fazia e também as doações que algumas famílias que estavam melhorzinhas consegui construir esse prédio aqui [referindo-

-se à atual creche, hoje conveniada com a prefeitura].’ E daqui saíram advogados, administradores de empresa, dentistas e até médico e são eles que mais me ajudam hoje. (Dona Lourdes).

Seria a partir de relações de apoio local, acrescidas de outras fora da comunidade, que antigas lideranças garantiriam a manutenção e ampliação de serviços como os de creche e assistência familiar. Essa estratégia, no passado, uma emergência, configura-se como a alternativa diante da baixa efetividade da pressão política local e das respostas por parte das gestões Maluf-Pitta.

Essa condição evidentemente refletia a posição de ambas as gestões no conjunto da periferia. De modo que estudos salientam que os movimentos organizados enfrentaram esse período com:

(...) muita decepção e forte resistência (...). Esse período foi de profundos desmanches da luta que se constituía anteriormente, e houve inúmeras dificuldades para o movimento manter a organização de base e as articulações que lhes permitiam se projetar na cena pública. (FELTRAN, 2005, p. 330).

O autor, por fim, reflete que apesar das lutas cotidianas, esses sujeitos foram pouco vistos em público a partir dos anos 1990, fazendo predominar o sentimento da ausência de alternativas à transformação “o que produziu muitos consentimentos, ainda que sob muita decepção e frustração...” (FELTRAN, 2005, p. 331). Por consequência o que se tem, na percepção do autor, é um sinal de esvaziamento político produzido nas últimas décadas, pós 1990.

Direção semelhante é apontada por nossas investigações, que sugerem terem as alternativas e esforços da comunidade organizada ocupado o campo deficitário da ação pública na região. Esse comportamento teria deixado, em lugar do sujeito político, que reivindicava e transmitia coletivamente a noção de direitos, o agente executor, envolvido diretamente em parcela dos serviços fundamentais à comunidade, sobretudo os serviços de creche. Esses agentes comunitários, além de atuarem diretamente com as crianças, acabam fazendo o diálogo com as famílias, na função de assistência às necessidades intangíveis, conforme observado nesta tese.

Vale lembrar, conforme primeiro capítulo que, os direitos sociais inscrevem-se no âmbito das obrigações imperfeitas – dimensão na qual há a identificação por parte de quem reivindica sem, no entanto, correspondência direta a quem deve realizar esses direitos, conforme Vita (1999). Nessa direção, essa identificação ou atribuição seria possível somente a partir de uma construção coletiva. Não sem razão, a concepção dos direitos, conforme Bobbio (2000) nasce das ideias transformadas em estatuto da lei, mas suas garantias supõem que sejam *interiorizadas* pelos sujeitos. Assim sendo, essa concepção supõe sujeitos que possam fazê-lo, mas evidentemente, somente no campo coletivo ou da ação política que envolva e promova intersubjetividades. As condições de *interiorização* são dadas somente por algum grau de fruição social das ideias em questão, pelo diálogo, pelas relações sociais e políticas, cujo teor remeta às possibilidades de *emancipação* características da identidade humana, tal qual resgatado no primeiro capítulo (Lima, 2010). Nesse sentido, a ausência do *campo político* – a que se referia Feltran e que reconhecemos também nesta tese – talvez constitua um dos meios de propagação silenciosa das perdas e privações sociais intangíveis. Nesse caso, presentes e intensamente representadas em contextos de *hiperperiferia* como aqui investigado.

Retomando, as referências citadas pela entrevistada, quanto aos esforços na busca por apoio local, demonstram a existência de algumas oportunidades locais à época mobilizadas pelas lideranças locais, mas também indicam implicações diversas. De um lado, representam a dedicação em torno da manutenção de conquistas efetivadas no passado, como no caso de creches públicas já estabelecidas. Mas, de outro lado, parecem contribuir para o redirecionamento das formas de atuação, em que as reivindicações coletivas, percebidas como ineficazes diante do poder público insensível aos direitos sociais, tenderiam de forma crescente a serem substituídas por atuações e iniciativas quase individuais. Ou seja, na ausência do diálogo, diante da urgência social, montam-se e conformam-se alternativas a despeito do poder público, mas não na escala necessária, tampouco na segurança de continuidade, capaz somente em políticas de Estado. Mas, sobretudo, onerosas às lideranças que passam a se dedicar quase exclusivamente à manutenção dessas relações de apoio informais, indispensáveis à continuidade dos serviços em curso, principalmente os destinados às crianças, adolescentes e seus familiares. Portanto, iniciativas perversas ao estatuto político das organi-

zações locais e a construção do campo político, aprofundando o sentimento acerca da falta de alternativas às extremas privações sociais. Em verdade, porque são sujeitos que com muito esforço realizam, mas pouco resulta diante da amplitude e profundidade das privações locais.

A consciência dessa experiência é clara no depoimento de dona Zita, lideranças históricas na região, responsável pela formação e gestão (parcial) de quatro creches e duas instituições de formação em contra-turno escolar para adolescentes e jovens. Na fala da entrevista:

Eles [em referência às gestões municipais à direita] foram muito espertos, deixaram a gente responsável por tudo, pela gestão, prestação de conta, documentação... [em referência às creches conveniadas]. Não sobra tempo para nada. Vai organizar a comunidade, vai fazer política como... desse jeito? (Dona Zita, liderança).

Tratava-se de assegurar as conquistas alcançadas com décadas de muitos esforços. Esse comportamento representou ainda mais esforços, até hoje contínuos e, em alguns casos, aprofundados, diante do contexto local típico da extrema periferia, com sua distância dos centros, das oportunidades e, de certo modo, da visibilidade pública.

Esses esforços prosseguem até os dias atuais, incorporados como parte da atuação das antigas lideranças que dedicam sua experiência, esforços e relações sociais à gestão das entidades locais – ONGs<sup>186</sup> e à formulação de projetos destinados a agentes financiadores como o Sesc, a Fase, o Instituto Polis entre outros mencionados nos depoimentos.

Diante de esforços contínuos e das dificuldades na disponibilidade e formação de novos quadros<sup>187</sup>, parcela das ações empreendidas, ao que sugerem os depoimentos, fazia-se, cada vez menos articuladas às reivindicações políticas mais amplas.<sup>188</sup> Essas lutas sociais crescentemente organizadas seguiam no município, agregando regiões e ampliando suas formas de articulação nas duas últimas gestões – Maluf e Pitta. Nesse caso, como estratégia

---

186 Essa tese corrobora as noções destacadas em Feltran (2005) em referência à Teixeira (2000) quanto à heterogeneidade do terceiro setor que agrega de fundações empresariais, religiosas a movimentos populares locais de diferentes tipos.

187 Hoje comprometidos na gestão das instituições locais e conselhos, fundamentalmente o Conselho Tutelar além de voluntárias da Defesa Civil.

188 As participações em movimentos sociais amplos, como movimentos por moradia e conselhos, encontravam-se dificultadas pelo envolvimento com questões cotidianas na manutenção de atendimentos e serviços como os de creche e assistenciais.

de pressão sobre o poder público, como exemplificou a existência do Fórum dos Mutirões; e a intensificação da articulação da União dos Movimentos por Moradia UMM (CAVALCANTE, 2005, p. 80).

As alternativas na região pesquisada seguiam cada vez mais dependentes das redes de solidariedade, definidas quase que integralmente por iniciativas das lideranças locais. Essas estratégias eram, em parte, sintoma da inviabilidade de respostas às necessidades sociais, na gestão local à época. Mas, de outro lado, também estiveram associadas ao entendimento restrito do “fazer política”, por parte de outra liderança local, com trajetória de apoio na forma de “trocas de favores” aos antigos candidatos trabalhistas. E, sobretudo, sem participação sistemática nas mobilizações locais e sem articulação com os movimentos sociais das décadas anteriores. A provável referência a essa situação, obtida em entrevistas com uma das lideranças locais aqui identificadas, refere-se a nossa solicitação para que a mesma falasse sobre suas opções políticas. A entrevistada declara sua convicção pelo voto nulo e seu descrédito generalizado com a política, expressando, em especial, sua decepção frente à gestão Kassab:

Eles [candidatos] precisam da gente, a gente tem as bases na mão. Mas aí entra lá e não faz nada! Acho até que eles têm tanto medo da gente que põe coronel<sup>189</sup> na subprefeitura [referindo-se à gestão Kassab, então em curso]. Isso deixa a gente muito triste, quando um político promete o mundo na hora do voto e depois põe um coronel lá! Hoje, eu voto nulo (...) ‘A pobreza é uma bolinha que eu [no caso, os candidatos da política local] quero ter na minha mão. É voto!’ Aqui tem o Claudinho e deputado Celino, mas eles não vêm na comunidade. Se ele tem boas intenções, isso todo mundo tem! (risos) Mas, ele (Claudinho) faz a parte que aparece mais no centro (da Freguesia e Brasilândia) e a periferia vai ficando. Mas eu sou da comunidade, tenho que estar lá na hora da reunião?! (referindo-se ao orçamento participativo) o que vem pra Subprefeitura é verba para os setoriais (saúde, educação), o coletivo (urbanização) não vem – eu não vou mais, já estou doente e os eleitos são eles, eles têm que ver [viabilizar] isso. Já passamos (as reivindicações) para eles e eu não só bolinha [referindo-se à manipulação da pobreza pelo poder]. Não vou mais. (Dona Lourdes, dirigente de creche local).

---

189 Era Subprefeito da Freguesia do Ó, na época, o Sr. Valdir Suzano, 65 anos, Coronel da Reserva da Polícia Militar. Bacharel em Direito. Tendo sido Comandante do 3º Batalhão do Choque, Corregedor Adjunto da Corregedoria da PM e Comandante do Policiamento Metropolitano (Capital e mais 38 municípios).

A posição da entrevistada quanto ao abandono da região pela administração pública é, em parte, corroborada pela percepção do editor do jornal local, quando esse nos diz que o que mais funciona na região são os Conselhos Municipais de Segurança – Conseg. Na percepção do entrevistado, esses (conselhos) por serem de interesse amplo e terem participação obrigatória da área de segurança pública, acontecem de fato. Mas as questões em pauta, segundo nossa compreensão, não se referem ao extremo da periferia e seguem atentas às áreas urbanizadas, sobretudo da Freguesia do Ó.

Constitui indicativo do comportamento acima, referido pela entrevistada, o balanço das metas previstas e não realizadas na gestão Kassab que incluem três novos hospitais prometidos (um deles na Brasilândia) e os 66 quilômetros de corredores de ônibus que não saíram do papel, além do aumento das vagas em creches:

A promessa de zerar o déficit de creches na cidade esteve longe de ser cumprida, Kassab deixa a prefeitura com 94 mil crianças na fila por uma vaga. Em dezembro de 2008, aguardavam lugar 62 mil crianças. Hoje estão matriculadas 214 mil. No começo da gestão, 96 mil crianças estudavam em creches da prefeitura. (Associação Cantareira, 2012).

Outras fontes corroboram a demanda por creche pública, não atendida, nas referências à matéria abaixo:

A demanda é muito alta e não temos vagas suficientes. Acredito que mais de 10 mil crianças estão sem creche na Região Brasilândia. O ideal é que a prefeitura construa novos prédios e assuma a administração das CEIs, pois só ter creches em entidades conveniadas não resolve, embora façamos o melhor trabalho possível”, opina Zita Vidal da Silva Andrade, presidente da entidade Obras Sociais do Jardim Vista Alegre. [o que é complementado na mesma matéria jornalística] Dados da Secretaria Municipal da Educação (SME) divulgados em junho de 2009 indicam que 119 mil crianças estão matriculadas em creches conveniadas ou administradas pela prefeitura. Nas 100 creches coordenadas pela DRE da Freguesia/Brasilândia estudam mais de 8.400 crianças.<sup>190</sup>

---

190 Urgente: a Brasilândia precisa de mais creches. Por Daniel Gomes, pela Pastoral da Brasilândia. 02/julho 2010. Disponível em: <[http://pjbrasilandia.wordpress.com/região\\_episcopal\\_brasilândia](http://pjbrasilandia.wordpress.com/região_episcopal_brasilândia)> Acesso em: jan. 2012.

#### 4.4 As mudanças nas organizações locais de origem

Findada a gestão Pitta e todas as restrições que essa havia significado, a recuperação possível para a organização coletiva na região, parecia fazer sentido com o início da gestão Marta Suplicy (2001-04). Seria a oportunidade da revalorização das conquistas do passado e do avanço das demandas existentes. No entanto, no plano local, a conjuntura política de coalizões exercitada pelo executivo municipal na região da Freguesia do Ó e Brasilândia não propiciou essa oportunidade.

Além disso, a articulação e pressão de movimentos importantes à época, como os de moradia, anteriormente citados, ampliavam suas agendas de reivindicações, focalizadas cada vez mais nas regiões centrais do município. Nesse caso, agregando escopo e situação de luta de imediato menos aderente às necessidades do movimento local. De forma amplamente articulada no Município de São Paulo, as reivindicações por moradia tornavam-se robustas e, sobretudo, pareciam passar por uma reconceitualização, ampliando a luta por moradia nas periferias, ao direito à cidade<sup>191</sup>. Mas, sobretudo, essas articulações representavam a participação de movimentos e de disputas das mais variadas regiões da periferia. Especificamente nossa região de estudo não havia viabilizado sua presença e representação nessas organizações, muito embora mantivessem sua capacidade de articulação local.

Pode-se dizer que, na região, tanto a luta comunitária perdia sua base territorial diante das articulações por parte do executivo municipal, na gestão Marta Suplicy, quanto sofria com pressões e disputas de uma agenda de demandas sociais mais amplamente articulada, como no caso do movimento por moradia. Tema presente, desde sempre, entre as necessidades na região, mas tratado sob a forma de demandas locais ou regionais.

Muito embora, uma de nossas lideranças entrevistadas reconheça melhorias na região, a partir da gestão Marta (2001-2004), não considera possível dizer que houve a retomada da participação popular com poder de mobilização e legitimidade. Essa mesma posição é compartilhada por outra liderança ligada à Igreja – não mais ativa – e, ainda, pelo editor

---

191 Os Movimentos por moradia, como a UMM passam a demandar o direito da moradia em áreas já urbanizadas, voltando-se, sobretudo para os prédios – parte deles abandonados – no centro da capital. Em parte, provavelmente, estimulados pelos avanços do Estatuto das Cidades, de 2001, em sua proposição de conceitos como o do direito à cidade e de instrumentos legais de apoio à função social da propriedade e à habitação de interesse social. Sobre isso ver: Cavalcante (2006).

do jornal Freguesia News. Talvez parte das explicações para essa percepção, possa ser atribuída às evidências encontrada em pesquisa acadêmica destinada à região da Freguesia do Ó no período em questão (GRIN, 2011). Segundo o estudo, a força política constituída nas gestões anteriores pelo então vereador Viviane Ferraz fazia-se presente ao lado de colegas de partido – PL/PPB – compondo o cenário de dificuldades do executivo municipal na Câmara. Como a gestão municipal buscava aprovar projeto para o conjunto da cidade, partiu para as coalizões na região da Freguesia e Brasilândia. Essas, à época, foram assim descritas na imprensa:

A prefeita Marta Suplicy (PT) indicou nesta quarta-feira um ex-administrador regional do governo do ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) para comandar a subprefeitura da Freguesia do Ó-Brasilândia. O novo subprefeito é Walter Alcântara de Oliveira, que comandou a então Administração Regional da Freguesia do Ó entre novembro de 1994 e maio de 1996. Segundo apurou o Estado, Alcântara, que no atual governo trabalhou na subprefeitura da Lapa, foi indicado pelo vereador Viviani Ferraz (PMDB), que, desde os governos Maluf e Celso Pitta (PSL), exerce forte influência política na região. Ferraz foi um dos principais articuladores políticos para a aprovação do pacote de projetos polêmicos do Executivo no fim do ano passado na Câmara Municipal, como a criação das taxas de iluminação e do lixo. A nomeação faz parte das mudanças ocorridas em oito subprefeituras.

(...) a troca dos subprefeitos teria ocorrido para atender reivindicações de vereadores da base governista na Câmara Municipal. A indicação política para as antigas regionais foi duramente criticada pela bancada do PT nos governos Pitta e Maluf e alvo de investigações durante a máfia dos fiscais - rede de corrupção na administração municipal investigada em 1999. Segundo apurou o Estado, pelo menos seis vereadores, inclusive do PT, teriam feito indicações.

Todos [os vereadores da região] votaram a favor dos projetos do Executivo e, estariam, segundo um integrante da base governista que pediu para não ser identificado, “sendo recompensados”. O secretário do Governo Municipal, Rui Falcão, admitiu indicações de parlamentares. “Algumas sim, outras não”, disse Falcão, sobre as nomeações divulgadas ontem. Ele negou, entretanto, o loteamento político das subprefeituras entre os vereadores. “Não há e nunca houve a política da troca de voto dos vereadores”, afirmou (O Estado de São Paulo, 8/1/2013).<sup>192</sup>

---

192 Marta nomeia ex auxiliar de Maluf para subprefeitura. Jornal *O Estado de S. Paulo*. Caderno Cidades, 08/jan. 2003:3.

Segundo estudo dedicado à região (GRIN, 2011) houve um crescente esvaziamento das organizações locais, sobretudo, representadas pelas iniciativas do Orçamento Participativo em decorrência do espaço político viabilizado pela gestão executiva municipal aos vereadores do malufismo. Retomando os argumentos do citado estudo, o poder local, na gestão Marta Suplicy, não só abria espaço à continuidade das barganhas fisiológicas da gestão anterior, quanto esvaziava o crédito do movimento político local e dos próprios vereadores do PT.

Desse modo, as decisões eram tomadas no âmbito da subprefeitura, refratária a qualquer influência da participação popular, explicando, em parte, a percepção da liderança entrevistada quanto ao refluxo do movimento e o afastamento por parte dos vereadores do PT, José Laurindo e Benedito Cintra. E levando a mudanças no fórum de decisões, que se tornam menos acessíveis às entidades locais e comissões – como a do Orçamento Participativo. Segundo Grin (2011, p. 75), as disputas que o Executivo dizia não pretender exercer interferência, situavam-se fora de seu interesse que seguia voltado para a aprovação dos grandes projetos para a cidade. Nesse caso, podendo sugerir a baixa prioridade dada à região em questão, a despeito da atuação sistemática da própria militância petista na Brasilândia. Segundo o autor, os vereadores malufistas “votam com o executivo municipal”, mas no plano local exercitavam sua política de favores individuais, inviabilizavam as demandas organizadas, sobretudo nas comissões de orçamento e jogavam organização e representantes da oposição no descrédito.

Por outro lado, as políticas setoriais na região desempenhavam trajetória relativamente autônoma, segundo Grin (2011, p. 79), o que gerava decisões incoerentes quanto à agenda local<sup>193</sup>. Esse elemento pode ser relacionado à percepção de nossa entrevistada acima (dona Lourdes), quanto à noção de que a atuação dos políticos gerou muito descrédito. Ações erráticas por parte de uma mesma gestão ao não serem compreendidas pela população esvazia a participação e empobrece a percepção do papel da política no cotidiano. Nesse caso,

---

193 Grin cita as tentativas por parte do subprefeito em levar shows e eventos para a região, e a prioridade da Secretaria da Cultura (PT) em promover formação dos eventuais públicos. Situação similar ocorre com as ações promovidas nos CEUs, embora com atores distintos, no caso Secretaria da Cultura e da Educação. Com abordagens diversas e ações que não se coordenam. O orçamento era da Cultura, mas a gestão da Educação. No caso da secretaria da Habitação, segundo o autor, os compromissos do então secretário eram na zona leste, deixando a zona norte, sem ações expressivas.

sugerindo para além dos problemas com a indicação à Subprefeitura o próprio espaço institucional como instância de poder, frente às Secretarias específicas. Ou seja, as decisões das políticas setoriais contemplam pouco a lógica das necessidades expressas territorialmente. Resulta a fragilidade na articulação dessas ações e de suas políticas públicas em base territorial, o que pode levar a potencial diminuição dos benefícios a serem implementados.

A percepção acerca das dificuldades da presente gestão executiva é reiterada pelo editor do jornal Freguesia News (Célio Pires) que identifica a presença da prefeita na região somente para a inauguração do CEU. Essa observação, embora especificada pela ausência da prefeita, parece carregar o significado da pouca atuação do poder público no território. Essa mesma referência fora espontaneamente citada por antiga liderança local ligada à igreja católica.

Sabe quando ela veio aqui? Só na inauguração do CEU. Aí, nós fizemos ela subir pela rua que o povo usava e que o acesso era muito ruim...ruim mesmo! Ela foi... mas, não convencia... a nós, lideranças não! (Maze, liderança católica).

Por outro lado, é importante lembrar que as formas de atuação junto à comunidade haviam mudado. Tendo passado das antigas mobilizações e reivindicações às formas de participação reguladas por instituições previstas na Constituição de 1988. Tratava-se, basicamente, dos conselhos, sobretudo destinado ao orçamento participativo. No entanto, o avanço do processo de discussão do Orçamento Participativo, após iniciado em 2001, não resultou acessível aos movimentos coletivo. As audiências públicas ocorriam na Câmara Municipal para a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento para 2005, tiveram participação tímida das lideranças populares bem como de vereadores (GUEDES, 2005, p. 12). Além disso, outro mecanismo de controle social fundamental, os Conselhos de Representantes, citados no início deste capítulo, foram de difícil implementação, iniciando suas práticas apenas ao término da gestão Marta Suplicy. Nesse caso, um mecanismo destinado ao controle sobre a atuação da subprefeitura, o que talvez à época pudesse ter acrescentado ao espaço político reservado às organizações local. Essa possibilidade, não só não prossegue nas gestões subsequentes, como perde o sentido diante do movimento de recentralização das decisões e orçamento para as secretarias setoriais de governo, iniciada na gestão Serra (2005-

2006). Nesse caso, explicando as funções das subprefeituras associadas às pequenas obras e serviços locais mantidos durante a gestão Kassab<sup>194</sup>. E, de fato, assim consideradas pelas lideranças locais.

As observações acima podem explicar a percepção por parte das lideranças entrevistadas, de um lado, quanto ao reduzido valor de recurso destinado à região. E, de outro, quanto à descrença em relação aos fóruns de participação e ao papel esperado das lideranças locais. Hoje, parte dessas lideranças seguem absorvidas pela atuação junto ao poder público, sobretudo, nas creches e no apoio social às famílias além de ações da defesa civil. Forma pela qual a antiga solidariedade parece sobreviver na região, mas também indicativa de mudanças do caráter originário da organização política local.

#### **4.5 O cenário recente e as forças sociais identificadas**

Esta última parte, reflete o esforço de identificar formas de organização e atuações presentes na região da pesquisa. A luz do contexto político sistematizado acima, pode-se dizer que houve uma fragmentação das lutas locais, que se reflete na existência de diferentes iniciativas locais e organizações atuando isoladamente. Nesse sentido, a organicidade dos movimentos originários da região na representação de demandas locais, mobilizações reivindicatórias não são sistemáticas na região no contexto atual. A interpretação da liderança abaixo, coordenadora da Rádio Comunitária Cantareira e moradora da região reflete essa condição:

Quem ajudou a desenvolver os bairros aqui foi a Igreja. Ela tinha uma opção pela periferia. (...) Era um trabalho orgânico. Os movimentos foram crescendo aqui na luta por água, asfalto, saúde e creche. Acontece que essas conquistas vieram. Já a periferia desses bairros nunca foi organizada, nunca teve uma luta concreta

---

194 A gestão Haddad, recém-eleita para a Prefeitura de São Paulo, designou o ex-subprefeito da Vila Prudente, na zona leste, Chico Macena (PT) para a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras com a intenção de devolver autonomia às 31 subprefeituras da cidade. Para isso, Macena, (...), promete reabilitar as coordenadorias de saúde e educação, implantar os planos urbanísticos de bairro, buscar recursos federais, além de aumentar “naturalmente” a verba das subprefeituras, que minguou de quase R\$ 3 bilhões em 2005 para menos de R\$ 1 bilhão. Criadas em 2002, na gestão Marta Suplicy (PT), as subprefeituras perderam poder ao longo dos anos e desempenham, hoje, funções de zeladoria. A administração Gilberto Kassab (PSD) chamou coronéis da reserva da Polícia Militar para comandá-las. Macena, que se refere a eles como “xerifes”, diz que, sob orientação de Fernando Haddad (PT), irá nomear subprefeito – cujo salário é de R\$ 19 mil – que tenha “perfil de gestor com qualidades técnicas e políticas”. Sobre isso ver: Subprefeito não pode cuidar só de zeladoria, diz futuro secretário de Haddad. *Folha de S.Paulo*. 16/12/2012.

como teve esses bairros. Mas, essas organizações [originárias] não existem mais, ela morreu. E ela não conseguiu fazer um trabalho junto com esses polos que foram crescendo e a igreja católica foi seguindo a mesma lógica. A igreja toda mudou também, os padres e as freiras que estão na região são poucos. Há ainda alguns, mas o trabalho é pontual, não é orgânico. A Pastoral da Juventude tem um pouco esse papel. Por exemplo, aqui não tem nenhum curso de educação superior gratuito, essa é uma luta da Pastoral. Nisso tudo, a rádio [rádio comunitária Cantareira] cumpre um papel importante, assim como o jornal cumpriu (JORNAL CANTAREIRA). (Juçara Zottis, Coordenadora da Rádio Comunitária Cantareira).

O projeto da Rádio Comunitária Cantareira, citada pela entrevistada, hoje regulamentada e em funcionamento na região da Brasilândia, conforme pudemos verificar, nasce como opção à perda da organicidade e do alcance por parte dos movimentos de origem na região. Foi pensada por um dos párocos da região, encampada desde a metade dos anos 1990, tendo funcionado clandestinamente por quase uma década, até lograr regulamentação. Seu propósito era manter condições para a articulação das demandas e representações locais, dos diferentes bairros da região. Tratava-se do claro esforço para não deixar vazio o espaço antes ocupado por atores fundamentais a esse processo, sobretudo missionários católicos não mais presentes. Assim como se segue:

O projeto de criação da Rádio comunitária Cantareira FM data do início de 1995, no Jardim Vista Alegre. Resultou de uma ampla consulta às lideranças locais, coordenada por padres e demais lideranças como Cilto José Rosembach, José Eduardo de Souza e a própria entrevistada, Juçara Zottis<sup>195</sup>. Tratava-se, de um grande esforço de recuperar, de algum modo, a organicidade perdida, tratando de questões locais e viabilizando sua comunicação ampla, já que não havia mais articulação entre as associações de bairro, reforça nossa entrevistada. Uma das primeiras ações foi pesquisar projetos de rádios comunitárias na zona leste. Era preciso entender a filosofia da rádio comunitária, grade de programação, recursos e equipamentos. O passo seguinte foi relacionar as ações necessárias para a rádio em consonância à realidade sociocultural da região noroeste, por suas peculiaridades, ou seja, uma das mais pobres de São Paulo e com elevado índice de violência. Diante de tal quadro, era necessário um trabalho intenso para promover a dignidade e a cidadania daquele povo. Com esse propósito, surgia em 8 de setembro de 1995, às 18h24, a Rádio Cantareira FM, sob o bordão: “Não basta estar no ar, é preciso ser comunitária” (JORNAL CANTAREIRA, 1998).

---

195 Militante católica na região desde o início de 1990.

Tão logo foi criada, a rádio já suscitava a especialização de profissionais. E por se tratar de um veículo da comunidade, era ela que deveria conduzir. Para isso, foi criado o primeiro curso de comunicação para radialistas do Jardim Vista Alegre, oferecido entre outubro e dezembro de 1995, com 60 horas de duração. Orientado por Cilto José Rosembach, a primeira turma era composta por 65 alunos, que aprendiam a produzir e apresentar os programas da emissora. Depois, passou a ser oferecido uma vez por ano, tornando-se critério básico para quem quisesse fazer parte da equipe de rádio. Esses cursos de comunicação são realizados ainda hoje, e com o tempo foram acrescidas formações afins como palestras, laboratório, produção de programas de rádio, release e articulações de imprensa. Após longo período funcionando clandestinamente, em 18 de julho de 2010 foi reinaugurada na faixa FM 87,5, devidamente regulamentada, e também presente na web ([www.radiocantareira.org](http://www.radiocantareira.org)). Estima-se, que por mês, cerca de 20 mil pessoas ouçam a rádio.

A Rádio Cantareira é um projeto social dos anos 1990, apoiado pela Igreja e antigas lideranças locais reitera questões fundamentais à região, incentiva a reflexão crítica; formula denúncia; orienta a prestação de serviços coletivos; expressa demandas coletivas; articula ações locais, sobretudo cursos. Nesse caso, voltados aos propósitos de uma rádio, muito embora bastante envolvida em atividades de formação como a de radialista, além do estímulo que representa na região para compositores e músicos locais. A rádio inclui em sua programação a divulgação de produções da comunidade dos mais variados gêneros, sobretudo na forma do programa matinal “*Brasilândia Encanta.*”

Conforme observamos, na condição de ouvinte para esta pesquisa, a Rádio Cantareira funciona veiculando e estimulando produções artísticas e culturais da região, além de debates e informações de interesse à formação da cidadania. A Rádio tem caráter comunitário, propósito social e político em defesa de interesses e necessidades coletivas, como observamos durante o período de pesquisa. Voltada à comunicação, orientações acerca de cursos, programas sociais, eventos de cultura e lazer, denúncias, mobilizações, prestação de serviços de utilidade pública, debates acerca de direitos e problemas sociais aderentes à região; campanhas relativas às necessidades locais, mas nos limites da proposta de uma rádio

comunitária<sup>196</sup>. Instalada hoje no bairro do Carumbé, vizinho à nossa região de pesquisa é assim divulgada:

Onde jornais, rádios e tevês da mídia comercial não divulgavam as ações feitas pelo povo, a rádio tornou-se referencial das comunidades e movimentos como fonte sobre as informações locais e estimuladora do engajamento social por melhorias na qualidade de vida local. ([www.associaçãocantareira.org.br](http://www.associaçãocantareira.org.br)).

Ao esforço de criação da Rádio Cantareira somava-se outros esforços, segundo depoimento coletado, destinados a minorar os efeitos da dispersão das organizações locais frente às demandas crescentemente instaladas na região. Essa constatação é bastante compreensiva frente à forma pela qual a expansão e o adensamento da região haviam ocorrido, conforme capítulo anterior. Também destinado ao plano das ideias, do estímulo à organização local, nascia em meados dos anos 1990, o Jornal da Cantareira, como instrumento ao resgate da memória.

A gente tinha no jornal um trabalho de contar a história dos bairros. Então a gente procurava as lideranças locais, às vezes, reunia todas elas para contar essa história. Então, não era só o que tinha de ruim, nem só as demandas, as reivindicações. A gente sempre mostrava o que tem de bom também, as lutas organizadas, as lideranças, assim: “Por que existe uma organização em Vista Alegre [em referência a Osem]<sup>197</sup>? Por que ela surgiu? Por que ela atua até hoje? Por que eles têm creches, obras sociais, centro para a juventude? Eles conseguiram até alterar o estatuto da entidade para a liderança da comunidade assumir a presidência, [para esse cargo] não é mais o padre, é a liderança local. (Juçara Zotti, Coordenadora da Rádio Cantareira).<sup>198</sup>

No entanto, segundo a entrevistada, o esforço para produção do Jornal mostrou-se maior do que as possibilidades das lideranças envolvidas e o retorno, o alcance entre os residentes na região, considerado muito baixo. Essa constatação corroborada o perfil social

---

196 No período de pesquisa, ouvimos à Rádio Cantareira cotidianamente. Sua programação abrange além de música, entretenimento, entrevistas e serviços de utilidade pública, fundamentais às necessidades da região. Seus locutores são originários da região e passam por formação adequada aos propósitos de uma rádio, essa é legalizada seguindo as exigências da política no setor. Sobre isso ver: Rosembach (2006).

197 A Osem será abordada ao longo do capítulo.

198 Em referência à dona Zita Vidal, liderança desde a década 1960, entrevistada por este estudo.

da população das ocupações a partir dos anos 1980, tratadas no capítulo anterior, com comprovada insuficiências de instrução básica<sup>199</sup>.

Assim, as oportunidades de transferir memória aos moradores mais recentes, de fato, não se realizaram e o jornal deixou de ser editado desde o início dos anos 2000. Assim, também como o próprio jornal Freguesia News havia deixado de ser distribuído na região e adjacências, segundo relembra seu editor:

(...) no início eu chegava para distribuir nos pontos de ônibus da região e ficava furioso, porque via que o povo jogava no chão, sem nem abrir o jornal. Um dia não me aguentei e fui perguntar pra o cara “por que você jogou fora sem nem abrir? ...Ele não sabia ler. Então, entendi e acabou a distribuição ali. Nunca mais voltei. (Célio Pires, editor do FREGUESIA NEWS).

Em contrapartida, a fragmentação dos movimentos prosseguia. Parte das iniciativas locais recentes nasceu de um problema específico, como sugere nossa entrevistada coordenadora da Rádio Cantareira (Juçara Zottis) e como pudemos depreender de outras entrevistas realizadas. Nesse sentido, não diferem dos movimentos de origem, também motivados por demandas específicas. Mas, a natureza das questões, hoje, pode ser considerada diversa, porque resulta menos abrangente, não incluindo demandas específicas correspondentes aos segmentos mais desfavorecidos da região e adjacências. De certo modo, confirmando a heterogeneidade da periferia local, as carências e necessidades não resolvidas são tampouco representadas.<sup>200</sup> Além do que a mobilização em questão revela conflitos, como indica a análise de nossa entrevistada, coordenadora do projeto Rádio Cantareira e moradora da região:

---

199 Publicado pela primeira vez em dezembro de 1996, o Jornal Cantareira teve mais de 120 edições foi considerado referência em comunicação comunitária alternativa, tratando das mobilizações dos movimentos sociais e das demandas da população na região noroeste da cidade de São Paulo. Com uma tiragem de cerca de 10 mil exemplares, foi distribuído em mais de 400 pontos, tendo alcançado entre 20 e 30 mil leitores, segundo informações relativas à época preservadas no site da Associação Cantareira. Sobre isso ver: <<http://www.cantareira.org/nossa-historia-2>>. Acesso em: set. 2013.

200 Essa heterogeneidade inclui ainda manifestações artísticas e culturais normalmente associadas a pontos de encontros como bares, clubes de futebol, grupos de samba, considerados tradicionais e atuantes na região da Brasilândia.

Por exemplo, nasceu um Fórum em defesa do Metro Linha 6. (...) Agora saiu um traçado, em cima de uma área que o povo não tem documentação - mais de 300 famílias. Essa tem sido a prática do governo do Estado, é assim que eles atuam. Na hora de apresentar o projeto, ninguém fala isso e quando vem cadê o Fórum? Onde eles estão agora?" (Juçara Zottis, Coordenadora da Rádio Cantareira).

A entrevistada refere-se às demandas organizadas em torno das questões de transporte, sobretudo, o metrô linha 6, representadas pelo Jornal local – Freguesia News e apoiadas pelo principal vereador da região – Claudinho (PSDB). De fato, essas mobilizações parecem ocupar parcela importante das articulações políticas destinadas à região:

Foram 18 anos, desde o movimento popular reivindicatório original, que pedia o Metrô na Freguesia do Ó, surgido na Vila Brasilândia, em 1990 até realidade atual, se seguiram o movimento encabeçado pelo grupo político do deputado Celino, entre 1996 e 1998, que conseguiu junto ao governo Covas, a definição de que a Linha 6 seria a da Freguesia do Ó, embora o estudo preliminar de então definira outro trajeto. Por volta de 2004, surgiu o Fórum Pró-Metrô, e mais recentemente, o vereador Claudinho (PSDB) também passou a fazer gestões junto ao prefeito Kassab, ao saber que a Prefeitura voltaria a investir no Metrô, logrando êxito, já que a gestão municipal destinou R\$75 milhões para o projeto executivo desta linha, o que foi o começo da concretização. (FREGUESIA NEWS).

Apesar das articulações e acesso à gestão municipal, as representações por parte do *Fórum de debates pró-metro Freguesia do Ó/Brasilândia* não tiveram o alcance pretendido. Suas demais reivindicações estendiam-se à revisão e destinação de áreas públicas para equipamentos sociais; construído uma Casa de Cultura e creches no bairro; construção do CEU no Jd. Paulistano; Escola Técnica no bairro; apoio às entidades sociais para que estas possam desenvolver trabalho de acolhimento a tantas crianças sem creche; além da reformulação das calçadas das principais vias centrais da Brasilândia;<sup>201</sup> implantação de linhas de ônibus Taipas-Lapa ou Taipas-Centro, via Vila Brasilândia. O leque de demandas é variado e parece guardar conflitos. Como sugerido anteriormente, a preocupação em buscar alterna-

---

201 Rua Parapuã, R. Eurídice Bueno e dos centros comerciais de Vila Teresinha, V. Penteado e outros, conforme o projeto implantado em outros bairros, como Pirituba.

tivas às áreas centrais sobrepõem-se aos eventuais projetos para o conjunto da periferia da região. A referência às favelas locais aparece do seguinte modo:

(...) o distrito Brasilândia é constituído por inúmeras favelas e por isso não tem praças e parques. Apesar desta situação não há nenhuma projeto/plano de desfavelização do bairro, com a construção de conjuntos residências verticais e que possibilitem, assim, a criação de espaços recreativos para crianças, jovens e aposentados. Solicitamos, portanto, a criação de um plano de desfavelização no bairro. (FÓRUM PRÓ-METRÔ).

De outro lado, a atuação sistemática de organizações locais, instaladas na região, voltadas aos segmentos com privação de direitos e carências diversas, pode ser identificada como desdobramentos das lutas de origem. Constituída a partir do apoio da Cúria Metropolitana no final da década de 1970, a Orientação Socioeducativa ao Menor – Osem representa essa condição, como a Associação Comunitária de Vista Alegre. Além da continuidade dos trabalhos assumidos há décadas por lideranças locais e missionários católicos, a Osem teve seu estatuto de origem reformulado com anuência da Cúria Metropolitana, para que a principal liderança local pudesse assumir a direção da entidade. Segundo os estatutos a direção destinava-se exclusivamente à membros da igreja católica. No entanto, a ausência de lideranças católicas na região envolvidas diretamente com a entidade - Osem - poderia comprometer sua continuidade. Nesse sentido, a mudança do estatuto, passado diretamente à uma das antigas lideranças local, pode ser considerado um importante esforço para garantia das atividades e propósitos da entidade.

A atuação por parte de lideranças históricas na direção da Osem, no intuito da formação de outras lideranças locais e, sobretudo, a permanência das atividades pedagógicas e de apoio social, representa a continuidade de antigos esforços, como sugerem as atividades em curso, identificadas em nossas visitas à entidade e diálogos com voluntárias e coordenadoras.

A Osem, conhecida na região como Obras Sociais de Vista Alegre, foi fundada em 1975, com apoio da Cúria Metropolitana, como resultado dos trabalhos sociais entre a paróquia local e lideranças da comunidade. A instituição desde então atua como representante comunitária na região, conforme seu estatuto, participando e executando ações e interlocuções diversas. A entidade atua diretamente por meio de monitoras, assistentes sociais,

pedagogas e outras funções de apoio nos cuidados e na formação complementar de crianças, adolescentes e jovens. Na própria região de Vista Alegre, onde tem sede estabelecida, desenvolve as atividades destinadas a cerca de 300 crianças e adolescentes, durante a semana, no contra-turno escolar. Segundo a coordenadora do programa pedagógico e social, sua demanda atual ultrapassa 100 crianças, em geral deixadas sozinhas em casa nos horários em que os pais trabalham, muitas cuidando ainda de irmãos menores.

Segundo a coordenadora, esse trabalho nasceu no final da década de 1970, quando as mães iam para a entidade para trabalhar em uma oficina de costura comunitária e levavam os filhos, por não ter onde deixá-los. Desde então, por meio de recursos diversos, inclusive convênios com a prefeitura, a entidade ampliou e aprimorou o atendimento psico-pedagógico com as crianças e eventual apoio social a famílias em situação de extrema necessidade.

A Osem atua, ainda, no apoio a ações locais, contribuindo na instalação e parcialmente na gestão de três creches na região; dois centros de formação pedagógica e de qualificação profissional no bairro vizinho para jovens entre 15 a 24 anos. A instituição mantém atuação bastante aderente às necessidades fundamentais dos segmentos em extrema pobreza ou no limiar dessa condição. Conforme narra uma de suas coordenadoras pedagógicas, já mencionada anteriormente (Cida, 38 anos, moradora da região): “o trabalho aqui é para tirar a criança da rua. Por que enquanto a mãe sai pra trabalhar, a criança vai é pra rua... aí tudo acontece.” De forma compreensiva a demanda chega assim:

As mães, quando chegam, é pedindo primeiro pela alimentação da criança ou por cuidados para que não fiquem sozinhas em casa [mães que trabalham]. Depois contam muito sentidas que apanham do marido, outras contam que o pai foi morto na presença dos filhos, outras que o marido tá preso... Aí, a gente chega “na criança” brincando, contando história... até pode perguntar um pouquinho da situação, porque tá tudo preso lá dentro [da criança]. A gente não pode viver com essas coisas presas, e a criança não sabe o que fazer com isso... é muita pressão. Tens uns que a mãe foi presa, eles não sabem nem porque não tem mais mãe perto. Assim, a maioria das crianças não chega aqui com um comportamento normal, ou chega muito retraída ou muito agressiva... e sem regra de convivência. (...) a gente sente que o que mais compromete a criança é a desestruturação das famílias. Porque é problema demais, tudo junto entendeu? Aí eles não aguentam. (Cida, Osem).

Além do acolhimento e a prestação de serviços à comunidade, as atuações da Osem correspondem também à ações reivindicativas. Encaminham demandas sociais, sobretudo, por programas de combate à pobreza, denunciam problemas, pressionam instâncias do poder público pelo direito a implantação de ações locais entre outras demandas. A continuidade de programas, como o Alfabetização de Jovens e Adultos – Mova realizados pela instituição (bem como por outras associações nos bairros vizinhos) é um dos exemplos, além de manter representação em conselhos municipais, segundo apuramos, o Conselho Tutelar.

Há assim, um conjunto de atuações que vem sendo realizadas, sobretudo, pela Associação Comunitária de Vista Alegre, complementadas por ações assumidas por lideranças locais à frente das creches conveniadas. Essas ações variadas sugerem seu importante papel como organização com enraizamento local e tradição de atuação. Esse perfil se assemelha ao denominado “associativismo comunitário” que integra a uma tipologia de classificação voltada à explicação da dinâmica política microterritorial abordada por Amancio (2013)<sup>202</sup>. Segundo o estudo:

O ‘associativismo comunitário’ foi o tipo de organização mais frequentemente encontrado, expressa a forma tradicional de ação coletiva local tanto no formato institucional quanto nas atividades promovidas. Há desde atividades reivindicatórias até prestação de serviços via convênios, “sendo os típicos atores generalistas que representam todo o tipo de interesses comunitários. (...) mantém um vínculo com a comunidade não só por representar publicamente estas demandas, como também pela oferta de serviços como EJA (Educação de Jovens e Adultos), distribuição de alimentos; leite, cestas básicas, Núcleos socioeducativos (...) e outros tipos de atividades que se relacionam com a manutenção de uma sociabilidade primária nessas comunidades. (AMANCIO, 2013, p.153).

De forma semelhante ao exemplo destacado no estudo acima, a Osem atua no bairro há aproximadamente 35 anos, no qual muitas das reivindicações antigas foram atendidas. Conforme destacado anteriormente, há uma estrutura mínima de serviços públicos implementados no território, que não respondem pelo conjunto das necessidades atuais. As

---

202 Trata-se de uma tipologia de classificação que tomou por referência a busca e investigação da atuação de atores coletivos em 44 bairros do município de São Paulo. Resultou da investigação a classificação entre cinco formas de atuação política: associativismo comunitário; conselhistas; legislativa; movimentalista e assistencialista. Essas diferem quanto ao formato; atividades; demandas; relações com os sujeitos entre as principais características.

conquistas do passado, como resultado das mobilizações locais, foram alcançadas, embora não extensivas ou não suficientes, diante do avanço das ocupações. Há, ainda, extensas áreas com moradias de extrema precariedade e riscos, sobretudo nas áreas da Serra e suas encostas, famílias com carências múltiplas e recorrentes. Esse contexto, tal como sugerido no estudo de Amancio (2013), talvez explique as dificuldades por parte de associações comunitárias em assumir demandas coletivas. Essas demandas, de fato, de responsabilidade pública, se agravam frente à descontinuidade de encaminhamentos institucionais e diversidade das decisões políticas. Assim, o alcance da parte das organizações comunitárias microterritorial (AMANCIO, 2013), não orgânica, como no caso desta tese, segue bastante limitado, embora decisivo para a vida de muitas famílias.

Se ações coletivas perderam parte do destaque, a presença da Osem, por sua vez, é reconhecida e espontaneamente citada por vários dos entrevistados neste estudo, lembrando não serem esses moradores aqueles da origem das ocupações da região e, sim, ocupantes em momento posterior entre os anos 1990 e 2010. Nesse sentido, a associação local, coloca-se como uma das organizações com sistemática interação com segmentos sociais mais desfavorecidos, destacados aqui. A essas famílias ou sujeitos, a Osem destina suas ações, eventualmente contribuindo nas orientações e, por vezes, na definição de alternativas às necessidades mais urgentes.

A fragmentação das lutas locais parece demarcar os anos 1990 estendendo-se à década seguinte. Na compreensão desta tese contribuíram para isso, entre outros eventos: a saída de atores importantes para a projeção pública dos movimentos, como a Igreja; as responsabilidades assumidas por lideranças locais na oferta de serviços públicos, como os de creche. Esses fatores são agravados, de um lado, pelas restrições por parte da política local e do executivo municipal, de outro, pelo acelerado aumento das ocupações das poucas áreas “restantes”, impróprias à moradia e à urbanização. De modo que, as demandas crescentes e variadas não dispunham da projeção pública pela ausência do campo político, tal qual formulado por Feltran (2005).

É nesse cenário que, além da associação comunitária, serviços como creches conveniadas, dirigidas por antigas lideranças locais, tentam representar mais do que serviços de cuidado com as crianças. Nesse caso, também assumidos em parte com esforços próprios,

por meio da complementação de horários de funcionamento adicionais aos previstos nos recursos transferidos pela prefeitura, além de outros esforços, como demonstram os trechos abaixo extraídos de dois depoimentos distintos, mas semelhantes:

Eu assumi, sem a prefeitura autorizar, 4 crianças – porque tem gente que deixa criança sozinha no barraco. ‘a mãe saiu pra trabalhar, tranca por fora. (...) ‘ eu sabendo disso pus as crianças aqui na creche. Não foi um caso, são vários. Como vou dar conta? Como eu vou condenar essa mãe? Ela precisa trabalhar. Já tá insegura porque está numa ocupação (moradia em área irregular), alguém pode tirar ela de lá a qualquer momento.’ (dona Lourdes, dirigente de creche).

É o trabalho nosso acompanhar a família. A criança faltou, veio descalço, sem agasalho a gente tem que saber o que está acontecendo. Então foi assim que chegamos a essa família que nem água tinha. Eles não davam conta de pagar o atravessador, que capta água de nascentes na Serra e distribui por mangueiras para quem paga. “Na pobreza também tem o pobre massacrando o pobre” (...) “A comunidade não dá conta! A gente chama pra participação, aqui pela creche. As mães vêm participam. Mas não é um movimento. ‘você imagina se essa população participasse! Hoje não vejo nenhum movimento funcionando. Houve um esvaziamento dos compromissos dos políticos. Fizemos muito trabalho aqui da importância do voto, trouxemos advogados, assistentes sociais, a igreja também vinha falar sobre isso. Mas, hoje a participação é baixa. Meu trabalho é de formiguinha. (Dona Zita, liderança)

As mães choram que dá dó, as creches estão atendendo até quatro anos, aí vai para Emei, o nome vai pra central/computador. Se não achar vaga, espera, fica na rua. Sai a vaga, pode ser longe, a mãe não tem dinheiro pra condução, não consegue levar, eles dão como desistência. E acabou, fica na rua!” (Dona Lourdes, dirigente de creche).

A relevância das atuações indicadas pelas instituições acima, confirma-se no último capítulo desta tese. Há referências da parte dos entrevistados nesta pesquisa à Osem e às creches conveniadas, pelo papel que suas atuações vêm representando no cotidiano desses sujeitos. Há, assim, possibilidades à investigação das distintas subjetividades relacionadas à privação da pobreza, sugeridas pelos sujeitos a partir de suas experiências no âmbito dos serviços disponíveis nessas instituições. Mais do que isso, há indicações de vivências menos restritivas aos sujeitos, a partir de intersubjetividades constituídas nessas experiências.



Encosta da Serra (CEU)

Fonte: [www.radiocantareira.org](http://www.radiocantareira.org).



Jornal da Cantareira

Fonte: [www.radiocantareira.org.br](http://www.radiocantareira.org.br)

### TRAJETÓRIAS NA POBREZA: CONSTITUINDO SUBJETIVIDADES E IDENTIDADES

*“A pobreza é, ao mesmo tempo, um fato e um sentimento. A síntese desses dois aspectos é tão difícil como casar água e fogo. Mas ficar com apenas um destes aspectos seria reducionismo.”* (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 18).

Este capítulo se volta aos conteúdos das subjetividades constituídas em trajetórias de pobreza extrema, destacando seus aspectos recorrentes nos depoimentos obtidos em campo. Aborda percepções e sentimentos suscitados por constrangimentos objetivos da pobreza em sua dimensão monetária, material e social. Esses conteúdos tal como narrados nos depoimentos, indicam a composição de subjetividades tolhidas e afetadas por sentimentos de humilhação e de rechaço social e sua presença na formulação de ideias e noções cotidianas.

Esta abordagem inscrita em noção de pobreza, tomada como trajetória de constrangimentos ao bem estar humano, remete às percepções do sujeito acerca de si mesmo e da realidade que o cerca<sup>203</sup>. Assim, retoma-se, aqui, nossa hipótese segundo a qual, a pobreza não se encerra na forma de condições de vida materiais desfavoráveis ou em ameaças à sobrevivência, mas constitui subjetividades forjadas em meio ao comprometimento do bem estar humano. Trata-se de explorar a eventual associação entre pobreza objetiva e as expressões de subjetividades compostas por afetos e sentimentos de: humilhação, rechaço social, perda da dignidade e do controle sobre a própria vida. Esses conceitos desenvolvidos por Margalit (1997) – destacados no primeiro capítulo – associados aos constrangimentos materiais e sociais da pobreza permitem abordar parcela importante dos afetos expressos pelos entrevistados, conformando parte da noção de pobreza intangível, investigada nesta tese. No entanto,

---

203 Conforme primeiro capítulo, os componentes da autonomia humana, destacados por Dieterlen (2006) em referência a Doyal (1991), integram as necessidades básicas do homem, ao lado da saúde assegurada, e remetem às condições por parte do sujeito de: compreender a si mesmo; compreender a própria cultura e o que se espera dele (sujeito); ter capacidade psicoemocional para criar suas próprias opções; desfrutar de oportunidades objetivas que permitam à pessoa atuar ou ter desejo de atuar por si mesma.

esses conceitos não se mostraram suficientes para a análise de alguns aspectos trazidos por nossos entrevistados, exigindo análises complementares que serão enfrentadas no capítulo subsequente, finalizando esta investigação.

O presente capítulo compreende dois itens. O primeiro item denominado “Características dos entrevistados e suas relações no contexto da região” trata das entrevistas em seu conjunto, descrevendo atributos pessoais; condições socioeconômicas e condição no mercado de trabalho entre outras características sociais. O segundo item denominado “Privações objetivas e vivências subjetivas da pobreza” parte das experiências objetivas da pobreza, com base nos depoimentos, e investiga parte das vivências subjetivas associadas a essas experiências, ou seja, afetos, sentimentos e percepções, espontaneamente expressos pelos entrevistados. O item trata um conjunto de aspectos do cotidiano da pobreza a partir dos quais emergem subjetividades que expressam, sobretudo, sentimentos de desamparo, humilhação, rechaço social e perda de controle sobre a própria vida.

### **5.1 Características dos entrevistados e suas relações no contexto da região**

Conforme mencionado, foram tomados no conjunto da pesquisa 23 depoimentos, sendo que, exceto por três deles,<sup>204</sup> todos os demais residem na região de Vista Alegre. Desses residentes todos identificam sua trajetória social como associadas à condição de pobreza, inclusive de privações extremas<sup>205</sup>.

As entrevistas foram conduzidas com base em um breve roteiro investigativo, que permitiu abordar um conjunto de aspectos: origem social dos entrevistados (famílias de origem; condições de vida na infância e juventude), sua trajetória na região estudada (motivação de ingresso e permanência, vínculos comunitários e de vizinhança); suas atuais condições de vida (trabalho, renda, vínculos familiares, acesso aos serviços públicos; privações materiais da pobreza e oportunidades vislumbradas). No transcorrer das narrativas, em momentos que per-

---

204 Além dos moradores e lideranças locais, foram entrevistados em apoio à reconstrução histórica da região: o editor chefe do jornal local – Freguesia News; uma antiga liderança da igreja católica atuante na região e moradora no bairro vizinho da Freguesia do Ó; coordenadora técnica da Hab/Norte – Secretaria Municipal da Habitação-SP.

205 Essa condição social não se aplica ao depoimento da coordenadora da Rádio Comunitária Cantareira, tendo sido o caso, no entanto de outras lideranças formadas na própria comunidade.

cebíamos apropriados, solicitávamos ao entrevistado que falasse sobre seus sentimentos e suas percepções acerca dos conteúdos narrados. Não houve da parte de nenhum deles resistência em se posicionar e se expressar, variando, obviamente, a maneira de fazê-lo<sup>206</sup>.

A condição fundamental para a seleção dos sujeitos foi terem vivenciado múltiplas carências e privações – monetárias, materiais, sociais e de direitos – que possam ou não ter persistido até o momento presente. Assim, todos os entrevistados, alvo deste capítulo, nasceram em condições sociais bastante desfavoráveis, com privação dos direitos sociais básicos, intensa carência monetária, inserção social restrita e poucas (e questionáveis) oportunidades. Sem nenhuma indicação, portanto, de situações de empobrecimento repentino, confirmando trajetória de vida exclusivamente na pobreza, mas com diferenças em relação às atuais condições de vida. Alguns permanecem em situação de múltiplas privações materiais, monetária (ganhos irregulares) e de direitos; outros mantêm baixos rendimentos, mas com regularidade, seja pelo acesso aos programas de complementação de renda, seja por meio do mercado de trabalho. Entre esses, alguns vem assegurando direitos sociais básicos, enquanto outros não identificam essas possibilidades. Segue nos subitens abaixo a síntese das características pessoais; condições sociais; ingresso e relações estabelecidas na região, conforme depoimentos coletados.

### ***5.1.1 Atributos pessoais***

Houve entre os entrevistados o predomínio de mulheres. Apenas três deles eram homens, sendo um adulto (44 anos) e dois adolescentes: 16 e 17 anos, residentes na região com familiares. Os demais, mulheres, variando a idade entre 24 e 52 anos<sup>207</sup>, a maioria delas, separada do companheiro, residindo apenas com filhos, predominantemente, menores de 18 anos.

---

206 Alguns permaneciam mais contidos, por vezes, encabulados, outros, aos poucos, tornavam-se mais expressivos, desejosos de se fazer compreender. Todos, a seu modo, finalizavam satisfeitos com a “conversa”, ainda que os conteúdos e os sentimentos envolvidos estivessem longe de ser uma experiência agradável.

207 A disponibilidade da parte dos homens para entrevista foi bastante reduzida. Além disso, há na região predominância de famílias formadas apenas por mulheres e filhos, sendo esse o caso da maioria das entrevistadas nesta pesquisa.

A maioria dos entrevistados ingressou na região a partir dos anos 1990<sup>208</sup>, desses apenas dois casos o fizeram em período recente, na segunda metade dos anos 2000.

A maioria dos entrevistados tem baixa escolaridade – até o quarto ano do ensino fundamental – alguns não foram alfabetizados. Há três casos em que houve conclusão do ensino médio, sendo que dois deles não lograram inserções qualificadas ou regulares no mercado de trabalho<sup>209</sup>. Em um desses casos, a entrevistada permanece como diarista ou com contratos temporários em serviços de limpeza<sup>210</sup>. Especificamente os dois homens jovens entrevistados, permaneciam na escola, ambos no ensino fundamental, com atrasos escolares de cerca de três anos.

### **5.1.2 Rendimentos monetários: trabalho e transferências públicas**

Predominou entre os entrevistados, inserções frágeis no mercado de trabalho, com recursos monetários escassos, oriundos de trabalhos precários ou irregulares. Há, normalmente, complementações (também de forma irregular) por transferências públicas em espécie (cesta básica e programas de distribuição de leite). Nesses casos, há muita dificuldade da parte dos entrevistados em precisar as quantias auferidas e quando citadas variaram em torno de 30 reais semanais. Trata-se de trabalhos sem qualificação, “bicos” (trabalho informal) realizados na própria região, bairros próximos e, às vezes, no distrito vizinho da Freguesia do Ó. Essas atividades referem-se à coleta de recicláveis (latinhas, papelão e similares), comercializados nos próprios depósitos da região, e em um dos casos à função de ajudante em barraca da feira livre local.

Há apenas um caso de trabalho atual como diarista, sugerindo da parte das mulheres entrevistadas muita dificuldade em estabelecer contatos fora da região ou de manter aqueles contatos constituídos no passado. Essa característica “explica”, ainda, o desemprego atual de duas de nossas entrevistadas e indica o desafio representado pelas relações (sociais

---

208 Apenas uma das entrevistadas, destacada neste capítulo – Liliana (52 anos) havia ingressado na região desde os anos 1980.

209 O terceiro caso refere-se à Luisa (38 anos - nome fictício) que apresentou depoimento bastante diverso dos demais, tendo seu conteúdo analisado na última parte desta tese.

210 Essa entrevista será retomada na primeira parte deste capítulo em seus conteúdos referentes à identidade manifesta pela entrevistada e sua subjetividade oriunda das privações cotidianas da infância na pobreza.

e de trabalho) fora do contexto social local. Nesse sentido, indicando efeitos da segregação social que caracteriza a região destacada, conforme tratado no terceiro capítulo.

Há apenas duas entrevistadas cujas complementações de rendimento decorrem dos benefícios de transferências de renda, uma delas por meio do Bolsa Família, a outra, pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. As demais famílias dividem-se entre as seguintes situações: parte delas foi (ou está em vias de ser) cadastrada no Programa Bolsa Família e no Renda Cidadã e aguardam (com muito sofrimento) pela chegada do cartão e dos recursos. Há um caso de perda da Bolsa em razão do abandono escolar reiterado, da parte de dois dos filhos inscritos. Há, por fim, um caso de desconhecimento do próprio direito de acesso a transferências de renda.

Apenas duas mulheres entre os entrevistados haviam trabalhado com vínculos formais, ou ‘carteira assinada’, uma delas mantendo esse vínculo até hoje, representando a melhor situação quanto aos rendimentos atualmente recebidos. Os demais estiveram sempre no mercado informal, em atividades precárias ou de baixa qualificação<sup>211</sup>.

### ***5.1.3 Condições de moradia***

Cerca da metade de nossos entrevistados vive com a família em moradias extremamente precárias, barracos de madeira ou alvenarias improvisadas, parte delas nas encostas da Serra ou próximas ao córrego Bananal, em áreas de risco de desmoronamento ou enchente, como descrito no capítulo terceiro. Enfrentam privações extremas, sem acesso a serviços urbanos básicos, com o comprometimento da salubridade, do conforto, do repouso e da convivência familiar, além dos riscos à segurança da moradia, mesmo após remoções e indenizações de programas municipais. Essas situações são ao lado da imprevisibilidade nos rendimentos, fonte de preocupação contínua e sentimentos de perda de controle sobre a própria vida.

---

211 Foi narrada apenas uma experiência em programa público de geração de renda, no caso o Frente de Trabalho da Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho – SERT, do governo do Estado, não tendo resultado quanto às colocações futuras no mercado de trabalho, restringindo-se à transferência de pagamento por atividades realizadas durante cerca de nove meses.

Os demais entrevistados residem em alvenarias bastante modestas, mas com acesso à infraestrutura e serviços urbanos básicos, mas compartilham das condições que caracterizam o bairro quanto às restrições sociais e urbanas. Além disso, enfrentam custos de aluguel e insuficiência de espaço básico – moradias em torno de três cômodos – em alguns casos, com banheiro ou tanque sendo compartilhados com vizinhos em um mesmo quintal.

#### **5.1.4 *Trajatória e trabalho infantil***

Quase todos os adultos entrevistados tiveram experiência de trabalho infantil e/ou responsabilidade precoce e integral na manutenção das tarefas doméstica e cuidados com irmãos mais novos. Quase todos abandonaram precocemente a escola, sendo que essas situações foram expressas com sentimentos diversos entre os entrevistados, tendo adquirido significado, para alguns, de ruptura precoce dos sonhos e vazio de projetos pessoais. Enquanto para outros, uma decorrência “natural” da necessidade de trabalhar e ajudar os pais, indicando diferenças significativas em relação à compreensão dos próprios direitos. Em nenhum dos casos essa noção aparece constituída – como direito, mas sim como “sonho”, “desejo”, passando, prioritariamente, pela experiência dos afetos (SAWAIA, 1997).

#### **5.1.5 *Relações e vínculos familiares***

Apenas duas entrevistadas não relataram ausências precoces, sofrimentos e rupturas por privações de afeto e convivência familiar em meio às impossibilidades de cotidianos de carências monetária, de direitos e de oportunidades. De forma muito interessante, ambas enfrentaram as restrições da pobreza extrema, mantendo subjetividades menos hipersensíveis ou vulneráveis, além de demonstrarem discernimento; decisão e capacidade de atuação diferenciada dos demais<sup>212</sup>. De forma inversa, houve duas situações de abandono ou ruptura familiar de origem, seguido por experiências de violência doméstica e de abuso sexual. Uma delas com reclusão em instituições públicas destinada à infância desamparada (na época representada pela Fundação do Bem Estar do Menor – Febem).

---

212 Ambos os casos compõem as três entrevistas analisadas no último item deste capítulo.

Foram, ainda, comuns as referências à perda de contatos com pais, irmãos e até mesmos filhos. No caso da perda de contato com filhos, definida por duas situações extremamente críticas, uma delas por reclusão do menor em manicômio, por distúrbios mentais e a outra situação por perda da guarda da filha por ação do Conselho Tutelar, como abandono. Esse último, atestado por um misto de subnutrição infantil e doenças causadas por insalubridade. Essa situação foi narrada com muita dor e culpa pela própria mãe da criança, também com histórico de abandono na infância. Ao contrário, a situação anterior, referente ao menino internado por distúrbios mentais é citada pela entrevistada como a melhor situação, em comparação aos sofrimentos decorrentes das privações e riscos que a família enfrenta.

#### ***5.1.6 As relações no contexto da região***

As interações comunitárias, as relações de vizinhança ou de convivência coletiva não são rotina entre a maioria dos entrevistados, com apenas dois ou três relatos de relações de convivência sistemática na região. Conforme destacado no terceiro capítulo, predomina a busca por “privacidade”, representada pelo desejo de evitar contatos e convivência, inclusive com vizinhos.

Nota-se, ainda, a ausência de referências, por parte dos entrevistados, a ONGs externas à região, embora essas mantenham atuação nos bairros vizinhos. Já as referências às ações públicas remetem aos serviços básicos de saúde e de creche e às demandas da área da habitação e da assistência social – Cras Vista Alegre. No caso da assistência, referiu-se a(o): acesso (descontínuo) a chamadas cestas de alimentos (transferências em espécie); orientações para a regularização de documentos pessoais e inscrições em programas de transferência de renda<sup>213</sup>. Essas ações são bastante valorizadas pelos entrevistados, sobretudo as oportunidades na regularização dos documentos pessoais. No entanto, as referências à cesta de alimentos revelam sentimentos dúbios entre o “alívio” das preocupações, e a geração de crescente apreensão frente ao período restrito, que é definido para o benefício e a ausência

---

213 Conforme descrito em capítulos anteriores, o Cras Vista Alegre havia sido instalado na região há apenas um ano, quando da realização desta pesquisa, sendo suas condições de funcionamento à época ainda incompletas. Em visitas posteriores à região, pude identificar mudanças importantes como a(o): pequenas reformas do prédio e melhoria das instalações, pequeno aumento do número de profissionais no atendimento e esforço da parte das profissionais da assistência em propor a realização de atividades coletivas com a população.

de alternativas posteriores. Nesse caso, reforçando sentimentos de impotência nos entrevistados, expressos nos depoimentos. Já o acesso às transferências de renda, enfrentava na época, as dificuldades relacionadas à espera do benefício, além da prolongada incerteza de ter sido ou não contemplado, suscitando sentimentos entre a esperança e a apreensão.

Eventualmente, alguns entrevistados recorrem às igrejas evangélicas, comuns na região, para obtenção de algum apoio material e espiritual, os quais, conforme observado nos depoimentos, são eventuais e, sobretudo, restritos ou concentrados em pregações religiosas.

Nenhum dos entrevistados relatou participação em fóruns ou associações locais identificadas no capítulo anterior. No entanto, para duas entrevistadas a atuação da associação local (Osem) foi ou tem sido decisiva, gerando oportunidades, buscando direitos sociais, mas, sobretudo, dirigindo-se ao próprio sujeito<sup>214</sup>. Essas situações configuraram oportunidades, em parte, no enfrentamento aos constrangimentos da pobreza, em parte, nos “cuidados” dirigidos à dimensão da subjetividade desses sujeitos. Foram, sobretudo, esses casos que revelaram atitudes diversas da parte desses sujeitos (entrevistados), frente às privações da pobreza, sugerindo afetos para além daqueles identificados com os sofrimentos da humilhação e rechaço social, comuns ao contexto abordado.

As condições materiais (ou objetivas) destacadas neste item foram tratadas pelos entrevistados como parte de sua história e, sobretudo, como conteúdos presentes em suas subjetividades. Os relatos sobre a própria condição de pobreza foram muito além da identificação das privações materiais, monetárias e de direitos, sendo inseparáveis dos sentimentos e afetos que essas imposições suscitaram. Esses sentimentos participam das trajetórias ou das atuais condições de pobreza extrema, tendo sido, em diferentes momentos expressos como dor pelo cerceamento ao desenvolvimento do próprio Ser. Evidentemente, a intensidade e a ênfase na descrição dos afetos suscitados por essas vivências variam entre as falas dos entrevistados. No entanto, em nenhuma delas houve ausência de sentimentos em relação às próprias vivências restritivas impostas por trajetórias de pobreza. Nesse caso, sinalizando que

---

214 Mas, ainda assim, a possibilidade de atuação da Osem não atualiza a concepção originária das lutas reivindicativas das décadas passada, face à própria pulverização das atuações locais e o esvaziamento das mobilizações coletivas, conforme capítulo anterior. Mas, as ações são contínuas e decisivas às parcelas das famílias atendidas por serviços sociopedagógicos.

os afetos mesmo que antigos, do passado, podem permanecer no sujeito como referências acerca de si mesmo e de suas possibilidades e, ao que indicam, compondo suas identidades<sup>215</sup>.

Assim, passamos ao segundo item que propõe explorar os aspectos relativos à pobreza em sua dimensão intangível, do âmbito das subjetividades, como impedimentos ao bem estar humano, constringendo o exercício das capacidades humanas fundamentais – discernimento, decisão e atuação. Busca-se, a seguir, verificar as associações entre as características da pobreza extrema – privação monetária; restrição aos direitos; riscos à moradia e segregação socioterritorial – e determinados sentimentos e afetos presentes nas subjetividades, expressas pelos entrevistados. Sinalizando, talvez, as formas pelas quais aspectos da dimensão material da pobreza constituem vivências e afetos que tendem a se cristalizar na conformação da identidade humana.

## **5.2 Privações objetivas e vivências subjetivas da pobreza**

Conforme descrito no item anterior, as privações objetivas observadas em campo e destacadas nos depoimentos referem-se, de forma sintética, aos seguintes aspectos:

- moradia inadequada por situações de: risco físico, insalubridade e desconforto extremo<sup>216</sup>; segregação territorial;
- insuficiência e instabilidade dos recursos monetários;
- trabalho com baixos rendimentos, descontínuo e sem garantia de direitos.
- dependência de transferências monetárias e em espécie (cesta de alimentos) por programas públicos;
- comprometimento dos vínculos de convivência familiar por precariedade das condições de vida
- escolaridade insuficiente e ausência de qualificação profissional e de vínculo empregatício;

---

215 Aqui vale lembrar a referência destacada no primeiro capítulo, conforme Lima (2010), acerca da dimensão da busca por formas de emancipação como componente da identidade concomitantemente à reposição dos papéis sociais, pressupostos.

216 Todas as famílias entrevistadas residiam ou em moradias sem infraestrutura básica (água, esgotamento sanitário, rede elétrica); ou com cômodos insuficientes às denominadas quatro funções básicas (repouso, alimentação, higiene e convívio/estar).

- acesso deficitário ou insuficiente aos benefícios e serviços públicos, fundamentalmente na saúde, assistência social e educação infantil;

As referências acima, mais do que privações objetivas e ameaças à reprodução da vida, configuram vivências que se repetem cotidianamente provocando afetos, que reiterados se transformam em sentimentos, compondo o universo subjetivo dos sujeitos, do qual se ocupa o presente item.

Assim, este item apresenta ou retoma depoimentos que evidenciam a cristalização de sentimentos suscitados pelas experiências de privação, seu teor “informativo” para a constituição da identidade, traduzindo parte do universo intangível das privações da pobreza como trajetória de vida. Sua apresentação se dá por um conjunto de aspectos que organiza e recupera os depoimentos coletados, analisados a luz dos conceitos que orientam esta tese.

Iniciamos por três entrevistadas: Silvania (31 anos - nome fictício); Josina (44 anos - nome fictício) e Tatiana (28 anos - nome fictício) e prosseguimos com as demais, oportunamente identificadas quanto às características básicas e os aspectos destacados.

### ***5.2.1 Constituindo identidades***

Nossa entrevistada, Silvania, 31 anos de idade (nome fictício), nascida no interior de São Paulo, reside na região, desde os sete anos de idade. Moradora há quinze anos em uma área pública de ocupação irregular, em um cômodo de blocos construído no patamar de cima da alvenaria na qual residem os pais. A energia elétrica do domicílio é fruto de ligação clandestina, enquanto o córrego próximo serve de “coletor” do esgoto doméstico. Mãe de duas meninas (quatro e 11 anos de idade), solteira, beneficiária do Programa Bolsa Família há mais de seis meses, recebendo na época da entrevista, 64 reais mensais. Bastante tímida e monossilábica, a entrevistada demonstra resignação às privações atuais e nos conta, de forma reiterada, que suas experiências de trabalho sempre foram como faxineira, segundo ela “apesar de ter o ensino médio”. Há mais de seis meses desempregada, aguarda resposta de uma família onde iria trabalhar de empregada doméstica, por indicação de uma colega.

Questionada quanto às suas maiores preocupações, ela rapidamente se refere às filhas. A filha mais velha (11 anos) busca independência e tem os “bailes funks” como objeto

de desejo, enquanto a filha menor (quatro anos) reitera pedidos à mãe por *danoninhos*. Sylvania (nome fictício) enfrenta a cada uma das preocupações da maneira como pode, segundo ela, respectivamente:

(...) eu ‘prendo’ ela em casa, tranco a porta e não deixo sair [em referência à filha mais velha]. Ela não entende, acha que eu não quero o bem dela.” [Quanto à filha mais nova]: eu compro (danoninho) uma vez, e depois falo para ela, vai para creche que lá você vai comer. Não é danoninho, mas tem outras coisas né?” Complementa: “aqui, o que está dando para comprar é arroz, feijão, salsicha, às vezes ovo... e meus pais me ajudam um pouco também, né?! Pagam o gás.

Mas, não foram as atuais privações materiais e monetárias que, de fato, mobilizaram suas emoções durante a entrevista. Embora, nos conte que enfrenta essas privações, por exemplo, se alimentando apenas uma vez por dia, ou no almoço, ou no jantar, que não toma condução, fazendo diversos percursos a pé, não enfatiza esses eventos, mas sim o fato de não conseguir se colocar em outras funções, que não sejam nas atividades de limpeza. Nossa entrevistada reforça sua percepção, segundo a qual, se tivesse realizado cursos de informática ou de inglês, estaria em melhor situação. Mas, quando estudava, nos conta que não havia “nada disso” e que “o que havia” custava muito (dinheiro). Ela completa, reiterando falas anteriores, dizendo que a dona do prédio onde ela trabalhou como faxineira lhe falava: “isso não é pra você. Você poderia estar fazendo coisa melhor! Você tem segundo grau [referindo-se ao ensino médio]. Mas, eu não tenho experiência de nada”, complementa Sylvania (nome fictício).

Diante de suas insistentes explicações “inconformadas” quanto à própria ausência de formação profissional, retomo a pergunta sobre o que ela acredita que havia lhe faltado. Ela inicia dizendo que acha que havia faltado vontade e interesse da parte dela. Pergunto então, se na juventude ela havia pensado sobre seu futuro, por exemplo, “o que você queria ser?” Se havia feito planos? Monossilábica, responde que não, diz que: queria casar, ter sua casa, seus filhos e trabalhar. Prossigo: mas, o que havia lhe faltado para que ela pudesse pensar e planejar seu futuro. Então, pela primeira vez, ela se emociona e surpreende com a resposta e a intensidade dos sentimentos relativos à infância na pobreza, até então ausentes na entrevista:

[Sobre o que havia lhe feito falta] Acho que foi a ausência da minha mãe. Eles [mãe e pai] saíam cedo para trabalhar e quando chegavam à noite, era só jantar e dormir. Não tinha conversa. Faltou conversa. Você tem mãe e pai pra te dar de comer, mas não pra te dar (...) atenção. Não tinha conversa, não tinha jeito, era assim ou a gente não sobrevivia! Foi assim a vida toda. Reunião na escola, minha mãe nunca foi. Não podia faltar no trabalho. Eu sei que eles não podiam fazer diferente [chora...], não tinha jeito... Mas, fez falta! Eu, com sete anos de idade ficava sozinha; levava meu irmão para a creche; voltava; cuidava da casa: arrumava tudo, fazia comida e ia para a escola. No fim da tarde, eu buscava ele (sic) na creche e voltava sozinha [para casa].

Pergunto à entrevistada, como ela se sentia diante daquela situação, ela diz muito emocionada: “eu ficava feliz de ajudar minha mãe; meu prazer era arrumar tudo (casa), para quando ela chegar, ela gostar de ver que tava arrumada (sic)”. Mas, prossegue em sua descrição emocionada, sinalizando que o que permanecera foram os sentimentos de dor e medo, por ter feito provavelmente mais do que se sentia em condições de fazer à época:

Meu irmão, quando estava com 12 anos, caiu na escola, teve quatro traumatismo craniano. Eu que fiquei todo o tempo com ele no hospital, sozinha, mas não tinha jeito. Minha mãe não podia perder o emprego, eu sei... (chora) mas isso era muito... era muito pra mim! Até hoje meu irmão me tem como mãe... No dia das mães é uma lembrancinha para mãe e outra para mim. (Sylvania, 31 anos - nome fictício).

Embora, os sentimentos vivenciados pela entrevistada possam não ser de exclusividade da pobreza, essa por reiteradas experiências de privações objetivas parece torná-los “quase” inevitáveis. Trata-se de afetos (desamparo, impotência, medo e solidão) que ultrapassam a condição de emoções momentâneas, “transformam-se” em sentimento, porque perduram e integram a subjetividade de quem os vivencia precocemente, de forma cotidiana e solitariamente. São afetos que não são fortuitos, ou acidentais, uma vez que inscritos em trajetórias relacionadas a privações objetivas (e recorrentes) da pobreza. Nesse sentido, caracterizam um aspecto do sofrimento cotidiano face à pobreza, onde as privações são da ordem do intangível, de difícil identificação em parcela das investigações destinadas ao tema, mas decisivas ao conhecimento da pobreza, por meio das limitações impostas ao sujeito e à conformação de sua identidade.

Contribui para a compreensão dos conteúdos acima as abordagens voltadas à investigação dos afetos, seu papel na constituição da identidade e, possivelmente, nas trajetórias do sujeito. Os afetos nos falam das concepções já destacadas, em referência a diferentes autores, com destaque para Damásio (1997), Lima (2010) e Sawaia (2007). Conforme os autores, o que nos afeta<sup>217</sup> positiva ou negativamente participa em nossa identidade, conforma e nos informa (correta ou incorretamente) sobre nós mesmos, nossas eventuais possibilidades e limitações, referenciadas aos nossos contextos.

Em campo analítico complementar, Sen (2000) compreende a condição de pobreza como mais ampla do que a evidência de privações materiais, sendo a privação da multiplicidade dos recursos humanos (capacidades) bloqueados em seu desenvolvimento. Trata-se de aleijar a vasta e diversificada condição de desenvolvimento humano. Por essa razão, Sen considera que se trata de compreender a pobreza “como privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas considerações básicas” (SEN, 2000, p. 114). Assim, segundo Sen, pode-se dizer que estar na condição de pobreza é ainda mais do que enfrentar carências, tais como: a fome; a falta de cuidados com a saúde; a moradia precária e insegura; a escassez monetária; e seus rebatimentos nas diferentes fases da vida humana. É ter a multiplicidade dos recursos humanos (capacidades) bloqueados em seu desenvolvimento. Entendemos que, entre esses recursos se coloca, de forma primordial, aqueles do âmbito da subjetividade, associados à formação da identidade.

---

217 Conforme mencionado no primeiro capítulo, entendemos por *afeto*, tal qual propõe Sawaia (2007), tudo o que nos toca: experiências da ordem física (frio, fome etc) ou das emoções (medo, humilhação, raiva, etc), dado que somos corpo e mente, mas sem que haja cisão. Atribuímos sentido às experiências físicas e das emoções, porque somos subjetividade, e por essa razão, os sentidos não são decorrência do plano das ideias, mas da experiência dos afetos. Assim, o que se vive no corpo e na mente necessariamente adquire sentido (interpretação) subjetivo, porque é experimentando na dimensão particular, mas radicado no contexto histórico e social. As experiências de ordem física não o são *stricto-sensu*, porque não são vivenciadas sem que adquiram sentido, sem que sejam interpretadas e integradas à subjetividade. Assim, o frio, a exposição ao relento, a fome eminente não são somente experiências que afetam ao corpo, mas adquirem sentidos, tal como de impedimentos, constrangimentos, imposições limitadoras ao sujeito. Essas noções concebem o sujeito como “potencia de agir para manter a própria substância – que é de homem livre e alegre” segundo Sawaia, em referência à Espinosa. Por essa razão, os afetos cujos sentidos funcionam restringindo as possibilidades e capacidades humanas, assim como o medo, a humilhação, o rechaço social, impedindo a conformação das identidades são aqui tratados como: *afetos restritivos* ao exercício do Ser.

Assim, supomos que, no caso de nossa entrevistada acima (Silvania - nome fictício), o não desenvolvimento de capacidades, como os requisitos à formação profissional – almejada por ela – foram antecedidos por sentidos e significados subjetivamente atribuídos às privações da pobreza, na forma de sentimentos de impedimento à vida, privação de atenção, convivência amorosa e orientação da parte das relações familiares, comprometidas (objetiva e simbolicamente) por rotinas desgastantes destinadas fundamentalmente à manutenção da sobrevivência familiar. Sentidos e significados que passam a integrar a conformação da identidade da entrevistada, muito mais na forma de “falta sentida” do que de projeto a ser realizado, ao que sugere seu depoimento, influenciando percepções acerca de si mesma, da realidade vivenciada em suas possibilidades e limitações.

Assim, de forma apropriada, Dierterlen (1991) em referência a Nussbaum, destaca o sentido atribuído à realização ampla de dimensões humanas em complementação ao atendimento às necessidades associadas à sobrevivência. Entre as dez orientações propostas pela autora como referenciais de bem estar humano lembramos<sup>218</sup>:

(...) poder vivir con y para otros, reconocer y mostrar preocupación por otros seres humanos, comprometerse en varias formas de interacción familiar y social; poder usar los cinco sentidos, imaginar, pensar y razonar; poder formase una concepción de bien y comprometerse a una reflexión crítica acerca de la planificación de la propia vida. (DIERTERLEN, 2006; p. 66-67).

No cenário de ausências e privações, traduzido pela entrevistada acima (Silvania - nome fictício), pode-se dizer que sua trajetória e de sua família coloca a questão da pobreza como processo de impedimento às possibilidades humanas fundamentais, sobretudo a possibilidade da constituição de identidades relativamente autônomas, nos termos formulados por Lima (2004). Nesse sentido, incluem a capacidade de se constituir e atuar conforme os papéis sociais que nos reservados mas a esses acrescentar projetos que reflitam necessidades identificadas menos com expectativas socialmente definidas e mais com desejos do próprio *self*, conforme primeiro capítulo. No caso de Silvania (nome fictício), os sentidos atribuídos subjetivamente às privações da pobreza incluem a dor do desamparado, sem que houvesse a

---

218 Destacado no primeiro capítulo desta tese.

identificação de “culpados”, não provendo bases seguras às buscas destinadas à formação de sua identidade. Lembrando que, para o autor acima, identidade inclui além dos papéis definidos (identidade pressuposta), o desejo de ultrapassar esses papéis, o que poderá constituir-se (ao sujeito) tanto como meta proposta, quanto como falta sentida. No caso de nossa entrevistada, a busca permanece como falta sentida, explicada pelo esforço de constituir identidade de forma solitária e insegura, predominantemente pelo exercício de “papéis sociais” (o mais próximo talvez tenha sido o de “mãe”), ainda na precocidade da infância<sup>219</sup>. Nesse caso, talvez contribuindo para suas futuras dificuldades de incluir a busca por oportunidades de mudança, consideradas, por ela, possíveis, “tecnicamente”. Vale lembrar que a identidade decorre da construção e reconstrução constantes na dimensão do cotidiano, supondo relações familiares e sociais ou, conforme Lima: “Identidade é a articulação que o indivíduo faz com o que fazem/fizeram dele em todos os momentos” (LIMA, 2010, p. 148). Assim sendo, as intersubjetividades são constitutivas da articulação citada, ou mais precisamente, são carregadas de conteúdos que conformam e transformam as identidades. No caso de trajetórias de pobreza extrema, como sugerem os depoimentos, a multiplicidade de referências, de trocas intersubjetivas e de oportunidades resulta comprometida, quando não desvirtuada seja na dimensão da vida privada ou das vivências coletivas e públicas.

Além da entrevista acima, dois outros depoimentos complementam este item.<sup>220</sup> O primeiro refere-se à trajetória de dona Josina (44 anos - nome fictício), e o segundo de Tatiana (28 anos - nome fictício). Em ambos os casos, as privações vivenciadas representaram muito mais do que a vivência de carências materiais e monetárias, significaram impedimento aos direitos fundamentais da infância, traduzidos no universo subjetivo como afetos de dor e humilhação que marcaram as identidades de cada uma das entrevistadas.

Iniciamos pelo depoimento de dona Josina (44 anos - nome fictício), primário incompleto, residente na região há mais de 20 anos com um filho (16 anos). Ex-moradora de uma das áreas de risco na própria região, onde permaneceu por mais de 15 anos, com eventu-

---

219 É interessante lembrar que em coletas primárias quantitativas as possibilidades de verificação dessas situações permanecem restritas às categorias analíticas que classificam a participação infantil nos afazeres domésticos, sem maiores investigações.

220 Ambos os depoimentos foram abordados parcialmente no terceiro capítulo, sendo aqui retomados quanto aos aspectos de interesse deste capítulo.

ais auxílios da Igreja católica e de uma antiga patroa (a entrevistada trabalhava como diarista). Atualmente, vive da reciclagem de latinhas e eventuais transferências públicas em espécie (cesta básica). Reside no patamar de baixo de um “sobrado” de alvenaria precária, situado próximo ao pé da Serra, sem ligação de água ou esgoto, com iluminação obtida por ligação clandestina. O acesso a sua moradia se dá por uma viela de terra, visivelmente dominada pelo tráfico, à qual pude ter acesso sem dificuldades, segundo a entrevistada, porque estava em sua companhia, conforme mencionado anteriormente. Além de suas atuais privações (retomadas posteriormente), também sua infância no interior da Bahia, fora de intensa pobreza, privação de direitos, trabalhos forçados e impedimentos à vida, conforme segue abaixo:

Eu nasci na Bahia, no interior. Era eu e mais cinco irmãos. Meu pai e minha mãe trabalhavam enchendo tripa. Eu ia para a escola e ajudava minha mãe nas coisas (da casa). Mas, quando eu tava (sic) com 10 anos minha mãe morreu no parto, o médico ‘matou ela’ e o bebê com uma injeção. Meu pai me tirou da escola para eu ficar limpando a casa, eu não queria isso! Já tava sem minha mãe! Meu pai me tirou da escola e disse: agora, filha você vai cuidar da casa e dos seus irmãos [três menores do que ela] (...) “Eu não queria ter saído da escola, eu já estava acostumada a ler e escrever. Eu falei para ele: pai, eu não quero sair não. Eu pensava que assim eu podia trabalhar numa grande empresa, num escritório. (dona Josina, 44 anos - nome fictício).

Com mágoa, a entrevistada prossegue:

Eu tava bem estudando, eu gostava muito da escola, gostava de aprender (...). Isso acabou comigo! (...) Aí, meu pai veio para cá (São Paulo, Carapicuíba), morar com uma mulher e trouxe a gente junto. Mas, ela me fazia trabalhar muito, me batia, me deixava amarrada sem comer, tive minhas costelas quebradas. Meu pai caiu doente de cama, não podia fazer mais nada. Em menos de um ano eu fugi [a entrevistada tinha 11 anos], com minha irmã de criação para casa de uma mulher que a gente conhecia. Ela me arrumou um trabalho na casa de uma família e a gente ficou lá com ela.

É evidente que as condições de carência da família da entrevistada se ampliaram com a morte da mãe, fazendo lembrar que fatores dessa natureza<sup>221</sup>, em circunstâncias de

---

221 Vale lembrar as colocações de Sen quanto aos agravantes às causas ou intensificação da pobreza, como são o caso de doenças, mortes de familiares, acidentes, desastres ou catástrofes naturais.

vulnerabilidade aprofundam a pobreza. No caso dela, sinalizando, inclusive restrições na efetividade dos direitos, que nem mesmo mais tarde seriam revistas, tampouco superadas. Além disso, convivências, relações comunitárias ou sociais não aparecem na trajetória da entrevistada como recursos à ampliação de suas possibilidades objetivas ou da subjetividade. Não há na narrativa de Josina (44 anos - nome fictício) presenças importantes, a mais próxima a esse papel teria sido da antiga patroa, mas sem que agregasse sentido às restrições e sofrimentos da entrevistada, segundo conteúdos de seu depoimento.

De forma ainda mais evidente, afetos e sentimentos que funcionam como impedimentos à constituição da identidade são observados no depoimento de nossa outra entrevistada, Tatiana, 28 anos de idade, sem alfabetização, residente há cerca de treze anos em Vista Alegre, tendo passado por diferentes barracos, todos em áreas de risco. Sem trabalho fixo, sobrevive a partir da coleta de recicláveis na região e como ajudante em uma barraca de feira. Perdeu seu barraco nas chuvas do início do ano<sup>222</sup>. Mãe de três crianças, sendo que uma delas – segundo o relato emocionado da entrevistada – está sob a guarda do Conselho Tutelar, tendo sido esse o momento mais crítico de nossa entrevista. Essa situação se agrava por ter sido a própria entrevistada abandonada ao nascer<sup>223</sup>, tendo sido criada quase exclusivamente em abrigos e instituições públicas, com um breve (e infeliz) período de adoção<sup>224</sup>. Sem referência de afeto primário, por abandono precoce em razão de pobreza extrema, traz espontaneamente em seu depoimento a dimensão representada por esse sentimento durante sua vida no orfanato, assim descrito:

Sabe quando a gente, lá pelos seis ou sete anos, começa a se ver ... a se entender como gente?!... Eu via as meninas recebendo visita de parente... Caramba! E eu?... Então, quem sou eu? Os outros aqui [orfanato] me batem, me humilham, e ninguém vem me ver, então eu não sou ninguém aqui dentro. Foi aí que a minha vida desandou! (Tatiana, 28 anos - nome fictício).

---

222 Na época, o ano de 2011.

223 A entrevistada conta que a fragilidade de sua saúde ao nascer e as condições de miséria que sua mãe enfrentava foram as explicações que recebeu sobre as razões de seu abandono.

224 Adotada aos nove anos de idade, estuprada pelo pai adotivo, sem apoio da mãe adotiva, foge de casa e passa a morar nas ruas do centro da capital até ser levada, por um furto de um pacote de bolacha à internação na antiga Febem, de onde fugiu aos 15 anos, indo para a região da Brasília por orientação de uma colega também interna na época e com familiares residindo em Vista Alegre.

Foi comum aos depoimentos analisados, o papel exercido pela dimensão dos afetos, prioritariamente do afeto identificado com a vivência do amor, traduzido por seu impedimento frente ao cotidiano de variadas privações e carências da família. No caso, o afeto amoroso, esse, entre outros, parece contribuir para “informar” o sujeito acerca de si mesmo, constituindo um poder subjetivo ou um “motor” (Archer, 2003) ou sentimentos com teor cognitivos (DAMÁSIO, 1997). Dessa “informação” talvez dependa muito do que se espera, socialmente, dos sujeitos, tais como: seu papel e atuação em sociedade, suas escolhas, ou o desenvolvimento de suas capacidades objetivas. Esses desafios, socialmente previstos, tendem a se agravar diante das privações associadas à pobreza, não só por razões ou impedimentos objetivos, mas por constrangimentos representados por essas vivências no âmbito subjetivo. Embora não seja regra, as privações do afeto – ou restrições intangíveis – tendem a ter o lugar, de certo modo, “facilitado” em contextos e trajetórias de intensa pobreza.

Nesse sentido, a pobreza, como processo intergeracional, em suas formas de restrição às relações e afetos humanos, penetra a intimidade e participa da imagem que o sujeito possa fazer acerca de si mesmo. Desse modo, participa delimitando seus possíveis papéis ao compor sua identidade e possibilidades de atuação. Tudo isso, talvez esteja a dizer que a pobreza seja mais do que um fenômeno social revelando dimensão composta por componente psicossocial que conta e interfere na relação que o sujeito possa vir a estabelecer consigo mesmo e, por decorrência, com os componentes de seus contextos diversos.

Parece haver a tendência à cristalização de sentimentos de impedimento à constituição da identidade, em sua dimensão não pressuposta, ou da emancipação (LIMA, 2010). Ou dito de outro modo, são os sentimentos de extrema sensibilidade ou vulnerabilidade que passam a “fazer parte da amarga psicologia daqueles que sofrem”. (MARGALIT, 1977)<sup>225</sup>.

---

225 É evidente que tragédias pessoas não são exclusividade da condição de pobreza, mas essa agrava os danos de sua ocorrência.

### 5.2.2 *Privações materiais e de direitos*

Se o tópico acima chamou a atenção para a presença de sentimentos e de afetos que sugerem limites à constituição das identidades em contexto de privações extremas, este, que inicia, destaca a “atualidade” de certos conteúdos – afetos e sentimentos – em situações ou experiências de pobreza intensa. Retoma e complementa depoimentos já abordados, trazendo referências às privações vividas e sua ênfase nos sentimentos de humilhação, rechaço social, extrema vulnerabilidade e perda de controle sobre a própria vida.

Como mencionado anteriormente, um conjunto de aspectos comuns aos depoimentos coletados organiza a sequência do presente item, referindo-se às experiências e aos esforços (da parte dos entrevistados) destinados ao alívio das carências extremas, assim apresentados: acesso aos benefícios monetários e em espécie e acesso aos serviços públicos.

#### 5.2.2.1 *Acesso aos benefícios monetários ou em espécie*

Retomemos o depoimento de dona Josina (44 anos - nome fictício), apresentada no tópico anterior. Durante nossa entrevista, questionada acerca da maior dificuldade representada pela pobreza em sua vida, a entrevistada relembra as diversas vezes em que sozinha, grávida, deixava o bairro, batendo de porta em porta em bairros vizinhos até a região da Lapa, pedindo auxílio:

(...) o mais difícil [da pobreza] é assim: em casa não tinha arroz, feijão... aí tem que sair para pedir. Dá muita vergonha!” (...) Então, eu não pedia dinheiro, eu pedia arroz, feijão, macarrão (...) ou um trabalho, porque as pessoas me viam pedindo dinheiro e falavam: ‘vai trabalhar vagabunda!’. Aí... Eu não aguentava, eu ficava angustiada, ia para um canto e só chorava. (Josina - nome fictício).

A fala de nossa entrevistada levanta algumas possibilidades interpretativas, entre as quais destacamos, com base na noção de afeto sistematizada por Sawaia (2007)<sup>226</sup>: a inexistência de cisão entre questões objetivas (carência monetária, fome) e subjetivas, porque

---

226 Sobre isso ver: Capítulo 1, nota 44.

constituem experiência humana, como tal, impregnadas de sentido, nesse caso, os de: humilhação, vergonha e angústia. Atrás de carências objetivas há um leque de afetos e sentimentos integrando a subjetividade, razão pela qual Damásio pondera: “o *sofrimento, quer comece no corpo ou numa imagem mental, acontece na carne*” (DAMÁSIO, 1997, p. 18), Nesse sentido, “explicando” o desamparo, a hipervulnerabilidade e o sentimento de perda de controle sobre a própria vida, sentimentos dos quais nos falamos Margalit (1997), acerca daqueles grupos em situações vulneráveis, tal como no caso da pobreza extrema.

De forma similar, o sentido atribuído por outra de nossas entrevistadas às privações materiais, as recoloca como experiências cotidianas e da dimensão dos afetos. Trata-se de Andreia (nome fictício), 24 anos, desempregada, ensino médio completo e que vem se ocupando dos cuidados domésticos, dos irmãos e sobrinho, enquanto a mãe busca trabalho. Moram em sete pessoas, em três cômodos alugados, no patamar inferior de uma casa, abaixo do nível da rua. Acumulam dois meses de atraso de pagamento de aluguel, enquanto aguardam pelo programa emergencial da prefeitura ‘auxílio aluguel’. Economizam as escassas finanças em tudo o que podem<sup>227</sup>, resultando em vivências cotidianas de sofrimento e impotência como se destaca na narrativa abaixo:

(...) é horrível, em uma casa com três crianças, você ficar controlando comida; eles pedem e você tem que falar que não tem! Se tem só um pão, é dividido, um pedacinho para cada um. E não adianta pedir, não tem mais! No Natal mesmo, a gente não tinha nada (...). Quem ajudou um pouco foram os irmãos da igreja (evangélica) Às vezes pessoas que a gente não conhece ajuda mais do que o governo. Aqui, fruta é muito raro. É difícil falar isso para você [vergonha], mas é assim. (...) Isso dá muita tristeza, eu durmo e acordo pensando em como pagar contas. (Andreia, 24 anos - nome fictício).

Sentimentos semelhantes são expressos por outra entrevistada dona Nena (44 anos - nome fictício), que reside com a família, em área de risco, em um barraco extremamente precário, abordado anteriormente<sup>228</sup>. Dona Nena (nome fictício), sem alfabetização, nunca

---

227 Vale lembrar, conforme terceiro capítulo, que Andrea e a mãe tiraram o irmão do trabalho por entenderem que ele estava servindo ao tráfico na região. O jovem de 16 anos está em casa, sem trabalho, nem estudo, com a namorada grávida.

228 Sobre isso ver Capítulo 3 deste estudo.

trabalhou de forma remunerada, sobretudo em razão da ausência de apoio nos cuidados com dois de seus filhos que apresentam distúrbios mentais ou psiquiátricos. A família vive dos “bicos” realizados pelo atual marido da entrevistada, um senhor de 62 anos, com problemas de saúde. A entrevistada já recebeu auxílios da assistência social por meio de cestas de alimentos, por períodos alternados, hoje esse benefício não está disponível para sua família, conforme nos narra:

(...) se tivesse pelo menos a cesta... ajudava bastante, mas nem isso. Aqui a gente come quando tem, quando não tem, não come.” (...) [Pergunto, então das crianças ao que ela responde] Elas comem na escola, vêm de barriga cheia. Duro é o menino que não vai pra escola (...) [em referência ao filho de 14 anos, com distúrbios psiquiátricos, segundo depreendemos das descrições da entrevistada].

Assim como o acesso aos benefícios de emergência se faz de forma descontínua para dona Nena (nome fictício), a possibilidade do acesso aos direitos sociais básicos sequer está prevista, conforme complementa:

(...) oh meu Deus ... sabe o que é não ter um troco para comprar sabão!? Andar com roupa suja, não tem onde lava...aqui é assim, se tem sabão lava, se não tem não lava!...E chuveiro? Não tenho chuveiro! Dar banho em um filho excepcional, que usa fralda até hoje (13 anos), sem um chuveiro?! É sofrimento demais!

A dimensão intangível associada às privações materiais e a não efetividade dos direitos ocupa o cotidiano da entrevistada, como a vivência reiterada de impedimentos para a satisfação de funções básicas (vestir, higienizar, repousar), agravados pelas imposições decorrentes da situação de saúde do filho. É, portanto, o conjunto desses componentes que perfazem sua condição de pobreza, que se define por afetos físicos e do âmbito das emoções, específicos às privações cotidianamente experimentadas. Assim, são esses afetos que conformam e integram suas percepções e sentimentos, compondo e definindo seu universo subjetivo, seja pela dimensão que em si representam, seja pela ausência de experiências ou oportunidades diversas daquelas que compõem o cotidiano.

O cotidiano das relações familiares de outro de nossos entrevistados, Sr. Joca (46 anos - nome fictício), citado anteriormente,<sup>229</sup> também é configurado, sobretudo, a partir das

---

229 Sobre isso ver capítulo terceiro desta tese.

imposições da pobreza extrema. Sr. Joca, não alfabetizado, vive da coleta de papelão, residindo na região com a família em um barraco bastante precário, adquirido com os recursos da prefeitura após ser removido de uma das áreas de risco da região. Entre a mágoa e o orgulho ferido, o entrevistado relata as brigas cotidianas com a mulher, que remetem à associação entre as privações materiais e a condição de fracasso do entrevistado. Ciente de suas impossibilidades, que ele considera ter sido o fato de “não saber ler e escrever”, além dos atuais problemas de saúde – tuberculose – o entrevistado resume seu cotidiano de pobreza da seguinte forma:

(...) a mulher em casa fica me chamando de vagabundo, porque só tem arroz e feijão... (...) Oh... só xinga, xinga, eu fico todo magoado, pô! Vagabundo éh?! Mas, meus filhos nunca passaram fome. Pode ser arroz feijão, mas sou eu que ponho. (Sr. Joca - nome fictício).

Mais do que ausência de renda e privação de direitos, a vivência da pobreza expressa por nossos entrevistados representa um conjunto de impossibilidades à convivência e aos relacionamentos humanos, comprometidos pela ausência de bem estar básico. Vivências decorrentes de afetos físicos – alimentação reduzida, ausência de condições de higiene, desconforto físico, risco à moradia – e seus (quase) correspondentes no âmbito das emoções – tristeza, mágoa, angústia, vergonha, solidão, frustração, fracasso, que afirmados, cotidianamente transforma-se em sentimentos dirigidos à vida e a *si mesmo*. Trata-se da prevalência de sentimentos que limitam a existência e a potência humana como decorrência de privações materiais, sociais e de direitos ao sujeito. Sentimentos restritivos porque “informam” impossibilidades, tais como as próprias condições do sujeito de se manter, levando a crer, desse modo, sua condição de fracasso e atingindo sua dignidade. Isso porque, lembrando Margalit, a dignidade implica atitude afirmativa ou afirmação expressa do respeito a si mesmo da parte do sujeito perante aos outros. (MARGALIT, 1997, p. 52) A impossibilidade dessa atitude afirmativa está, de certo modo, representada na vivência da dúvida acerca de suas condições como agente da própria vida, reiterando o sentimento de perda de controle sobre as decisões da própria vida.

De forma propícia ao enfrentamento de parcela das dificuldades também intangíveis, Dieterlen (2006) defende abordagens relativas à pobreza capazes de reforçar o papel da distribuição dos benefícios (públicos) para que as pessoas possam Ser e não só Ter ou

Fazer. Ou seja, sugerindo que por detrás do atendimento às necessidades básicas, estaria em parte o suporte à indispensável necessidade humana de cultivar as oportunidades do Fazer para constituir o Ser – ou seja, a identidade de sujeito partícipe, em diferentes dimensões da sua realidade cotidiana. No entanto, tanto o Ser quanto o Fazer supõem interações humanas que implicam intersubjetividades, que nas condições de pobreza tendem a reiterar afetos que constroem a conformação da identidade. E, não raramente, impõem ao sujeito ver a si mesmo em situações que afrontam sua dignidade humana, reiteram sentimentos de humilhação como se esses passassem a lhe “informar” acerca de si mesmo. Sentimentos de humilhação e destituição do próprio valor de ser humano são expressos com maior ênfase no tópico abaixo.

#### *5.2.2.2 Acesso aos serviços públicos*

Parcela das narrativas associadas às privações cotidianas da pobreza refere-se, também, aos esforços da parte dos entrevistados em acessar serviços e benefícios públicos. Esses esforços, em geral, resultam em atendimentos frustrados, não somente pela incompletude de seus resultados objetivos, mas pelo sentido atribuído a essas experiências, ou seja, pelos afetos suscitados. Os trechos abaixo retomam dois depoimentos mencionados no item anterior. O primeiro trazido, novamente, por dona Josina (44 anos - nome fictício) em referência as suas experiências na busca por atendimento de saúde na Unidade Básica de Saúde – UBS local e o segundo por (já citada) Tatiana (28 anos - nome fictício) em atendimento médico hospitalar na região:

(...) eu tenho muita dor na minha barriga, dói há muitos anos. Eu ‘vou no’ posto, explico, eles examinam, mas não acham nada. Mas não me mandam fazer nada, nenhum exame (...) o médico de lá disse que não me atende mais, que é pra eu arrumar um dinheiro e ir para o médico pago... Isso é humilhação, porque eu sou pobre, negra, não tenho uma roupa boa, então eles acham que de qualquer jeito tá bom [em referência ao atendimento médico da UBS Vista Alegre]. Agora, se a senhora chegar lá vai ser bem tratada, mas a gente aqui, nem senta quando entra na sala [do médico]! (Josina, 44 anos - nome fictício).

A evidência dos sentimentos de humilhação, expressos acima por dona Josina, frente ao direito à saúde, considerado não efetivado pela entrevistada, parece representar ainda, no âmbito de sua subjetividade, o questionamento de sua dignidade humana. A compara-

ção utilizada pela entrevista quando à representação social do “atendido”, no caso: se (fosse) ela, pobre e negra, ou se (fosse) eu, branca e com boa roupa – expressa tanto a humilhação sentida, quanto o questionamento de sua dignidade. Ambos os afetos estão intimamente relacionados à sua condição social de pobreza e de privação dos direitos sociais, e tão destrutivos ao sujeito quanto o são as ameaças físicas – a fome, o frio, o desabrigo – das privações da pobreza, ainda que, em dimensões diversas. E, ainda, ambos os afetos constituídos nas interações e relações (humanas), neste caso, permeadas por atuações em âmbito institucional, para além da responsabilidade (exclusiva) de quem os vivencia e, sobretudo, promotoras de referências socialmente reconhecidas. A experiência de nossa entrevistada confirma as preocupações de Margalit (1997) frente às formas de humilhação que transcorrem no âmbito das instituições e de suas práticas cotidianas, a serem combativas na busca por sociedades decentes.

Com sentido e significado similar, segue a narrativa de Tatiana (28 anos - nome fictício), acerca de seu sofrimento no atendimento hospitalar de sua filha:

Minha filha teve pneumonia e ficou internada. Eu passei os três dias que ela ficou lá, no corredor do hospital, no frio, com uma camisa e chinelo, sem comida, sem cobertor. Ninguém olhava pra mim. Médico não me respondia. Então, é assim: pobre tem que sofrer mesmo, é isso que eles pensam! A gente que é pobre não tem valor, não tem serviço, não tem roupa. A gente sofre preconceito e não vale nada! (Tatiana, 28 anos - nome fictício).

Os sentimentos expressos por Tatiana acerca de: “não ser vista; ter que sofrer por ser pobre; e não valer nada” compõe a dimensão intangível da pobreza e se afirma, fundamentalmente, nas relações sociais e institucionais, como sugere Margalit (1997). Como tal, não ficam apenas nas evidências objetivas dessas relações, enquanto se dão, mas passam a integrar a subjetividade do sujeito. Há uma construção interior da própria imagem, que inclui fortemente a própria condição de pobreza como uma representação de si mesmo. Desse modo, os afetos destacados acima pela entrevistada expressam sua realidade e nos contam acerca de suas (im)possibilidades como agente da própria vida. Parece ser essa uma das dimensões que caracterizam a pobreza e impõem dificuldades às possibilidades investigativas, destinadas à compreensão e caracterização da pobreza.

Nossa entrevistada, Tatiana (28 anos - nome fictício), complementa sua narrativa com experiências de seu cotidiano em referência à falta de medicamentos, destinados ao filho de dois anos que sofre de epilepsia. Essa situação foi, ainda, agravada por sua extrema vulnerabilidade decorrente da perda repentina de seu barraco, em razão dos deslizamentos causados por fortes chuvas. Essa sobreposição de carências representa o que reconhecemos como caráter multidimensional da pobreza, mas colocam-se muito além do permitido pelas constatações objetivas na identificação e mensuração desses fatores, conforme abaixo:

Eu não pude nem pegar o colchão que a prefeitura deu quando teve enchente, porque quando a prefeitura deu, eu não pude ir, porque meu filho teve ataque (epilepsia). (...) Ele tá sem remédio, porque aqui no posto o remédio tá em falta [chora] e a médica falou para mim: ‘não vou te dar nem a receita, você não vai poder comprar mesmo’...[chora]... Mas tem o posto onde ele fazia tratamento, lá tem ...mas eles não querem dar porque eu não tenho o cartão, mas tá soterrado [o barraco desabou]. Eu falei para eles: tá soterrado! Eles falaram que para fazer outro, só com endereço fixo. Mas, eu não tenho, to num barraco de favor! Quando ele tem ataque, ele fica todo roxo. Nem creche eu conseguia para ele! Mas ninguém liga... né?! Não são eles, sou eu que vou ter que me ver com isso, né? (Tatiana, 28 anos - nome fictício).

No trecho acima, além da evidência do acúmulo de privações, chamou a atenção, a atitude da mencionada médica acerca das razões para a não prescrição da receita médica – conforme expressão: “você não vai poder comprar mesmo” – expressando provavelmente a representação socialmente reservada à pobreza extrema. Essa representação sugere a perda de confiança no enfrentamento das privações, sendo dirigida diretamente ao sujeito em vulnerabilidade extrema. Representações desse teor ao distanciarem as privações da pobreza como manifestação da insuficiência de direitos reforçam “mensagens” ao sujeito acerca de sua impossibilidade *de* controle sobre sua própria vida. Nesse sentido, reiteram sentimentos de extremo desconforto e conflitos subjetivos que ameaçam o bem estar básico necessário à atuação do sujeito perante a vida. Afetam o sujeito quanto aos sentimentos que esse possa vir a dirigir a si mesmo, sobretudo aqueles relacionados à confiança e dignidade. Por essas razões, o intangível presente no cotidiano da pobreza representa talvez uma ameaça ao sujeito, tanto quanto o risco da fome, desnutrição, frio e demais privações materiais. Ou dito de outro modo, conforme reflete Sawaia (2010, p. 98).

Perguntar por sofrimento e por felicidade no estudo da exclusão é superar a concepção de que a preocupação do pobre é unicamente a sobrevivência e que não tem justificativa trabalhar a emoção quando se passa fome (...).

Justificativas quanto à validade de se conhecer os afetos e os sentimentos como recursos que sustentam o sujeito no indispensável exercício das capacidades humanas do pensar e discernir podem ser encontradas em Damásio (1996). Vale lembrar que para o autor: “que nosso próprio organismo e não uma realidade externa absoluta é utilizado como referência de base para as interpretações que fazemos do mundo que nos rodeia e para construção do permanente sentido de subjetividade que é parte essencial de nossas experiências.” Entre as noções que apoiam o proposto de Damásio está a referência do organismo em interação com o ambiente: “como um conjunto: a interação não é nem exclusivamente do corpo nem do cérebro; (...) e as operações fisiológicas denominadas por mente derivam desse conjunto.” Portanto, para o autor, esse conjunto é o sujeito, ou o homem integralmente, afetado (e afetando) em suas emoções e sentimentos por referências externas, o que lhe permite afirmar, em complemento às citações acima que: “o sofrimento, quer comece no corpo ou numa imagem mental, acontece na carne” (DAMÁSIO, 1997, p. 18).

Dito de modo mais específico pelo autor:

A emoção tem vários papéis no processo de raciocínio (...) pode dar mais relevo a determinada premissa e, assim, influenciar a conclusão em favor dessa premissa. A emoção também auxilia no processo de manter na mente os vários fatos que precisam ser levados em consideração para chegarmos a uma decisão. (DAMÁSIO, 1997, p. 7).

Nesse sentido, desconhecer a trajetória do sujeito, na ótica de seus sentimentos e afetos, é desconhecer suas reais possibilidades e limitações frente às imposições de seu contexto diário. De modo que, as possibilidades e limitações não são do domínio exclusivo dos eventos objetivos da realidade – ou das estruturas – na medida em que seu potencial também passa pelas legítimas possibilidades e dificuldades que compõem as subjetividades do sujeito em suas interações cotidianas.

A trajetória na pobreza tende a acarretar consequências que restringem a atuação humana, inclusive, porque influenciam negativamente a percepção de si mesmo. Experiên-

cias de humilhação, rechaço social, falta de proteção, vergonha, revolta e desesperança são formas de cristalização no universo da subjetividade, das privações materiais, de direitos e de oportunidades, contribuindo para sentimentos de perda de controle sobre a própria vida e de extrema vulnerabilidade emocional. De difícil segmentação, esses sentimentos, tal qual destacado nos capítulos anteriores, se complementam e se retroalimentam ao longo da vida dos entrevistados, conforme sugerem as narrativas observadas.

De fato, os limites impostos ao exercício da condição de sujeito, incluindo, suas capacidades de discernir e decidir ganha evidência na continuidade dos depoimentos abaixo, em referência às formas da ação pública em áreas de risco à moradia. Voltando à dona Josina (44 anos - nome fictício), após ter sido convencida a deixar sua alvenaria situada na Serra, em área de risco onde vivia há cerca de 10 anos, recebeu cinco mil reais da Prefeitura para, segundo ela “arrumar onde morar”<sup>230</sup>. O resultado, como descrito anteriormente, foi um barraco de alvenaria, em área não urbanizada, sem ligações às redes de abastecimento e de esgotamento sanitário, em frente a uma clareira na encosta da Serra, utilizada como área de descarte do tráfico na região. A entrevistada assim considera a situação em questão:

Eu não queria comprar aqui não. Eles falaram – procura a casa num lugar que ninguém vai te amolar. Eu arrumei uma casa perto do CEU. Mas, por causa de um ‘som ligado no último’, o homem da igreja que ia completar mais três mil [a casa custava oito mil reais] não deixou eu comprar. (...) quando ele apareceu de novo, ele disse que a casa já estava comprada. Ele escolheu a casa aqui, eu nem vi. Eu não queria essa casa, com essa família em cima [há dois pavimentos na casa] é barulho dia e noite; barata que entra pela fresta e cai do teto; entra rato. Quando eu vi, a casa era essa. (dona Josina, 44 anos - nome fictício).

Diante das colocações da entrevistada, prosseguimos solicitando que ela contasse um pouco mais sobre esse episódio, ao que ela assim prossegue:

Eles [Prefeitura] deram o cheque para mim, mas com cinco mil... a gente não acha nada. O engenheiro [prefeitura] falou para mim que ia ter uma assistente social [para ajudar na escolha da moradia], mas não veio ninguém. Deixei meu endere-

---

230 Conforme destacado no capítulo terceiro trata-se do programa da Prefeitura de São Paulo – Auxílio Moradia, executado pela Sehab na época. Segundo técnicos contatados na instituição, trata-se apenas de ações de emergência, não configurando programas de intervenção para provisão de moradia.

ço lá [segundo a entrevistada na Cachoeirinha], ninguém veio me procurar, eles tratam a gente assim: “que nem cachorro toma aí os cinco mil e vai para qualquer lugar. (dona Josina, 44 anos - nome fictício).

Uma vez mais, os sentimentos expressos no trecho acima remetem à associação das privações materiais e dos direitos e, ainda, ao risco de perda da dignidade. Dado nesse caso, pelo tratamento que desconsidera a condição de sujeito daquele que é “atendido” pela ação descrita.

Situação similar é enfrentada por outro entrevistado, confirmando, desde logo, a incompatibilidade entre a natureza do problema e o caráter da ação pública, classificada como ação de emergência. Mas, ainda, deixando claro certa condição de “inexistência” do sujeito na concepção e implementação dessas ações, expressa tanto nos reduzidos valores monetários transferidos quanto na inexistência de apoio às famílias envolvidas. O trecho que segue abaixo, trazido pelo sr. Joca (já mencionado), reforça a situação acima:

Minha mulher, que não sabe lidar com dinheiro pôs mais de mil para perder, por aí ... comprou panela, armário. O que sobrou deu só para esse barraquinho – dois cômodos (cozinha e quarto), o banheiro é fora. As crianças passam o dia em cima da cama vendo TV. A Prefeitura apareceu depois de cinco anos que a gente estava aqui, mas foi para tirar a gente de lá [área de risco em que morava] que iam derrubar. Deram os cinco mil e derrubaram tudo em poucos dias. Aí a gente foi para outra área igual, né [onde estão atualmente]. E ‘tão falando’ que a prefeitura vai derrubar de novo. Se for, a gente não pode receber mais [o recurso monetário], porque já recebeu, né! (Sr. Joca, 44 anos - nome fictício).

O conjunto das circunstâncias acima, fala de relações que reforçam sentimentos de constrangimento, impotência e de perda de controle (MARGALIT, 1977) sobre as próprias decisões. Nesse sentido, independentemente das razões pelas quais as ações públicas citadas não resultaram efetivas, reiteram ao sujeito seus sentimentos de extrema vulnerabilidade e falta de controle sobre a própria vida. Reforçando limites à identidade muito distantes das possibilidades de alguma autonomia, porque não incluem interações necessárias ao exercício de discernimento e decisão do sujeito. Talvez também, por isso, distante de qualquer sentimento relativo aos direitos. Aos sujeitos é “comunicada” sua condição de “espera passiva” diante dos direitos não realizados, confirmando as condições de constrangimento e impedimentos. Nesse

sentido, reiterando ao sujeito muito de suas experiências vivenciadas, reforçando, aos seus próprios olhos, sentimentos pelos quais se dá o reconhecimento de si mesmo.

A ausência de direitos (de moradia) reitera sentimentos, da parte dos entrevistados, de humilhação e de rechaço social sofrido, além de evidências de perda de controle sobre decisões importantes à própria vida. Nesse sentido, esse conjunto de afetos (humilhação, rechaço social, perda de controle sobre a própria vida) “acompanha” seus esforços por adquirir informações, acessar os serviços públicos e buscar alternativas sociais. Esses afetos representam, em algum momento, um julgamento de si mesmo, a partir dos “olhos do outro” e tendem a ocupar o espaço interno do sujeito ou sua *reflexividade*, participando do diálogo interno (ARCHER, 1997)<sup>231</sup>, muito mais pela obstrução das condições de reflexão e discernimento, tornando a busca por informações ainda mais nebulosa, como sugerem os depoimentos.

A situação acima tratada parece estar próxima ao que Archer (1997) refere como “diálogo interno” (ou reflexividade) fraturado, da parte do sujeito, ou que não funciona como um guia para a ação. Segundo a autora, a preocupação ou dado assunto “está lá, no sujeito”, mas sem orientação para a ação. O diálogo interno se dá apenas de forma expressiva. Seu efeito é intensificar os afetos já existentes: “ele conduz o sujeito a sentir angústia cada vez mais pungente sobre sua condição”. O sujeito com diálogo interno fraturado (termo da autora) permanece com a crescente miséria das frustrações sobre a impossibilidade de realizar ou equacionar suas preocupações. As conversas internas não trabalham por ele (ARCHER, 2003, p. 53), podem, inclusive, carregar o desespero de projetos irrealistas. A autora atribui essa condição às evidências nas quais as próprias ideias são completadas “exclusivamente” pelo próprio sujeito, porque as possibilidades externas não comparecem de forma clara nesse diálogo<sup>232</sup>.

O valor informacional das referências externas não está disponível, dificultando não só o entendimento da situação da parte do sujeito, como aumentando seu sentimento de impossibilidade de soluções, reiterando sua “fragilidade” diante dos constrangimentos vividos. Essa noção revela preocupações similares àquelas relativas à constituição do bem estar

---

231 Vale lembrar que as referências propostas pela autora constam da introdução desta tese como recursos metodológicos à análise das entrevistas aqui resgatadas.

232 Sobre isso ver: Archer (2003, p. 55) em referência à denominada forma de reflexividade fraturada, caracterizada pela autora como estado (não atributo) no qual o sujeito entende as situações e vivências como ocorrências: “tudo acontece: a casa se perde, o trabalho acaba; são situações nas quais é possível identificar a existência, em qualquer momento, de um projeto concebido”

humano (DOYAL, 1991) que inclui a condição de relativa autonomia do sujeito na constituição de percepções acerca de si mesmo, de sua realidade/contexto e do que essa representa a suas condições de atuação.

Nesse sentido, o que as reflexões acima nos falam é que um projeto qualquer concebido pelo sujeito supõe a identificação de forças socialmente disponíveis. Não há formulação sem interações com a realidade e isso não é um recurso proveniente do “isolamento” individual, ou que possa prescindir de referências sociais, externas ao sujeito. Se assim for, podemos considerar que não estamos produzindo alternativas sociais objetivas e simbólicas, suficientes às necessidades tangíveis e tampouco que respondam às ‘conformações’ subjetivas (intangíveis da pobreza) recorrentes aos sujeitos forjados na trajetória de pobreza extrema.

Não sem razão, questionados sobre as formas pelas quais buscavam “soluções” às suas necessidades fundamentais – como alimentação, abrigo seguro – ou mesmo informações para obtenção de emprego ou cursos de qualificação foi comum entre nossos entrevistados acima abordados, expressões vagas em referência a Deus e aos irmãos de igreja:

Só por Deus mesmo, dos homens... a gente não espera mais nada!” (Andreia, 24 anos - nome fictício) “Quando não tem jeito?! Eu bato meus joelhos no chão e clamo por Deus!” (Nena, 44 anos) “Eu oro, porque o pouco com Deus é muito e o muito sem Deus é nada! (Etelvina, 47 anos - nome fictício)<sup>233</sup>.

Em alguns depoimentos, essas referências foram ainda complementadas pela crença enfática de que participações em programas de TV seria o caminho de mudança de vida: “o que eu queria mesmo era ir ao Gugu. Se eu conseguisse chegar até lá... aí sim, a coisa ia ser diferente!” (Sr. Joca, 44 anos - nome fictício).

Nesses mesmos depoimentos, as exclamações acerca do “inusitado” dos acontecimentos explicam impedimentos da parte do entrevistado, em busca de um curso, de um emprego, talvez sugerindo a fragilidade das alternativas vislumbradas e talvez dos recursos subjetivos para viabilizá-las. Ainda em outros casos, a opção por decisões pouco claras e seguras tornam as pessoas vítimas da burla<sup>234</sup>, como nos conta Andreia (24 anos - nome fictício):

---

233 A entrevistada será apresentada nos itens que seguem.

234 Vale lembrar as menções presentes no terceiro capítulo acerca dos diversos meios de burla e ilegalidades em torno da apropriação e formas de uso das terras “disponíveis”.

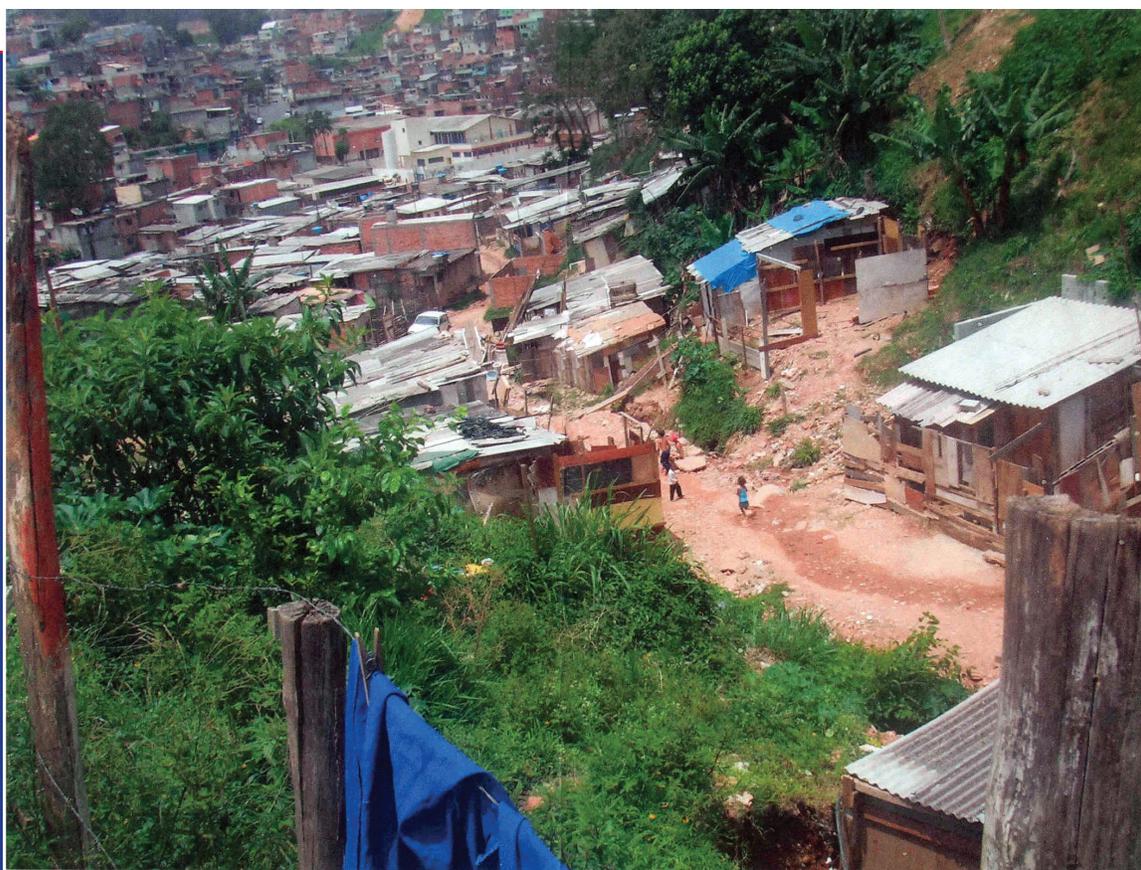
(...) a gente tinha um dinheiro que minha avó deixou para minha mãe, para pagar uma parte de uma casinha aqui. Minha mãe adiantou esse dinheiro para o pastor da igreja que tava vendo o negócio para a gente, mas ele sumiu com o dinheiro. Quando minha mãe foi atrás, para ver quem sabia dele, ele nem da igreja era, ninguém sabia nada dele ... só que ele não era pastor de nenhuma igreja. (...) aí a gente foi morar numa casa que enchia de barata a noite, porque os vizinhos de cima jogavam migalha de pão pras pombas. O telhado ficava cheio de migalha, as baratas juntavam e acabam entrando. Ninguém dormia de noite de tanta barata. (...) a gente teve que sair de lá e então que a gente veio para cá [em referência ao aluguel atual - dois cômodos de fundo] (...) as coisas ficaram mais difíceis, minha mãe tá doente dos nervos, sem emprego, o bolsa aluguel tá pra sair ... faz três meses e nada e a gente aqui, devendo aluguel de dois meses. (Andreia, 24 anos - nome fictício).

De forma complementar, à análise acima relativa aos impedimentos objetivos e seus desdobramentos ao sujeito, vale lembrar Dieterlen (2006) que distingue a condição da pobreza extrema como aquela que não permite ao sujeito desenvolver suas capacidades fundamentais. Inclusive de modo que não se desempenha o esperado para poder participar, sobretudo, do mundo do trabalho, reforçando o cerceamento da mobilidade social, assim, “*se nasce e se morre na mesma situação*”. Às formulações da autora, acrescentaríamos que a pobreza extrema ao fragilizar também o universo simbólico e subjetivo põe em risco as condições para o exercício das capacidades fundamentais, como nos exemplos acima, relativas à compreensão do próprio contexto e das circunstâncias que o envolve. Dessa maneira, crescem os riscos de escolhas vazias ou que ampliam as carências objetivas e os sentimentos de fracasso. Privações objetivas e sentimentos de vulnerabilidade se intensificam como partes inseparáveis da pobreza extrema, sendo produzidos e reforçados socialmente, sobretudo pela escassez de oportunidades e incompletude dos direitos sociais.

As dificuldades são processadas ou intensificadas no cotidiano, envolvem as possibilidades e riscos presentes no contexto local, que é fruto de uma trajetória própria, mas não isolada. As oportunidades mostram-se escassas, bem como o acesso a informações ou orientações aparecem “pouco organizadas” ou não viabilizadas. As buscas urgentes da parte dos sujeitos se fazem em circunstâncias extremamente adversas, acrescidas de sentimentos que comprometem a atuação ou, ainda, por marcas de identidades expostas aos estigmas da pobreza em um contexto enredado por constrangimentos e poucas oportunidades. O maior

exemplo está na referência abaixo, citada anteriormente, em crítica às formas de acesso aos benefícios públicos do aluguel social, feita por uma das coordenadoras da Osem, Cida (38 anos, moradora da região)<sup>235</sup>:

(...) uma coisa é vir um técnico, ou um “grandão” da Secretaria de Habitação com um documento, comprovar o recurso, a outra coisa é o coitado lá, que já perdeu tudo, que não sabe falar direito, com seu português errado, se sentindo sozinho, sem apoio, ir lá com seu desespero dizer que tem um dinheiro que vai sair da habitação pra ele alugar a casa. O proprietário acredita se quiser se compadece se quiser!



Encosta da Cantareira

Fonte: Cedida por entrevistado.

235 Mencionada no capítulo anterior, a entrevistada vive na região desde os seis anos de idade. Coordenadora da Osem dedica-se ao trabalho comunitário, atuando como orientadora pedagógica e das famílias cujos filhos participam das atividades na entidade.

Ainda que as referências externas ao sujeito e as interações vivenciadas, sobretudo em seu contexto, não possam viabilizar a efetividade dos direitos sociais ou satisfação das necessidades básicas, talvez possam representar oportunidades à reconfiguração dos conteúdos das subjetividades. De modo, a torná-las menos combatidas pelos sofrimentos intangíveis da pobreza e povoadas por afetos e sentimentos propícios à atuação do sujeito, portanto diversos daqueles recorrentemente associados à pobreza. Esse é o último aspecto a ser destacado no universo das subjetividades investigadas nesta pesquisa, conforme segue o último capítulo.



---

### INTERSUBJETIVIDADES NO COTIDIANO DA POBREZA: AMPLIANDO SENTIMENTOS E AFETOS

Este capítulo presta-se à complementação do anterior, investigando a relativa diversidade do universo subjetivo observado entre os entrevistados frente às imposições da pobreza. Essa diversidade está referida às percepções, aos sentimentos e afetos associados às experiências de privações configuradas nas relações sociais e práticas de intersubjetividades expressas pelo sujeito.

De fato, sentimentos de humilhação, rechaço social ou perda de controle sobre a própria vida, associados às experiências de reiteradas privações sociais, aparecem com intensidade variada entre os depoimentos, sinalizando subjetividades com características diversas. Ou seja, enquanto alguns entrevistados demonstram extrema vulnerabilidade emocional frente à trajetória de privações cotidianas e sentimentos de perda de controle sobre a própria vida, outros apresentam atitudes relativamente distintas. Esses sujeitos explicitam reflexões e atuações, que parecem contribuir para preservá-los da plena identificação com os “fracassos” representados pela pobreza, diferindo-os dos demais casos observados. A essa diversidade acresce, o que indica esta pesquisa, a evidência de contatos e convivências profícuas, principalmente, na própria região, gerando experiências de intersubjetividades afeitas ao exercício da dignidade (MARGALIT, 1977), sugerindo ser esse componente um contraponto importante aos sentimentos de humilhação.<sup>236</sup>

Trata-se aqui de observar os conteúdos das subjetividades investigadas, a partir das possibilidades e limitações da realidade dos entrevistados, incluindo, assim, suas experi-

---

<sup>236</sup> Vale destacar as limitações da presente investigação frente as exigências do tema por contribuições de outros campos do conhecimento científico, sobretudo, a psicologia social e a psicanálise.

ências de intersubjetividades. Dessas experiências resultará o destaque àquelas que se mostraram favoráveis às possibilidades reservadas ao sujeito. Essas experiências aqui destacadas remetem à interação entre as referências externas, socialmente constituídas, e os recursos internos, da *psique* do sujeito. Ou seja, as possibilidades e os constrangimentos são mais do que um ‘dado objetivo’ da realidade social, na medida em que ganham ou perdem intensidade nas relações de intersubjetividades vivenciadas pelo sujeito. Essas vivências afetam e se integram ao sujeito de forma distinta, dado que podem reforçar seus sentimentos associados às privações da pobreza – humilhação, rechaço social, perda de controle da vida – assim como podem incentivá-lo no exercício de sua dignidade, a despeito dos constrangimentos sofridos.

Assim, nossa abordagem considera que há por detrás da pobreza, como fenômeno social ou econômico, a “silenciosa” dimensão humana, nem sempre disponível ao foco investigativo de parcela das apurações empíricas. Essa dimensão humana é aqui perseguida no foco atribuído às relações sociais e comunitárias, na busca de alternativas para o enfrentamento das privações sociais. Buscas que indicam comportamentos e subjetividades distintas entre os entrevistados, assim como também diversas se mostraram ser as experiências de intersubjetividades verificadas a partir dos contextos.

O capítulo compreende, assim, dois itens. O primeiro deles, de forma similar ao capítulo anterior, destaca afetos e sentimentos oriundos de experiências que remetem à dimensão da pobreza, como vivência cotidiana do relativo isolamento e segregação social – conforme abordado anteriormente. Trata as dificuldades, da parte dos entrevistados, no reconhecimento de referências (externas) dentro e fora da região, destinadas à busca por direitos sociais e oportunidades. O segundo item, de forma diversa, traz as experiências propiciadas pelo reconhecimento, por parte dos entrevistados, de referências, interações e relações, sobretudo, comunitárias. Destaca seu teor propício a reconstituições das subjetividades, sugerindo oportunidades para redefinições de seus conteúdos e afetos em favor daqueles menos associados aos sofrimentos da pobreza. Essas experiências de intersubjetividades diferem das demais observadas, por representarem oportunidades de exercício da dignidade em lugar da vivência de humilhações. Talvez, criando parte das condições indispensáveis à redefinição das percepções do sujeito, acerca de si mesmo e de sua realidade imediata e do papel que lhe é conferido. Nesse sentido, representando conteúdos diversos ao universo intangível comumente associado à pobreza.

## **6.1 Os sujeitos em seu cotidiano: “isolamento” e segregação social compo-ndo os limites intangíveis da pobreza**

A escassez de referências na forma de informações qualificadas às necessidades enfrentadas pelos entrevistados perpassou diversas entrevistas. Parte dessas dificuldades corresponde às relações de convivência bastante restritas ou, por vezes inexistentes, da parte dos entrevistados. Essas relações sociais ou de vizinhança, de fato, não se mostraram recorrentes no contexto local, tampouco para além dele. Desse modo as privações da pobreza, a escassez de oportunidades e de conhecimentos e orientações são vivências bastante solitárias.

Há um conjunto de evidências entre os depoimentos acerca do desconhecimento de informações fundamentais ao exercício dos direitos, sobretudo, aos programas públicos de transferência de renda. Além da adesão (sem reflexão) a referenciais ou exigências do mundo do trabalho e eventualmente de formação profissional que se mostram pouco factíveis diante da trajetória e condição social do entrevistado.

Os exemplos acerca das dificuldades acima são variados e se aplicam a situações diversas, como na sequência à frente em que uma de nossas entrevistadas (já citada), dona Etelvina, é solicitada a contar o motivo de ter perdido os benefícios do Programa Bolsa Família.

Dona Etelvina (nome fictício), 47 anos, alfabetizada, pernambucana da área rural, reside na região há mais de 20 anos, tendo morado em outros bairros da zona norte da capital. Mãe de quatro filhos, dois deles moram com ela, um com 13 anos, outro com 22 anos de idade. Seu barraco está em área de difícil acesso, na subida da Serra, em meio a um amplo conjunto de barracos que se estendem em situação similar. Situados entre a encosta da Serra e o córrego Bananal, esse funcionando como “divisor” entre, de um lado, as áreas modestas, mas urbanizadas de Vista Alegre e, de outro, nossa área de ocupações precárias e de risco. Nosso acesso a essa região se fazia por uma estreita pinguela de uma margem a outra do córrego Bananal, improvisada com pedaços de madeiras emendadas e sem corrimão<sup>237</sup>. O barraco da entrevistada, a poucos passos de uma “escadaria” esculpida na própria Serra, é

---

<sup>237</sup> Bastante estreita e precária, a passagem na referida pinguela seria, pelas condições oferecidas, para apenas uma pessoa por vez, ainda assim, obviamente, inspirando muita insegurança. Mas, por mais de uma vez, a atravessamos ao mesmo tempo em que moradores o faziam pela direção contrária.

uma alvenaria precária de dois cômodos – cozinha e quarto. Além da dificuldade de acesso ao barraco, não há facilidade de circulação ao redor, tampouco áreas livres. A proximidade entre as moradias e sua precariedade construtiva, além do desconforto físico insinua a perda de privacidade: tudo se ouve e com facilidade.

A sobrevivência da família de dona Etelvina já esteve (melhor) assegurada no passado recente, por complementações aos ganhos monetários da família<sup>238</sup>, oriundas do Programa Bolsa Família, hoje indisponíveis, conforme nos conta a própria entrevistada:

As crianças estavam na escola nessa época. Aí eu fiz a inscrição (no Bolsa Família), aí veio uma carta... aqui embaixo [em referência ao Cras -Vista Alegre], fiz a Renda Mínima também... que eu tava muito precisada! Para muita gente veio, pra mim não veio, eu não fui sorteada. Mas, aí a mais velha [a filha] saiu da escola, a outra saiu também. A renda foi abaixando e agora eu perdi de vez com o menino que inventou de sair. Eu tirava tudo, uns 280 reais. Agora não tem nada! (Etelvina - nome fictício).

Questionada sobre o porquê, do abandono escolar a entrevistada explica que os companheiros das (duas) filhas não deixaram que elas continuassem “*Essa gente nova, né... não deixa mesmo*”, mas acrescenta que as filhas ficaram grávidas e abandonaram a escola. Quanto ao filho de 12 anos, questiono a razão do abandono e se ela conversa com ele, ao que a entrevistada responde:

Eu converso com ele. [Pergunto como é essa conversa, ela responde]: Felipe, por que você saiu da escola? Mas o que é que foi você viu na escola? [A resposta do menino seriam duas evasivas]: nada, mãe, não vi nada (...) É mesmo, mãe, por que eu saí, né? [Pergunto sobre eventuais informações da parte da escola (professoras), a entrevistada relata ter ido à escola e não ter encontrado nenhuma explicação]: não teve briga, não aconteceu nada. [A professora teria perguntado a ela] Mas, por que o Felipe saiu da escola?

O desconhecimento acerca da situação permanece na fala da entrevistada que lida com isso da seguinte forma: “mas, em nome de Jesus, ele vai voltar!” (Etelvina, 47 anos - nome fictício).

Não parece haver referências e informações suficientes, seja da parte da própria

---

238 Oriundos exclusivamente do trabalho do filho mais velho (24 anos) na construção civil.

entrevistada seja de suas interações ou de seu contexto para compreender a situação e buscar diálogo com o filho. Tampouco a visita à escola parece ter lhe trazido algum elemento novo ou compreensão acerca das possibilidades de enfrentamento a essa situação, já que a entrevistada teria retornado da escola com a mesma pergunta que a teria levado. Sua forma de expressar todo o conjunto da situação não permite a mesma formular qualquer atuação frente ao ocorrido, tornando-a passiva diante da situação. Questionada sobre como o menino passa os dias, ela diz que com ela em casa, ou às vezes, na *lan house* do bairro. Quanto à existência da expressão de projetos futuros da parte do filho, ela rapidamente responde: “ele diz que quer ser polícia!”, reproduzindo referencial comum na região.

As dificuldades demonstradas acima estão situadas muito próximas à noção já abordada acerca da *reflexão fraturada*, conforme Archer (2003), confirmando a presença de sentimentos, por parte do sujeito, de que ‘as coisas simplesmente acontecem a ele’. Não há nesses casos menção a explicações ou meios para a busca dessas explicações. Os sentimentos e percepções instaladas não parecem suscitar questionamentos que possam propiciar alguma forma de abordagem da situação (da questão colocada). As ocorrências ou eventos, assim como os sentimentos aos quais remetam permanecem somente como expressões vagas, como lamentos. Esse estado ou forma de reflexão, que não é em si uma característica do sujeito, não chega a proporcionar conhecimentos acerca da situação, colocando o mesmo em atitude passiva. Contribui para isso, na perspectiva de Archer (2003), o sentimento da parte do sujeito de desentendimento (e distanciamento) acerca de referências da realidade que envolve o problema em questão, acrescido de seus sentimentos de pré-ocupação (excessiva e contínua) com questões que lhe aflijam profundamente. Tudo se dá como se houvesse um “fechamento do sujeito em si mesmo”, como forma de se proteger de realidades adversas ou como consequência da insuficiência das interações que lhe façam sentido, ou seja, das trocas de natureza intersubjetiva. De forma muito “apropriada” a essas noções, quando pergunto, ao término da entrevista, o que havia sido mais difícil em sua vida, dona Etelvina (47 anos - nome fictício) responde firme e sem pensar:

A solidão. O mais difícil para mim foi a solidão. [E ilustra]: meu outro filho, quando teve o acidente que ele perdeu um olho, eu fui sozinha, sem ninguém, levando ele para o hospital. Depois, nem sabia que podia ter aposentado ele, não tinha ninguém para falar dos meus direitos. (Etelvina, 47 anos - nome fictício).

O trecho acima tende a corroborar o caráter transitório da reflexividade fraturada, sendo, caso de nossa entrevistada, demarcado pela falta de um interlocutor para que seu processo de reflexão/discernimento pudesse transcorrer.

Há um conjunto de dificuldades sugeridas acima que remetem à interação perversa entre as escassas oportunidades que caracterizam a região, a pouca interação social e as limitações acumuladas pelos sujeitos em sua trajetória de vida. A sobreposição dessas dimensões, característica das situações de pobreza intensa, se faz notar em outras limitações apuradas, como é o caso da busca por trabalho que representa um constrangimento “quase” intransponível da parte dos entrevistados. Essa busca é limitada por um conjunto de receios ou até impossibilidades tais como: apresentar-se para uma ocupação, se expor a exigências provavelmente desconhecidas em trajetórias de pobreza como as observadas. Em alguns depoimentos essas limitações aparecem “resumidas” por justificativas pontuais, tais como:

(...) to vendo quem pode fazer um curric (sic) para mim... [ou] eu enviei curric (sic), mas ninguém me chamou. To esperando. [Mas, ao longo da entrevista, são retomadas]: Preciso procurar trabalho... mas é muito difícil alguém dar trabalho para a gente que não tem instrução, né? (Sr. Joca, 46 anos - nome fictício).

À distância social se mistura a distância geográfica, de modo que, andar pela cidade implica em conhecimentos e, sobretudo, capacidades (*capabilities*)<sup>239</sup> – acerca dos trajetos e conduções - nem sempre de fácil apreensão, a quem está próximo do analfabetismo, além de custar dinheiro:

Mas, é muito difícil andar na cidade, não tem ninguém para me ajudar ...é ônibus que eu não conheço, gente de todo lado, e também procurar serviço custa dinheiro, né? [grifo próprio] Quem vai me ajudar? Então eu procuro por aqui mas o que aparece aqui... não vira nada não! (dona Etelvina, 47 anos, como mencionado, reside há 20 anos na região - nome fictício).

Como propõe Leão Rego (2013) a partir de Amartya Sen, *capabilities* são habilidades desenvolvidas pela necessidade de realizar *funcionalidades* (functionings). Nesse

---

239 No sentido proposto por Sen.

sentido, *capabilities* são conjuntos de habilidades que somente poderão ser desenvolvidas na relação com opções objetivas, presentes na realidade imediata do sujeito. Diante do que Leão Rego prossegue:

Nesse sentido, as *capabilities* se referem não somente a capacidades e habilidades, mas também a estados mentais, a outros estados subjetivos (como estar com saúde, ser alfabetizado, etc.) e a circunstâncias externas. Portanto, podem ser pensadas somente como um conjunto, e não como qualidades isoladas. (LEÃO REGO, 2013, p. 61).

O questionamento que prossegue, da parte de Leão Rego, refere-se à existência ou, não, de opção por parte de uma de suas entrevistadas – uma mulher criada na zona rural – em mudar-se para a cidade na busca de uma vida melhor. Assim, em nosso caso, de forma relativizada às condições apontadas neste estudo, a questão de Leão Rego se recoloca, menos na direção da mudança de cidade, mas na direção da busca de uma vida melhor. Será que nossa entrevistada, nordestina, criada em zona rural, residente há quase 30 anos na capital urbana, mas sem acréscimo de escolaridade – inferior ao 4º ano fundamental – e há quase 20 anos moradora em área urbana segregada, se vê em condições de buscar uma vida melhor, um trabalho, um projeto?

Voltando a Leão Rego (2013), que inspira nosso questionamento acima, ao refletir acerca das opções reservadas a sua entrevistada, do seguinte modo:

(...) deverá abandonar o lugar onde nasceu, sua família, uma rede de relações e de afetos, um mundo, cujo código simbólico e cujos valores entende e – pelo menos em parte – compartilha, um clima e um estilo de vida com os quais está acostumada; ao mesmo tempo, deverá ir para um lugar desconhecido e hostil no qual provavelmente estará sozinha (pelo menos no começo) e será marginalizada por provir de um ambiente pobre e ser incapaz (no sentido de capacidades, desta vez) de entender os códigos da grande cidade, etc. Não é suficiente, em suma, dizer que uma pessoa tem a *capability* de escolher um certo *functioning* (neste caso: emigrar) se não considerarmos todas as outras capacidades envolvidas nessa escolha. (LEÃO REGO, 2013, p. 61).

No nosso caso, para dona Etelvina, substituímos a *functioning* ‘emigrar’ por ‘buscar trabalho’. De forma relativa, os desafios prosseguem, sinalizando condições insufi-

cientes da parte das *capabilities* relacionadas às opções que permaneceram tanto ou, ainda mais restritas à entrevistada deste estudo quanto no caso da senhora entrevistada por Leão Rego (2013).

Situações similares foram trazidas também por outros entrevistados, como no caso de nossa entrevistada, dona Josina (44 anos - nome fictício). Tendo trabalhado como diarista por cerca de 10 anos para uma família residente no bairro da Lapa, a perda desse contato, com a mudança da família da patroa para outro município, representou, praticamente, o término de suas referências e contatos fora da região. O antigo contato, apesar de sistemático e considerado por ela de grande valia em sua vida, não resultou em novas referências, ou oportunidades, sequer em informações que orientassem a busca por novos contatos de trabalho. Segundo ela, não vai mais nem à Lapa para procurar trabalho, porque a única pessoa que conhecia na região era a antiga patroa. Como mencionado, dona Josina tem vivido da coleta de recicláveis na região.

Outra situação é expressa por Andreia, nossa jovem entrevistada. Embora favorecida pela pouca idade e escolaridade correspondente ao ensino médio completo, Andreia (24 anos - nome fictício) não logrou experiências vindouras. Há mais de um ano a entrevistada permanece em casa, cuidando das irmãs, enquanto a mãe realiza bicos na região, em comércios e serviços em bairros vizinhos. Andreia conta ter trabalhado como garçõete em uma lanchonete na região da Avenida Paulista, mas, acrescenta não ter gostado da experiência. Em sua fala, deixa claro que era tudo muito diferente: o lugar (central e “importante”), e com muita pressão (exigência) dos clientes. Largou e agora só ajuda em casa, porque não tem quem cuide das irmãs menores. Diz acreditar que se pudesse fazer um curso de inglês, poderia conseguir um trabalho melhor, até como garçõete mesmo. Mas pergunto se a pressão não poderia ser a mesma e ela diz que sim e que, na verdade, não sabe bem o que pode fazer. O depoimento da entrevista revela um provável desencontro entre expectativas apenas “sonhadas” e as poucas interações objetivamente encontradas. Suas relações há tempos consistem fundamentalmente na frequência aos cultos e estudos evangélicos, cinco vezes na semana, na busca de apoio espiritual e eventualmente material. A esse desafio se soma a vida pessoal e suas dificuldades, além das privações materiais intensas, Andreia havia se separado há dois anos em razão do envolvimento do marido com drogas.

Nosso outro jovem entrevistado, Luis (17 anos - nome fictício), estudante no CEU, 5º ano do ensino fundamental, reside com a mãe em Vista Alegre, desde que nasceu, mostra-se retraído, com dificuldades de fala decorrentes de gagueira, sem diagnóstico médico. Habita em uma alvenaria precária, ex-morador de área de risco e se mantém da coleta de recicláveis. Quanto a suas expectativas de trabalho, o jovem responde: “tá muito difícil arrumar trabalho, porque hoje eles pedem duas ou três línguas, desse jeito não dá.” Embora, mais a frente, solicitado a pensar sobre as atividades que pudessem interessar a ele, responde que “ouviu falar” sobre um curso no SENAC para aprender a “consertar rádios”. Mas, claramente, depende de que alguém explique a ele como se faz isso, como se chega lá, os pré-requisitos ao curso, sugerindo os efeitos extremamente restritivos da segregação socioterritorial em que se encontra e mais uma vez dos impedimentos na busca por informações. Sobretudo, quando questionado durante entrevista, sobre se ele teria alguém que lhe trouxesse informações, ele assume atitude que sugere distanciamento e remete, então, à coordenadora da escola. Seu tom tímido deixa dúvidas quanto ao que seria mais inacessível a ele, a “coragem” em buscar informações ou de se ver em um curso fora da região. Ele complementa dizendo: “não sei direito onde é esse curso. É longe, acho que é lá pra os lados, não sei, da Lapa? Não sei, acho que é na Lapa!” (Luis, 17 anos - nome fictício).

Aos impedimentos da extrema pobreza crescem, de forma perversa, parâmetros ou exigências sociais um tanto “deslocados” da realidade social dos entrevistados, como os destacados nos depoimentos acima. Exigências ou credenciamentos associados a condições sociais fora da pobreza e à efetividade dos direitos sociais, mas, ainda assim, parâmetros que seguem dominantes no curso da opinião pública. Desse modo, estar à margem desses parâmetros ou não credenciado frente às exigências sociais pode significar estar em situação de relativa opressão ou humilhação, ainda que velada. A presença desses sentimentos, por sua vez, está a dizer que o sujeito mantém seu universo simbólico orientado por essas exigências ou parâmetros sociais que podem funcionar “desviando” possibilidades outras. Esse comportamento remete às referências trazidas no primeiro capítulo quanto à ausência de condições culturais e sociais para a promoção da autonomia do sujeito (CASTORIADIS, 1992), o que tende a ser intensificado no caso dos segmentos em situação de pobreza intensa e relativa segregação social.

Esses parâmetros e exigências, em alguma medida, “importados” pelo sujeito, comprometem a percepção acerca das (já restritas) possibilidades e oportunidades sociais, tornando a realidade ainda mais difícil de ser interpretada. Trata-se de direção questionável às chances de constituição de discernimento, decisão e atuação da parte desses sujeitos, além do reforço ao estigma ou a condições como “cidadão de segunda classe” (MARGALIT, 1997, p. 125-130). Pode-se dizer que a pobreza se afirma no âmbito das relações sociais, mas de forma aprofundada, alcançando a dimensão das intersubjetividades, compondo sentimentos e, também, por essa razão limitando as possibilidades do *ser*.

De outro lado, mesmo as questões aparentemente pertinentes ao contexto local ou à condição social dos entrevistados contam com poucos meios de fruição adequados, como sugere a passagem abaixo. Nosso próprio entrevistado acima, Luis (17 anos - nome fictício), questionado sobre a possibilidade de buscar algum programa público, como o Bolsa Família, por exemplo, declarou que somente há poucos meses atrás tomou conhecimento de que podia “se inscrever no Bolsa Família”. Não porque tenha buscado informações “por conta própria”, mas porque foi orientado pela coordenadora da escola a fazê-lo. Questionei o porquê de não procurarem pelo programa antes, eles (Luis e sua mãe) disseram não saber que a situação (deles) permitia o acesso ao mesmo, deixando clara a dificuldade de reconhecer em sua própria condição um direito ao benefício existente, prevalecendo outras formas de reconhecimento (perverso), como a vergonha, a humilhação e o rechaço social.

A dificuldade expressa pelos entrevistados pode refletir um conjunto complexo, envolvendo a ausência de relações cognitivas entre noções que fundam as percepções de si mesmo e de sua condição social, bem como da realidade imediata, que no caso acima, deveria incluir a existência do programa citado. A aparente desconexão entre essas noções é parte do *bem estar* humano não realizado, nos moldes considerados por Doyal (1996) e tratado anteriormente. De forma complementar a ideia acima, pode-se supor ainda que as dificuldades em identificar aspectos relevantes da realidade imediata transitam entre a “amarga psicologia de los subgrupos (...) que fueron maltratados en el pasado y que ahora son hipersensibles.” (MARGALIT, 1997, p. 145) Essa hipersensibilidade da qual nos fala o autor, por sua qualidade de sentimentos de rejeição e desamparo social, permanece e participa na cognição e compreensão da própria situação, atuando como mais um impedimento às escassas oportuni-

dades previstas para o próprio sujeito<sup>240</sup>. Nesse sentido, essa condição talvez faça parte das conexões que impedem a interiorização dos direitos da parte dos sujeitos (BOBBIO, 2000) e reforçam sua condição de privação.

Assim, as relações e referências possíveis, tanto fora quanto dentro da região apresentaram limitações de ordem diversa, mas comuns à maioria dos entrevistados. Até mesmo as interações na vizinhança foram consideradas pouco frequentes, talvez contribuindo para limitar as possibilidades de compreensão acerca de si mesmo e da própria condição vivida. Há da parte dos entrevistados expressões de receio e dúvidas quanto ao caráter dos vizinhos, assim como para dona Nena (44 anos - nome fictício): “viver em favela não é fácil tem que saber... tem o bom e o ruim, tudo misturado.” Pergunto se as crianças brincam com vizinhos e a resposta é: “não, não saem de casa” [e explica:] “o vizinho daqui de baixo [barraco na descida do morro], ele é sozinho, tem problema de cabeça. Ele tem três irmãos que estão presos, mas de vez em quando eles aparecem aqui, batem nele, levam as coisas dele embora. Não dá né! (dona Nena - nome fictício)”.

Nossa entrevistada, dona Etelvina (47 anos - nome fictício), anteriormente citada, diz se “dar bem” com os vizinhos, mas não tem convívio com nenhum e acrescenta: “aqui é cada macaco no seu galho e pronto.” O outro entrevistado, Sr. Joca (46 anos - nome fictício) diz que: “não faço parte disso aqui não! Não falo nem bom dia nem boa tarde, tem só o velhinho da frente que eu falo um pouco. Mas esse povo daqui, gosta de cuidar muito da vida dos outros e de pedir as coisas [comida e roupa]. Aí quando você não tá lá [no barraco], passam e pegam suas coisas (Sr. Joca).” Nossa entrevistada, Tatiane (28 anos), diz não sair para pedir nada no bairro: “o povo aqui só te julga... se você tiver um cigarro na mão, não vão te dar nem um prato de comida.” Também, a entrevistada, dona (44 anos - nome fictício) questionada (pela pesquisadora) acerca de sua vizinha da frente – a mais próxima de seu barraco – diz que seu contato é só quando vai pegar água. A vizinha é sua “fornecedora”, porque capta água de uma das nascentes da Serra e vende. Ou ainda nosso entrevistado acima, Luis (17 anos - nome fictício):

(...) amigo aqui não tem não! Se você tiver dinheiro no bolso, eles vêm falar com você... senão não. Então, eu não tenho amigo não, nem na escola. (...) aqui tem é

---

240 Ressalta-se que a trajetória da família de Luis (nome fictício) tem sido exclusivamente de privações materiais, sociais e afetivas.

que tomar cuidado, qualquer coisa... e já tá encrocado (polícia). Se vai preso... é muita vergonha, né? A mãe tem que ir visitar na cadeira, passar por revista... não quero saber disso não! (Luis, 17 anos - nome fictício).

Parte dessas desconfianças, sem dúvida, decorre da presença do tráfico, muito forte na região, e de membros do PCC, atuantes no bairro, segundo os moradores, em conversas informais para esta pesquisa. De fato, em conversas pessoais durante o campo, os pequenos roubos e furtos, além das ameaças quase silenciosas fizeram parte das narrativas sobre a rotina do bairro. Também foi mencionada a presença de “tarados” que rondam a região, com denúncias de sua entrada em escolas e ameaças que ficam impunes. Assim, como o “desaparecimento por uns tempos” de lideranças do tráfico local, na época da realização de nossa pesquisa. Há na região áreas de domínio do tráfico, onde não se entra sozinho, além de outras atividades ilícitas, como a do aterro irregular de entulhos em partes da Serra, citado anteriormente. Há muitos homens da região, cumprindo pena criminal que eventualmente “reaparecem” na região, o que deixa a população em alerta. Há narrativas de desaparecimento de crianças em áreas da Serra, estupros e homicídios não apurados e, por vezes, não tornados público<sup>241</sup>.

Assim, na região, as referências de convivência, de trocas de conhecimentos e informações podem ser consideradas um desafio. Há um contexto de impedimentos, marcado por restrições relativas às distâncias (geográfica e social) dos centros urbanos, além da pouca efetividade de parcela dos direitos, expressos no próprio contexto em que se inserem essas famílias. Nesse cenário, a formulação de projetos locais e pessoais se mostra um desafio, como as percepções do sujeito quanto às suas possibilidades e seu contexto parecem dispor de poucas oportunidades de expressão e diálogo. Pode desse modo, explicar a importação de parâmetros sociais “incabíveis” à trajetória e às necessidades desses sujeitos, além de identidades cuja dimensão da emancipação tende a prosseguir como falta sentida e não como

---

241 Vale lembrar que no segundo semestre de 2012, quando ocorreram os ataques e homicídios contra policiais militares, a região e adjacências estiveram sob o domínio do crime: com toques de recolher, aulas suspensas, ônibus que não circulavam após as 21hs, bares atacados, mortes de moradores e de militares que atuavam na região. Sobre isso ver: Toque de recolher altera rotina da periferia. *Jornal O Estado de S. Paulo*. Caderno Cidade/Metrópole, p. C3, 11/11/2012. Passeatas pela paz foram organizadas na região pela igreja, associações comunitárias e intensamente divulgadas pela Rádio Cantareira, mobilizaram amplamente as região da Brasilândia e Freguesia do Ó. Evidentemente, sem repercussão na grande mídia.

projeto constituído. (LIMA, 2010) Diante das questões acima tratadas, vale lembrar o trecho citado no primeiro capítulo, com base no depoimento de uma das lideranças locais em referência a seus esforços de romper seu isolamento, mas, sobretudo a oportunidade em fazê-lo, dadas as relações em seu contexto imediato, ou as relações de caráter comunitário:

Foram eles (lideranças partidárias e da igreja católica) que me ensinaram o que eu podia falar numa comissão para uma autoridade... e como eu podia falar. Eu dizia... ‘não vou conseguir falar isso’... e eles (os militantes) diziam ‘mas é assim que você tem que falar... acreditando, no que fala (...)’ (dona Zita, liderança local).

Prossegue a entrevistada, refletindo “comigo”:

Mas, sabe, pra fazer tudo isso, que eu fiz, eu tive mesmo foi que mudar por dentro. Não foi só aprender a ler e escrever, que eu não sabia mesmo, eu tive que aceitar que eu tinha que sair do meu cantinho e conviver com um monte de gente, todo dia, isso era o mais difícil de fazer [diante da explicitação anterior de sua vergonha pela própria pobreza]. (dona Zita, liderança local)

Assim, a entrevistada nos dá pistas importantes, de um lado, acerca dos prováveis impedimentos à ampliação das possibilidades da identidade, representada pelos sentimentos associados à condição da pobreza. De outro lado, acerca das indispensáveis referências externas ao sujeito relacionadas à realidade e possibilidades desse mesmo sujeito. Desse modo, com base nos depoimentos selecionados, passamos à discussão do último item desta tese, buscando complementar os propósitos desta pesquisa, até onde isso se mostrou possível.

## **6.2 A dimensão da intersubjetividade: por uma reconstituição do sujeito na pobreza**

Este último item dedica-se aos conteúdos obtidos, sobretudo, a partir de três depoimentos, que sinalizam aspectos das subjetividades abordadas que se distinguem dos anteriormente tratados. Dois desses depoimentos demonstraram menor vulnerabilidade aos afetos e sentimentos associados às privações e constrangimentos da pobreza<sup>242</sup> e indicam, ao lado do terceiro depoimento, a presença de interações e relações, sobretudo, na comunidade. De modo

---

242 Ambas as entrevistadas com trajetória de pobreza extrema, mas no caso de uma delas, hoje desfrutando de condição social bem menos desfavorável em comparação aos demais entrevistados.

que remetem à existência de experiências que contribuem, em medida diversa, para as condições de bem estar do sujeito no que se refere à percepção de si mesmo e de seu contexto imediato. Trazem a dimensão das intersubjetividades como âmbito propício ao exercício das capacidades de discernimento, decisão e atuação da parte do sujeito.

Evidentemente, esse exercício sugerido nos depoimentos selecionados varia quanto às experiências envolvidas, sua sistemática e resultados, conforme demonstrado nas entrevistas. As experiências mais efetivas foram narradas por uma das entrevistadas (Luisa, 38 anos - nome fictício), tornando evidente a contribuição das interações humanas e das intersubjetividades, em específico, aquelas de teor comunitário. Essa característica é também indicada pelo depoimento de nossa entrevistada Tatiana (28 anos - nome fictício), embora de forma ainda incipiente. De modo específico, o depoimento de Liliane (nome fictício), 52 anos, também sugere o papel representado pelas relações de intersubjetividades na constituição de afetos, sentimentos e noções que se sobreponham às vulnerabilidades do universo subjetivo da entrevistada.

Vale lembrar que as similaridades entre os depoimentos destacados não se referem às evidências de minoração ou superação das privações da pobreza, o que de fato não é o caso. As semelhanças remetem ao papel, sugerido nas três narrativas, das experiências proporcionadas por relações que alcançam a dimensão da intersubjetividade e contribuem para mobilizar capacidades de discernimento, decisão e atuação da parte do sujeito. Essas relações, em dois dos depoimentos – de Luisa e de Tatiana (nomes fictícios) – remetem, especificamente, às formas de apoio recebido de lideranças e da associação local – a Osem – Vista Alegre. Lembrando, nesse caso, o papel relativamente plural indicado no capítulo anterior das entidades de caráter comunitário, em herança às formas de atuação das décadas passadas.

De forma sintética, as situações tratadas a seguir sugerem duas ordens de questões, que somente se colocam em conjunto. Uma delas, relativa às percepções formuladas pelo sujeito acerca de si mesmo, ou da própria identidade e, a outra, referida à identificação de alternativas e referências ligadas ao contexto imediato. Essas dimensões parecem caminhar juntas, como recursos à condição de discernimento, decisão e atuação por parte do sujeito. Nesse sentido, parece haver na dimensão das oportunidades, poderes que podem favorecer a constituição (ou ampliação) de identidades menos vulneráveis aos afetos associados às privações objetivas da pobreza. Identidades, portanto, influenciadas por referências

capazes de ampliar as possibilidades até então verificadas para “si mesmo”, desde que essas referências de fato se apresentem na realidade. É essa combinação de condições que traz aos depoimentos abaixo, embora em grau distinto, conteúdos diversos aos observados nos depoimentos destacados anteriormente.

Assim, as referências trazidas por nossa entrevistada, Liliane (52 anos - nome fictício), introduzem nossa abordagem e remetem, inicialmente, ao papel representado pelas relações intersubjetivas à percepção e “definição” de si mesmo, ou da própria identidade. Essa definição tal como um recurso constituído ao longo da trajetória da entrevistada, parece ser decisiva às suas buscas e desafios enfrentados.

A entrevistada, Liliane (nome fictício), 52 anos, quarto ano do ensino fundamental, residiu por mais de 20 anos em um barraco em uma das áreas precárias de Vista Alegre. Atualmente, reside em alvenaria própria (cozinha, quarto e banheiro) em um lote com várias outras casas de cômodos; mora com a filha adotiva (11 anos) que sofre de paralisia cerebral, e com uma prima. Vive dos recursos do Benefício de Prestação Continuada – BPC e eventualmente de *bicos* como diarista. Apesar das dificuldades monetárias, não traz em seu depoimento a marca dos afetos de extrema vulnerabilidade emocional associados às privações da pobreza, tampouco a vivência do “isolamento” comum nos depoimentos anteriores. Demonstra sua tristeza pelas privações vividas, a mais recente delas, decorrente da perda de quase todos os moveis e de parte das roupas por decorrência das chuvas do final do ano<sup>243</sup>. Mas, alterna sentimentos, ao dizer com alegria que se sente “aliviada” por ter mantido seguro todos os documentos, sobretudo aqueles relativos à filha. O que mais desperta seus sentimentos, ainda hoje, é a lembrança do processo de adoção da filha (11 anos), à época um bebê de menos de dois meses, abandonada na própria região e trazida até ela pela prima. Após alguns meses cuidando da criança, relata sua percepção que “alguma coisa ia mal”, o desenvolvimento da menina não lhe parecia normal. Mas, havia a clareza da parte da entrevista quanto ao seu desejo, considerado por ela seu maior desejo na vida: “o que eu queria mesmo na vida era ser mãe. Eu sempre pensava: meu Deus, mesmo que meu filho não tivesse um braço, uma perna, não importava. Eu ia amar do mesmo jeito!” (Liliane, 52 anos - nome fictício).

---

243 Pudemos observar as perdas irreversíveis de armários, guarda roupa e portas quase diluídas pela umidade. Os cômodos foram construídos no fundo de um lote, abaixo do nível da rua, o que ocasiona constantes perdas por decorrência das chuvas.

Quando pergunto a ela o que sentiu quando soube por um diagnóstico médico que a menina, ainda não adotada, mas com ela há mais de seis meses tinha paralisia cerebral e tudo o que isso significaria, ela responde cheia de vontade: “mas, foi ali [no momento da informação] que meu amor aumentou! Eu não podia mais largar ela, o que ia ser [dela]?!”

Desde a adoção da filha, sem condições de manter uma jornada de trabalho diária (até aquele momento como doméstica mensalista e vínculo formalizado), a entrevistada manteve contatos com antigas patroas que lhe garantiram trabalhos como diarista, em “horas livres”, organizadas em função dos horários em que tinha assistência garantida no acompanhamento da filha<sup>244</sup>. Mas, sobretudo, a entrevistada empreendeu complexa jornada em busca de um conjunto de serviços de apoio à saúde, doações em espécie e o acesso ao BPC.

Para além da demonstração da existência de um projeto próprio (ou de um papel social), declarado com muita clareza e expressão, a entrevistada demonstra ter constituído sua identidade em condições menos perversas do que outros entrevistados, que lhe permitiu afirmar: “não aguento ir pedir, não é coisa de mim, porque eu sempre tive meu trabalho, com carteira e tudo. Sempre trabalhei e comprei tudo o que tive e sozinha.”(Liliane, 52 anos - nome fictício).

Sentimentos de humilhação existiram, mas, segundo sugere sua percepção, demarcados e isolados, como no episódio em que narra seus sentimentos ao pedir e não ser atendida:

Foi no atendimento da assistência social<sup>245</sup>... há muitos anos atrás. Minha filha era bebê. A mulher (a assistente social) não me deixou nem falar, eu implorei para ganhar uma cesta básica. Ela falava não, porque faltava um documento da minha filha. Saí de lá arrasada, chorando muito. No ônibus, chorando abraçada na minha filha, um senhor com dó de mim, me perguntou o que aconteceu. Eu contei a humilhação. Ele falou: não importa, você precisa, volta lá! No dia seguinte, fui atrás do que faltava. Voltei, a mulher olhou para minha cara, não falou nada e saí de lá com a cesta [de alimentos]. Saí feliz e aliviada. Não tem jeito. Eu tenho uma filha especial, eu preciso! (Liliane, 52 anos - nome fictício).

De posse da “informação”, qual seja: “eu tenho uma filha especial”, em verdade

---

244 Parte desse atendimento se faz na rede pública e parte na assistência privada, em estabelecimento especializado com apoio à saúde e psicopedagógico, os quais a entrevistada descreve em detalhes.

245 A entrevistada recorreu à época, segundo ela a uma unidade da assistência situada na região da Lapa. Vale lembrar que a unidade do Cras -Vista Alegre é recente, instalada na região há apenas um ano do início de nossa pesquisa, 2011.

menos uma informação e, sim, um *afeto*, um sentimento desejado e vivenciado de modo não restritivo, mas integrado à subjetividade, a entrevistada empreendeu um conjunto de buscas por serviços e orientações destinados aos cuidados com a filha. Tratava-se de serviços cotidianos, além da creche (com inclusão), parte deles obtidos pela assistência básica de saúde, outra parte, pela rede privada: fisioterapia, terapia ocupacional, serviços de psicologia, nutricionista, além de especialidades médicas. Tudo isso viabilizado, em circunstâncias de muita escassez monetária e mobilização de esforços cognitivos da parte da entrevistada, constituídos durante o processo, e claramente demonstrados ao longo de nosso contato em entrevista<sup>246</sup>.

Para além do discernimento e atuação mobilizados, a entrevistada estende sua reflexão para um futuro não muito distante:

(...) eu sei que um dia não vou mais poder cuidar dela, nesse dia, eu não vou entregar ela pra ninguém não... só para o juiz. É para a Justiça que eu vou devolver a guarda da minha filha, para mais ninguém! Foi na Justiça que eu consegui muita coisa para ela... então é para a Justiça que eu devolvo. (Liliane, 52 anos - nome fictício).

A vivência de afetos, da parte da entrevistada, associados à forma de realização pessoal, em oposição àqueles que tendem a caminhar (socialmente) vinculados à pobreza – como é o caso dos sentimentos de humilhação, rechaço social e perda de controle sobre a vida, entre outros – foi um diferencial, parecendo contribuir para uma subjetividade relativamente diversa daquelas anteriormente abordadas. Essa condição, no entanto, não dispensou referências externas, como o acesso a informações, diálogos e interações que fizessem sentido no enfrentamento dos constrangimentos sociais e materiais da pobreza extrema. Essas interações não se estabelecem burocraticamente, mas por meio de trocas efetivas, em direção similar a narrada por antiga liderança local lembrando o início de sua vida na região:

(...) eu tinha acabado de ter meu segundo filho e ainda cuidava de mais dois de uma vizinha, eu estava numa carência, num ‘barraquinho’ precário, não tinha nada.

---

246 Parte das horas passadas com a entrevistada foi utilizada por ela para compartilhar comigo as explicações que ouvira e aprendera sobre a doença da filha, suas limitações, suas possibilidades de avanço, seus sentimentos de ansiedade. Além dos cuidados alimentares e motores que são observados e realizados por ela. Tudo isso, claro, ela reforça, não será igual o tempo todo, a menina vai entrar na puberdade, as exigências vão mudar.

Quando a irmã bateu e pediu pra entrar pra conhecer minha situação. Eu não sabia onde enfiar a cara, quase ‘morri de vergonha’, queria esconder as crianças de tão pobrezinha que elas eram. Tudo era pobrezinho demais... Mas foi ali que tudo começou. (dona Zita, liderança local)

O que tudo começara, como expressa nossa entrevistada, passava em grande medida pela interação entre as pequenas, mas sistemáticas, oportunidades e as percepções e sentimentos então suscitados ao sujeito a qual se dirigem. Nossa entrevistada relembra:

Um dia, minha vizinha veio me chamar porque tinha ouvido no rádio que ia ter distribuição de arroz, feijão, óleo (...) essas coisas. Era lá para os lados da Pompéia. A gente já tinha ido outras vezes. Eu já estava pronta para ir, mas aí me bateu uma coisa... e eu disse “Nevinha, eu não vou não!”... Isso não é mais para mim!” Eu pensei assim: meu marido tem um trabalho [servente de pedreiro] é pouco, mas a gente tá vivendo. Quando a coisa fica apurada, eu corro para as irmãs (igreja) Então eu me dei conta que essa fase da minha vida tinha passado! Isso não era mais para mim! Foi aí que eu encerrei minha fase de pedir... E olha que nunca mais precisei voltar! (dona Zita, liderança local)

No caso ilustrado acima, nossa entrevistada contava com rendimentos escassos, porém regulares e o apoio da paróquia local, como citado no primeiro capítulo, iniciado por meio de visitas realizadas pelas religiosas. Mais tarde, por meio também dessa mesma prática – às visitas ou busca ativa – a própria entrevistada passou a atuar na região. O sentido dessa forma de atuação comunitária decorre do reconhecimento acerca da existência de impedimentos por parte daqueles em situação de extrema privação. São os já mencionados sentimentos de vergonha, humilhação e rechaço social, impedimentos intangíveis, mas inteiramente reais e, possíveis de transformação apenas, pelo mesmo modo pelo qual são constituídos, na relação com o outro.

Nessa direção, outra antiga liderança, hoje também diretora de uma das creches conveniadas, ao falar dos desafios de cuidar das crianças, chama a atenção para àquelas famílias que acumulam múltiplas carências e acrescenta:

(...) é um trabalho muito difícil. Porque a gente tem que acompanhar e ver se a criança tá faltando... ou se está com dificuldades... aí vamos atrás da mãe. Aí a gente entende! São casos de muita privação, mães com filhos doentes [necessidades especiais, paralisias e doenças mentais, etc.]. Essas mães escondem os filhos e se escondem junto. Então, você tem que ir lá (na casa da família), fazer todo um

trabalho, aos poucos, ir falando para ela: você é bonita, forte, você consegue, seu filho merece... É muito difícil! (dona Lourdes, dirigente de creche).

A vivência de afetos contributivos à ampliação de identidades, como um dos recursos frente aos múltiplos constrangimentos, passa pela aproximação humana e pelo exercício das intersubjetividades. Afetos que coloquem o sujeito de volta ao contato com suas próprias forças, recorrentemente postas em dúvida pelos constrangimentos da pobreza extrema, pelos sentimentos que sugerem a perda de controle sobre a vida ou a perda da dignidade.

A relevância das relações humanas estabelecidas como experiências de intersubjetividades é observada na trajetória narrada por nossa próxima entrevistada, Luisa (38 anos - nome fictício). Luisa teve suas privações sociais equacionadas a partir de um conjunto de oportunidades encadeadas e assim identificadas por ela mesma. Por meio de uma das lideranças locais, no início dos anos 1990, que a visitou em contexto similar ao de nossa antiga liderança (dona Zita), conforme depoimento acima, um conjunto de possibilidades lhe foi sendo apresentado. A percepção acerca dessas possibilidades aparece, da parte da entrevistada, mesclada por seus recorrentes sentimentos, reflexões e decisões que, de fato, foram utilizados em seu próprio favor. A entrevistada difere dos demais casos destacados anteriormente, não pela ausência de privações materiais e de constrangimentos, mas pela ausência duradoura de sentimentos impeditivos – humilhação, rechaço social. Afetos como vergonha, apesar de identificados em seu depoimento têm sido enfrentados pela entrevistada, sugerindo condições de sua parte em fazer prevalecer afetos que trabalham por ela própria. Mas, às condições subjetivas demonstradas pela entrevistada, acrescem condições objetivas, indicando o papel dos direitos e das oportunidades para a constituição de afetos e recursos subjetivos favoráveis às realizações cotidianas.

De forma diversa aos demais depoimentos, a entrevistada sinalizou a existência e permanência de planos, desde sua chegada de Pernambuco à região da Brasilândia. Nesse caso, sugerindo um perfil um pouco mais parecido com os segmentos que originaram as primeiras ocupações, tal qual tratado no segundo capítulo. Mas, sobretudo, a maior diferença em relação aos depoimentos anteriores, esteve nas pequenas, mas contínuas oportunidades, que foram por ela assim identificadas. Essa situação não foi observada em nenhum dos casos anteriores, com a ênfase e a continuidade com que foram nesse caso.

O depoimento em questão inicia-se pela percepção da entrevistada de que a realidade encontrada, em sua chegada, não foi nada satisfatória, tampouco próxima ao que imaginava. Ela fora morar com os irmãos que já residiam em um barraco de alvenaria na região, passando a fazer todos os serviços domésticos. Sem recursos próprios, sem amigos, sem convivência social, com pouca escolaridade e hábitos típicos da vida na zona rural, sofria pela “distância” nas relações sociais, pelos deslocamentos – longas distâncias, conduções lotadas, cidade desconhecida – além dos constrangimentos por conta da violência local. “Qualquer coisa... eles matavam... era assim, na frente da gente. Era horrível!” (Luisa, 38 anos - nome fictício). Um ano após sua chegada, arrumou um trabalho de costureira em uma confecção, na região da Barra Funda, no qual permaneceu por cerca de três anos. Nesse período, fez duas tentativas de voltar a estudar, mas essas resultaram em abandonos antes da conclusão do ensino fundamental. A jornada de trabalho diária, a escola noturna e os serviços domésticos aliados aos longos deslocamentos fugiam às suas possibilidades, mas ao que ela complementa: “Mas eu tinha vindo para estudar, eu estava na sexta série! Esse era meu sonho! Eu adiava, mas não esquecia.”

Seu maior engano, segundo sua reflexão durante a entrevista, foi que para sair da casa dos irmãos, ficou grávida do namorado que conheceu há pouco tempo na região. Os irmãos a colocaram para fora de casa. Ela foi morar com o namorado, em um cômodo construído no fundo da alvenaria dos pais dele. Aos 21 anos nasceram seus filhos “gêmeos siameses” e se iniciava sua trajetória de privações extremas, sobretudo, durante os três primeiros anos. O marido tão jovem quanto ela, com pouca escolaridade e sem trabalho fixo, passou a beber. Ela perdeu o emprego de costureira, tentou outros, mas os cuidados com os filhos até os três anos de idade foram de grande exigência. A creche (na região) que conseguiu para os filhos atendia em jornada de meio período diário e não dava conta das necessidades das crianças que acabavam, segundo ela, sempre mal tratadas. O segundo trabalho que obteve naquela época foi de cobradora numa empresa de ônibus, o que a absorvia quase de domingo a domingo. Os filhos acabavam quase que sozinhos em casa, com carências diversas além da espera por novas cirurgias reparatórias<sup>247</sup>. As dificuldades aumentaram, a entrevistada deixou

---

247 A entrevistada acredita que tenham sido realizadas mais de dez cirurgias reparatórias.

o trabalho que havia conseguido. Tal qual a prática comunitária originária da região na época, um dia, uma das lideranças locais (dona Zita) foi até sua casa; “pessoas conhecidas” (vizinhos) tinham contado a ela suas dificuldades. As primeiras “contribuições” tinham início, acompanhadas por oportunidades:

Uma colega minha, foi que me ajudou. Ela falou para mim “você tá deprimida” e me levou na psicóloga do posto. Foi muito bom. Mas, eu fui pouco, ela [a psicóloga] logo falou para mim ‘você precisa ser alguém na vida, voltar a estudar, ter trabalho’. Eu entendi. Parei com a psicóloga, porque não adiantava eu ir e não correr atrás dos meus objetivos. Eu fui melhorando aos poucos e resolvi voltar a estudar. Meu marido, então, colocava os meninos para dormir e ia pra o bar. Eu parei de novo. Tentei outro trabalho, de doméstica. Mas, era muito longe (Lapa)... tudo era muito longe para situação que eu tinha! Não dava! Aí dona Zita veio me procurar. Eu lembro direitinho, eu tava começando a comer, ela chegou e falou para mim: ‘Então, Luisa, você não quer ir trabalhar na creche, mas é na faxina! E pode levar os meninos.’ Aceitei na hora, nem terminei de comer. Eu não parava [de trabalhar], terminava a faxina, eu ia para sala de aula ajudar com as crianças. Voltei a estudar, terminei o fundamental e parti para o médio. Aí, um dia dona Zita falou: “como é, você vai querer ficar na faxina a vida toda?” Ela veio e falou que tinha um curso de magistério, porque dona Zita sempre trazia informação para a gente. Mas, o curso era pago, um curso na Lapa, mas eu fui. Em um ano e meio, terminei. Aí dona Zita me passou para sala de aula e eu fiquei. Agora faço faculdade de pedagogia e ainda quero fazer uma pós-graduação.” (Luisa, 38 anos - nome fictício).

Pergunto como é isso, o que leva a essa decisão de continuar estudando:

(...) eu não quero ficar minha vida toda só na creche. Eu sempre tive planos porque estava em situação difícil. É assim, se você está numa situação difícil tem que sair, não pode ficar. Eu sempre tentei sair quando estava difícil. Mesmo que não dê, tem que tentar. Tem que correr. Mesmo que não dê certo, pelo menos, eu fui atrás!

Se, ter tido condições subjetivas de fazer e manter planos foi fundamental, como indica a entrevistada, encontrar oportunidades e relações, na “medida” adequada às suas possibilidades e percebê-las como tal, foi indispensável. Nesse sentido, as condições vivenciadas pela entrevistada mostram-se bastante diversas das sugeridas nas entrevistas anteriores. Seja pela evidência de pequenas oportunidades e intersubjetividades, seja pela ênfase em aspectos da subjetividade não identificados predominantemente com *afetos* recorrentemente associados às privações da pobreza.

Vale lembrar também que a trajetória da entrevistada, embora socialmente vulnerável desde a infância, marcada por abandono escolar precoce, não fora de perdas afetivas, tampouco de violência ou abandono. Muito embora, sua relação conjugal tenha sido de ameaças e de ausências.

Além das restrições monetárias de origem, suas privações eram de insuficiência de direitos, sobretudo, relativas aos estudos e às oportunidades de trabalho, principais motivações para sua vinda para São Paulo. Nesse sentido, foram ausências que na subjetividade da entrevistada remeteram a um projeto: estudar e trabalhar e não a um conjunto de impossibilidades. Em momentos diversos, a entrevistada recorria a esse projeto, como meio de orientar suas decisões, mas, ao que indica seu depoimento, as relações cotidianas assim contribuía, para que mantivesse seus desejos e tomasse decisões. De fato, os mecanismos de compreensão e percepção da realidade, demonstrados pela entrevistada, são bastante diversos do predominante neste campo de pesquisa. Assim transcritos abaixo:

(...) quando eu vim para cá achava que ia ser mais fácil, mas não foi não! Aqui tudo precisa de dinheiro, eu com duas crianças pequenas, cheia de problema, sem poder trabalhar... eu pensava: vou voltar para Pernambuco [área rural, casa dos pais], mas lá era muito ruim, não tinha trabalho, eu não podia fazer isso. Aí eu pensava: Nada é eterno, um dia as coisas acabam. (...) Eu tinha muita vergonha de tudo, tinha muita dificuldade de pedir ajudar. Mas, dona Zita sabia e vinha por conta me ajudar. (...) Eu morria de vergonha, eu nem falava. Eu não tinha diálogo para conversar com ninguém. A pessoa perguntava as coisas eu nem sabia responder. (...) Hoje eu sou alguém, porque fui parar num lugar legal [a creche em que trabalha]. Se eu tivesse num lugar que ninguém quisesse saber de mim, não confiava em mim... sem essa ajuda toda que eu tive...(...) A creche [o trabalho na creche] me fez crescer como ser humano. Isso eu sempre vou agradecer. Olha só: eu ia trabalhar de faxineira e levava meus dois filhos comigo. Eu ficava dias no hospital com meus filhos, elas nunca falaram nada [que impusesse dificuldades]... me davam a maior força e confiavam em mim! Assim, a gente tem vontade de lutar! (...) A gente tem que tentar levantar quando tá difícil, mas aos pouquinhos. (Luisa - nome fictício).

Em referência ao ex-marido, relata e reflete:

Eu tava progredindo e vendo ele só nos bares, bebendo, cada dia pior. E ele ficava com raiva de mim, porque eu tava estudando. Ele tomava as coisas de mim [livros, cadernos] e mandava eu ir ler a bíblia. Eu falava para ele: sai do bar, vai estudar

também. (...) Mas, não deu... Aí, eu saí e deixei ele. (...) A gente não pode subir tudo de uma vez. Acho que ele queria assim: que as coisas mudassem de uma hora para outra. Mas, é degrau por degrau. É buscar “coisa” fora, preencher a mente com outra coisa. (...) e buscar fora... porque de algum lugar tem que sair alguma coisa, né? Se eu ficasse lá [dentro de casa] aí que não tinha nada mesmo.

A expressão de nossa entrevistada “tem que buscar coisa fora (...) porque de algum lugar tem que sair alguma coisa...(...)” remete a nossas possibilidades como agente das próprias capacidades de discernimento, *decisão* e *atuação* que serão – capacidades – somente na medida em que “chamadas” a serem exercitadas. Essa noção parece supor, da parte de nossa entrevistada, percepções favoráveis acerca de si mesmo, que se fazem ver no “diálogo” com as (poucas e possíveis) oportunidades identificadas em seu contexto. Não se trata, portanto, de recursos passíveis de serem mobilizados no “isolamento”, mas que supõem, ao contrário, interações com a realidade imediata. Nesse sentido, não são recursos estritamente individuais, porque se constituem em diálogo com aspectos da realidade que, referenciados às possibilidades subjetivas de cada um, possam ser tomados como oportunidades, tal qual ilustra o trecho abaixo, trazido ainda por Luisa (nome fictício):

Antes, quando alguém falava em faculdade, eu pensava nessa tem que ser rico pra isso... mas não, tem muito jeito. Hoje, o estudo não é só para rico não, é pra pobre também. [a entrevistada é bolsista do ProUni<sup>248</sup>] Eu nunca desisti dos sonhos, mas se eu pensasse tudo de uma vez, não tinha nem começado: ‘nossa três quatro anos estudando!’ Eu não tinha conseguido. Eu pensava: um dia de cada vez.”

Mas, não parei de fazer plano: eu quero mais. Eu quero fazer alguma coisa pra comunidade.” [o termo “comunidade” e a intenção aparecem espontaneamente da parte da entrevistada] “eu quero fazer outra faculdade ou uma pós graduação em assistência social ou em psicologia, para ajudar as pessoas.

---

248 O Programa Universidade para Todos - Pro Uni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Sobre isso ver: <<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 03 out. 2013.

A entrevistada prossegue narrando seus desafios atuais como estudante de pedagogia, mas seus contínuos esforços: “eu sofro muito para apresentar trabalho, seminário, mas eu falo para a professora: vou por minhas mãos para trás, para ninguém ver que eu to tremendo e vou em frente!” (Luisa - nome fictício).

Um conjunto de aspectos presentes em seu depoimento parece ter sido decisivo às condições reunidas subjetivamente da parte da entrevistada. Nesse sentido, seus esforços por discernir situações, orientar *decisões e atuações* não foram um caminho exclusivamente individual. Condições e direitos efetivados no nível local, presentes no território, apoiaram direta ou indiretamente os *decisões e atuações* da parte da entrevistada, tais como: moradia precária, mas relativamente segura, fora de áreas de risco; o acesso à creche pública de período integral próxima a sua moradia (viabilizada por gestão da própria comunidade e complementação dos recursos públicos); os serviços de saúde de alta complexidade, viabilizados fora da região; relações de vizinhança “com a colega” que sugeriu sua necessidade de atendimento terapêutico, além de ter influenciado a primeira visita da parte da liderança local; acesso adequado aos serviços na rede de saúde pública local; apoio sistemático de lideranças locais e associação comunitária; o trabalho regular e adequado às suas possibilidades e necessidades na época.

Tratava-se de um conjunto de direitos e de oportunidades objetivas que uma vez apresentados foram aos poucos integrando a subjetividade da própria entrevistada, como conquistas. Trata-se, também, de intersubjetividades apoiadas em relações que parecem ter ido além da tolerância com a pobreza – nos moldes formulados por Margalit (1997:144). Talvez, intersubjetividades constituídas de forma muito próxima às denominadas ‘obrigações imperfeitas’ (Dieterlen, 2006), praticadas como recurso à constituição simbólica e objetiva dos sujeitos envolvidos. O lugar representado por essas condições e práticas no universo da subjetividade de Luisa (nome fictício) indica sua constituição na qualidade de vivências, conforme destacado no trecho abaixo:

(...) quando eu me formei no [ensino] fundamental, chamei dona Zita e ela tava lá, toda orgulhosa! No [ensino] médio foi a mesma coisa... foi só felicidade! Isso tudo eu nunca vou esquecer, eu devo muito a ela e a Osem também, sem isso não tinha dado não!

Afetos configurados por relações de intersubjetividade e relacionados à realização pessoal e, posteriormente, à gratidão ocupam lugar de destaque no universo subjetivo da entrevistada. Há sinalização de que as experiências da entrevistada em sua trajetória de pobreza ultrapassaram os afetos que tendem a acompanhar as privações objetivas, destacados nos depoimentos anteriormente. Experiências que participaram na reconfiguração da percepção de si mesma, de suas vivências e de suas possibilidades, tornando-as positivas aos olhos do próprio sujeito.

Aos dois depoimentos acima acrescentamos, por fim, a análise de alguns aspectos trazidos pelo terceiro deles, qual seja, a entrevista de Tatiana (28 anos - nome fictício), abordada parcialmente no item anterior. Esse último depoimento revela da parte da entrevistada uma subjetividade inteiramente diversa das duas anteriores, compreensiva diante de sua trajetória. Conforme tratado anteriormente, Tatiane foi abandonada na infância, criada em instituições públicas, tendo vivido períodos de sua vida nas ruas. Sua trajetória e as privações materiais da pobreza são para os seus sentimentos, também as de privações de afeto. Carências objetivas não se distinguem somente como tal, seu sentido no âmbito da subjetividade remete também às privações afetivas. Como a entrevistada revela:

Meu irmão [de criação] fala para mim: calma! Qualquer coisinha que falta [alimento] você desespera! Ou, como Tatiane destaca em outros momentos da entrevista: “até hoje não fico sozinha no escuro, não dá não. E durmo de mão dada com minha filha. Ela mesma fala para mim: fica calma, mãe, me dá aqui sua mão, tá tudo bem. (Tatiana, 28 anos - nome fictício).

À semelhança do depoimento anterior, também aqui as relações locais e seu alcance no âmbito da intersubjetividade cumpre importante papel, seja no resgate dos afetos restritivos, seja na orientação de decisões da parte da entrevistada. Embora de forma menos decisiva para a minoração das privações objetivas da pobreza<sup>249</sup> a narrativa que segue reforça o papel dessas interações e intersubjetividades na recomposição de aspectos do universo da subjetividade.

---

249 De fato, as carências objetivas da entrevista estão longe de serem superadas.

Tatiana (nome fictício), 28 anos, ex-interna na antiga Febem, reside na região há quase 15 anos, quando foi “levada” por uma colega (da Febem). Mãe de três crianças, entre dois e nove anos de idade, a mais velha retirada de sua guarda há cinco anos pelo Conselho Tutelar. Com as chuvas do início do ano (2011), Tatiane e dois filhos ficaram desabrigados, com a perda do barraco e quase soterramento da filha, na época com sete anos de idade. Hoje, morando “de favor”, Tatiana divide o único colchão<sup>250</sup> com os filhos, enquanto aguarda da Prefeitura os cinco mil reais (programa de emergência) pela perda da moradia. Faz bicos na própria região, como ajudante em uma barraca de frutas na feira e na coleta de recicláveis; ex-usuária de drogas (com recaídas, segundo a mesma), com poucas referências seguras na região, entende que dois apoios têm sido fundamentais. Um deles decorre da parte de uma família (casal e um filho) a quem ela chama de “mãe” e de “pai”<sup>251</sup> – onde se encontra morando, provisoriamente; o outro apoio vem da associação local, Osem -Vista Alegre – aonde Tatiana chegou em companhia da filha e vem convivendo há mais de um ano, conforme relato:

Eu conheci a Osem, por causa de um prato de comida! [expressa com emoção!]  
A gente tava passando [em frente à associação, voltando da escola] e minha filha falou:

- Mãe, não tem nada em casa! Olha essa casa azul: aqui tem muita criança, vamos pedir aqui mãe... o povo deve ser legal!

- Não, filha, eles não vão dar... [lágrimas]<sup>252</sup>.

---

250 O colchão deveria ter sido parte do “pacote” de emergência aos desabrigados entregue na região pela Subprefeitura da Freguesia do Ó. No entanto, a entrevistada teve de comprá-lo de outro morador que obteve o benefício apenas para negociá-lo posteriormente. Essa prática foi narrada em outro depoimento e sugeria, à época, a existência de grupos organizados de “atravessadores” beneficiando-se dessa atividade.

251 A entrevistada narra com muita sensibilidade como conheceu essa “mãe adotiva” tendo guardado a data, segundo ela, no dia 17 de agosto de 1996, quando tinha 15 anos. Residia sozinha, em um barraco de um cômodo na região.

252 Somente nesse momento, a entrevistada começa a se emocionar, o que a torna de fato envolvida com a entrevista até seu término. Até então, ela havia combinado comigo que ela contaria sua história de uma vez, sem perguntas, “senão ela não conseguiria”. Sua narrativa havia iniciado em tom de muita objetividade, assim: “Com dois meses de vida eu fui deixada pela minha mãe que não podia cuidar de mim, porque eu nasci só com um pulmão e muito fraca, na porta da Catedral da Sé. Sou de Cubatão e fui criada na rua; já roubei com faca, canivete, já bati, mas também já apanhei muito, perdi até a força em um dos braços. Vim parar aqui (Vista Alegre) porque uma colega me trouxe. Fui usuária de droga, já trafiquei, quando fugi do orfanato (onde ficou até por volta dos 8 anos de idade), fui para rua. Quando fui pega roubando na praça da Sé – um pacote de bolacha, fui parar na Febem. Sofri muito!” [A narrativa da entrevistada é densa, evita os detalhes, inicia dura, termina sensível e frágil.]

- Vamos tentar mãe (...)

A gente bateu, veio uma moça (a Priscila que hoje é monitora da minha filha) eu pedi ‘a senhora tem um pouco de comida’ ela mandou esperar e voltou com um potinho cheio ...[lágrimas]. Então ela perguntou: ‘você não queria por sua filha aqui?’<sup>253</sup>Eu disse que não podia pagar [lágrimas]. Ela disse que não precisava de dinheiro não! Desde então, minha filha tá aqui. Ela tá desenvolvendo, tá mais calma, tá melhorando comigo [no relacionamento]. Elas [da associação] que me estenderam a mão! Porque foi assim: há poucos meses, perdi minha casa né! Dia 11 veio a chuva, três horas da manhã o barranco caiu em cima [do barraco], minha filha quase morreu. Consegui salvar o menino, mas ela não. Até hoje ela fala: ‘mãe, você não gosta de mim [emoção e lágrimas]... porque você salvou o Miguel e não me salvou!’ ... Mas, é o que a gente fez [referindo-se a si mesma], o primeiro que tava na minha frente... foi dá um chute e empurrar pra fora! (...) Ela só ficou com a boquinha do lado de fora. O bombeiro demorou para chegar, mas graças a Deus salvou ela. (...) desde então, ela tava revoltada comigo. Eu falo pra ela: perdoa a mãe, a culpa não foi da mãe! [lágrimas...]

- [a entrevistada reproduz a fala da filha] Mas... mãe, você não me salvou!

Isso acabava comigo! Foi a Olivia (coordenadora Osem) que me ajudou [lágrimas] com elas [Associação Osem] minha filha tá tendo apoio, elas conversaram muito com ela, muito... falaram do que aconteceu [o soterramento e a perda do barraco] Até que ela tá melhorando comigo! Puxa! Eu amo minha filha, mas eu não podia fazer nada! [lágrimas]. (Tatiana, 28 anos - nome fictício).

A dimensão objetiva da questão – a casa soterrada com tudo dentro – para a entrevistada é, obviamente, a vivência de *afetos* e (mais uma vez) de sentimentos de ameaça à vida. A experiência não se esgota pelo término do evento, tampouco seu registro na subjetividade nos fala acerca de um bem material objetivo, mas sim, de uma proteção fundamental, do abrigo ao corpo e à subjetividade.

Estar em situação de pobreza representa para nossa entrevistada muito mais do que ser carente em moradia, renda, saúde, educação. Representa a interiorização de ameaças, abandono e privações, cuja “reposição” aos danos dessas experiências parece demandar outras

---

253 A associação mantém em três unidades diferentes um total de aproximadamente 500 crianças, adolescentes até 19 anos, em atividades no contra-turno da escola, de forma a mantê-los fora das ruas. Há funcionários na associação e voluntários com formação em assistência social; pedagogia e psicologia. A preferência é pelos profissionais da própria região, segundo as coordenadoras: “é muito mais fácil alguém daqui compreender e lidar com tudo isso aqui.”

experiências, indiscutivelmente melhores, que passam pela recuperação do abrigo, de forma segura e objetiva. Mas, além disso, também demanda resgatar os sentimentos decorrentes, tais como aqueles expressos pela filha de Tatiana: “Mãe, você não me salvou, você não gosta de mim!” Essa tarefa, claramente não escapa ao âmbito das relações primárias, à vida privada. No entanto, não existe sujeito sem as práticas de intersubjetividades e essas se colocam para além das relações familiares, devendo estar em um conjunto de situações e de vivências oriundas da esfera da coletividade. Mas, no caso de nossa região de estudo, comprovadamente essas situações estão, de certo modo, “suspensas” ou quase “impedidas” conforme cenário e contexto de segregação e de privações de direitos sociais descritos anteriormente. As poucas alternativas estão circunscritas a atuações comunitárias, herdeiras dos movimentos sociais do passado. Nossa entrevistada, Tatiana, traz parte dessa dimensão, quando retomamos em entrevista a questão do soterramento do barraco, a que ela complementou:

Quando minha casa caiu, eu falei para Olivia (Representante da Associação - Osem): ‘eu vou me matar e levo meus filhos juntos... porque sozinhos é que eles não ficam não!’ (...)

Mas, ela falou pra mim: nada disso! A gente tá aqui com você!

E, tão mesmo! [complementa Tatiana].

Sua narrativa prossegue, indicando esforços e pequenas oportunidades que lhes são acessíveis, frente ao conjunto de restrições e necessidades que enfrenta:

Agora, eu to estudando à noite [curso de alfabetização, na Osem], to começando a ler [sorriso de orgulho]! Mas, no começo, quando eu vinha, não era para estudar não. Era só para comer... e dar de comer para os filhos. Porque aqui, eu posso trazer eles comigo<sup>254</sup>. (...) Mas, eu falei pra elas (lideranças comunitárias) ‘eu não vou mentir não: eu to vindo para comer’.

Agora, às vezes, a Olivia (coordenadora) fala para mim: ‘puxa, eu te admiro, você é uma lutadora! [emoção e orgulho] Passou por tudo que passou... e tá aí... tá até estudando! Seus filhos veem limpos para cá, não roubam, não falam nem pala-

---

254 A referência sobre “levar os filhos junto” vai contra a orientação, na época, da prefeitura que é o agente financiador dos cursos de alfabetização de adultos na região. Nesse sentido, a iniciativa é assumida pela própria associação local e significa esforço em mobilizar condições inicialmente não previstas nos programas de alfabetização, mas indispensáveis ao perfil do público na região. Essa situação me foi narrada por outros moradores, em conversas pessoais durante os trabalhos de campo.

vrao'. Mas, foi ela [coordenadora Osem] que me ajudou, me deu comida, quando eu precisava, tá apoiando minha filha, conversando com ela. Ela até parou de falar que ia fugir de casa! (Tatiana, 28 anos - nome fictício).

Ações objetivas são indispensáveis, mas parece ganhar em efetividade ao incluir conhecimentos fundamentais acerca das subjetividades dos sujeitos envolvidos, propiciando interações, de fato, possíveis e, sobretudo, necessárias aos conteúdos presentes no universo subjetivo de cada um. Trata-se de reconhecer que a pobreza intensa, para além de evidências objetivas, caracteriza-se pela presença de sujeitos com trajetórias e estados distintos de sofrimento e impedimento humano, reforçando o que a literatura vem propondo em suas referências ao tema:

Vista como sofrimento de diferentes qualidades [a noção de exclusão] recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. (SAWAIA, 2009, p. 98-99).

Esses sofrimentos referem-se tanto à dimensão de ordem física, quanto das emoções, suscitam ao sujeito afetos e sentimentos carregados de “informações” acerca de si mesmos e de suas (im)possibilidades. Esses conteúdos não são descartáveis, nem mesmo, diante de carências da pobreza extrema, como expressa a fala da própria Tatiana, ao término de nossa entrevista:

Sabe o que é... moça? É que fome a gente não passa. De um jeito ou de outro, a gente tem o que comer, mas é que não é só isso... moça! Não é só isso que a gente quer! Olha pra mim: essa roupa, meu cabelo... (referindo com tristeza à própria imagem) Eu tenho só 28 anos... e já to me acabando. O que vai ser de mim?! (Tatiana, 28 anos - nome fictício).

O trecho acima corrobora considerações de Leão Rego (2013) acerca da não acomodação por parte daqueles em situação de privação social, com acesso a benefícios públicos ou direitos sociais. Ao contrário, para a autora, permanece o fato de que: “o ser humano é desejante. Eles querem mais da vida, como qualquer pessoa. Quem diz isso [acerca da pre-

valência da acomodação] falsifica a história.” Leão Rego (2013).<sup>255</sup> Na mesma medida em que os *afetos* expressos pela entrevistada acima, Tatiana, revelam uma subjetividade comprometida com os propósitos do “vir a ser”, seguem explicitando sua negação e impedimento, diante das limitações e imposições do contexto social de privações da pobreza. A expressão da potência da parte do sujeito desejante, no caso, nossa entrevistada, em colocar-se como ser vivente, tende a cessar nela mesmo, diante da ausência de recursos socialmente constituídos. A escassez de experiências de intersubjetividades, nos contextos de segregação social da pobreza extrema, restringe o campo de expressão desses afetos e sentimentos. Na condição de vivências predominantemente individuais, não compartilhadas, tais afetos acabariam por ter seus sentidos e significados associados exclusivamente às noções de fracasso e de perda do controle sobre a própria vida. Assim, há relativo silêncio na pobreza extrema pelas interações restritas e oportunidades pouco consistentes, mas, sobretudo, por sua vivência na solidão da condição quase integralmente individual. Há silêncio na pobreza extrema, sobretudo, porque as subjetividades forjadas quase que se encerram em si mesmas. Na solidão dos sentidos da pobreza, quando cessam as buscas, tende a cessar seus sujeitos/agentes. Há silêncio na pobreza extrema, porque há um aceite social da privação para a vida do outro. Há silêncio na pobreza extrema, assim como houve silêncio após a fala de nossa última entrevistada. Os afetos comuns à pobreza parecem ser expressão da infeliz combinação entre a ausência dos *deveres positivos* no âmbito das instituições e das *obrigações imperfeitas* na dinâmica das relações sociais.

---

255 Sobre isso ver entrevista: Leão Rego (2013). Preconceito contra o Bolsa é fruto da imensa cultura do desprezo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Esta tese buscou abordar a condição de pobreza, em especial a pobreza extrema, partindo de suas evidências objetivas como meio para a observação de sua dimensão intangível referida a vivências e experiências do sujeito com trajetória de privações sociais. Considerou pobreza como privação do bem estar humano, experiência essa que inclui além da carência dos recursos materiais e monetários básicos, o constrangimento à realização das possibilidades humanas fundamentais, referenciadas ao contexto imediato. Trata-se de condições que não se constituem isoladamente, não são atributos exclusivos ao sujeito, ao contrário, são do âmbito das intersubjetividades. Resultam do “diálogo cognitivo” entre os sentimentos/afetos e as interações e oportunidades sociais disponíveis ao sujeito, sobretudo em seu contexto imediato. Portanto, dependem da existência e acessibilidade a fatores/eventos externos ao sujeito a serem, então, por esse, “acionados” ou apropriados.

Para tanto, este estudo propôs investigar como as experiências cotidianas de privações materiais e sociais acrescem aos sujeitos carências intangíveis – afetos e sentimentos – que resultam em percepções e noções que reforçam constrangimentos impostos às possibilidades humanas. Dessa perspectiva analítica, resultou a hipótese de que as variadas privações da pobreza são mais do que riscos ou privações materiais, porque vivenciadas subjetivamente impactam nas capacidades primordiais do sujeito. Mas, essas vivências diferem quanto aos afetos e sentimentos expressos, indicando subjetividades relativamente distintas.

Vivências morais, expressas por sentimentos de humilhação, vergonha, rejeição social, perda de controle sobre a própria vida, entre outros afetos seguem estreitamente refe-

renciados às experiências cotidianas de insatisfação das necessidades básicas (alimentação, abrigo, higiene, segurança, oportunidades sociais, relacionamentos, etc.). As contínuas privações, tal como decodificadas pelo sujeito, conformam suas percepções e sentimentos em relação à realidade social, as experiências em seu contexto imediato e finalmente, a si mesmo. Essas percepções compõem as representações sociais da pobreza e do que seja o pobre, alcançando e participando da própria identidade do sujeito.

No entanto, essa identidade, como aborda a literatura especializada (LIMA, 2010) não é fixa, tampouco finalizada, mas constituída e reconstituída como resultante das respostas (possíveis) por parte do sujeito aos papéis sociais que lhes são atribuídos. Portanto, a identidade é constituição própria, mas exclusivamente a partir das possibilidades presentes na realidade social e disponíveis no contexto das relações imediatas. Trata-se de um mecanismo de decodificação dos conteúdos do cotidiano, que por constituir-se por meio das intersubjetividades sugere alguma oportunidade de representações e percepções variadas, por parte dos sujeitos. Essa diversidade de decodificações atribuída ao contexto vivenciado e, sobretudo, a si mesmo, ainda que guarde influências desconhecidas do âmbito da subjetividade tende a revelar-se, em parte, nas atuações humanas.

Os conteúdos e afetos associados à vivência da pobreza são predominantemente de sofrimento, como tal se mostram urgentes por soluções, afetando e restringindo o exercício das capacidades primordiais do sujeito. Sentimentos de vulnerabilidade, carência ou ameaças por contínua exposição a privações e riscos tendem a constranger as condições de reflexão/discernimento, decisão e atuação, por parte do sujeito. Apoiando essa noção, a literatura especializada que reconhece a atividade dos sentimentos e afetos no exercício do pensar e discernir. Sentimentos e emoções orientam ideias, decisões e atuações porque, ao contrário do que se supõe, têm lugar definido no organismo humano. Não são voláteis, tampouco transitórios ou isolados das funções de cognição, ao contrário, participam do processo de compreensão cognitiva, como qualquer outra percepção objetiva. Mas, não são do domínio estritamente individual, porque compõem e se transformam nas interações do sujeito em seu contexto de relações e vivências. Sentimentos e emoções são socialmente referenciados e como tal, fundamentais para a compreensão do comportamento humano e investigação dos fenômenos sociais.

Assim, a construção e verificação de nossa hipótese envolveu o resgate da história da ocupação da região em que realizamos a pesquisa – Vista Alegre, distrito da Brasilândia – as características da produção social do espaço e das interações coletivas, constituindo oportunidades e constrangimentos. Mas, de forma prioritária, as investigações destinaram-se aos sujeitos residentes na região, destacando suas experiências de privação extrema, seus sentimentos e mecanismos de interação e de decodificação dos constrangimentos e das (escassas) oportunidades identificadas em suas trajetórias.

As investigações apontaram relativa diversidade nos afetos. Enquanto a maioria dos entrevistados demonstraram extrema vulnerabilidade emocional e atitude de (auto) impedimento frente às demandas cotidianas, outros (poucos) entrevistados, de forma diversa, trouxeram indícios de atuações apoiadas em reflexões, discernimento e tomada de decisão. Essa condição se mostrou associada, segundo nossas investigações, aos contextos de diálogo substantivo e vivências no coletivo. Nesse caso, reiterando o papel fundamental das intersubjetividades junto à psique individual na reconfiguração dos afetos comuns à trajetória da pobreza talvez participando em reconfiguração das identidades. Houve indícios de subjetividades com representações simbólicas relativamente diversas acerca da própria condição de pobreza e acerca de si mesmo. Sujeitos cujas trajetórias incluem as relações sociais e comunitárias trazem em seus depoimentos a identificação de oportunidades. Essas condições, por sua vez, foram menos observadas entre aqueles sujeitos em situação de relativo “isolamento” ou de segregação social, perfil que remete as ocupações mais recentes e mais precárias existentes na região.

Entendemos, por meio desta pesquisa que, como trajetória social, a pobreza é heterogênea. Similar enquanto insatisfação das necessidades básicas e incompletude dos direitos sociais, a pobreza difere quanto aos afetos e sentidos suscitados no universo das subjetividades. Estar em situação de pobreza intensa é experimentar afetos e sentimentos que tendem a restringir as capacidades de atuação do sujeito. Experiências de humilhação, rechaço social, vergonha e abandono trazem consigo percepções e noções associadas ao fracasso e à perda de controle sobre a própria vida, que participam nas funções cognitivas, demarcando percepções acerca de si mesmo e da realidade imediata que reforçam os impedimentos existentes.

Nossas investigações indicam que as privações intangíveis da pobreza são intensificadas pela segregação socioterritorial, porque remetem à configuração das subjetividades atuando como restrições ao desenvolvimento das capacidades humanas fundamentais ao exercício da vida. Carências materiais e sociais vivenciadas de forma “solitária” têm seus conteúdos simbólicos de humilhação, rechaço social e fracasso intensificados, sobrecarregando as subjetividades e restringindo as capacidades fundamentais do sujeito de discernimento, decisão e atuação.

Assim, na mesma medida em que o avanço da pobreza extrema e a intensificação da segregação social caracterizam o contexto social de Vista Alegre, ocupam também o universo das subjetividades observadas, na expressão das reduzidas experiências de convivência social e de práticas de intersubjetividades.

Atenuam as restrições acima, as vivências e experiências no âmbito das intersubjetividades, em especial, aquelas de teor comunitário. Essas práticas demonstraram condições de ênfase aos afetos e sentimentos que contribuem para o exercício das capacidades humanas primordiais. Segundo observações desta pesquisa, organizações sociais e lideranças coletivas, tributárias de experiências de lutas e conquistas passadas mostraram-se presentes na promoção de interações humanas e intersubjetividades. Demonstram condições de influir na ampliação das identidades e na relativa substituição dos sentimentos perversos associados à pobreza por outros sentimentos, que parecem estimular o sujeito na busca pelo discernimento, decisão e atuação. Podem contribuir gerando afetos que informam algumas possibilidades bem como limites e oportunidade da realidade objetiva e das subjetividades.

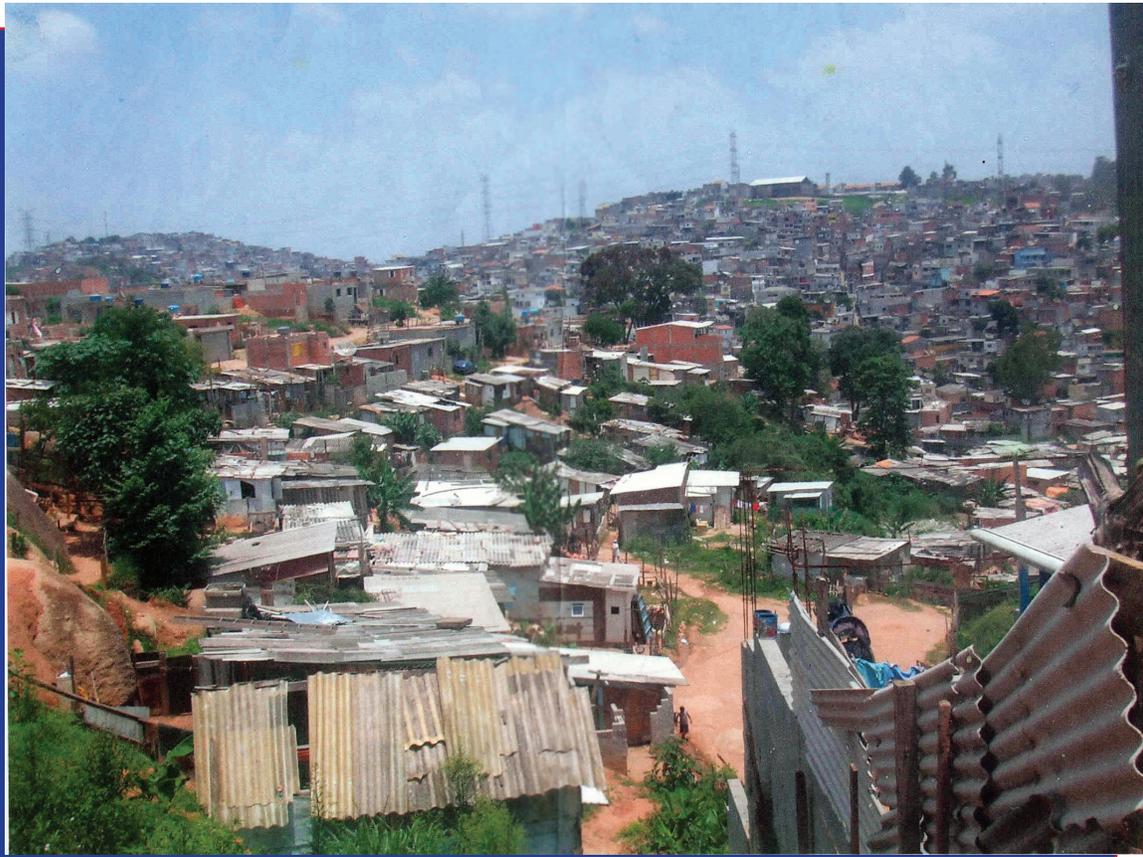
No entanto, as organizações coletivas observadas atualmente na região representam a pulverização das lutas comunitárias de origem, seguindo com pouco alcance, apesar do contínuo esforço representado por lideranças históricas na região. Nesse sentido, tem suas condições de minoração dos sofrimentos intangíveis da pobreza extremamente limitadas, embora substantivamente relevantes.

Na perspectiva que orientou esta tese, lembramos que se é notório que estar em situação de pobreza representa ameaça objetiva à vida, essa compreensão não se estende

tão facilmente à dimensão subjetiva. Mas, se o que se pode ver acerca da materialidade da pobreza causa horror e opressão, o que não se vê, mas ali se apresenta é tanto quanto ameaçador à experiência humana. A expressão das subjetividades aqui captadas demonstra que as privações materiais e objetivas da pobreza não evoluem sozinhas, mas trazem consigo constrangimentos extremos às relações de convivência e, sobretudo, à identidade do sujeito. Como tal, tomar pobreza exclusivamente como carência material não promove a compreensão das trajetórias humanas que se configuram; essas se fazem e se refazem no âmbito da subjetividade, por influência dos afetos, experiências e intersubjetividades vivenciadas e se expressão nas formas de atuação dos sujeitos.

Devemos lembrar, ainda, os limites metodológicos desta investigação, chamando a atenção obviamente para a impossibilidade de inferências e de correlações causais entre os aspectos observados para além do público entrevistado. Quanto às questões que mereceriam ser aprofundadas, destaca-se a abordagem da “evolução” dos afetos e percepções observadas, sobretudo entre aqueles poucos (entrevistados) que demonstram a configuração de identidades menos reféns da trajetória da pobreza. Essa perspectiva, no entanto, exigiria o acompanhamento dos entrevistados o que está muito além das possibilidades desta pesquisa.

Por fim, resta acrescentar que, as noções aqui propostas e investigadas obviamente, não se prestam a tirar a urgência das abordagens dedicadas à melhoria das condições objetivas de vida e à efetividade das políticas sociais, ao contrário, advogam pelas múltiplas potencialidades de seu papel no desenvolvimento humano. Afinal, a pobreza é heterogênea em suas dimensões tangível e intangível, constitui trajetória social, compõe fenômeno multidimensional e, sobretudo, implica conteúdos próprios que sobrecarregam as subjetividades forjadas em seu cotidiano. Os conteúdos da pobreza desdobram-se muito além do que os olhos podem ver e nossas representações da realidade registrar.



Vista parcial de Vista Alegre  
Fonte: [www.radiocantareira.org.br](http://www.radiocantareira.org.br)

A BRASILÂNDIA precisa de mais creches. **Pascom Brasilândia**. 02 julho 2010. Disponível em: <[http://pjbrasilandia.wordpress.com/região\\_episcopal\\_brasilândia](http://pjbrasilandia.wordpress.com/região_episcopal_brasilândia)> Acesso em: jan. 2012.

A HISTÓRIA da Tusa marcou a Vila Brasilândia. **Freguesia News**, São Paulo. Disponível em: <[http://freguesianews.com.br/index.php?opc=meio\\_busca&busca=brasilandia](http://freguesianews.com.br/index.php?opc=meio_busca&busca=brasilandia)>. Acesso em: 16 maio 2012.

ACOSTA, A.R; VITALE, M.A.F. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC-SP; Cortez, 2007.

AMANCIO, J. **Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo**. 2013. 316p. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas IFCH, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Campinas, 2013.

ANGILELI, M.C.C. **Paisagens reveladas no cotidiano da periferia: Distrito de Brasilândia Zona Norte do Município de São Paulo**. 2007. 281 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – FAU/USP. São Paulo. 2007.

ARCHER, M. S. **Structure, agency and the internal conversation**. Nova York: Cambridge University Press, 2003. v.6

AZEVEDO, F. Vila Brasilândia. <<http://www.youtube.com/watch?v=94Qy9cWPWuE>> 18/01/2011. Acesso em: set. 2012.

BENDIX, R. Transformações das sociedades europeias ocidentais desde o século XVIII (parte terceira). In: \_\_\_\_\_ **Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança**. São Paulo: Edusp, 1986. p. 91-138.

BIELSCHOWSKY, R. Sesenta años de la Cepal: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista de La Cepal**, Santiago de Chile, n.97, p 173-194, abr. 2009.

BOBBIO, N. Sobre os fundamentos dos direitos do homem. In: \_\_\_\_\_ **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p.15-83.

BÓGUS, L.M.M. Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo. In: \_\_\_\_\_ e WANDERLEY, L. E. (Orgs.) **A luta pela cidade de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 29-51.

\_\_\_\_\_ e VÈRAS, M.P.B. A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo: EDUC, n. 3, p.81-98, 2000.

BRASIL. Ministério das Cidades. Estatuto das Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/legislacao-snpu.html>>. Acesso em: jun/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: set/2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Programa Pró-uni. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: maio/2012.

CABOS eleitorais cobram R\$200 mil para abrir as portas de comunidades. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 set. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/politica/eleicoes/noticias>>. Acesso em: 10 set. 2012.

CACCIA BAVA, S. Recuperar as perdas: combate à pobreza. **Le Monde Diplomatique Brasil**, fevereiro 2011, p.4-5.

CALDEIRA, T. P do R. **Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMARGO, C. P. F. **São Paulo 1975 crescimento e pobreza**. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Loyola, 1976.

CASTORIADIS, C. O mundo fragmentado. In: \_\_\_\_\_ **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. v.3, p. 201-240.

CAVALCANTE, G.C.V. **Uma concessão ao passado:** trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo – UMM. 2006. 146 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – FFLECH - USP. São Paulo, 2006.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO- CEBRAP. Centro de Estudos da Metrópole – CEM. **Mapa da vulnerabilidade social do Município de São Paulo**, 2004. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/653>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

CIOFFI, S.M. da P. **Relatos da Vida Amorosa:** a intimidade no contexto contemporâneo. 2005. 201 p. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – FFLECH – USP. São Paulo, 2005.

COHN, A. Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE, n.85, set. 2004. (Seminário Especial Mini-Fórum em Homenagem aos 40 anos do Ipea). Disponível em: <<http://forumnacional.org.br>>. Acesso em: mar/2009.

COHN, M.G. Cidades, ONGs e ações coletivas: novas parcerias, atores e práticas civis. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, FSeade, v.9, n.2, p. 33-44, 1995.

CONSTANTINO, C.A.S. **A Cohab SP e uma nova política habitacional:** o período 2001-2004. 2007. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo - FAU/USP, jun 2007.

COUTO, C.G e ABRUCIO, F. L. Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, FSeade, v.9, n.2, p.57-65, 1995.

CRESPO, A.P.A. e GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Revista de Administração de Empresas - RAE- eletrônica**, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, v. 1, n. 2, jul.-dez, 2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica>>. Acesso em: maio 2010.

DAMÁSIO, A. R. **O erro de Descartes:** emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEDECCA, Cláudio S. **A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa.** Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <[www.nepo.unicamp.org.br](http://www.nepo.unicamp.org.br)>. Acesso em: mar. 2009.

DIETERLEND, P. **La pobreza**: um estúdio filosófico. México: Fondo de Cultura, 2006.

DOYAL, L.; GOUGH, I. Physical health and autonomy: the basic needs of persons. In: \_\_\_\_\_. **A theory of human need**. New York: Guilford Press, 1991. p.49-75.

ESPING-ANDERSEN, G. Riesgos sociales y estados del bienestar. In: \_\_\_\_\_. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000; p. 49-67

ESTENSSORO, L. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. 2003. 286 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo - FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

FAGNANI, E. Como conquistar o desenvolvimento social. **Le Monde Diplomatique Brasil**, fevereiro 2011. p. 6-7.

FELTRAN, G. S. **Desvelar a política na periferia**: histórias de movimentos sociais em São Paulo. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2005. (Coleção Estudos Urbanos).

FIDELIS, D. **Jardim Paraná**: entre o mapa real e o mapa oficial da cidade de São Paulo. 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Serviço Social, Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul, São Paulo, 2008.

FÓRUM DE DEBATES PRÓ-DESENVOLVIMENTO DE BRASILÂNDIA - 25/04/2006 e 4/06/2007. **Ata**. Disponível em: <<http://malukospelabrazilandia.blogspot.com.br/2007/06/ata-do-from-de-debate-pr.html>> Acesso em: 22 dez. 2012.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida – PCV**, 1994, 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/condiçõesdevida/pcv>>. Acesso em: jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS**, 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/condiçõesdevida/ipvs>>. Acesso em: ago. 2009.

GUEDES, O. **Orçamento: leitura comparada 2004/2005**. São Paulo: Instituto Pólis; PUC-SP, 2005. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 24).

GRIN, E. J. **Caminhos e descaminhos das subprefeituras na cidade de São Paulo no governo Marta Suplicy (2001-2004)**. 2011. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo - FFLCH/USP, São Paulo, 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

JARDIM Vista Alegre: asfalto será decidido pelos moradores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de março de 1978.

KING, G.; KEOHANE, R.O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KOGA, D. **Medidas de cidade: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. In: \_\_\_\_\_ **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009. p.67-102.

\_\_\_\_\_ e CAMPANÁRIO, M. A. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, L. (Org) **As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente**; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.53-69.

LAVINAS, Lena. **Documento de base URB-AL 10**, Disponível em: <<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbal>>. Acesso em: 19 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Status e direitos para galvanizar oportunidades: desafios do combate à miséria frente às incertezas da conjuntura econômica**. Trabalho apresentado em Seminário Internacional Proteção Social e Cidadania. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública; Ministério do Desenvolvimento Social - ENAP/MDS, ago. 2011.

LEÃO REGO, W. G. **Bolsa Família: limites e alcances**. 2010. Disponível em: <[www.sinteseeventos.com.br/.../BolsaFamiliaLimiteseAlcances\\_Walquiria-Leão-Rego](http://www.sinteseeventos.com.br/.../BolsaFamiliaLimiteseAlcances_Walquiria-Leão-Rego)>. Acesso em jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Dossiê Democracia em Debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.89, p. 13-36, 2013.

\_\_\_\_\_. Preconceito contra o Bolsa é fruto da imensa cultura do desprezo, diz pesquisadora. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 out. 2013. Caderno Política. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/bolsa-familia-deu-mais-liberdade-aos-pobres-diz-pesquisadora/>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

\_\_\_\_\_ e PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2013.

LIMA, A. F. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da psicologia social crítica**. São Paulo: FAPESP; Educ, 2010.

MARGALIT, A. **La sociedad decente**. Madri: Paidós, 1997.

MARINS, Mani T. A. **A construção de fronteiras simbólicas entre os pobres: o caso do Programa Bolsa Família**. 2013. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ, Rio de Janeiro: 2013.

MARQUES, E.C. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Unesp; CEM-Cebrap, 2010.

\_\_\_\_\_ e TORRES, H. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.4, p. 49-70, maio 2001.

MARTA nomeia ex auxiliar de Maluf para subprefeitura. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 jan. 2003, Caderno Cidades p. 3.

MARTINS, H. H. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, maio/agos. 2004.

MATOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta. 1995

MAURIEL, A.P. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade**. 2008. 341 f. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2008.

MORADORES foram à Sabesp reclamar da falta de água. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 fevereiro 1979.

MORRO das Rendeiras, uma história de organização e luta. <http://www.cantareira.org/destaques/periferia-brasilandia-historia-morro-das-rendeiras>. **Setembro 2002**. Acesso em Novembro 2013.

PATARRA, I. **O governo Luiza Erundina**: cronologia de quatro anos de administração PT na cidade de São Paulo (1989-1992). São Paulo: Geração Editorial, 2006.

POUGAM, S. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ; Cortez, 2003.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. PMSP/HABI: **Plano Municipal de Habitação**: a experiência de São Paulo. São Paulo, 2012, p.206-221.

RAMOS, F.; KOGA, D. Trajetórias de vida: desafios à pesquisa sociourbanística e contribuições para a gestão pública. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Faculdade de Serviço Social. n.106, p.335-364, abr.-jun. 2011.

RIBEIRO, L. C. de Q. Cidades brasileiras: desafios da questão urbana. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Abril 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/busca.php?palavra=luiz+cesar+queiroz+ribeiro&x=8&y=9>>. Acesso em: jun. 2011.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil** – afinal do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROSEMBACH, C. J. **O jornalismo nas rádios comunitárias**. 2006. 169 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Jornalismo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.- PUCSP, São Paulo, 2006.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

\_\_\_\_\_ e VALIER, Jacques. **Neoliberalismo, pobrezas y desigualdades en el tercer mundo**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 1996.

SANTOS, M. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, n. 19, p.15-25, 2008.

\_\_\_\_\_. O espaço geográfico, um híbrido. In: \_\_\_\_\_ **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2009. p. 89-110.

SÃO PAULO. Subprefeitura da Freguesia do Ó/Brasilândia. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia\\_brasilandia/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia_brasilandia/). Acesso em: jun. 2013.

SAWAIA, B. B (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAWAIA, B. B. **A dimensão subjetiva da desigualdade social** – a leitura de várias áreas sobre a questão. 2005. Videoteca PUC-SP, 2002. 1 videocassete em VHS (108' min); son.; color.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SEN, Amartya. Pobreza como privação de capacidades. In: \_\_\_\_\_ **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERIE de olho na história retrata Jardim Vista Alegre.

<http://www.cantareira.org/noticias/periferia-brasilandia-historia-jardim-vista-alegre>

SETÚBAL libera 24 milhões para asfaltar Vista Alegre. **Diário Popular**, São Paulo, 9 de março de 1978.

SILVA, I. M. **Educação: conselho de escola na cidade de São Paulo.** São Paulo: Instituto Pólis; PUC-SP, 2002. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 9).

SILVA, M.A. e CAVALHEIRO, F. **Áreas de risco na paisagem da Brasilândia** – São Paulo sob a perspectiva da ecologia da paisagem. Rio Claro, Sociedade de Ecologia do Brasil – SEB; UNESP, 04-08 de junho de 2000. (Artigo apresentado no I Fórum de Debates Ecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental) Disponível em: <<http://www.seb-ecologia.org.br/forum/inicio.htm>> Acesso em: 10 dez. 2012.

SILVA, M.O da S. **Pobreza e suas diferentes expressões: questões teórico-conceituais e empíricas.** São Luís: Universidade Federal do Maranhão - UFMA-Gaupp. 2013. 32 f. Disponível em: <[www.gaupp.ufma.br](http://www.gaupp.ufma.br)>. Acesso em: 04 dez. 2012.

SIMMEL, G. **Les pauvres.** Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

SOUZA, J. É preciso teoria para compreender o Brasil contemporâneo? Uma crítica a Luis Eduardo Soares. In: \_\_\_\_\_ (org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006. p.117-151.

TABAGIBA, L. e BLIKSTAD, K. Como se fosse uma eleição para vereador: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n.84, p. 353-369, 2011.

TEIXEIRA, A.C.C e TABAGIBA, L. **Movimentos sociais e sistema político**: os desafios da participação. São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP, 2005. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 25).

TELLES, V. Cenas Urbanas I – nas franjas da cidade global: tudo certo, tudo em ordem? In: \_\_\_\_\_ e CABANES, R. (orgs) **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 139-176.

\_\_\_\_\_. A convivência entre o crime e o poder. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Julho 2011. p.4-5.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2.ed. São Paulo: Pólis, 1981. (Coleção Teoria e História, 6)

TILLY, Charles. Os estados e seus cidadãos. In: \_\_\_\_\_. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996. p.157-193.

TORRES, H.G.; MARQUES, E.C.; BICHIR, R. M. Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006. p. 231-252.

VIDAL, D. A linguagem do respeito. A experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. **DADOS**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n.2, p. 265-287, 2003.

VITA, A. Ética na política e mal estar na sociedade. São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13 n.3, p.29-36, 1999.

WANDERLEY, M. Sistema de informação em gestão social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20 n.56, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo/>> Acesso em: abr. 2010.

ZINCONI, Giovana. **Da suditti a cittadini**, Bologna: Il Mulino, 1992.

## Artigos de Jornais Consultados

ÁREAS de eterno risco. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 de dezembro de 2013. Notas e Informações, p. A3.

ATÉ agora o J. Vista Alegre só recebeu a água encanada. **Notícias Populares**, São Paulo, 28 de junho de 1981.

COMISSÃO DE MORADORES DE VISTA ALEGRE. **Comunicado aos moradores de Vista Alegre**. [São Paulo], 7 de abril de 1978. mimeo

COMUNIDADE DE VISTA ALEGRE. **Inauguração da água**: vitória do povo. [São Paulo], s. d. mimeo. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/destaques/periferia-brasilandia-fim-gestao-kassab>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

JARDIM Vista Alegre aguarda visita do prefeito. **Folha da Tarde**, São Paulo, 6 de março de 1978.

KASSAB deixa prefeitura com 55% das metas de governo concluídas. dez. 2012.

MORADORES DE VISTA ALEGRE E ADJACÊNCIAS. [Carta ao prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal]. [São Paulo], 13 de fevereiro de 1978. Mimeo

MORADORES discutem os pedidos que farão à Prefeitura. **Folha de São Paulo**, 27 de março de 1978.

MOVIMENTO DE ESGOTO DA BRASILÂNDIA E ADJACÊNCIAS. **Histórico do Movimento de Luta pelo Esgoto**. Pedido de Providências deste Governo. [São Paulo], s. d. mimeo.

PERIFERIA grita por socorro – sintetizou a sensação dos esquecidos pelo poder público. **Jornal Cantareira**, São Paulo, Associação Cantareira, n. 76, fev. /mar. de 2006. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/>> Acesso em: mar. 2011.

PLENÁRIA DE ENTIDADES, PARTIDOS E LIDERANÇA DA REGIÃO DA FREGUESIA DO Ó E CASA VERDE. [Carta a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina de Souza]. São Paulo, 20 de fevereiro de 1991. Datilografado.

POPULAÇÃO da periferia noroeste apresenta propostas ao Plano de Metas. **Jornal Cantareira**, São Paulo, Associação Cantareira. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/destaques/periferia-brasilandia-realizacao-audiencias-plano-metas>>. Acesso em: 10/ nov. 2013.

PRINCIPAIS promessas de Kassab seguem no papel. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 março 2001, Cotidiano, p. C9.

RODOANEL Norte: indefinições e contrapartidas assistencialistas. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/destaques/periferia-brasilandia-rodoanel-norte-fim-2012>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

SERRA ameaça acabar com programa de alfabetização de jovens e adultos. **Jornal Cantareira**, São Paulo, Associação Cantareira. Disponível em: <<http://www.cantareira.org/destaques/>> Acesso em: mar. 2011.

SUBPREFEITO não pode cuidar só de zeladoria, diz futuro secretário da Haddad. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 dez. 2012.

TOQUE de recolher altera rotina da periferia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2012. Caderno Cidade/Metrópole, p. C3.

TRISTE memória de Maluf na Freguesia do Ó. In História dos Bairros. **Freguesia News**, São Paulo, 22 jun. 2012 Disponível em: <[http://www.freguesianews.com.br/?opc=meio\\_bairro&id\\_noti=1581](http://www.freguesianews.com.br/?opc=meio_bairro&id_noti=1581)>. Acesso em: 05 set. 2012.

VERBA da prefeitura gera tumulto em Vista Alegre. **Notícias Populares**, São Paulo, 23 de março de 1978.

VISTA Alegre precisa de muita coisa. Mas, não sabe o que pedir. **Diário da Noite**, São Paulo, 3 de abril de 1978.

VISTA Alegre terá melhorias mas sem visita. **Folha de São Paulo**, São Paulo 9 de março de 1978.



## **ANEXO - PERFIL DOS ENTREVISTADOS**

---



Seguem em breve síntese dedicada a cada um dos entrevistados os conteúdos abordados nas entrevistas, conforme mencionado na introdução desta tese<sup>1</sup>.

⇒ **Dona Josina (44 anos; três anos de estudo).**

Nascida na área rural da Bahia, onde viveu sua infância bastante sofrida. Deixou a escola aos 10 anos de idade, após o falecimento da mãe, para cuidar dos afazeres domésticos e dos irmãos. Demonstra tristeza ao lembrar que sonhava com um trabalho em escritório e que não poder estudar havia “estragado tudo”. Ainda na infância, segue o pai, a madrasta e os irmãos mudando-se para o município de Carapicuíba (SP), fugindo com a irmã um ano depois, em razão dos maus tratos da madrasta e da impossibilidade de apoio do pai, doente na época. Buscou abrigo e moradia na casa de uma senhora conhecida da família para quem passou a trabalhar como doméstica. Aos 19 anos casou e foi viver na região da Brasilândia. O marido sem qualificação, trabalhador da construção civil, não ganhava o suficiente. Grávida, ela passa a pedir ajuda em bairros vizinhos e distantes, até começar a trabalhar como diarista. Permaneceu em um mesmo vínculo de trabalho por mais de 15 anos, até que a patroa mudou com a família para outro Estado. Desse contato não resultou nenhuma oportunidade ou rede de relações de trabalho, tampouco qualquer direito trabalhista assegurado. A entrevistada tira seu sustento e do filho da venda de latinhas e demais recicláveis coletados ao redor da região. Separada do marido há muitos anos (não soube precisar), ex- moradora de área de risco, ocupa uma alvenaria adquirida por auxílio moradia junto à Prefeitura Municipal e complementada pela Igreja. Reside na região há mais de 20 anos com um filho adolescente. Atribui sua condição de pobreza à falta de estudos, aos sofrimentos vividos na infância desde a morte da mãe, aos trabalhos forçados, à fuga de casa sem amparo e, posteriormente, à ausência de apoio do marido. É uma das entrevistadas que mais expressa seu sentimento de discriminação pela pobreza, em especial, na busca por serviços de saúde. Sua narrativa traz fortes sentimentos de humilhação, não tendo sido capaz de narrar nenhum evento feliz, a não ser pelas lembranças da infância, quando ainda tinha sua mãe.

⇒ **Dona Etelvina (47 anos, alfabetizada).**

Originária de Pernambuco, veio para São Paulo – região de Guarulhos, aos 19 anos de idade com o então marido. Juntos mantiveram a família, basicamente, com o trabalho do marido na construção civil. Moraram em diferentes ocupações, inclusive em alojamentos provisórios. Mãe de quatro filhos entre 12 e 22 anos, separada do marido há mais de dez anos, reside com dois filhos, em uma alvenaria de dois cômodos na subida da Serra, sem condições de salubridade e segurança. Seu único trabalho foi como copeira, há mais de dez anos atrás, em um programa de frente de trabalho. Não se sente em condições de enfrentar a procura por trabalho, preferindo lavar roupa para vizinhos, quando é solicitada. Mantém o precário sustento da família com os ganhos do trabalho do filho mais velho (24 anos) que trabalha como gesseiro na construção civil.

---

1 Foram realizadas 20 entrevistas destinadas à abordagem da região de estudo e de seus sujeitos, essas incluem moradores e lideranças da região, bem como técnica da Secretaria Municipal de Habitação. Os entrevistados são apresentados ao término desta tese compondo um anexo. Duas delas não constam nessa apresentação, uma delas por seu conteúdo estritamente técnico, tratando-se da entrevista na Secretaria de Habitacional, a outra por ter tido perdas importantes na gravação, inviabilizando sua recuperação.

Eventualmente tem acesso a cesta de alimentos adquirida no Cras/Vista Alegre, mas já foi beneficiária do Bolsa Família, tendo perdido o direito pelo abandono escolar dos filhos. Expressa de forma muito intensa seu sentimento de solidão e sua falta de orientação diante das dificuldades que enfrentou na vida. Não gosta de sair de casa e não mantém contato com vizinhos, eventualmente vai à igreja evangélica.

⇒ **Dona Nena (44 anos, dois anos de estudo).**

Originária de Minas Gerais. Vive em São Paulo há mais de 20 anos. Reside na região há quase dois anos, com o segundo marido (62 anos) e três filhos entre sete e 14 anos, após terem deixado um cômodo de aluguel no bairro vizinho (Taipas), por falta de pagamento. Ocupam um barraco extremamente precário, instalado na subida da Serra, em uma área visivelmente de risco à moradia. A sobrevivência da família vem sendo mantida com a venda de recicláveis coletados pelo marido, ex-trabalhador da construção civil, impossibilitado de trabalhar há cerca de dez anos em razão de um acidente (atropelamento). Durante o primeiro casamento, a entrevistada e os filhos foram vítimas de violência doméstica e recorrentes ameaças, o que teria contribuído, segundo a mesma, para a doença neurológica dos filhos (um deles internado em um hospital psiquiátrico). Seu depoimento expressa fortes sentimentos de humilhação, rechaço social e amargura associados aos direitos não assegurados, sobretudo os direitos à moradia e à saúde. Não mantém contato com vizinhos, não demonstra confiança nas relações locais, tendo buscado ajuda no Cras/Vista Alegre, na forma de cesta de alimentos. Aguarda resposta à sua inscrição no Bolsa Família há mais de seis meses. Eventualmente vai aos cultos religiosos da igreja evangélica.

⇒ **Sr. Joca (46 anos, sem alfabetização).**

). Originário do Ceará viveu a infância e início da juventude em área rural. Veio para São Paulo, instalando-se na casa de uma tia na própria zona norte, para trabalhar. Reside na região há quase cinco anos, após ter morado na zona Leste, de onde declara ter saído por decorrência de ameaças sofridas após uma briga com vizinhos. Ocupa um barraco em uma área de risco, com a mulher e três filhos, mas declara já ter sido removido de outra área próxima. O atual barraco foi adquirido com os recursos transferidos pela Prefeitura, por decorrência da remoção. Tem muito medo de precisar deixar essa área também e de não ter direito a outra transferência para moradia. Vive da coleta de recicláveis, sente não pertencer ao lugar onde mora, não mantém relações de vizinhança. Seu desejo era ter um trabalho registrado, como no passado, quando veio do Ceará e trabalhou em uma transportadora, como descarregador. Mas, hoje não acredita mais nessa possibilidade e não procura trabalho, porque todos exigem “leitura” [alfabetização], que ele não tem.

⇒ **Luis (17 anos, 5º ano do Ensino Fundamental).**

Reside com a mãe na região, desde que nasceu. Perdeu o contato com o pai, desde que esse deixou a família, há muitos anos. Ex-morador de área de risco, ocupa uma alvenaria precária na pré-serra, sem acesso a infraestrutura urbana. A família se mantém da coleta de recicláveis na própria região e bairros vizinhos. Comem somente arroz e feijão, conseguindo às vezes uma cesta básica, mas nunca passou pela experiência de sair

pedindo ajuda, embora saiba que sua mãe o faz quando precisam. O entrevistado narra suas dificuldades em fazer amigos, desconfiando até mesmo dos colegas que, eventualmente, se aproximam dele. Acredita ser discriminado e desconsiderado pelos colegas, por ser muito pobre. Circula pouco pela região, expressando muito receio de ser confundido (pela polícia) com o “povo” que trabalha para o tráfico, tem muito medo de ser preso e deixar a mãe sozinha. Demonstra muita dificuldade em saber o que fazer para arrumar um trabalho e que tipo de trabalho teria condições de realizar, por isso recorre aos recicláveis. Acredita que estudar é muito importante e que se concluir o ensino fundamental e puder fazer o ensino médio terá alguma chance na vida. Desconhecia seu direito ao Bolsa Família, mas durante a entrevista, lembra que uma professora havia lhe falado sobre o programa.

⇒ **Gervásio (16 anos, 6º ano ensino fundamental).**

Frequentava a escola no período da manhã, à tarde participa de atividades socioeducativas da Osem. Mora na região desde o nascimento com a mãe e dois irmãos. A mãe é agente comunitária de saúde no posto de saúde da região. Hoje tem moradia própria, mas viviam de aluguel até quatro anos atrás. Vive do salário da mãe e do irmão, além de uma pequena pensão dada pelo pai após a separação conjugal. Narra o sofrimento do passado, em parte pela separação dos pais e em parte pela perda do emprego de sua mãe (faxineira em um prédio). Por mais de um ano precisaram “sair para pedir” auxílio; os vizinhos na época ajudaram com comida e roupa. Narra o envolvimento da irmã com drogas, a prisão do cunhado e a luta da mãe para manter a irmã protegida das ameaças. Segundo ele, esse sofrimento lhe ensinou que a vida era muito difícil até quando a gente “anda direitinho”, por isso quer distância do mundo das drogas e do crime. Tem amigos que estão presos por drogas e roubo. Demonstra confiança na mãe e no pai, que apesar de ter formado outra família, os acompanha de perto. A única experiência de trabalho que teve foi com um vizinho, atuando como auxiliar de pedreiro na ampliação de uma moradia. Declara ter se sentido muito satisfeito: o trabalho lhe rendera 30 reais, ele comprara o par de chinelos que havia pedido à mãe. “Minha mãe pode usar esse dinheiro com outra coisa, né? Já ajuda, né?!” O que mais quer na vida é ter uma casa, e depois uma mulher para viver com ele e também filhos. Mas, não tem ideia do que faria para isso, que trabalho teria. Acredita que essa orientação vai aparecer quando precisar dela. Hoje as orientações que vem recebendo para a vida – como ficar fora das drogas, estudar e ter um trabalho – vem da educadora da Osem.

⇒ **Liliane (52 anos, quatro anos de estudo).**

Nascida no Rio de Janeiro, veio jovem para São Paulo. Reside na região de Vista Alegre há mais de 30 anos, tendo, na época, migrado com a mãe em busca de trabalho. Não conhecia ninguém na região, sua única referência havia sido uma tia que já residia na zona norte. Morou em barracos muito precários, mas considera que, aos poucos, foi melhorando sua condição. Trabalhou como empregada diarista, depois mensalista, com carteira assinada. Com a garantia de um trabalho regular, pôde manter a si mesma e à mãe (falecida). Comprou uma alvenaria de dois cômodos – onde reside atualmente – dividindo o quintal com outras famílias. Sofre com as chuvas, porque sua casa está abaixo do nível da rua. Essa é uma das dificuldades que mais a fragiliza, tendo perdido quase todos os móveis, como pudemos observar durante a entrevista. Mas, seus

momentos de maior privação ocorreram após a adoção da filha (com paralisia cerebral), hoje com 11 anos de idade. Os cuidados exigidos diminuíram suas possibilidades de manter um trabalho fixo. Mas, o contato com antigas patroas permitiu ganhos como diarista, que até o momento vêm complementando os recursos advindos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), direito pela doença da filha. A entrevistada narra sua vida e, sobretudo, o processo de adoção com riqueza de detalhes e muita sensibilidade. Aos inúmeros sofrimentos e desafios vividos nessa época, a entrevistada acrescenta com convicção que, apesar de tudo, havia realizado o que mais desejava na vida: ser mãe. A entrevistada demonstra grande capacidade de decisão e de atuação. Consciente das limitações que enfrenta e das (poucas) possibilidades que desfruta é capaz de buscar e equacionar alternativas para suas necessidades, diferindo bastante dos demais entrevistados.

⇒ **Silvania (31 anos, ensino médio).**

Nasceu e sempre residiu na região com os pais e um irmão, no início em um barraco, posteriormente em uma alvenaria autoconstruída em uma área de ocupação. Atualmente, mora com duas filhas em dois cômodos construídos no pavimento superior à alvenaria onde residem seus pais. Desempregada, busca trabalho como faxineira. Seu principal sustento decorre das transferências do Bolsa Família, além de alguma ajuda dos pais. Enfrenta privações intensas: faz apenas uma refeição por dia, reduzida a arroz, feijão, salsicha ou ovo. Conta com as refeições da creche e da merenda escolar para alimentar as filhas. Apesar das atuais privações, foram aquelas vividas em sua infância que mais ocuparam sua narrativa. A entrevista nos fala de seus esforços e sentimentos de desamparo, lembrando que aos seis anos de idade era a responsável pela rotina doméstica e os cuidados com o irmão menor, enquanto os pais se ausentavam em longa jornada, para ganhar a vida. Hoje, apesar de sua escolaridade – médio completo – a entrevistada não se sente em condições de buscar oportunidades de trabalho, considera que não teve orientação alguma para isso e reproduz o que considera que sabe fazer para ganhar a vida: trabalhos domésticos e faxina. Mas, ao mesmo tempo, considera isso pouco, diante dos esforços que fez para se manter na escola. Quando perguntada o que faltou para planejar a vida e enfrentar a pobreza, responde rápido: conversa (na família). Mas, reforça que não havia saída, ou os pais trabalhavam o tempo todo ou não teriam sobrevivido.

⇒ **Tatiana (28 anos, em alfabetização).**

Nascida em Cubatão. Relata ter sido deixada pela mãe aos dois meses de vida em frente à Catedral da Sé. Foi criada em orfanato até os seis ou sete anos de idade. Sente que foi muito humilhada e recorrentemente mal tratada. Demonstra consciência quando diz que “sua vida desandou” quando por volta dos seis anos, no orfanato, entendeu que era sozinha. Não recebia visitas de parentes como outras crianças do orfanato. Mais tarde, quando adotada, foi estuprada pelo pai adotivo e, por essa ocorrência, posta para fora de casa pela mãe (adotiva). Viveu nas ruas na região da Sé, calcula que por quase um ano, quando foi pega roubando e levada para a antiga Febem. Teve uma filha por volta dos 13 anos. A criança morreu no colo dela, com menos de um mês de vida. Conta ter deixado as drogas por conta desse evento. Fugiu da Febem com uma colega, por volta dos 15 anos de idade, acompanhou a mesma veio morar desde então em Vista Alegre. Hoje, tem três filhos: dois deles vivendo com ela (sete e dois anos), a mais velha (nove anos de idade) foi levada pelo Conselho Tutelar, por estar subnutrida e doente na época. A entrevistada demonstra muita dor em sua narrativa,

que havia iniciado fria e objetiva. Narra sua trajetória recente, contando a perda do barraco devido às fortes chuvas, os esforços para salvar os filhos e a dificuldade em arrumar moradia. Está vivendo provisoriamente com uma família da região, recebendo cesta de alimentos na Osem (associação de moradores), trabalhando como ajudante na feira e catando recicláveis. Mantem os filhos na escola e nas atividades de apoio da Osem e faz um curso de alfabetização de adultos, no mesmo espaço comunitário. É a entrevistada com maior sobreposição de privações, além de extremamente afetada em seus sentimentos.

⇒ **Luisa (38 anos, ensino médio).**

Nascida em Pernambuco onde viveu com a família até os 18 anos de idade, trabalhando na área rural e nos serviços domésticos. Veio para São Paulo com o desejo de estudar e trabalhar, morando inicialmente com dois irmãos, que já residiam na região. Passou por muitas dificuldades de adaptação à vida urbana, agravada pelas distâncias, precariedade da moradia, falta de urbanização e de segurança na região, além do transporte ruim. Conseguiu seu primeiro emprego, por indicação de uma colega, como auxiliar de costura, permanecendo trabalhou por dois ou três anos. Nesse período, retomou os estudos, mas não dava conta de tudo. Parou novamente. Conheceu um rapaz, namoraram e foram morar juntos quando ela engravidou. A partir do nascimento dos filhos – gêmeos siameses – as privações se intensificaram. Foram necessárias muitas cirurgias e cuidados especiais com as crianças o que inviabilizava sua permanência em um trabalho. A entrevistada teve no apoio comunitário a condição para o enfrentamento dessa situação. Visitada por uma liderança local na época por indicação de vizinhos, pôde dispor de uma sequência de oportunidades, de fato, compatíveis às suas possibilidades. Conseguiu trabalho e uma creche adequada às necessidades dos filhos. Retomou os estudos, conclui os ensinos fundamental e o médio. Atualmente, cursa ensino superior (pedagogia) viabilizado pelo acesso ao ProUni e trabalha como professora em uma creche local. Esta é a entrevistada em melhor condição social e, sobretudo, que demonstra condições de formular projetos e buscar alternativas às suas necessidades. Reconhece que não fez nada sozinha, ao contrário, tudo veio das relações constituídas na comunidade.

⇒ **Andreia (24 anos, ensino médio).**

Nascida em Miracatu, no Vale do Ribeira, interior do Estado de São Paulo, possui ensino médio completo. Separada há quatro anos, está morando com a mãe e quatro irmãos entre 16 e 6 anos, além da cunhada grávida, em uma casa de três cômodos alugada. Conta já ter trabalhado em salão de beleza, agência de turismo, tendo sido seu último emprego como garçomete em um restaurante na região da Paulista. Gostaria de um outro emprego e acredita que se tivesse acesso a um curso de inglês ou de informática isso seria mais fácil. Mas, confessa que não “aguentaria” nada semelhante ao seu trabalho anterior, onde se sentia muito pressionada, atendendo tanta gente “importante” e “bem arrumada”. Além disso, hoje cuida dos afazeres domésticos, se encarrega de levar e buscar as irmãs na escola (que é de meio período), enquanto a mãe trabalha. Entre seus receios e sofrimentos estão: o aluguel atrasado e o medo do “despejo”, a tristeza por ter que “negar” comida às irmãs, a vergonha de depender da ajuda dos irmãos da igreja (evangélica), o medo do irmão (que está sem trabalho e não estuda) se envolver com o tráfico de drogas da região, a ausência de convivência com vizinhos por desconfiança. Os sofrimentos do passado incluíram moradias insalubres, alimentos escassos reduzidos a feijão e farinha, na época em que migraram de Miracatu para São Paulo “para tentar a vida”. Suas poucas relações sociais acontecem apenas na igreja que frequenta.

⇒ **Cleuza (32 anos, quarto ano primário).**

Originária do Ceará, veio para São Paulo aos 19 anos para trabalhar. Morou com o irmão que já residia em um barraco na região. Na época, trabalhou como faxineira em um prédio no bairro da Lapa, por indicação de uma vizinha. Mas, um ano depois, conheceu o marido que trabalhava como cobrador na linha de ônibus que utilizava. Casaram meses depois tendo ido morar de aluguel em uma alvenaria de dois cômodos. Tiveram duas filhas, hoje com sete e cinco anos de idade. As dificuldades foram muitas. Há três anos atrás, o marido adoeceu, perdeu o emprego, tendo vivido um período de muita penúria. Recorreram à ajuda de uma entidade espírita que atua na região, além dos pais do marido e do irmão da entrevistada, que ajudaram um pouco. As filhas eram muito pequenas, não encontrava vaga nas creches da região, não tinha onde deixá-las para trabalhar. Na percepção da entrevista, não ter creche para as filhas fazia tudo quase impossível de ser superado. Uma fase que a entrevistada narra com tristeza e muita impotência. Aos poucos, o marido foi se recuperando, o irmão arrumou um bico de motorista para ele em uma empresa, ele foi ficando, até conseguir outro com carteira assinada (porteiro em um condomínio na Lapa). A entrevistada hoje vende produtos de catálogos (cosméticos) para complementar a renda e diz ainda estar se recuperando do desespero da fase vivida. Sua narrativa é econômica, mas emocionada.

⇒ **Dona Zita (liderança local, 71 anos).**

Originária de área rural de Minas Gerais, com infância pobre, sem direito à escola dada a combinação de fatores relacionados à: morte precoce de sua mãe e seu ingresso na vida adulta (aos 10 anos de idade), com atribuições na manutenção doméstica, nos cuidados com os irmãos menores e realização de trabalhos eventuais. Seu ingresso na região de Vista Alegre se deu no início dos anos 1960, por volta de seus 20 anos de idade, em companhia do marido. Sua experiência foi de intensas privações monetárias e sociais, inicialmente enfrentadas com o apoio de conhecidos e vizinhos, posteriormente, reforçado pela presença de trabalhos sociais da igreja na época. Mas, foram, sobretudo, as organizações e mobilizações políticas apoiadas por diferentes atores (lideranças e militantes de partidos políticos, igreja católica) atuantes na região, que formaram e contribuíram para mudanças materiais e, sobretudo, simbólicas destacadas pela entrevistada em sua narrativa. A entrevistada demonstra grande capacidade de reflexão, decisão e atuação tanto em relação à própria vida quanto às questões do coletivo. É identificada, por parte dos entrevistados, como liderança local histórica, com forte presença na formação e consolidação da Associação de moradores – Osem. É responsável pela constituição e direção de duas creches na região, mantendo-se na direção de uma delas.

⇒ **Dona Lourdes (dirigente de creche, 60 anos).**

Originária de Minas Gerais, tendo fixado moradia na região desde os anos 1960, menos por situação de carências sociais e mais como busca por um projeto de vida. Há quase 40 anos no bairro, narra suas dificuldades iniciais em conviver com a ausência de serviços urbanos coletivos e com o abandono de crianças nas ruas ou em suas próprias moradias, dada a ausência de creches públicas na região. Inicia sua trajetória de trabalhos coletivos cuidando de crianças dos vizinhos e posteriormente investindo na construção de uma casa que hoje funciona como creche conveniada com a Prefeitura Municipal. Sua atuação parece ter sido menos articulada politicamente, mas capaz de mobilizar apoios e recursos, entre os quais a entrevistada cita o Rotary Club do

Brasil e, posteriormente, as contribuições oriundas dos próprios jovens da região – ex alunos da creche que a entrevistada dirige. Permanece na direção da creche pela qual foi responsável desde a origem, mas se sente desmotivada e cansada. Demonstra grande conhecimento e capacidade de atuação na região, traz em seu depoimento as realidades enfrentadas pelas famílias que sequer conseguem levar seus filhos para a creche. Lembra que a recorrente falta de recursos básicos (por exemplo: agasalho, chinelo para a criança) faz com que algumas mães se envergonhem e se “escondam” em casa com as crianças, diminuindo ainda mais as poucas oportunidades existentes. A entrevistada é reconhecida no bairro como uma importante referência, respeitada e solicitada.

⇒ **Cida (coordenadora da Osem, 38 anos).**

Moradora na região desde os seis ou sete anos de idade, atual coordenadora pedagógica da Osem. Constitui importante liderança local, atuando como psicopedagoga, citada por entrevistados como fonte de apoio e orientação. A entrevistada narra as extremas dificuldades das famílias, sobretudo das mães, muitas delas sozinhas, criando filhos e trabalhando. A insuficiência de vagas e creches na região e a falta de lugar adequado para adolescentes é um dos maiores problemas que a entidade de moradores – Osem tenta enfrentar. Mas, suas possibilidades são restritas e a demanda é grande. Conta que as mães procuram a entidade, normalmente para pedir alimentos e na conversa vão contando suas dificuldades: aluguel atrasado ou moradia em risco; maridos desempregados ou consumindo drogas ou álcool, outros, ainda, detidos ou foragidos da justiça; filhos revoltados, alguns fora da escola e “deixados” sozinhos na rua, sem ocupação alguma. A entrevistada considera que essas mulheres estão sobrecarregadas, enfrentando normalmente, sozinhas um conjunto de privações muito graves. Quanto às crianças e adolescentes que chegam à Osem considera que é muito raro terem um comportamento “normal”, ou seja, são crianças muito reservadas, acuadas, com muita dificuldade de interação ou são crianças agressivas, rebeldes de difícil diálogo. Com muito cuidado, as orientadoras vão abordando uma a uma, primeiro brincando, depois perguntando com cuidado sobre a vida delas, a casa, o pai, a mãe... É um trabalho lento e delicado, segundo a entrevistada. Mas, declara estarem tendo razoável sucesso, em boa parte dos casos.

⇒ **Celio Pires de Araujo (editor Jornal Freguesia News, 59 anos).**

O entrevistado reside na região da Freguesia do Ó/Brasilândia desde criança e dedica sua atuação profissional como jornalista às questões da região. Sua narrativa resgata períodos da história recente da Brasilândia, com destaque para Vista Alegre e situa a atuação das administrações municipais na região a partir dos anos 1990. Traz elementos importantes à compreensão da política local e à perda de seu dinamismo na comunidade. Destaca o perfil das reivindicações mais recentes, sobretudo àquelas relacionadas ao transporte público e às mobilizações pela extensão da linha do metrô na região. Sugere em seu depoimento maior peso às reivindicações relacionadas às demandas comuns às áreas centrais e urbanizadas da Freguesia/Brasilândia, frente àquelas relativas às áreas periféricas, como é o caso de Vista Alegre e adjacências. O entrevistado representa importante veiculador de parcela das demandas acima citadas por meio do jornal dedicado à região da Freguesia/Brasilândia.

⇒ **Juçara Zottis (58 anos<sup>2</sup>, coordenadora da Rádio Cantareira).**

Ingressa na região no início dos anos 1990, como militante da igreja católica. Originária de movimentos sociais rurais da região Sul do país, faz sua reopção pelo trabalho comunitário em região urbana, mudando-se para a zona norte de São Paulo. Sua narrativa resgata as origens da rádio comunitária na região, como um esforço por parte das lideranças ligadas à igreja de manter a mobilização das comunidades locais, disseminando informações de interesse público. Legalizada, desde 2010, após longo período na clandestinidade, a Rádio Cantareira esforça-se no cumprimento das exigências que recaem sobre as rádios comunitárias. A entrevistada destaca e detalha os projetos e trabalhos da rádio comunitária, seu empenho na formação de quadros técnicos na região como os cursos de locução, além da realização de cursos de orientação à cidadania e alfabetização. A entrevistada traz em sua narrativa aspectos históricos da região, que confirmam a desmedida expansão das ocupações e do avanço da precariedade, a partir dos anos 1990, concomitantemente às dificuldades por parte das organizações locais em manter as mobilizações políticas. Ao término de sua narrativa corrobora nossa interpretação acerca da organização local – Osem como tributária das mobilizações dos anos 1970 e 1980.

⇒ **Mazé (liderança católica, 62 anos).**

Antiga liderança católica atuante no bairro entre os anos 1980, até meados dos anos 2000. Bastante crítica da política local, sem intenção de atuação política partidária, tendo recusado a participação em campanhas locais do PSDB. Praticante religiosa atuou por mais de duas décadas nos trabalhos da Igreja dedicados às crianças, adolescentes e jovens da região. Sentiu-se, nos últimos anos pouco apoiada pela organização e hierarquia da igreja, acrescendo a isso seus problemas de saúde que a afastaram da atuação nos últimos dois anos. Reconhece o avanço social de muitas famílias a partir do apoio dos trabalhos coletivos e da igreja, bem como a dificuldade de muitas outras frente às privações e escassez de alternativas locais, mas, sobretudo destaca as perdas provocadas pelo avanço do tráfico na região e a pouca presença da atuação pública.

---

2 Idade estimada.